



Estado do Paraná

MENSAGEM

APRESENTADA A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1957

PELO

SENHOR MOYSÉS LUPION

GOVERNADOR DO PARANÁ

CURITIBA — PARANÁ

1957

MFN 946

Senhores Deputados à Assembléa Legislativa do Estado:

É motivo da mais elevada honra comparecer, neste momento, perante esta egrégia Assembléa para, — dando cumprimento a dispositivo constitucional, — prestar contas da situação geral do Estado, dos problemas que enfrentamos, das soluções que foram adotadas e das providências que a realidade nos está a sugerir.

A situação que encontramos ao assumir o govêrno impunha que o primeiro ano fôsse, sobretudo, um ano de reajustamento, um ano de restabelecimento de equilíbrio. Não poderia ser de outra forma.

Recebemos um orçamento com o déficit previsto de mais de 350 milhões. A êsse déficit previsto teremos de acrescentar uma despesa não prevista com as rubricas seguintes:

- a) — abono ao funcionalismo, votado em 1955;
- b) — primeiro aumento do funcionalismo, com a incorporação do abono;
- c) — substancial aumento dos vencimentos do funcionalismo, com que encerramos o ano; como se sabe, para êsse aumento não havia previsão de recursos especiais, uma vez que o aumento de impostos que o acompanhou só passaria a vigorar com o novo exercício financeiro de 1957;
- d) — créditos especiais de 1955, revigorados, num total superior a 37 milhões.

A êsses números, devemos somar um volume de encargos que encontramos ao assumir o govêrno, praticamente equivalente à arrecadação de um orçamento.

Em números exatos, Cr\$ 2.507.030.436,90 constituíam a soma de compromissos a saldar.

Êsse montante assim se compunha:

a) — Restos a pagar de 1951 a 1955	1.842.417.008,50
b) — Depósitos de diversas origens	67.796.292,70

c) — Juros de apólices	96.000.000,00
d) — Saldo remanescente das operações de crédito c/o Banco do Brasil	487.383.892,40
e) — Diversas contas	13.433.243,30
	<hr/>
	2.507.030.430,90
	<hr/>

Enquanto isso, a 31 de dezembro de 1955, as disponibilidades livres no Tesouro, em Bancos e nas exatorias, eram apenas um pouco mais do que 141 milhões de cruzeiros.

De outra parte, o funcionalismo do Estado, que teria uns 13 mil funcionários quando deixamos o govêrno, em 1950, aproximava-se, quando o reassumimos em 1956, de 32 mil, onerando gravemente as disponibilidades do Tesouro, e reduzindo a margem de recursos deixados para a realização de obras públicas, tão substancialmente necessárias para um Estado em crescimento profundo como o nosso.

Isso tudo, enquanto à situação financeira do Estado.

Mas as dificuldades não estavam acumuladas apenas aí.

No setor tão vital do Departamento de Estradas de Rodagem, a situação era, igualmente, de verdadeira calamidade. No modo em que as cousas estavam, era impossível dar qualquer passo para a frente. Os empreiteiros daquele Departamento estavam com o recebimento de suas contas acumuladas, atrasado de um modo paralizante. Sem receber e com despesas profundas, a sua situação era de não poder mais continuar.

O déficit do Departamento de Estradas de Rodagem, ao assumirmos o govêrno, era da proporção do orçamento de vários Estados brasileiros. Em números exatos, montava em Cr\$ 110.999.327,80. De outra parte, todo o equipamento em máquinas dos empreiteiros, em geral, não podia, por aquele atrazo de pagamentos do D.E.R., ser sequer reparado, quanto mais aumentado e ampliado. E os equipamentos do próprio D.E.R. pareciam ter atingido o limite de sua capacidade. A tudo isso, dever-se-ia acrescentar, ainda, que uma parte das verbas do D.E.R. estava onerada com empréstimos de que anteriormente se havia lançado mão para remediar a gravidade da situação.

Peco que se medite um instante sôbre êsse conjunto de fatos. Peço que se meçam, por um momento, as imensas limitações que tais circunstâncias tinham de determinar. E todo êsse quadro deve, ainda, ser situado no quadro das dificuldades da situação geral do país.

O conjunto de tudo isso havia de dar os limites e as características que teria de assumir o nosso govêrno, nêste primeiro

ano, marcado por uma palavra de ordem: o restabelecimento do equilíbrio, e marcado por duas linhas imperativas:

1º — rígida disciplina dos gastos;

2º — restrição das iniciativas com obras apenas ao que fôsse estritamente fundamental.

Para aquela disciplina de despesas determinamos que não fôsse utilizado mais do que 50% da previsão da despesa com material permanente, material de consumo e despesas diversas nas repartições do Estado, a menos que o contrário fosse imperativo; decidimos que mesmo os gastos com as dotações liberadas naquelas rubricas deveriam depender de nossa direta autorização. Por outro lado, procuravamos limitar as despesas com a verba de pessoal. É evidente que tudo isso devia se conter dentro dos limites necessários a não perturbar a vida do Estado e a não se tornar um elemento paralizador ou de retardamento.

Ao iniciarmos o ano de 1957, reiteramos as determinações para a disciplina financeira, estabelecendo, entre outras medidas, que: as Secretarias de Estado e os Serviços Autônomos sustassem, até ulterior deliberação, quaisquer alterações das Tabelas Numéricas, para os empenhos das dotações consignadas no orçamento para o exercício de 1957. Nos elementos 2, 3 e 4 - material permanente, de consumo e despesas diversas, respectivamente, - deviam ser observadas, durante o 1º semestre, as seguintes instruções: a aquisição inadiável de material permanente, elemento 2, somente podia ser processada até o limite de 50% (cincoenta por cento) do duodécimo da dotação consignada no orçamento, ressalvados os compromissos contratuais assumidos pelo governo em exercícios anteriores, com vencimento no ano de 1957; os empenhos correspondentes à aquisição de material de consumo — elemento 3 — podiam ser expedidos até o limite de 30% (trinta por cento) da importância do duodécimo da dotação consignada, ressalvada a compra de material para manutenção contínua de obras em andamento, encargos do governo de interesse público administrativo ou conveniência econômico-financeira, mediante nossa autorização expressa. As dotações consignadas no orçamento para despesas diversas, - elemento 4 - seriam liberadas até o limite de 40% (quarenta por cento) do duodécimo das respectivas importâncias.

Ao mesmo tempo, obtivemos paralizar a perigosa onda de nomeações para cargos públicos, e, nesse empenho, contamos com a alta colaboração desta nobre Casa.

Prossequimos mantendo todo o processo de disciplina a que nos estamos referindo, porque as dificuldades ainda não puderam ser conjuradas.

Não será demasiado um restropecto, que recapitule aspectos do orçamento de 1956, frente ao espelho delineado pela realidade financeira.

A receita prevista de Cr\$ 2.028.041.089,50, na qual se incluía a parcela de Cr\$ 114.000.000,00 de operações de crédito, tinha como contra-partida de despesa a cifra de Cr\$ 2.381.018.294,50, desigualdade que lançava o déficit previsto de Cr\$ 352.997.205,00. A êste déficit vieram ajuntar-se outras cifras inadiáveis, através de autorizações legislativas, para cumprimento dos encargos gerais da administração, nos vários setores que a compõem.

Tivemos, assim, Cr\$ 119.541.290,60 de créditos suplementares e Cr\$ 216.235.336,60 de créditos especiais e extraordinários, somando estas adições Cr\$ 335.776.627,20.

Em cotejo com a receita prevista, o déficit estimado de 1956 elevar-se-ia, assim, à pesada cifra de Cr\$ 688.753.832,20, de vez que a despesa efetiva montou a Cr\$ 2.716.794.921,70.

Prosseguindo em nossas informações neste setor das finanças do Estado, encontravamos, como dissemos, em 31 de janeiro de 1956, no quadro da dívida flutuante, como a parcela de maior vulto, sem dúvida, a que se referiu aos encargos oriundos de «restos a pagar», nos exercícios de 1951 a 1955:

Elevando-se a Cr\$ 1.842.417.008,50 o total dêssês encargos, é fato auspicioso e merece atenção especial o que se conseguiu na liquidação dêsse grosso volume monetário, quando se pode divulgar que no período de 1º de fevereiro a dezembro de 1956, foi essa dívida amortizada em Cr\$ 1.041.980,754,40.

Dos encargos transferidos para a atual gestão governamental, constituídos de empréstimos com o Banco do Brasil, foram igualmente, amortizados, no mesmo período, Cr\$ 68.520.913,50.

Aí, está, em traços gerais, o que se pôde fazer, no setor das finanças estaduais.

Tôdo êsse imenso esforço, porém, não conseguiu, ainda, desafogar a situação. As dificuldades que herdamos continuam pesando sôbre a nossa administração e, em parte séria, lhe dificultam os movimentos.

Precisamos prosseguir nessa política de apertar o cinto, na expectativa de breve podermos respirar mais livremente, restituindo à ação administrativa a amplitude de medidas que o momento atual da vida de nosso Estado está imperativamente a exigir.

Não obstante tudo isso, temos a consciência de poder referir que o máximo que estava em nós foi feito, no sentido de atender, com os recursos disponíveis, às necessidades do Estado. Cremos poder dizer que nenhum dos problemas que chegaram

à nossa percepção ficou sem que nos empenhassemos em resolvê-lo. Procuramos, sempre, pensá-los dentro de uma visão orgânica da vida do Estado e para uma solução ao mesmo tempo simples e larga.

Desejamos, aqui, fazer menção de alguns dêles, — aqueles de importância mais significativa:

O primeiro era o desastre das geadas ocorridas em 1953 e 1955 na região dos nossos cafezais. Não é preciso dizer e repetir tôda a profundidade dessa ameaça permanente, ameaça de tal ordem que alguém teria até ousado nos aconselhar a mudar o rumo de nossa vida econômica. Em vez de atender a êsse conselho pessimista, preferimos enfrentar o problema com outra solução corajosa, bem diversa dêsse rumo desalentador.

Quando assumimos o govêrno, procedendo dentro de um esquema a que já nos habituáramos, procurando, de imediato, uma solução de emergência para a assistência aos cafezais queimados recentemente pelas geadas, empenhamo-nos, com bom êxito, junto ao Ministério da Fazenda, para a pronta execução da lei de financiamento àqueles cafezais.

E, logo em seguida, passando da solução de emergência para a solução definitiva, nomeamos uma comissão composta de técnicos de alta capacidade: a Comissão de Estudos para a Defesa contra a Geada.

O desempenho dessa comissão para encaminhar a solução do problema deve ser particularmente louvado. Os resultados de sua ação são conhecidos de todos e, neles, temos boas razões de colocar fundadas esperanças.

Outro fato, de importância fundamental em nossa vida econômica, foi sempre, o da dificuldade do escoamento das safras. Poderíamos mencionar, aqui, os esforços bem sucedidos, que realizamos logo ao início do nosso govêrno, para o escoamento das safras de cereais do norte do Estado, e, para o escoamento da safra de batatinhas, obtida esta última mediante um entendimento entre a COFAP, o Loide Brasileiro e o Estado.

Em relação à safra de 56, tenho a satisfação de lêr o telegrama seguinte, que, datado de 28 de fevereiro último, nos foi dirigido: — «Levamos ao conhecimento de Vossa Excelência que concluímos nesta data o escoamento da grande safra de cereais de 1956 no norte do Paraná, estando já em início o fornecimento de vagões cobertos disponíveis para transporte de madeiras e outras espécies. Saudações. Angelo Lopes, Diretor da R.V.P.S.C.».

Ninguém ignorará a significação dessas providências, — combate à geadas e escoamento das safras de cereais e batatinha, — que afetam a nossa vida econômica, quási em sua

raiz e, interessando a todo o Paraná, interessam, porém, a dezenas de milhares de lavradores.

Parece que, na verdade, o que conseguimos, sobretudo no que se refere ao combate às geadas, equivale, como tôda a exatidão, a ter, de novo, mudado o rumo de fatos vitais de nosso Estado.

Mas, ainda aqui voltando ao assunto do escoamento das safras e passando das soluções de emergência para as soluções definitivas, devemos referir as providências seguintes:

a) — os nossos entendimentos no Rio de Janeiro, junto ao Ministério de Viação e Obras Públicas, junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e à Comissão Nacional de Silos e Armazens, para a construção de silos e armazens para o Paraná, nos pontos nevrálgicos de nossa produção;

b) — constituição, através do Conselho de Planejamento Econômico do Estado, de uma comissão para planificar e orientar a execução de um sistema de armazenamento e promover a regularização permanente do escoamento das safras do Estado e a conseqüente criação da Companhia Paranaense de Silos e Armazens, já em funcionamento.

No setor dos transportes, quando assumimos o govêrno, duas cousas estavam pesando de um modo profundamente desfavorável, criando dificuldades em estado agúdo: o atraso no pagamento dos empreiteiros, quasi alarmante, e o substancial desgaste do parque de máquinas para conservação e construção de estradas, agravado êste desgaste pela dificuldade de remediá-lo, dado o altíssimo preço a que atingiram tais máquinas e suas peças e a demora em importá-los. Tudo tinha de começar por êstes dois pontos, uma vez que ambos são paralizantes.

Nêsse quadro, teria de ser somado o regime de restrições que a nossa realidade financeira nos impunha obrigatoriamente, e a que já nos referimos. É certo que não podemos fazer economias no plano rodoviário e nem isso nos passou pela cabeça, mas é certo, igualmente, que os recursos do Estado precisam ser equilibradamente distribuídos por todos setores, em função de sua importância.

Para vencer essas dificuldades, refirmos os reiterados entendimentos no plano federal e, aqui, devemos mencionar os entendimentos diretos com o Presidente Kubitschek, entendimentos que se referem, fundamentalmente, ao grave problema do nosso reequipamento em máquinas para os serviços de estradas e a contribuição federal ao nosso desenvolvimento rodoviário que, hoje, não é um problema apenas paranaense, mas diretamente nacional.

Dêsses entendimentos, um dos frutos foi a assinatura de um

convênio com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para a conclusão do revestimento asfáltico da rodovia Jandaia do Sul-Apucarana-Londrina-Melo Peixoto, mediante o qual o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná executará os serviços, obedecendo às exigências técnicas do D.N. E.R., e este indenizará o nosso Estado na medida do andamento da conclusão das obras. Desta maneira, asseguramos a realização total daquela pavimentação até o fim de 1958. Nessa obra vital para o Estado, obra que já se convencionou denominar a estrada dos cereais, serão aplicados, em virtude do convênio firmado, 283 milhões de cruzeiros.

Enquanto isso, realizávamos, de nossa parte, nesse setor rodoviário, o que nos era possível para regularizar pagamentos, reequipar de veículos e máquinas, organizar, disciplinar e construir. Os resultados atingidos são bons, dentro dos limites da realidade encontrada. Destacamos, aqui, apenas, que o déficit que encontramos, de Cr\$ 110.999.337,80, ao findar o exercício, estava reduzido a Cr\$ 35.446.867,20.

Em relação à Estrada de Ferro Central do Paraná, logo ao assumirmos o governo, determinamos fossem feitos os estudos e os planos necessários para que, mesmo com o aproveitamento dos recursos mínimos exclusivos do Estado, pudessemos contar, até o fim de 1958, com o tráfego de mercadorias entre Apucarana e Lagôa Bonita (Ponta norte), tributária da Rêde Viação Paraná Santa Catarina em Apucarana, num trajeto de 60km; e, ainda, com o tráfego de mercadorias entre Ponta Grossa e Reserva (tributária da R.V.P.S.C. em Ponta Grossa), num trajeto de 160 km. Queremos, assim, e na realização disso, estamos empenhados, obter, até o fim de 1958, uma extensão mínima concluída em tráfego de 220 km., ou sejam 2 terços da extensão total da linha em construção.

Nêsse setor dos transportes devem, ainda, ser mencionados os fatos seguintes:

— Contrato com a Christian Nielsen e Cia., para a construção de mais 500 metros de cais, no Pôrto de Paranaguá.

— Empenho para obter do governo federal as verbas necessárias ao reaparelhamento do Pôrto de Paranaguá, face às necessidades decorrentes dos acréscimos de cais recém-concluídos.

— Coordenação de esforços para efetivo aproveitamento do nosso litoral do oeste — um ponto de importância fundamental de nossa política econômica, — coordenação de que fazem parte o pedido de concessão dos portos fluviais no rio Paraná; Pôrto São José, Pôrto Camargo, Pôrto Guaíra, Pôrto Mendes, Pôrto Santa Helena, Pôrto de Fóz do Iguaçu e no rio Iguaçu, Pôrto Meira; e o convênio recentemente assinado com o Serviço Na-

cional de Navegação da Bacia do Prata para a passagem para o contróle do Estado da ferrovia Guaiara-Pôrto Mendes.

— Entendimentos com a Comissão Inter-estadual da Bacia Paraná-Uruguaí, para que esta realize os estudos sôbre os rios Ivaí, Piquiri e Iguaçú, visando a saber das possibilidades de aproveitamento dêsses rios como vias navegáveis. Pertence esta providência às justas esperanças de obter um sistema fluvial de transportes coordenado e amplo, face aos resultados dos estudos já feitos pela CIEPU, relativos ao rio Paranapanema, segundo os quais êste rio poderia apresentar condições excelentes de navegabilidade, permitindo a navegação de embarcações com dois metros e 50 de calado.

— Em função dêsse conjunto de fatos, de necessidades e de expectativas, foi que enviamos a essa Assembléia Legislativa u'a mensagem, pedindo a criação de um Departamento de Portos, Rios e Canais.

Completando tudo isso, está a criação de uma comissão preocupada com os problemas aeroviários, visando, sobretudo, à ampliação e aperfeiçoamento da nossa rêde de aeropostos.

— No setor da energia elétrica estamos articulando providências no sentido de produzir nos próximos cinco anos 400.000 kw. de potência segundo o esquema seguinte:

a) — usina da diversão dos rios Capivarí-Cachoeira: 150 mil kw. mínimos;

b) — conjunto do Itararé que será construído através do convênio com o Governo Paulista: 160.000 kw. mínimos;

e) — usina termo-elétrica de Figueira: 200.000 kw. na 1ª etapa e numa 2.ª etapa 50 mil kw.;

d) — usina de Campo do Mourão interligada com as termo-elétricas de Maringá e Apucarana e outras de pequeno porte: 25.000 kw.;

e) — usina do Marumbí: 15.000 kw.

As demais usinas pioneiras completarão a estimativa dos 400.000 kw. programados.

Passando do domínio da política econômica para o da política cultural, desejo referir o esforço para superar o déficit de vagas em nossos grupos escolares, logo no início do ano letivo de 1956. Conseguimos com isso, dar escolas a um muito ponderável número de crianças ameaçadas de não obterem matrícula nas classes públicas do Estado.

Depois disso, deve-se salientar a intensiva criação de unidades de ensino de grau médio, isto é, ginásios, colégios, escolas normais e cursos normais regionais.

Será interessante fazer, aqui, uma estatística, que mostre a evolução do nosso ensino de grau médio.

Começamos com os estabelecimentos de ensino normal, um problema cuja gravidade fica evidente quando se sabe que mais da metade do nosso magistério primário não tem formação secundária nem formação profissional especializada, e que as nossas exigências, neste campo, crescem dia a dia, em grandes proporções. Pois bem, até 1946, ao início do nosso primeiro governo, havia no Estado, 5 estabelecimentos oficiais de ensino normal. De 1947 a janeiro de 51, criamos 30 unidades para a formação do magistério. E, no ano de 1956, criamos mais 48 unidades, além de termos instalado 2, criadas em 1955. Enquanto isso, de 31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1956, foram criadas 7 unidades dessa natureza. Dos cursos criados em 1956 já estão em funcionamento 17 secundárias e 15 regionais.

Depois que assumimos o governo em janeiro de 56, criamos 36 ginásios disseminados por todo o Estado, além de estadualizarmos 9 ginásios municipais, enquanto, no período de janeiro de 51 a janeiro de 56, haviam sido criadas 12 unidades dessa natureza e estadualizados 4 ginásios municipais. Naquele mesmo período, criamos 8 cursos de 2º ciclo, enquanto apenas 1 fôra criado de 1951 a janeiro de 1956.

Agora isso, estadualizamos as Escolas Técnicas de Comércio de Cornélio Procópio e de Bandeirantes e a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, tendo criado 6 Escolas Técnicas de Comércio.

Precisamos referir, ainda, neste setor da educação, e com o mesmo espírito, a criação das Faculdades de Filosofia de Londrina, Paranaguá e União da Vitória e das Faculdades de Direito de Londrina e de Ponta Grossa, e da Escola de Agronomia e Veterinária de União da Vitória, em fase de estudos; do mesmo modo, podemos mencionar o apoio que demos à obra da Universidade Católica do Paraná, criando facilidades para o funcionamento de sua Faculdade de Medicina (decreto n. 2.465, de 29-5-56).

Mencionem-se, ainda, os esforços para atrair para Curitiba um Colégio Militar.

No que aos problemas de saúde se refere, — queremos começar enunciando o fato de que o quadro dos nossos serviços sanitários no interior, quando assumimos o governo, não era de molde a provocar entusiasmo. Seria fácil a qualquer um constatar que a produção das unidades sanitárias tinha de ser considerada deficiente, não correspondendo às exigências mínimas que se lhes deve fazer. As unidades sanitárias que funcionam em edifícios próprios necessitavam de reparos urgentes, incluindo-se a pintura geral na maioria dêles, o mesmo ocorrendo com aquelas instaladas em prédios alugados.

Quanto aos postos de puericultura, a situação era ainda mais desoladora, levando-se em conta que não vinham recebendo as suas subvenções, não funcionando em sua grande maioria, não cumprindo as suas finalidades, estando em completo abandono.

Não desejo entrar em detalhes. Quero, apenas, dizer que no sentido daquele disciplinamento da situação, programamos, com toda a objetividade que foi possível aos nossos melhores técnicos e estamos pondo em execução tão intensiva quanto possível, o plano objetivo, que já está dando os seus frutos, plano e frutos dos quais a segunda parte desta Mensagem dá notícia discriminada.

Paralelamente a isso, os serviços de água e esgotos estão marcados, em 56, pelos fatos, bem significativos, da abertura de um crédito extraordinário de Cr\$ 40.000.000,00 para ataque imediato do problema de refôrço e ampliação dos serviços de esgotos da Capital; do contrato consequente, com a Civilsan Engenharia Civil Limitada, para a realização das obras referentes àqueles serviços; do aperfeiçoamento dos serviços em Paranaçuá, Cornélio Procópio, Jacarèzinho e Morretes; e, sobretudo, da retomada das obras do plano de saneamento, paralizada há longo tempo, encontrando-se, atualmente, em fase de franca execução nas cidades de Apucarana, Araçongas, Rolândia, Bandeirantes, Andirá, Uraí, Ribeirão Claro, Pirai do Sul, Foz do Iguaçu e União da Vitória, devendo-se a isso acrescentar a cooperação do Estado com os Municípios de Carlópolis, Nova Fátima, Guarapuava, Terra Rica, Ponta Grossa e Londrina, cooperação que, no caso dos dois últimos municípios, deve atingir a 45 milhões e 10 milhões, respectivamente.

No campo das edificações públicas, durante o ano de 1956, as obras autorizadas, iniciadas, em construção e concluídas podem ser resumidas no quadro geral seguinte:

Casa do Estudante: concluída.

Manicômio Judiciário, em construção.

2 — Escolas de Trabalhos Rurais: em construção.

— Escola Normal Rural de Maringá: concluída.

9 — Grupos Escolares: concluídos.

43 — Grupos Escolares: em construção.

5 — Ginásios: em construção.

2 — Ginásios: concluídos.

1 — Ampliação de Ginásio Estadual: em construção.

4 — Foruns: em construção.

4 — Foruns: concluídos.

2 — Ginásios de esporte: obra em andamento.

— Estação Experimental de Frutas Cítricas: em construção.

- 2 — Túneis para Campo de Futebol: concluídos.
- 1 — Faculdade de Filosofia e Farmácia: obra em andamento.
- 1 — Arquibancada de Esportes: obra em andamento.
- 1 — Parque de Turismo de «Vila Velha»: em construção.
- 1 — Edifício das Secretarias — no Centro Cívico: em construção.
- 1 — Armazem de Trigo e Calcáreo: obra em andamento.
- 1 — Amplicação de Sanatório: em construção.
- 1 — Estância Hidro Climática «Santa Clara»: em construção.
- 4 — Exatorias: em construção.
- 2 — Coletorias: em construção.
- 1 — Delegacia: concluída.
- 13 — Delegacias: em construção.
- 6 — Postos Fiscais: concluídos.
- 2 — Centros de Saúde: processos em andamento.
- 2 — Postos de Puericultura: em construção.
- 13 — Casas Escolares: concluídas.
- 107 — Casas Escolares: em construção.
- Diversas obras complementares no Hospital São Roque: concluídas.

No setor da segurança pública, podemos asseverar, sem medo de êrro, que o Paraná está usufruindo uma das fases de maior tranquilidade, favorável à realização do seu decisivo surto de progresso. Essa tranquilidade, evidente a todos os olhos, é o fruto de um conjunto de providências e de um esforço de disciplina administrativa continuada, aplicadas seja na Capital, seja em todo o interior do Estado, enfrentando-se sem transigência mas sem impropriedade todos os problemas e casos que se foram deparando.

Em especial destaque desejo mencionar que a prática das boas normas policiais impôs os nossos serviços de polícia civil ao respeito do Tribunal de Justiça, do Tribunal Regional Eleitoral, da Corregedoria Geral, da Magistratura nas suas diversas especialidades, do Ministério Público e dos demais integrantes do poder judiciário, sobretudo no que se refere à conduta policial nas últimas eleições municipais.

Mas, por toda a parte, foi necessário introduzirmos disciplina na administração. Assim, dando outro exemplo, ao assumirmos o governo, a Imprensa Oficial do Estado apresentava uma volumosa matéria atrasada a ser publicada, desde 1951. Graças à cooperação dos funcionários, conseguimos publicar toda a matéria de 1951, 52, 53, 54, 55 e 56. O Diário Oficial que costumeira-

mente saía com 8 páginas em 1955, durante o ano de 1956 saiu sempre com 16 páginas.

Refiramos, em outro exemplo, o esforço disciplinador do Arquivo Público, procurando aperfeiçoar a ordem do precioso material que lhe está confiado.

No que se refere à nossa Polícia Militar: a criação da ajuda geral, da Assistência Militar da Secretaria do Interior e Justiça, do Batalhão de Sinaleiros do Trânsito; o aumento dos seus efetivos, que, não obstante, ainda não atingiram a expansão necessária. Deve-se dizer que o recente aumento de vencimentos determinou o acréscimo do número de candidatos capazes à incorporação na Polícia Militar e isso é um fato que deve ser especialmente citado. Ainda neste setor da Polícia Militar, durante o ano de 56, evoluíram de modo sensível os seus serviços de assistência médico-social.

Na Secretaria do Trabalho e Assistência estamos procurando aperfeiçoar as unidades do nosso sistema de escolas assistenciais, ainda que não tenhamos atingido o nível que desejamos; o Departamento de Assistência dos casos individuais, ainda que em parte desviado das melhores normas que devem presidir o seu trabalho, vem prestando sempre crescentes serviços no seu humaníssimo labor; no Departamento do Trabalho, cresce, sobretudo, o vulto da ampla assistência jurídica proporcionada aos trabalhadores; uma palavra de louvor deve ser dita em relação ao Departamento Estadual de Estatística, que se comporta bem e útilmente em suas tarefas eminentemente técnicas.

Naturalmente, em tôda esta exposição, foi necessário omitir numerosíssimas providências diárias, algumas delas de importância significativa.

Recordemos, mais uma vez, as profundas limitações financeiras que tivemos de enfrentar e confrontemos com elas o rendimento obtido.

Senhores Deputados:

São êsses os fatos capitais da ação administrativa de nosso Governo.

Desejo agradecer a vossa colaboração com o Poder Executivo e reafirmo a esta nobre Assembléia o meu alto apreço e o meu alto respeito.

Curitiba, 1.º de maio de 1957.

MOYSÉS LUPION

Governador do Estado

a) — POLÍTICA ECONÔMICA

I — PRODUÇÃO

- a) — Generalidades
- b) — Departamento de Produção Vegetal
- c) — Combate às Geadas
- d) — Silos e Armazéns
- e) — Superintendência das Casas Rurais
- f) — Fundo de Equipamento Agro-Pecuário
- g) — Produção Animal
- h) — Assistência ao Cooperativismo
- i) — Ensino Superior, Técnico e Profissional
- j) — Publicidade Agrícola
- k) — Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas

II — VIAÇÃO E TRANSPORTES

- a) — Departamento de Estradas de Rodagem
- b) — Estrada de Ferro Central do Paraná
- c) — Portos, Rios e Canais
- d) — Viação Aérea

III — ENERGIA ELÉTRICA

IV — IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

- a) — Departamento de Geografia, Terras e Colonização
- b) — Fundação Paranaense de Imigração e Colonização
- c) — Divisão de Imigração da Secretaria de Agricultura

PRODUÇÃO

PRODUÇÃO

O desenvolvimento agrícola no Paraná decorreu, em 1956, satisfatoriamente. Analisando as culturas de valor econômico, descritas a seguir, temos uma idéia geral da agricultura no Paraná.

Arroz: A rizicultura figura no rol das lavouras exploradas economicamente no Paraná.

Os sistemas adotados para a obtenção do produto são variáveis, salientando-se alguns pontos do Estado em que o cultivo do arroz é praticado racionalmente, com a instalação de lavouras irrigadas. Tal se observa nas regiões de baixada. Por outro lado, predominam as lavouras do seco, efetuadas com critério e dentro das normas de perfeito preparo das terras, em cujo sentido a moto-mecanização apresenta excelente desempenho.

Isto se observa nos centros mais desenvolvidos, onde predominam as colonizações de origem japonesa, alemã, holandesa e italiana e onde se pode constatar o emprêgo cuidadoso de corretivos e fertilizantes químicos conforme a necessidade da terra, cuja prática eficiente tem demonstrado a boa qualidade dos adubos comercializados no Paraná.

Dada a tolerância que o arroz tem pela acidez das terras, cujo PH em nosso meio oscila em tôrno de 4,5, evidencia-se, nos dias presentes, intenso desenvolvimento rizícola nas zonas de campo, que se estendem pelo 2º e 3º planaltos paranaenses, devido à facilidade encontrada para a exploração de grandes áreas, graças às condições topográficas. A recuperação e adaptação dêsse padrão de terras tem apresentado excelentes resultados com o arroz.

As variedades mais conhecidas e aconselhadas para as lavouras do seco, são: Dourado Agulha, Pratão, Iguape Liso, Perola, Catete, Catetinho, Japonês, Japonês Gigante e Blue Rose. Encontra-se em pequena escala o arroz Amarelão, mais apropriado a lavouras irrigadas.

Os preços alcançados pelo produto em casca podem ser considerados ótimos. Em diversos centros produtores está sendo cotado a Cr\$ 50,00 por sacco de 60 quilos o tipo agulhado, enquanto a cotação sôbre o tipo oblongo oscila de Cr\$ 360,00 a Cr\$ 480,00 por sacco.

O ano de 1956 não foi muito favorável para o arroz, pois a estiagem verificada na primavera, logo após as semeaduras, prejudicou seriamente as lavouras instaladas tardiamente. O mesmo não aconteceu aos arrozais cultivados mais cedo, cujo desenvolvimento suportou o período de seca.

Pelas considerações expostas, admitimos um futuro muito próspero para a lavoura arrozeira em nosso Estado, considerando não somente o desenvolvimento natural observado nos meios produtores, como a enorme procura de sementes selecionadas em 1956.

Alfafa: No Paraná, o município que mais produz alfafa é Bandeirantes. O padrão de clima e solo ali constatado é muito favorável a essa cultura.

Os excelentes resultados obtidos ultimamente com a fenação do produto têm despertado grande interesse no seio dos agricultores daquela e de outras zonas circunvizinhas, reinando verdadeiro entusiasmo pela ampliação das áreas existentes, bem como na instalação de novas culturas.

Até o momento, o mercado tem consumido toda a produção obtida, não havendo nenhum indício de super-produção.

No ano de 56, as lavouras de alfafa foram beneficiadas pelas chuvas de outono, tendo apresentado grandes rendimentos por unidade de superfície.

A falta de sementes selecionadas e isentas de impurezas constitui sério embaraço ao desenvolvimento desta espécie, principalmente na zona apropriada ao seu cultivo, onde, por questões de interesse comercial, são encontradas sementes de procedência duvidosa e portadoras de pragas como a «Cuscuta». Neste particular são inúmeros os agricultores prejudicados.

A variedade conhecida e cultivada é a **Murcia**.

Algodão: A lavoura algodoeira, desde há muito incluída no rol das culturas exploradas economicamente neste Estado, é encontrada com frequência na zona apropriada ao café.

O aumento do número de áreas cultivadas com essa malvácea, notadamente nas zonas atingidas pelas geadas de 53 e 56, deve-se ao fato de ser o algodão uma das espécies de ciclo relativamente curto, que apresenta grandes rendimentos nas colheitas e cujo produto encontra facilidades de financiamentos na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S/A., cuja colocação essa carteira de crédito cotou a Cr\$ 150,00 por arroba no ano de 56.

Desta sorte, reinou entusiasmo entre os interessados pela lavoura, crescendo o volume da área coberta nas zonas produtoras, cobrindo boa parte das áreas cujos cafezais haviam sido atingidos pelas geadas.

Observa-se maior densidade e cultivo nos municípios centro - oeste, onde aparece o município de Assaí como um dos grandes produtores dessa malvácea, em cujo meio, segundo estatísticas apuradas, procedeu-se a

distribuição de 34.000 sacos de sementes, esperando-se uma produção média de 400 arrobas por alqueire.

Encontram-se diversas castas como I. A. 817, conhecido como Campinas, além de outras como o Texas, Express, superando o primeiro na distribuição, em cêrca de 90%, dado as características que apresenta quanto a fibra e resistência às moléstias e principalmente dada a preferência que indústrias existentes têm pelo mesmo.

Na classificação comercial predomina o tipo médio 5 e 6.

Apreciando em seu todo, a lavoura algodoeira, no momento, está mais centralizada nos municípios circunvizinhos a Londrina e Maringá, havendo certo retraimento nos municípios abrangidos pela zona de Jacarézinho, fato que se presume tenha sido função do elevado preço auferido com o milho, notadamente nas regiões onde a redução das áreas exploradas foi observada.

Segundo o Serviço de Contrôlo de Sementes do Estado, a quantidade de vendas de sementes, no ano de 56, atingiu ao total de 179.000 sacas.

Aveia: Observa-se, em nosso meio, que a cultura de aveia não é efetuada com finalidade econômica. Pode ser considerada, entretanto, como recurso utilizado pelos pecuaristas, que dela se servem para a manutenção de gado especializado, em diversas épocas do ano, com predominância na estação hiberna.

Seu plantio é realizado nos centros mais distantes, sempre em pequena escala, e, com a finalidade de atender às razões já apresentadas.

As variedades existentes, como a Saia e Florida são as mais recomendadas, e por elas tem havido relativa procura.

Os serviços próprios, encarando o problema que afeta o nosso Estado com respeito à formação de pastagem no período de carência, aconselham sempre, através dos agrônomos sediados nos municípios, o plantio de aveia, para atender às necessidades, nas épocas nas quais a vegetação verde de outras espécies perece.

Batata: A cultura da batatinha no Paraná, tal como a do trigo, centeio, milho, etc., é acentuadamente tradicional.

É cultivada em todo o Estado, tanto na zona norte como na zona sul.

Na safra de 1956, em virtude das geadas de 1955 que foram muito intensas, observou-se que êsse fato influiu poderosamente na sanidade das culturas, e daí a ausência quase completa de pragas e doenças dos batatais do Paraná.

Com isso a produção foi enorme, coincidindo também com a produção do Estado de São Paulo, que foi das mais promissoras, ocorrendo então os preços ínfimos, pela super-produção.

Houve casos em que o valor da batata não compensava o trabalho de colhê-la.

Tratando-se de uma cultura que necessita de investimento de relativo capital, pois não se planta batata sem adubo e tratos culturais, pode-se avaliar que, com essa pouca procura que houve na safra, o estado de

ânimo dos agricultores tenha sofrido, vendo os seus estoques se deteriorarem, sem comprador.

As variedades mais plantadas no Estados foram: Bintje, Voran, Konsurrágia, Paraná Ouro, Curitiba e Neida.

Café: Posteriormente ao fenômeno das geadas, ocorridas em 1955, que assolou as principais zonas cafeeiras do Estado, temos acompanhado com vivo interesse a recuperação das lavouras prejudicadas, desenvolvendo através dos órgãos competentes uma campanha de instrução racional em proveito dos interessados.

Entrementes, verificam-se diversos fatores adversos que dificultam o processo de restauração das plantas, haja visto as constantes correntes frias que tem soprado na região produtora, prejudicando sensivelmente as floradas, além das repetidas e prolongadas estiagens, registradas no Norte do Paraná. De outro lado, as extraordinárias precipitações verificadas nos meses de abril, maio, junho e julho do ano passado, concorreram para prejudicar ainda mais o estado das lavouras cafeeiras que sobreviveram às geadas.

Desta forma, no que toca à recuperação, as contrariedades são enormes.

Nas zonas produtoras, os fazendeiros e sitiantes desenvolvem suas atividades com o plantio de espécies anuais, econômicas, cujas culturas são efetuadas no meio dos cafezais em fase de restauração, quer com a finalidade de recuperar as terras, quer no aproveitamento das áreas descobertas.

As safras pendentes de 56/57, que eram estimadas como boas safras, em consequência dos fatores acima enumerados, decresceram em 50% da expectativa, comprometendo a qualidade do produto colhido.

Desta forma, reina desassossêgo entre os lavradores, ocorrendo que a maioria dêles necessita vender o seu produto para fazer frente aos compromissos, e tem o desprazer de verificar o mais completo desinteresse por parte dos compradores.

Com tais agravantes, nota-se o desânimo dos lavradores, que passaram a menosprezar suas lavouras e abandonar os cuidados que desenvolviam no programa das práticas de defesa do sólo, adubação, irrigação, em suma, da restauração dos cafezais velhos e mesmo dos que se encontram na fase de recuperação.

Não bastassem os percalços enumerados, verificam-se também a incidência do bicho mineiro e o ataque de ácaros que pela primeira vez assolaram a zona novíssima do norte do Estado, na época de estiagem, e que ainda persistem.

Todos êsses fatores, que constituem sérios entraves ao desenvolvimento cafeeiro paranaense, vêm acometendo de certo pessimismo, não só aquêles que se encontram já radicados, mas, principalmente, aos novos interessados.

As variedades em evidência no momento são: «Mundo Novo», «Bourbon», «Vermelho», «Sumatra» e «Caturra».

Cana: Não fossem as leis que regulam a expansão da lavoura canavieira, o Estado do Paraná poderia aproveitar muito mais com o seu cultivo, pois condições favoráveis de clima e solo são encontradas tanto no litoral, como no interior, nos municípios cujas terras se prestam ao café.

As produções de cana são aproveitadas pelas indústrias localizadas nos principais centros canavieiros, entre as quais se destacam a Cia. Agrícola Jacarézinho S.A., a Usina Bandeirantes do Paraná, instaladas nas cidades de Jacarézinho e Bandeirantes, e a Usina Malucelli, em Morretes, que aproveita a maior parte das produções verificadas no litoral.

Feijão: A lavoura dessa leguminosa também representa grande papel na economia do Estado, por ser uma das culturas mais difundidas.

Em geral, seu cultivo é consorciado ao milho e, devido a isso, as produções normalmente obtidas não são maiores.

O que sucedeu com as lavouras de milho, repetiu-se com o feijão; excessiva falta de chuvas durante o ciclo vegetativo, especialmente nos períodos críticos da floração, sucedendo-se por fim chuvas torrenciais acompanhadas do granizo que assolou diversas regiões do Estado, danificando seriamente inúmeras lavouras.

Os municípios do norte paranaense foram os mais sacrificados, tendo decrescido sensivelmente suas produções.

As variedades mais difundidas são: Mulatinho, Bico de Ouro, Opaquinho, Rozinha, Roxinho e Jalo. Dentre elas, as variedades Rozinha, Roxinho, Opaquinho e Jalo são as mais apreciadas e se encontram distribuídas especialmente nos municípios do norte paranaense, enquanto que os agricultores sulinos dão mais preferência pelas variedades Preto-Manteiga, Manteiguinha e Paulista.

Mamona: A cultura dessa oleaginosa vem representando grande interesse aos lavradores localizados na zona velha do norte paranaense.

Os elevados preços ultimamente obtidos com o produto, cujo colheita alcançou a Cr\$ 10,00 por quilo de sementes, fizeram escoar para as indústrias existentes toda a produção conseguida no ano de 1956, o que despertou grande entusiasmo no seio dos lavradores e sitiantes.

Além do emprêgo verificado nas indústrias que aproveitavam toda a produção de sementes, a mamona vem sendo cultivada com a finalidade de ensombrear o café, dada a facilidade de sua instalação e precocidade vegetativa.

Reunindo a dupla finalidade, a lavoura dessa oleaginosa está recebendo novo estímulo nas zonas produtoras.

Milho: O milho representa a espécie mais cultivada em todo o Paraná, tendo em seu benefício a fácil obtenção dos sub-produtos, como a farinha de milho, cangica, etc., muito preferidos na alimentação.

É de tradicional exploração e o seu cultivo encontra no padrão das terras condições excelentes.

Diversas variedades existem, mas poucas conservam o seu grau de

pureza. Em consequência, nota-se a má classificação do produto, fator depreciativo para a colocação do artigo no mercado consumidor.

O aparecimento do milho híbrido veio mostrar aos produtores a grande vantagem caracterizada pela sua resistência e maior produtividade, sendo êle muito procurado. Infelizmente, a produção dessas sementes é pequena para atender às reais necessidades do Estado, o que implica inevitavelmente sejam utilizadas sementes de variedades exploradas há muito tempo em nosso meio, que se caracterizam pelo tipo de milho mole e semi mole.

Últimamente esta lavoura tem sofrido revezes ocasionados por fatores meteorológicos, haja vista a forte estiagem verificada nos primeiros meses que sucederam o plantio, acarretando em muitos lugares do Estado perdas irreparáveis. Além disso, registraram-se demasiadas precipitações por ocasião das colheitas. Esses foram os fatores ocorridos e responsáveis pelo decréscimo de 50 % das produções obtidas normalmente.

Entretanto, é animador o que se observa quanto ao sistema de exploração, pois a lavoura de milho vem merecendo maiores cuidados, sendo bem significativo o volume da área trabalhada racionalmente, quer pelo emprêgo de máquinas motorizadas, quer pela utilização de fertilizantes químicos.

As variedades mais difundidas são: Armour, Cristal, Catete, Dietcher e Híbrido. Êste último é produzido pelo Agro Cres S.A., em Jacarêzinho.

Rami: Essa cultura foi a que maior interêsse despertou nos lavradores da região produtora no começo do ano de 1956, com o estímulo oferecido pela colocação do produto no mercado consumidor, cujo preço ficou estabelecido inicialmente em Cr\$ 34,00 por arroba de fibra descortada.

Desta feita houve verdadeira romaria na obtenção de rizomas apropriados à instalação de novas lavouras, elevando-se o total aproximadamente de 1.200 alqueires registrados em 1955 para a significativa área de 3.500 alqueires cultivados em todo o Estado.

Essa área é mais ou menos assim representada: 20% em culturas antigas, 50% culturas em franca produção e 30% de culturas novas.

A produção estimada para 1956 foi de 4.000 toneladas enquanto para o ano de 1957 estima-se a produção para 7.500 toneladas. Entrementes o interêsse demonstrado pelas Indústrias Texteis localizadas no Estado de S. Paulo, gira em tórno de 4.500 toneladas e representam no momento a sua capacidade de aproveitamento industrial.

A restrição estabelecida pelo desinterêsse do mercado consumidor surpreendeu os ramicultores, caindo o preço inicial de Cr\$ 34,00 pagos por arroba de fibra, para menos de Cr\$ 10,00. Reina grande desassossêgo entre os produtores.

Se as culturas existentes forem mantidas, poderemos estimar uma produção média para os anos subsequentes de mais ou menos 10.000 toneladas anuais.

A capacidade de consumo da indústria existente no país gira em torno de 4.500 toneladas, como foi dito, e os dados estimativos por si só deixam patente a super-produção.

As variedades cultivadas no Estado são diversas, entre elas podemos citar as mais estimadas, quer pela sua produtividade, quer pela qualidade de suas fibras, tais como: **Miysaki, Miysa i-112, Miysaki-120, Murakami, Roio e Anhumas.**

Entre os municípios produtores de ramí, destaca-se Uraí, com a área aproximadamente de 2.000 ha. e Londrina com a área aproximada de 1.500 Ha.

Soja: A procura de semente de soja no ano de 56 foi grande, especialmente nas zonas atingidas pelas geadas onde realmente se necessitavam de recursos para garantir os trabalhos de restauração dos cafezais prejudicados e melhor aproveitar as terras assoladas pelo fenômeno.

Entretanto, com tôdas as vantagens oferecidas por essa espécie, temos o desprazer de informar que a produção do ano foi seriamente prejudicada devido intensas e prolongadas chuvas verificadas na época das colheitas, causando sensível decréscimo na produção que era esperada.

Todavia, os fatores ora adversos à exploração não constituirão impedimento para que seu cultivo continue com a finalidade de restaurar as terras cansadas, prática, aliás, já difundida e que vem sendo adotada em todos os quadrantes do Estado.

As variedades mais cultivadas são: Abura e Aksaben.

Trigo: Por constituir uma das necessidades alimentícias, esta espécie tem apresentado sempre sensíveis melhoras de adaptação e produtividade, graças aos trabalhos contínuos realizados pelas Estações Experimentais sediadas no sul do País.

Como resultado dos experimentos, têm surgido variedades com grande aceitação pelos agricultores, em virtude da sua alta resistência às moléstias criptogâmicas e pela produtividade que tem apresentado.

Podemos enumerar as seguintes variedades: Frontana, Tritani, Colonia e Patriarca.

Na zona norte, onde novamente está tomando impulso a triticultura, sobreleva a variedade Bandeirante, tendo também boa aceitação a variedade Frontana.

Nota-se na parte oeste do Estado, um grande incremento da triticultura, em virtude dos trabalhos realizados por agricultores provindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e os lá já radicados.

Dos municípios tritícolas, ressalta-se o de Pato Branco, cuja produção, estima-se, na presente safra, em 30.000 toneladas.

A produção total do Estado é estimada em 75.000 toneladas para a presente safra.

PRODUÇÃO VEGETAL: — É o Departamento da Produção Vegetal o órgão encarregado das atividades atinentes ao fomento, defesa, padronização e experimentação vegetal, abrangendo ainda as atividades florestais.

I — Organização

a) — **Diretoria**

- 1 Secção administrativa
- a) — Expediente e Protocolo;
- b) — Contabilidade;
- c) — Almoxarifado.

b) — **Divisão de Padronização de Produtos Vegetais**

- 1 Serviço de Padronização de Produtos;
- 2 Secção de Fiscalização e Classificação de Raízes e Tubérculos;
- 3 Secção de Fiscalização e Classificação de Plantas Texteis;
- 4 Secção de Fiscalização e Classificação de Cereais e Leguminosas.

c) — **Divisão Florestal**

- 1 Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná;
- 2 Diretoria;
- 3 Secção de Reflorestamento;
- 4 Secção de Defesa e Parques Florestais;
- 5 Secção de Introdução de Essências;
- 6 Secção de Distribuição e Transportes de Mudas.

d) — **Divisão de Experimentação e Fomento Agrícola**

- 1 Serviço de Fomento da Produção;
- 2 Estações Experimentais e Campos de Multiplicação de Sementes;
- 3 Serviço de Experimentação Agrícola;
- 4 Serviço de Meteorologia;
- 5 Serviço de Mecanização Agrícola.

e) — **Divisão de Defesa Sanitária Vegetal**

- 1 Serviço de Combate à Broca do Café;
- 2 Serviço de Defesa Agrícola;

- 3 Secção de Contrôl e Fiscalização da Venda de Sementes;
- 4 Secção de Contrôl e Expurgo de Sementes do Algodoeiro.

II — Classificação e Padronização do Algodão

No ano de 1956, tivemos uma produção algodoeira bastante volumosa, o que obrigou a Secretaria de Agricultura a contratar, da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, um classificador, a fim de auxiliar os nossos trabalhos. Considerando o aumento contínuo da produção de algodão no Paraná, a Secretaria está providenciando a especialização de técnicos neste setor.

No ano agrícola 55/56, o plantio do algodoeiro ultrapassou tôdas as expectativas e foram distribuídas 150.000 sacas de sementes. Infelizmente, a qualidade do algodão colhido não foi muito boa, em decorrência das intensas chuvas verificadas na época da colheita. Foi de boa qualidade o algodão colhido antes das chuvas.

Entraram, nas máquinas de beneficiamento localizadas no Paraná, 51.639.765 quilos de algodão em caroço, contra 30.979.858 entradas na safra anterior.

Conforme dados obtidos do Serviço de Economia Rural de São Paulo, foram beneficiados, nas máquinas paulistas, 53.792 toneladas de algodão em caroço que procederam do Paraná, até 30 de agosto de 1956.

Industrialização do caroço de algodão:— Na safra de 1955/56, foram industrializadas 31.394.566 quilos de caroço de algodão, dos quais, pelo Moinho Santa Francisca, com sede em Londrina, 11.585.163 quilos, e 3.123.812 quilos pela Indústria de Óleos Andirá S/A.

Com destino às indústrias paulistas seguiram 16.685 quilos ou seja mais de 50% do caroço de algodão obtido em nosso Estado.

Além do linter, o Moinho Santa Francisca Indústria Geral produziu, na safra que findou, 5.270.000 quilos de torta e 702.000 quilos de óleo refinado.

Pela Indústria de Óleos Andirá S/A., com sede em Andirá, foram adquiridos 3.123.802 quilos e, até fins de Novembro de 1956, industrializados apenas 1.105.010 quilos de caroço, tendo-se obtido, além do linter, 144.805 quilos de óleo bruto e 424.259 quilos de torta.

A finalidade da torta obtida em nosso Estado continua a ser a adubação e a alimentação de gado leiteiro.

Algodão beneficiado:— Na safra que findou, foram obtidos 95.631 fardos de algodão em pluma, com 18.180.688 quilos, apesar das condições climatéricas desfavoráveis, contra 58.020 fardos com 10.993.232 quilos do mesmo produto da safra de 54/55, o que vem demonstrar o interesse do agricultor paranaense pela cultura algodoeira.

As máquinas de beneficiar o produto em nosso Estado, em número de treze, estão assim distribuídas:

Londrina Comércio Indústria Sahão S.A.

Londrina	Attilio Codato & Cia.
Maringá	Algodoeira Paranaense S.A.
Maringá	Benedito Theodoro Pereira
Assaí	Imano & Yoshida Ltda.
Assaí	Cia. Comissária e Exportadora de Algodão
Jataizinho	Anderson Clayton & Cia. Ltda.
Uraí	Cia. Prado Chaves Exportadora
Paranavaí	Paranavaí Ltda.
Cambará	S.A. Indústria Votorantim
Andirá	Bráulio Barbosa Ferraz
Alto Paraná	Antonio Caserta
Cornélio Procópio	Anderson Clayton & Cia. Ltda.

A fibra produzida nesta safra pode ser considerada boa, quer em resistência, quer em comprimento, comparando com a produzida nos demais Estados produtores de fibra média.

Para a safra de 56/57, deverão ser montadas, no Paraná, mais 3 ou 4 máquinas de beneficiamento de algodão em caroço e uma de industrialização do caroço do algodão, o que virá incentivar mais ainda o plantio em nosso Estado.

III — Divisão Florestal

No ano de 1956, foram realizados os seguintes trabalhos no setor experimental de reflorestamento:

Parque Estadual de Vila Velha:

1 — Plantio de sementes de pinheiro em 15 talhões experimentais, com 12,5 hectares, com o objetivo de estudar a recuperação de áreas de mata intensamente exploradas.

O total de covas plantadas foi 57.870, nas distâncias de 1,50m e 2,00m, inclusive cerca de 12 mil covas replantadas por falhas verificadas no ano de 1955.

A área total com pinheiros atualmente existentes perfaz aproximadamente 130 hectares, em terras de campo e de mato, com um total plantado de cerca de 507.870 pinheiros, com idades variáveis de 1 a 11 anos.

Distribuindo os blocos em parcelas experimentais com diferentes objetivos experimentais, quanto às distâncias, reações do solo, exposição, topografia, etc., esperam-se obter, de futuro, dados relativos a rendimentos, métodos, qualidades da madeira, etc. que possam servir de base para a silvicultura regional.

2 — Talhões plantados com imbuías em áreas de regeneração natural estão sendo mantidos para observação. Cerca de 25.000 pés encontram-se em cuidados e observações desde 1947.

3 — Trabalhos relacionados com os métodos de plantio estão sendo anotados para comparar os resultados alcançados e servirem de base para os futuros plantios.

4 — Talhões experimentais com cedro e peróba são mantidos em observação.

5 — Afim de suprir a falta de combustível lenhoso, não só para o uso doméstico como para a indústria e ferrovias, o Parque distribuiu, a partir do ano de 1949, 715.878 mudas de eucálptos aos municípios de Ponta Grossa, Curitiba, Pirai do Sul, Palmeira, Iratí, Pôrto Amazonas, Tibagi, Morretes, Araucária e Lapa.

A produção prevista para 1956, foi de 200.000 mudas, cuja distribuição terminou em março de 1957.

Para a determinação das espécies adequadas ao clima do Paraná e principalmente aos Campos Gerais, foram introduzidas, em 1947, 11 espécies que, após decorridos os períodos de observação, ficaram reduzidas a quatro, hoje distribuídas com garantia de resistência às geadas e produção apreciável a partir do 5º ano.

6 — Quanto às coníferas estrangeiras plantadas em 1953-1954-1955 e 1956, apenas as espécies de PINUS abaixo relacionadas mantêm-se em estado apreciável de desenvolvimento:

Pinus pinea, *p. densiflora*, *p. taeda*, *p. caribea*, *p. echinata*, *p. jeffreye*, *p. palustris*, *p. brutea*, *p. loreensis*, *p. clausa*; várias espécies do gênero CUPRESSUS e *Juniperus virginiana*. Como às demais também estas essências são mantidas com o objetivo de observação.

7 — Através de um plano traçado com a cooperação do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (I.B.P.T.), um trabalho de observação e contróle é mantido para prevenir e combater as pragas e doenças que por ventura possam ocorrer nas culturas.

8 — Em cooperação com o Instituto Nacional do Pinho, foram efetuados os plantios de 1955, de 20 mil estacas de álamo, procedentes da Argentina.

Pelo desenvolvimento obtido das estacas brotadas calcula-se que, para 1957, produziremos 100 mil mudas novas.

Trata-se de álamo de origem italiana da variedade AM-54, tido como dos mais precoces e fornecedor de madeira para embalagem, fósforos e lâminas em período que não excede a 30 anos na Argentina.

Parque Florestal de Caxambu: Mantido em acôrdo e cooperação com o Instituto Nacional do Pinho, êste Parque, situado no município de Castro, tem o objetivo de estudar as essências florestais compatíveis com a região, pois trata-se de região explorada por muitos anos pela indústria madeireira e pela agricultura.

Os trabalhos iniciaram-se em Maio de 1955 e no ano de 1956 foram efetuados os primeiros plantios de sementes de araucária num total aproximado de 30.720 covas.

Obras: A Divisão Florestal levou a efeito, no ano de 1956, as seguintes construções:

Vila Velha: 5 casas de madeira para operários;

ampliação da rede de água e luz; em cooperação com o Instituto Nacional do Pinho;

- 1 dormitório de madeira e instalações sanitárias para 48 operários;
- Caxambu: 1 casa de madeira para residência do administrador;
- 1 casa de madeira para residência e escola;
- 6 boeiros e abertura de cerca de 5km. de estradas internas.

Outros Trabalhos Experimentais: Em 1949 foram iniciados, em Vila Velha, trabalhos relativos à produção de mudas e sementes de plantas forrageiras e formação de pastagens artificiais.

Entre as gramíneas postas em competição sobressaiu-se a chamada grama missioneira ou grama jesuítica (botânicamente classificada como *Axonopus Compressus*, Beauv. variedade jesuítica Anacr.) que encerrava as condições exigidas para pastagens artificiais, como: boa resistência ao inverno, boa adaptação a solos ácidos e arenosos, com características de agressividade e disseminação em elevado grau. Ensaída em piquetes experimentais, verificou-se mais uma excelente qualidade que era a resistência ao pisoteio.

Embora não terminados todos os ensaios para as definitivas conclusões, já se antevê uma grande possibilidade para os criadores dos Campos Gerais:

No ano de 1956, foram distribuídos 2.150 sacos aproximadamente com 50 mil quilos brutos, de mudas.

A estação de forrageiras produziu mais 528 kgs. de sementes de leguminosas como: trevos, cornichão, tremoços, ervilhacas, serradela.

632 kgs. de sementes de gramíneas, como: azevenes, fluva, ulca, setaria, elefante, palha larga, aveias, festuca, capim doce, colômbio red-top, veldt, Rhodes, Sanduva, Sorges branco e negro, grama Mato Grosso, teocinto e colômbio Tanganika.

IV — Divisão de Experimentação e Fomento Agrícola

1 — **Serviço de Fomento Agrícola:** Da competência deste Serviço, destaca-se atualmente o Serviço de Registro de Lavradores, Estatística da Produção, distribuição de sementes de hortaliças e flores e demais espécies vegetais que são entregues à Superintendência das Casas Rurais, as quais vêm, por intermédio de suas subordinadas, nos diversos municípios, executando propriamente o fomento da produção.

Dando seqüência ao trabalho iniciado no ano anterior, o Serviço do Fomento da Produção organizou, em colaboração com particulares, diversos Campos de Cooperação para multiplicação de sementes, os quais foram inspecionados por técnicos deste Serviço conforme especificam os contratos para a instalação daqueles campos.

Registro de Lavradores: Prosseguindo no setor de Registro de Lavradores, tivemos durante o ano, 1.986 novos registros, os quais acrescidos aos dos anos anteriores, perfazem um total de 16.511 registros.

2 — Trabalhos Experimentais:

I — Na Estação Experimental de Florestal, foram levados a efeito os 11 ensaios experimentais objetivando as finalidades abaixo relacionadas:

a) — Competição de variedades visando a produtividade, resistência às moléstias e pragas, adaptação ao meio, tipo do produto, etc.;

b) — Ensaio de adubação visando a determinar as quantidades ideais dos elementos N-P-K a empregar na cultura de batata nos solos da Estação.

c) — Ensaio visando a determinar o comportamento do N. aplicado em diversas épocas e quantidades.

d) — Ensaio visando a determinar o melhor espaçamento a aplicar na cultura da batata, para fins de produção destinada ao consumo e a sementes.

e) — Ensaio a fim de determinar o comportamento das diversas fórmulas comerciais de fertilizantes completos empregadas na cultura da batata.

f) — Ensaio visando a comprovar a menor produção dos tubérculos «baixo padrão».

g) — Ensaio visando a estudar o comportamento e a possibilidade do corte do tubérculo grande.

Os resultados dos ensaios acima estão sendo analisados.

Na Estação Experimental de Florestal foram ainda instalados trabalhos visando pesquisa e produção de sementes de hortaliças.

II — Na Estação Experimental da Cambará:

Nesta Estação foram instalados trabalhos experimentais com algodoeiro, visando:

a) — Seleção da variedade I — A Campinas 817, afim de manter em alto grau a sua produtividade.

b) — Determinar o espaçamento ideal para a cultura do algodão. O espaçamento ideal verificado no corrente ano foi o de 90 cm. entre linhas.

c) — Competição de variedades, tendo concorrido diversas variedades norte-americanas; a variedade proveniente do Instituto de Campinas (I.A. 817) superou as demais.

Além dos trabalhos experimentais com algodão, foram realizados outros com milho e trigo, cujos resultados ainda não foram obtidos.

III — No Parque Estadual de Vila Velha:

Além do setor florestal, que é a principal atribuição do Parque, tem o mesmo cooperado nos experimentos que estão sendo realizados com o trigo. Os trabalhos experimentais realizados neste sentido estão dentro dos planos nacionais sul e centro-brasileiro. Desde o ano de 1952, está sendo efetuado um trabalho experimental visando a determinar a influência do cálcio na lavoura tritícola.

IV — Na Estação Experimental de Frutas Tropicais de Morretes: Esta

Estação está na fase inicial de organização e poucos trabalhos experimentais estão em andamento no momento. Assim é que no setor da citricultura instalou ensaios visando à seleção de matrizes e visando também determinar: tipos de porta enxertos, e comportamento de variedades.

V — Trabalhos experimentais sobre trigo: Com relação ao trigo, estão sendo instalados trabalhos experimentais em diferentes regiões ecológicas do Estado. Estes ensaios compreendem trabalhos regionais e ensaios de âmbito nacional, como sejam os ensaios sul e centro-brasileiro, delineados pela Comissão Técnica do Trigo. Em geral estes ensaios são realizados em cooperação com a Estação Experimental do Trigo de Curitiba, pertencente ao Ministério da Agricultura, e na qual o Estado mantém um técnico especializado em experimentação.

Os ensaios sobre trigo vizaram principalmente:

a) — Estudar a interferência da acidês do solo sobre a fixação dos fosfatos.

b) — Observar os métodos de preparo do solo para a cultura do trigo (adubação verde e calagem).

c) — Determinar a época mais apropriada à distribuição dos fertilizantes.

d) — Observar a ação da adubação verde .

e) — Observar se a incorporação dos fertilizantes nas filas, juntamente com a semente, tem ação tóxica.

f) — Observar a ação qualitativa e quantitativa sobre a cultura dos elementos fertilizantes Ca-N-P-K.

g) — Ensaio de adubação Ca-N-P-K.

h) — Observar a correlação existente entre as épocas de semeadura e a produção (ensaio ecológico).

i) — Observar o comportamento de diversas linhagens provenientes de cruzamento.

j) — A competição de variedades.

k) — Comparar as linhagens de trigo Trintecinco.

l) — Adaptação variável (ensaio ecológico).

m) — Ensaio Paranaense de Trigo que foi executado em Ponta Grossa, Palmeira, Rio Negro e Malé.

n) — Ensaio Centro-Brasileiro de Trigo.

Além dos trabalhos acima, que ainda não estão concluídos, foram efetuados, com base nas observações do ano anterior, cruzamentos entre as seguintes variedades:

Bobin Caza R L x Trintecinco

Benevenuto Simber x Trintecinco

(Fronteira x Kenia 58) x Trintecinco

(Red Egyptian x Frontana) x Trintecinco

Horto x Trintecinco

Centeio x Trintecinco

Bandeirantes x Trintecinco

Foram semeadas sementes F 1 dos cruzamentos executados em 1954 e foram continuados os trabalhos de seleção genealógica do material oriundo de cruzamento dos anos anteriores, num total de 1.551 linhagens isoladas.

Continuou também o trabalho de seleção genealógica na cultura geral e nas coleções de variedades com um total de 940 isolamentos, que serão estudados no corrente ano. Na coleção foram executados estudos preliminares para observar o comportamento de variedades para fins de futuros cruzamentos.

Serviço de Meteorologia: Foram adquiridas algumas estações meteorológicas, instaladas nas estações experimentais do Departamento de Produção Vegetal.

Com o acôrdo em vias de realização com o Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, serão, em 1957, instaladas outras estações congêneres que deverão constituir a rede que projetamos para o Estado do Paraná.

Serviço de Mecanização Agrícola: Através do serviço especializado do Departamento da Produção Vegetal e pelas Casas Rurais foram executados, pelo maquinário agrícola do referido Departamento, inúmeros trabalhos particulares. Além dos trabalhos efetuados diretamente pelo pessoal do Departamento, foram cedidas diversas máquinas por emprestimo, especialmente, trilhadeiras para cereais.

Atualmente, o Departamento conta com mais de 300 (trezentas) dessas máquinas, distribuídas entre os agricultores.

Está estudada a constituição, no ano de 1957, de 5 (cinco) patrulhas de mecanização, que deverão operar em diversas regiões do Estado, através o Departamento de Engenharia Rural e Mecânica da Agricultura. No futuro, instalar-se-ão novas unidades.

V — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal

1 — **Atividades do Serviço de Combate à Broca do Café:** Durante o ano agrícola cafeeiro 55-56 prosseguiram os trabalhos, considerados básicos, de contrôle às doenças e pragas do cafeeiro — principalmente a bróca do café — os quais se resumem no seguinte:

- a) — Campanha educacional junto ao fazendeiro;
- b) — Prosseguimento do cadastro das propriedades cafeeiras, visando conhecer o número e idade de pés de café de cada propriedade e município, delimitação da área atacada e localização dos focos iniciais esparsos de infestação da bróca;
- c) — Fiscalização das lavouras, não se permitindo a existência de cafeeiros abandonados ou sem trato;
- d) — contrôle das colheitas e obrigatoriedade do «repasse» na região infestada;
- e) — fiscalização do transporte de «palha do café», permitindo-se a saída da mesma, somente fermentada ou devidamente tratada;

f) — proibição da execução da «esparração do cisco» sem o competente «visto» do Serviço, na região atacada;

g) — realização do levantamento do grau de infestação (grau médio de infestação), visando a conhecer a importância da praga e orientação da aplicação do combate químico por meio de inseticidas modernos de ação residual;

h) — revenda de inseticidas pelo preço de custo, levando-os a locais de distribuição os mais próximos possível dos interessados;

i) — recomendação de medidas complementares de combate à bróca, como: colheita cedo, catação profilática, limpeza geral da lavoura, etc.;

j) — observações sobre o ataque de outras pragas do cafeeiro e que estão tomando certa importância econômica na região Norte.

COMBATE ÀS GEADAS: — O Estado do Paraná, há pouco mais de um lustro, atingiu posição de preeminência no conceito das unidades federativas que produzem café, pela circunstância de ter ultrapassado a cifra de mais de um milhão de sacas.

Não fôsse a ocorrência das geadas em 1953, o Paraná teria ultrapassado, pela segunda vez na história de suas estatísticas de produção de café, a cifra de cinco milhões de sacas. A presença daquele fenômeno climatérico nas lavouras cafeeiras, dizimando milhões de pés, ocasionou perda considerável no patrimônio estadual, agravada ainda com as geadas de 1955, que atingiram mais intensamente as zonas denominadas «nova» e «novíssima» nos cafezais do setentrião paranaense.

Deve-se considerar que êsse fenômeno, com sua incidência, afeta não somente a produtividade das árvores cafeeiras, como, ainda mais, promove profunda desvalorização dos terrenos do norte paranaense, patrimônio que se conseguiu durante décadas, numa diuturnidade de trabalho, em função da excelência das terras roxas daquela região.

Quando assumimos o govêrno, procedendo dentro de um esquema a que já nos habituáramos, de imediato, procuramos a solução de emergência para a assistência aos cafezais queimados recentemente pelas geadas, e empenhamo-nos, com bom êxito, junto ao Ministério da Fazenda, para a pronta execução da lei de financiamento àqueles cafezais.

E, logo em seguida, passando da solução de emergência para a solução definitiva, nomeamos uma comissão composta de técnicos de alta capacidade: a Comissão de Estudos para a Defesa contra a Geada.

O desempenho dessa comissão, para encaminhar a solução do problema, deve ser particularmente louvado.

Desde sua criação, manteve ela contacto com as diversas instituições ligadas à lavoura do café e outras entidades científicas e técnicas do Estado e do País. Assim, entrou em entendimento com o Serviço de Meteorologia, no sentido de serem instalados Postos Meteorológicos em determinadas zonas climáticas da região do Café. O fundamental, porém, é que as experiências realizadas com fumíferos e neblígenos e outros produtos capazes de acarretar a turvação da atmosfera, desenvolvidos no ano findo pela Comissão, coroaram-se de pleno êxito, fazendo

justas quaisquer esperanças na dominação das geadas. Além de contar com o apóio do Ministério da Agricultura, do Instituto Brasileiro do Café, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, do Instituto Agrônômico de Campinas, e outras entidades, a Comissão de Estudos entrou em entendimentos com o sr. Ministro da Guerra, General Teixeira Lott, o que tornou possível a realização da «Operação Geada», tão bem programada pelo Coronel Omar Emir Chaves, Diretor da Escola de Instrução Especializada, mediante a utilização de geradores denominados «Fog — Generator Bosler», de procedência norte-americana. Os primeiros sucessos serviram de base para o planejamento de 1957, que inclui a ampliação da rede de estações meteorológicas do Estado, a solicitação ao Governo Federal para a instalação de um contingente militar de Guerra química no norte do Paraná, a aquisição por parte do Instituto Brasileiro do Café, em grande escala, de aparelhos e produtos a fim de utilizá-los em novos testes, e para a venda aos interessados, a execução de um roteiro de palestras e publicações de caráter científico, e a organização de uma equipe volante de instrutores para orientar os cafeicultores no manêjo e manutenção dos geradores de neblina.

SILOS E ARMAZÉNS: — A carência dos meios de transporte e comunicação de há muito vinha determinando sérios prejuízos para a cultura dos cereais do Norte do Paraná, fenômeno agravado pela falta de armazenagem daquêles produtos. Fato demonstrativo da calamitosa situação que então se criava para a economia do Estado foi ter o Paraná perdido, em 1954, a soma de Cr\$ 1.635.938.000,00 (um bilião, seiscentos e trinta e cinco milhões, novecentos e trinta e oito mil cruzeiros), em virtude da falta de armazéns, o que levava o agricultor à tentativa de vender sua produção ao preço de ocasião, sempre subordinado às imprevistas oscilações da lei de oferta e procura. Bem compreendendo a gravidade do problema, o Govêrno do Estado, através da «Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico», desde logo convocou todos os recursos para debelar o mal. Foi quando a Sub-Comissão organizada para o exame do assunto, partindo dos subsídios apresentados pela Secretaria de Agricultura, pela Societé de Constructions des Bartignolles e pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e após os necessários levantamentos dos índices de produção, consumo, exportação e importação, acrescidos da visualização dos meios de transporte e, principalmente, dos cálculos de rentabilidade — traçou um esquema flexível para a «Rêde Paranaense de Armazéns e Silos», adaptado às reais necessidades do Estado. Foi então proposta a organização de uma rêde de emergência, com 6 armazéns metálicos num total de 60.000 toneladas, a que se seguiria a execução de uma rêde definitiva, abrangendo as diversas zonas produtoras do Paraná, mediante a distribuição de 28 unidades, num total geral de 170.200 toneladas. Dada, porém, a impossibilidade de construção em tempo da rêde de emergência, foi a Sub-Comissão forçada a optar por uma proposta da Casa Mayrink Veiga S. A., referente à construção de uma rêde de silos metálicos pré-fabricados, fixando, então, a construção de 12 unidades distribuidoras para o armazenamento de cereais, localizados em Santo Antônio da Platina, Cornélio Procópio, Apucarana, Londrina, Maringá, Paranavaí, Campo Mourão, Cianorte, Cafetal, Pato Branco, União da Vitória, e Guarapuava, perfazendo um total de 70.000 toneladas.

Constituída a COPASA (Companhia Paranaense de Armazéns e Si-

los), — sociedade de economia mista, para tratar do assunto, encaminhou, assim o Govêrno do Estado, a boa solução do problema, tão intimamente ligado à segurança de nossa evolução econômica.

SUPERINTENDÊNCIA DAS CASAS RURAIS: — Esse órgão compreende onze Setores Rurais, setenta Casas Rurais e quinze Postos de Vendas, atendo a todo o território do Estado.

Funcionando em prédios alugados ou em concedidos, pelas Prefeituras Municipais, as Casas Rurais e os Postos de Venda vêm cumprindo suas finalidades, apesar da carência de recursos técnicos e financeiros com que lutaram até há pouco tempo. A consignação feita, de cinco milhões de cruzeiros, no exercício passado, em seu favor, permitiu maior intensidade e amplitude nos serviços de fomento à produção rural.

Foram as seguintes as atividades da Superintendência das Casas Rurais, no ano passado, em seus diversos setores:

Produtos Veterinários	Cr\$ 1.480.675,80
Sementes	Cr\$ 17.666.167,10
Máquinas agrícolas	Cr\$ 521.350,00
Adubos, inseticidas e fungicidas	Cr\$ 3.373.356,10
Valor total	Cr\$ 23.041.549,00

Registro de lavradores e criadores: Encaminhou a Superintendência das Casas Rurais aos Departamentos competentes um total de 2.212 pedidos de registro procedentes de todos os recantos do Estado.

Máquinas agrícolas: Para os serviços de mobilização do solo e de trabalhos agrícolas, possui a Superintendência 94 tratores de diferentes marcas e potências, 89 arados, 86 grades de discos, 67 trilhadeiras e outros equipamentos indispensáveis a cada região.

O equipamento está assim distribuído:

Setor Rural de Ponta Grossa: 12 tratores de diversas marcas; 11 arados de diversas marcas; 9 grades de diversas marcas e 3 trilhadeiras com motor.

Setor Rural de Apucarana: 3 tratores de diversas marcas; 4 trilhadeiras; 4 grades e 4 arados.

Setor Rural de Cambará: 16 tratores; 13 arados; 14 grades; 2 segadeiras; 1 semeadeira; 1 selecionador de sementes; uma trilhadeira com motor.

Setor Rural de Cornélio Procópio: 4 tratores; 4 grades; 4 arados; 2 trilhadeiras com motor.

Setor Rural de Guarapuava: 7 tratores; 7 arados; 7 grades.

Setor Rural de Mallet: 7 tratores; 11 grades; 10 arados; 5 ceifadeiras; 17 trilhadeiras.

Setor Rural de Maringá: 5 tratores; 4 arados; 4 grades.

Setor Rural de Pirai do Sul: 10 tratores; 11 arados; 11 grades; 2 classificadores de semente; 1 semeadeira; 5 trilhadeiras.

Setor Rural de Palmas: 5 tratores; 3 arados; 3 grades; 6 trilhadeiras.

Setor Rural de Curitiba: 21 tratores; 19 arados; 18 grades; 29 trilhadeiras; 3 ceifadeiras; 1 semeadeira; 1 distribuidor de adubo.

Resumo: 94 tratores; 89 arados; 86 grades; 3 semeadeiras; 1 distribuidor de adubo; 6 segadeiras; 4 ceifadeiras; 67 trilhadeiras; 3 selecionadores de sementes.

Mobilização do solo: Com o equipamento acima mencionado, e que será aumentado de acôrdo com as exigências do fomento, realizou a Superintendência das Casas Rurais os seguintes trabalhos:

Áreas mobilizadas — aração e gradagem	4.943,85 Ha.
Horas de trabalho	13.704,45
Beneficiamento de cereais	37.837,5 sacos

FUNDO DE EQUIPAMENTO AGRO-PECUÁRIO: -- Dentro do seu programa de fomento agro-pecuário, êsse fundo possibilitou aos pequenos agricultores e criadores, radicados no Estado, a aquisição de máquinas e animais reprodutores, com financiamento a longo prazo.

Foram as seguintes, resumidamente, as operações efetuadas, pelo Fundo, no exercício recém findo:

Foram vendidos e financiados os maquinários seguintes: 98 trilhadeiras de diversos tipos e tamanhos, 20 tratores, 25 arados, 14 grades, e grande quantidade de equipamentos.

Sementes, Tubérculos e Mudas: As vendas de sementes selecionadas, das variedades soja, trigo, milho, alfafa, cebola, batata, centêio, etc. alcançaram o valor de Cr\$ 2.771.641,40 (dois milhões setecentos e setenta e um mil, seiscentos e quarenta e um cruzeiros e quarenta centavos), valor êste abaixo do preço de aquisição, tendo-se em vista o interêsse do Estado, em fomentar a produção.

Adubos, inseticidas e fungicidas: Com o objetivo de corrigir a carença de elementos químicos do solo e amparar o pequeno agricultor, o Fundo vendeu ao preço de aquisição, superfosfato, sulfato de cobre etc., através de financiamento a longo prazo.

Produtos Veterinários: Efetuou êste órgão a venda de vacinas contra Peste Suína, contra Raiva, contra Febre Aftosa e outros produtos preventivos, num total de Cr\$ 4.755.560,30 (quatro milhões setecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e sessenta cruzeiros e trinta centavos).

Forragem (torta de algodão): Distribuiu o Fundo, a pequenos criadores, Cooperativas de Laticínios, sindicatos de produtores de leite e a leiteiros não sindicalizados ou cooperados, farelo de algodão, num valor de Cr\$ 2.326.354,40 (dois milhões, trezentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e quatro cruzeiros e quarenta centavos).

Animais e Reprodutores: Foi também contratada a aquisição de bovinos da raça Holando-Argentina e suínos de diversas raças, que serão destinados à revenda aos criadores, pelo sistema de financiamento a longo prazo.

PRODUÇÃO ANIMAL: — No setor da Pecuária, durante o ano de 1956, procurou-se, através de planos de trabalhos elaborados por técnicos, intimamente observar e auscultar os reclamos dos centros de produção do Estado, de modo a suprir as deficiências verificadas.

Enquadrando o controle da administração nas disposições orçamentárias, o setor pecuário, no exercício de 1956, recebeu o influxo do mais racional plano de elaboração de trabalhos, até então verificado desde a sua criação.

Visando aos criadores do Estado, cuja iniciativa particular é das mais encomiásticas, elaborou-se um plano de estímulos e de esclarecimentos sobre assuntos de pedidos e consultas, cujo número é sempre crescente.

Em 1956 foram expedidos 185 registros de criadores e 90 registros de marcas.

Ainda nesse exercício foi criada a Divisão de Zootécnia, dentro da recente reestruturação do setor pecuário, cuja finalidade está sendo o estudo cientificamente organizado de raças de animais e plantio de forrageiras, adaptadas ao meio ambiente e ao clima.

A referida Divisão, elaborando e executando a sua programação, intimamente ligada aos órgãos do fomento da produção, embora em fase inicial, vem já despertando-nos um justo sentimento de confiança.

Demonstrar aos criadores as condições ótimas de reprodução, os métodos mais adequados para criar, os recursos para produzirem melhor e mais economicamente, através de dados comprovados e verificados, foi, em suma, a sua orientação atual.

Compreendendo-se que, para os criadores de gado leiteiro, a aquisição de reprodutores se torna difícil e dispendiosa, alcançando, não raras vezes, a centenas de milhares de cruzeiros, foi criado o Serviço de Inseminação Artificial.

Considerando-se que é um serviço inteiramente gratuito, no qual a aplicação do método está a cargo de veterinários, os inconvenientes da falta de bons reprodutores ficam assim superados. Nos poucos meses em que se vêm executando os trabalhos de inseminação, a procura por parte de interessados em consultas ao assunto é encorajadora e indica a boa acolhida que tal empreendimento teve por parte dos criadores.

A Inseminação Artificial, dado o volume de requisitos necessários à sua expansão, presentemente, está adstrita ao município de Curitiba; há, no entanto, um esforço de expansão, através de publicações na imprensa, circular às diversas entidades da classe ruralista municipais, no sentido de enviarem interessados a estágio, para se tornarem aptos como inseminadores de gado vacum.

Com relação às forrageiras, está em execução um plano para tôdas as regiões do Estado; êsse plano de trabalho, que, em princípio, atenderá às Fazendas e Postos de Criação do Estado, deverá servir de paradigma a todos os criadores das diversas regiões, afim de que façam plantações forrageiras dentro dos princípios e estudos já comprovadamente eficientes.

Todo o esforço é feito para libertarmos-nos do empirismo, que ainda prevalece grandemente nêste setor, onde não se verifica trabalho objetivo e ativo na esfera do desenvolvimento de nossos rbanhos pastoris.

Outra realização, já em andamento, é o Parque da Indústria Animal, que, esperamos, terá reflexos satisfatórios na vida da nossa pecuária e foi localizado no antigo Hipódromo do Guabirota.

A repercussão dêste empreendimento já se faz sentir no Estado e fora dêle, sendo matéria de relevância em tópicos de jornais e revistas credenciados.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:— O crescente interesse manifestado, nos diversos setores de atividades profissionais, pela organização de entidades cooperativas, solicita um cuidado sempre maior, de parte do Departamento especializado, no sentido de orientar o aparecimento d'esses novos órgãos, em condições capazes de oferecer, aos seus associados, todos os benefícios possíveis.

No ano que findou, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo atendeu, para efeito de constituição e legalização, as seguintes cooperativas: Sociedade Cooperativa de Laticínios de Londrina Ltda. — Londrina; Cooperativa dos Funcionários da Indústria Madeireira do Paraná Ltda. — Fóz do Iguaçu.

Cooperativa dos Criadores do Paraná Ltda. — Curitiba.

Cooperativa Madeireira União Ltda. — União da Vitória.

Cooperativa Escolar «Conrado Bühner» Ltda. — Pôrto Amazonas.

Cooperativa Escolar «Roberto van der Osten» — Bandeirantes.

Cooperativa dos Leiteiros de Curitiba — Curitiba.

Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Prefeitura de Londrina.

Cooperativa Vinícola Santa Bárbara Ltda. — Bituruna.

Cooperativa Agro-Industrial Capanema Ltda. — Capanema.

Cooperativa Mista de Laticínios União Ltda. — União da Vitória.

Difusão do Cooperativismo: O Departamento de Assistência ao Cooperativismo procurou incentivar, de maneira simples e direta, nos meios produtores e educacionais (cooperativas escolares), a prática do cooperativismo. Esse trabalho foi realizado por meio de palestras, conferências e impressos distribuídos gratuitamente.

Foi dado prosseguimento à edição de «Boletins Informativos» e à distribuição às cooperativas e demais pessoas interessadas.

Movimento social e econômica das Cooperativas: — Os dados seguintes proporcionam uma idéia dos resultados a que já chegou o D.A.C., em seu trabalho de difusão do sistema:

Cooperativas existentes:

Pesca	9
Mate	17

Agrícolas	43
Pecuárias	11
Consumo	17
Crédito	16
Escolares	92
Diversas	2
Federações	2
Centrais	3

As cooperativas comuns congregam um total de 30.822 sócios, com um capital subscrito de Cr\$ 128.056.969,50 do qual integralizaram Cr\$ 63.932.590,80.

O volume de operações atingiu, nas cooperativas de produção, a Cr\$ 75.701.306,60; nas cooperativas de consumo, a Cr\$ 160.266.761,50 e nas cooperativas de crédito, em financiamento, Cr\$ 212.059.182,80.

Os bens móveis e imóveis, destinados exclusivamente ao uso de suas atividades específicas, elevam-se a Cr\$ 64.165.138,90, além dos fundos de reserva, e outros, que formam o total de Cr\$ 82.242.335,00.

As cooperativas escolares encerraram o ano letivo com o seguinte resultado:

Número de sócios	31.593
Capital subscrito e integralizado	Cr\$ 63.186,00
Operações	
Venda de material didático	Cr\$ 1.782.923,20
Distribuição gratuita de material aos alunos re- conhecidamente pobres	Cr\$ 156.175,30
Disponibilidades	
Em Bancos	Cr\$ 383.359,90
Em Caixa	Cr\$ 208.157,40
Valor do material em estoque	Cr\$ 814.668,10
Responsabilidades	
Contas a pagar	Cr\$ 67.344,00

DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR, TÉCNICO E PROFISSIONAL:
Esse Departamento manteve, durante o ano passado, nas Escolas Agrícolas «Getúlio Vargas» e «Lisímaco Ferreira da Costa», sob fiscalização federal, os Cursos de Iniciação Agrícola, em seu primeiro período de atividade. Na escola de Palmeira apresentaram-se 33 candidatos aos exames vestibulares, sendo aprovados 21, na do Rio Negro, apresentaram-se 38, sendo aprovados 23.

Cursos rápidos: Cumpriu-se, ainda, em 1956, um calendário de Cursos Rápidos, coroados de pleno sucesso.

Os Cursos Rápidos realizados foram:

1º Curso Rápido de Avicultura: ministrado pelo Engº Agrº Humberto Nicola Falce.

Período: de 7 a 26 de maio.

Número de Inscrições: 46 alunos.

Número de aprovados: 35 alunos.

1º Curso Rápido de Enfermagem-Veterinária: ministrado pelo médico-veterinário Milton de Barros e seu assistente Martins R. Silva.

Período: 2 a 31 de Julho.

Número de inscrições: 27 alunos.

Número de aprovados: 27 alunos.

2º Curso Rápido de Fruticultura: ministrado pelo Engº Agrº Carlos Hugo Palmquist.

Período: 6 a 25 de agosto.

Número de inscrições: 16 alunos.

Número de aprovados: 16 alunos.

2º Curso Rápido de Tratorista: ministrado pelos Engºs Agrºs Oswaldo Andregewski, José Humberto Jusi e Sílvio S. Staffi.

Período: 5 a 30 de novembro.

Número de inscrições: 47 alunos.

Número de aprovados: 38 alunos.

Atividades Culturais: Foi realizada a 1ª Semana do Agricultor, que reuniu lavradores e criadores dos 10 municípios incluídos no ciclo do

certame e que constou de 63 aulas, ministradas de 24 a 29 de setembro, aos 200 agricultores matriculados.

Nos dias 13, 14 e 15 de dezembro, na Escola «Getúlio Vargas», de Palmeira, realizou-se a I Reunião Anual dos Clubes Agrícolas 4-P, de que participaram 134 delegados representando 8 dessas entidades juvenis anexas às Escolas Rurais subordinadas.

No ano passado, o Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional intensificou o funcionamento do cinema educativo, proporcionando aos associados dos Clubes Agrícolas 4-P, das Escolas subordinadas, várias sessões cinematográficas.

Clubes Agrícolas: Sob a denominação de Clubes Agrícolas 4-P, em tôdas as Escolas subordinadas, estão em pleno funcionamento essas importantes agremiações juvenis, que no ano de 1956, realizaram intenso programa de trabalho, executando diversos projetos que foram escolhidos pelos seus próprios associados e que têm andamento no corrente ano letivo, durante o qual será também intensificada a atividade dos Clubes, através duma campanha de admissão de novos associados.

SERVIÇO DE PUBLICIDADE AGRÍCOLA: -- No cumprimento de sua missão de difundir assuntos de interesse agro-pecuário, esclarecendo as classes produtoras rurais sobre os problemas relacionados às suas atividades, mantém o Serviço de Publicidade Agrícola uma rede de difusão radiofônica que foi, até meados de 1956, a única existente no País, no que se refere aos setores abrangidos.

Por essa rede, foram transmitidos 680 programas, além do que se distribuiu, à imprensa de todo o Estado — jornais, revistas e boletins — farto material elaborado por aquele órgão difusor. A par dessas iniciativas, o Serviço publicou o Boletim Semanal da Secretaria de Agricultura e vários folhetos de caráter técnico.

INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS: — O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, pela natureza e nível do trabalho que realiza, deve ser objeto de cuidadosa atenção no plano administrativo do Estado .

No ano de 1956, o seu rendimento descreve-se assim:

Divisão de Biologia Vegetal

a) — Durante o ano, deram entrada na Divisão 130 espécimens fitopatológicos e 183 entomológicos, para determinação e exames, procedentes de vários pontos do Estado;

b) — Os trabalhos técnicos e de pesquisas estiveram um tanto limitados em virtude do deslocamento e estágio de estudos de alguns dos integrantes da Divisão, tendo, não obstante, sido registadas as seguintes publicações:

— Levantamento fitossanitário do Estado (Lycio Grein Vellozo, Mário José Nowacki e Milton M. Vernalha).

— Alguns fungos parasitas da erva-mate (M. J. Novacki).

— Contribuição ao conhecimento das pragas florestais (Milton M. Vernalha).

— Praga dos Citrus do Estado do Paraná (M. M. Vernalha e Sileno G. Soares).

— Técnica de coleta, preparação e conservação de insetos (M. M. Vernalha e S. G. Soares);

c) — A Divisão tem em andamento os seguintes trabalhos:

— Competição cultural e comportamento fitossanitário de 8 variedades de linho para óleo e para fibra;

— Comportamento fitossanitário e influência da época de semeadura no comprimento da fibra do linho var. Concurrent.

— Competição cultural e comportamento fitossanitário de 5 variedades da batatinha.

— Influência do cobre na forma de Sulfato na cultura e resistência às doenças da batata, empregando-se a variedade Capela;

— Testes em laboratório com fragmentos de pinho e bracatinga tratados com preservativos e inoculados com fungos apodrecedores;

- Cooperação com o Parque Florestal de Vila Velha no que diz respeito ao aspecto fitossanitário das essências florestais;
- Colaboração com o E. T. A., que constará do fornecimento de notícias e informações aos lavradores de nosso Estado;
- Organização do Serviço de Econologia e Fisiologia Vegetal e seu entrosamento com o de Botânica;
- Obtenção, sistematização e adaptação de dados meteorológicos, edáficos e botânicos, para proceder a estudos ecológicos em várias regiões do Estado;
- Planejamento dos estudos e experimentação sob o ponto de vista de Ecologia e Fisiologia com o Parque Florestal de Vila Velha;
- Produção, em caráter semi-industrial, de bactérias nitrificantes apropriadas ao plantio de soja;
- Estudo sobre a melhoria de nossa aguardente, não só relativo à parte de fermentação, como também da sua conservação;
- Estudo sobre o aproveitamento dos resíduos de batata «Pirolito» com uma destas finalidades:
 - 1º — Produção de fécula;
 - 2º — Produção de álcool etílico;
 - 3º — Produção de farinha.
- Indústria vinagreira: incentivo desta indústria, principalmente na zona rural.

Divisão de Biologia Animal

O Serviço de vírus iniciou a montagem dos seus laboratórios próprios, especialmente destinados às suas tarefas; estabeleceu uma rotina para diagnóstico da raiva, mais condizente com os conhecimentos atuais a respeito; iniciou os trabalhos da montagem do laboratório de tipificação de vírus aftoso, e, embora não se tenha obtido material para tipificar, encontra-se, hoje, em condições de realizar essa prova, considerada básica para início de qualquer investigação sobre febre aftosa; instalou, com seus próprios recursos, e por meio de adaptação original, um pequeno equipo liofilizador, que permite liofilizar pequenas parcelas de complemento e soros indispensáveis aos trabalhos de sorologia; iniciou a incubação de ovos para operar com a técnica de embrião de galinha no cultivo de vírus, tendo inoculado cerca de 500 ovos em experiências diversas, esperando-se a intensificação dos trabalhos nesse sentido.

O Serviço de patologia aviária iniciou a construção de pequenos aviários, para servir aos trabalhos experimentais do Serviço de vírus e próprios; realizou 3.857 exames diversos, no cumprimento de sua específica destinação.

Embora não tenha sido criado oficialmente, vem o Serviço de **Histopatologia** cumprindo à risca o programa que se traçou, no estudo histopatológico de doenças animais.

Está com laboratório praticamente equipado e em condições de realizar quaisquer trabalhos da especialidade. Tem sido importante fator adjuvante na determinação e diagnóstico das enfermidades, além de contri-

buir eficientemente com vários trabalhos originais, que vêm sendo publicados nos arquivos.

Dos importantes trabalhos realizados, podemos destacar o diagnóstico, pela primeira vez em nosso Estado, da Rinosporidiose e da Toxoplasmose, esta última correndo em associação com a Cinomose. Tanto uma quanto outra doença estão sendo estudadas mais ativamente pela equipe de técnicos da Divisão.

Foram efetuados, durante o ano, além dos trabalhos de pesquisa acima mencionados, 100 necrópsias e 190 exames histopatológicos.

O Serviço de Parasitologia, além dos numerosos exames e necrópsias que são de sua incumbência, deu à divulgação ou tem em fase de conclusão, os estudos seguintes:

- Nota sôbre quirópteros
- Ocorrência do *Diocotophyme rehale*:
- Maléfagos de aves domésticas
- Dictiocaulose bovina
- Mesastrongilose suína
- Pseudo carrapato dos ovinos
- Cisticercose em caninos e felinos
- Novo foco de tripanossomiase equina
- Toxoplasmose canina

O Serviço de produtos veterinários preparou para venda os produtos seguintes:

Arecina	8.000 ml.	672 ampolas
Arrenal	17.500 ml.	1.938 ampolas
Cacodilato de sódio	7.000 ml.	558 ampolas
Cloconato de calcio	96.000 ml.	6.035 ampolas
Líquido de Dakin	50.000 ml.	50 lts.
Iodeto de sódio	10.000 ml.	500 ampolas
Óleo de fígado de bacalhau «A»	22.000 ml.	2.256 ampolas
Sudoril	40.000 ml.	3.230 ampolas
Sulfa a 5%	30.000 ml.	1.332 ampolas
Sulfaguanidina comp. 1,4 g	10.000 compr.	
Pomada de sulfa de 100 gr. —	25.000 g. —	250 tubos
Sôro glic. Hipert. amp. 500 ml. —	108 ampolas	
Sôro glic. Hipert. amp. 250 ml. —	15.000 ml. —	60 ampolas
Sôro glic. Hipert. amp. 100 ml. —	11.500 ml. —	1.500 amp.
Sôro glic. Hipert. amp. 20 ml. —	12.000 ml. —	600 ampolas.
Sôro glic. Isot. amp. — 500 ml. —	51.000 ml.	102 ampolas
Sôro glic. Isot. amp. — 100 ml. —	6.000 ml. —	60 ampolas
Sôro glic. Isot. amp. — 250 ml. —	15.000 ml.	60 ampolas
Sôro glic. Isot. amp. — 100 ml. —	6.000 ml. —	60 ampolas
Tirestin (pedido Sta. Angela ampolas de 50 ml. —	1 —	45.000 ml.
Uroina a 40 —	21.000 —	2176 ampolas

A Secção de Quimioterapia ocupou-se, neste período, do estudo de síntese e preparação de sais por ela sintetizados, afim de atender à pro-

dução de quimioterápicos tais como: sal de sódio da succinilcultanilamida e sal de sódio do ácido acetoarsênico, constituintes de dois importantes produtos de fabricação do Serviço.

Os trabalhos do **Serviço de Microbiologia** prosseguiram normalmente, tendo aumentado a produção de vacina anti-rábica, em virtude de um violento surto da doença que ocorreu no município de Palmas. Realizou os habituais exames bacteriológicos e preparou os seguintes produtos biológicos:

Nome do produto	Quantidade	Amp. envasadas	N.º de doses
Vacina c/raiva	247.155	11.607	11.607
Vacina c/garrotilho	40.000	3.438	6.876
Vacina c/Infc. Piogênicas	16.000	1.426	2.852
Vacina c/curso branco	24.000	2.050	10.250
Vacina c/paratif. porcos	16.000	1.466	7.330
Vacina c/batedeira	48.000	4.279	21.395
Vacina c/tifo aviário	8.000	700	7.000
Antígeno pulrose	1.500		
Antígeno brucelose	1.345		
TOTAL	402.000	24.966	67.310

A Divisão criou, ainda, a secção de análises clínicas, serviço de suma importância para o diagnóstico de diversas enfermidades dos animais domésticos, obtendo-se assim dados importantes que auxiliarão no diagnóstico clínico, a exemplo dos laboratórios de análises clínicas humanas.

Laboratório Regional do Norte.

No decorrer do ano de 1956, o Laboratório Regional do Norte produziu 7 partidas de vacina cristal violeta, num total de 45.158 doses de 5 cm³, cuja produção foi entregue à Secretaria de Agricultura.

Além da função precípua do Laboratório Regional do Norte, que é a da fabricação de vacina contra a peste suína, mantém o citado órgão uma Secção de análises e diagnósticos de modéstias infecto contagiosas e parasitárias.

Divisão de Solos.

Durante o ano de 1956, os trabalhos da Divisão de Solos transcorreram normalmente, notando-se um maior interesse com referência às análises de terras, adubos e alimentos animais, executados a pedido dos interessados. Igualmente, foi atendido um maior número de consultas e informações sobre diversos assuntos referentes à fertilidade e adubações de terras para exploração agrícola.

Dentre as consultas e informações, consultas e auxílio técnico prestados a diferentes associações, órgãos do governo e indústrias, destacam-se: Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, Banco do Brasil, Escritório Técnico de Agricultura, Indústrias Reunidas Jaraguá, Sociedade

de Suinocultura Campoalegreense, Posto Agro Pecuário S. Bento do Sul, Albano Bontin & Cia. Ltda., Superintendência das Casas Rurais, Cia. Fabril Lepper, Associação Rural de Londrina, Secretaria de Agricultura (Departamento Ensino Superior, Técnico e Profissional), Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Companhia Agrícola Paranaense, Seção de Fomento Agrícola Federal do Paraná, Indústrias Klabin do Paraná e Celulose, Indústria e Comércio W. T. da Silva, Indústria e Comércio Gotthard Kaesemodel, Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, Serviço de Controle Sanitário Animal — S. Agricultura, Laboratório Prado, Frigorífico Maringá, Agro Pecuária Paranaense Ltda., Oleos Vegetais Fanadol, Cooperativa Castrolândia Ltda., Prefeitura Municipal de Joaçaba, Companhia S. Patrício, Moinho Curitiba S. A., Ind. & Com. de Rações.

Paralelamente a isso, realizou a Divisão os trabalhos científicos seguintes:

— Estudo sobre argila de diferentes localidades do Paraná (Anivaldo de Paula Ribas);

— Os solos em relação com a geomorfologia (Wladimir Cavallar)

Divisão de Geologia e Mineralogia.

No decorrer do ano de 1956, foram emitidos 162 laudos, correspondentes a 147 análises, 23 determinações de pH, 21 análises granulométricas e mais 60 análises espectrográficas qualitativas.

Em fevereiro do corrente ano, esteve em Curitiba, o Prof. Elisiário Távora, Chefe Geral do Plano Conjunto Brasileiro-americano, que entrou em acôrdo com a direção do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, afim de participarmos de tais estudos no Paraná, tendo sido colocado à disposição das referidas pesquisas todo equipamento necessitada no âmbito estadual.

Em 28 de agosto cessaram as atividades neste setor, em consequência da política adotada pelo Governo Federal; estas, porém, reiniciaram-se mais tarde, agora sob a fiscalização de novo órgão, a Comissão Brasileira de Energia Nuclear, subordinada, como a primeira, diretamente à Presidência da República.

As pesquisas efetuadas evidenciaram a existência, na bacia do Rio do Peixe, no norte do Estado, de uma jazida de urânio contendo 0,45% de óxido deste metal, que tem a possibilidade de ser a maior jazida de minério rádio-ativo da America do Sul.

Ainda durante o exercício em curso, foram entregues à publicação, por técnicos desta Divisão, os seguintes trabalhos, que saíram publicados como Boletins ou nos Arquivos de Biologia e Tecnologia:

— Estudos preliminares na Série Açunqui. IV. Conglomerado do Cerne. (J. J. Bigarella, Riad Salamuni, Cristina Carole Harkopf e Arnaldo Sobnaski).

— Textura superficial em grãos de areia e arenitos (contribuição à metodologia). (J. J. Bigarella, Cristina Carole Hartkopf, Arnaldo Sobanski e Nelson Trevizan).

— Contribuição ao estudo dos calcáreos no Estado do Paraná, (J. J. Bigarella).

— Planta Geológica Provisória da Cidade de Curitiba e Arredores. (J. J. Bigarella, R. Doubek, A. Sobanski, O. C. Hartkopf e Nelson Trevisan).

— Estudos de Química Analítica — I. Nova técnica para a pesquisa do íon titânico (Ti⁴⁺), pelo tiocianato de potássio. (Alsedo Leprevost).

Serviço de Geologia e Petrografia.

Durante o ano de 1956, grande parte do tempo do geólogo Reinhard Maack, Chefe desse Serviço, foi requisitado por diversas Comissões de estudos, para as quais foi designado, como por exemplo, para a «Comissão de Estudos para defesa contra geadas», «Comissão de defesa do Patrimônio Natural do Paraná» e «Comissão para combate à erosão». Para este fim, foram efetuadas diversas viagens nos meses de fevereiro, março, maio e julho. Atenção especial foi dedicada aos minérios de ferro de Antonina, a fim de possibilitar uma exploração econômica.

Prosseguem os grandes trabalhos iniciados em 1955, «Geologia e Geografia Física do Estado do Paraná» e «Notas preliminares sobre as águas de subsolo da bacia Paraná-Uruguaí».

Foram concluídos os seguintes trabalhos científicos especiais:

A — Para revistas estrangeiras

1 — Sobre períodos e vestígios de glaciação no Brasil (Ueber Vereisungsperioden und Vereisungsspuren in Brasilien), publicado no Geologische Rundschau, 45/3/1956 — Bonn.

2 — As devastações das matas e erosão dos solos no Estado do Paraná (Ueber Waldverwuestung und Bodenerosion im Staate Paraná), em «Die Erde» 4/1956 — Berlim.

B — Para o XVIII Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro:

3 — O itinerário de Ulrico Schmidel através do Sul do Brasil nos anos de 1552/1553 (Der Reiseweg von Ulrich Schmidel durch Sudbrasilien in den Jahren 1552/553).

4 — Marcas de ascensão e níveis de erosão no Estado do Paraná (Hebungsmarken und Abtragungsniveaus im Staate Paraná)

5 — Sobre fenômenos de formas características relacionadas ao clima e estrutura nas regiões de arenitos no Estado do Paraná (Ueber klima und strukturbedingte karstformige Erscheinungen in Sandsteingebittan des Staates Paraná).

C — Para o XX Congresso Geológico Internacional no México

6 — Sobre a ocorrência de granitos alcalinos na Serra do Mar do Estado do Paraná e suas relações com as fases orogenéticas do algonquiano (About the occurrence of alkaline Granites in the State of Paraná, and their position within the algonkian orogenetic phases).

Em janeiro e fevereiro de 1956, foram efetuadas viagens sobre o segundo planalto do Paraná e para a serra do Mar, afim de colecionar

material de rochas eruptivas orientadas, destinado aos estudos paleomagnéticos para o ano geofísico internacional de 1957.

O material foi remetido ao Research School of Physical Science of the Australian National University in Camberra, Austrália.

Os resultados dos estudos paleomagnéticos foram tão interessantes, que um jovem geofísico inglês, K. M. Creer, veio ao Paraná especialmente para fazer coleções para estudos paleomagnéticos.

Em junho e julho foram realizadas diversas pesquisas nas jazidas de magnetita em Antonina e localizados alguns pontos de perfurações para captação de água para a Prefeitura da Lapa.

O geólogo Reinhard Maack participou do XVIII Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro, de 9 a 18 de agosto, viajando, em seguida, para o México, onde tomou parte no XX Congresso Geológico Internacional. Neste Congresso foi-lhe conferida a presidência da Secção de Vulcanismo Cezozóico.

Após o seu regresso, em fins de outubro, prosseguiu nos levantamentos na região dos minérios de ferro em Antonina. Finalmente efetuaram-se estudos geológicos para a captação de água de subsolo nas cidades de Apucarana, Arapongas, Ralândia, Uraí, Bandeirantes, Andirá, Jacarèzinho, Ribeirão Claro e Siqueira Campos, a pedido do Departamento de Água e Esgotos.

Foram determinados os necessários lugares para os futuros poços, prosseguindo-se ainda neste serviço.

Divisão de Química e Tecnologia.

A Divisão de Química e Tecnologia continuou durante o ano passado cumprindo fielmente as suas finalidades, quais sejam a de colaborar com os técnicos e industriais, no sentido de melhor orientá-los e atendê-los nos seus variados problemas e de efetuar análises de controle e pesquisas que visem à criação e aperfeiçoamento dos produtos industriais.

O número de análises registradas atingiu a 1.413, mostrando que todos os laboratórios, com que a Divisão conta, estiveram em contínuo funcionamento.

Inúmeras viagens foram realizadas, devendo-se considerar que a maioria foi por conta dos interessados.

No fim do mês de outubro, a Divisão organizou uma grande excursão, à região do Oeste, até Guaíra, procedendo a levantamentos de grande valia ao Estado.

Também a Divisão colaborou, ativamente, nos estudos para o combate às geadas, tendo concorrido com dois de seus técnicos.

Foram realizados estudos sôbre a localização micro-química dos taninos alcalóides, saponinas, cêras, etc., na *ilex paraguayensis* (erva-mate), pelo técnico Nilton Emílio Buhner e sôbre a dosagem de amido-ácido triptófano nos trigos do Paraná, por Wilson Maciel de Araujo.

Serviço de Águas.

O Serviço de Águas exerceu uma atividade relativamente intensa,

percorrendo as fontes em exploração e ainda, realizando inúmeras viagens para fins de análises locais.

Além dessas inspeções, realizou inúmeras outras viagens, por solicitações de particulares, percorrendo, aproximadamente 8.000 quilômetros, ora de jeep, caminhão, caminhonete, trêm, ônibus e mesmo avião, viagens essas que foram custeadas pelos próprios interessados, não saindo dos cofres públicos nenhuma parcela para cobrir despesas.

Durante o ano de 1956, a **Secção de Cerâmica** realizou 54 análises de argilas, kaolins e outros materiais empregados em cerâmica e destinadas a indústrias de isoladores elétricos, atendendo, assim, a diversas indústrias do Estado.

No decorrer de 1956, a **Secção de Recuperação de Materiais**, dentro de sua finalidade precípua, que é de purificar e recuperar diversas drogas e reativos, prestou nesse setor inestimáveis serviços, pois além da grande economia que vem trazer aos cofres do Estado, com o aproveitamento de materiais, antes considerados inservíveis, hoje está apta a atender, de pronto, às necessidades das Divisões, em reativos puros para análise, alguns raramente encontrados no mercado desta Capital.

A **Secção de Ensaio e Resistência de Materiais** realizou, no transcurso do ano de 1.956, um total de 994 ensaios.

O objeto do **Serviço de Óleos**, em virtude de acôrdo existente com o Instituto de Óleos do Ministério da Agricultura, é o de prestar apóio à indústria e agricultura de oleaginosas.

Foram atendidos vários industriais, em consultas sôbre problemas de tintas, sabões, etc., sendo de destacar a consulta, proveniente de Sengés, relativa ao valor de rações à base da soja.

O equipamento de laboratório foi grandemente melhorado com a verba de 120 mil cruzeiros, recebida em virtude de acôrdo de Cooperação com o Instituto de Óleos, referente ao ano de 1.955.

Divisão Experimental de Combustíveis.

Descrevem-se assim as suas atividades, no curso de 1.956:

Carvão: Foram realizadas várias análises de carvão, a maioria delas por solicitação da COPEL. Além do carvão, foram realizadas diversas análises de cinza de carvão, bem como de suas fusibilidades.

Xisto. O estudo da industrialização do xisto, no decorrer do ano, tomou um novo aspecto. A nosso convite, veio a Curitiba, em 12 de setembro, uma comissão de técnicos da Petrobrás — «Superintendência de Industrialização do Xisto», composta dos seguintes membros: Antonio M. F. Rosa, Superintendente da Industrialização do Xisto; Jorge Beilly, assistente do Superintendente; Hugo Vocurca Filho, Eng.º chefe do Serviço de Mineração; John Jones Jr.; consultor técnico, pertencente à firma Cameron and Jones, norte-americano, e Bernardo Lemanczyk.

A referida comissão veio ao nosso Estado para dar andamento ao estudo da industrialização do xisto de São Mateus do Sul, e foi portadora

de um programa de trabalho estabelecido pelo chefe da Refinação da Petrobrás.

Dos entendimentos havidos, resolveu-se que seriam mineradas 500 toneladas de xisto de São Mateus, que seriam transportadas para São Paulo, afim de serem processadas na Estação Experimental da Petrobrás, em Tremembé, para estudos industriais.

O Governo do Estado, por sua vez, formou uma nova Comissão Executiva do Plano de Industrialização do Xisto Pirobetuminoso Paranaense, criada pela Lei n.º 1.726 de 22 de janeiro de 1.954. A referida Comissão foi nomeada pelo decreto n.º 5.787 de 10 de outubro de 1.956. Constituída a Comissão, ao mesmo tempo foi enviada mensagem à Assembléia Legislativa, pedindo o revigoramento do crédito de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) referente à Lei n.º 766 de 31 de outubro de 1.951.

Produtos de petróleo. No decorrer do ano, a Divisão continuou com os trabalhos iniciados no ano anterior, no que se refere à repressão de adulterações verificadas na gasolina.

Os seus técnicos empreenderam diversas viagens de fiscalização, notadamente aos armazéns gerais das diversas companhias em Paranaguá e Curitiba.

Foi celebrado com o Conselho Nacional do Petróleo um acôrdo para uma campanha neste Estado, acôrdo êsse no qual aquêlê Conselho delega poderes à Divisão para fiscalização dos produtos de petróleo em todo Estado. Ainda, no mesmo sentido, enviamos à Assembléia Legislativa uma Mensagem, sob n.º 119/56, de 12 de novembro de 1956, na qual se pede a abertura de um crédito especial de Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil cruzeiros) para fazer face ao reaparelhamento da Divisão, no combate à adulteração da gasolina.

Serviço de Metalurgia. Continuou, durante o ano, subordinado a essa Divisão, o serviço de metalurgia, com o fim de estudar ligas metálicas não ferrosas.

Divisão de Patologia Experimental. No decorrer do ano de 1.956, a Divisão de Patologia Experimental passou por um período de grande atividade científica e cultural. As atividades de pesquisas estiveram centradas principalmente no estudo da fisiologia celular de vários fungos patogênicos, bem como de algumas leveduras da mesma importância, tais como o *Sporotrichum Schenckii*, a *Cândida albicans*, a *Torula hystolitica* e o *Paracoccidioide brasiliensis*. Por outro lado, os técnicos Heitor Segundo Medina e Manoel Lourenço Branco desenvolveram com bons resultados os trabalhos sobre cultura de tecidos, não só instalando o laboratório com o necessário para executar tal trabalho, como, também, realizando vários e importantes progressos na técnica, com inovações que muito valorizam o trabalho, permitindo que novos aspectos do problema sejam estudados. Ao mesmo tempo, os técnicos referidos iniciaram importante trabalho sobre o estudo do ciclo vital do *Trypanosoma equinum*, até agora desconhecido, já com resultados bastante promissores.

Com respeito ao problema do metabolismo de fungos parasitas, cujo estudo ocupa a atenção da grande maioria dos componentes da Divisão de Patologia Experimental, vários importantes aspectos foram estudados durante o ano de 1956. Assim, com respeito ao **Sporotrichum Schenckii**, vários aspectos do seu metabolismo foram estudados, dentre eles as suas vias de oxidação do acetato; vários aspectos enzimáticos das possíveis vias de utilização da glicose e do acetato foram também estudados; um balanço de carbono e de óxido redução está sendo procedido. A **Candida albicans**, bem como a **Torula hystolítica**, dois micro-organismos patogênicos de importância, foram estudados já em seus diferentes aspectos metabólicos e fisiológicos. Todos os aspectos fisiológicos de importância — oxidação de diferentes substratos, fermentação, efeito de inibidores — foram já estudados e estão sendo preparados para publicação. Diversas experiências estão sendo procedidas com o **Paracoccidioide brasiliensis**. Estas experiências, se bem que de carácter preliminar, são de extrema importância, considerando-se o fato de que este fungo se tem mostrado de muito difícil crescimento. Bons resultados, contudo, estão sendo conseguidos, sendo provável que no decorrer deste ano vários aspectos do seu metabolismo sejam estudados.

O estudo bioquímico de protozoários patogênicos prosseguiu com o ritmo desejado. Assim, foi concluído o estudo das vias de oxidação de glicose e do acetato pela **Leishmania brasiliensis** crescido em meio original, obtido na Divisão de Patologia Experimental. Por outro lado, estão prosseguindo os trabalhos de investigação com a **Leishmania Enrietti**. O ciclo biológico do **Trypanosoma equinum** vem sendo estudado pelos técnicos Heitor Medina e Lourenço Branco. O referido Trypanosoma foi inoculado por via intraperitoneal em hamsters e camundongos, bem como foi tentada, também, a inoculação do mesmo em culturas de tecidos. Alguns resultados muito interessantes podem já ser divisados e serão publicados, provavelmente, no presente ano.

O estudo sobre análise cromatográfica e espectrofométrica de alcalóides iniciado no ano anterior pelo técnico Dinôr O. Voss foi concluído na sua parte qualitativa.

Várias modificações foram introduzidas no laboratório, sendo uma delas a instalação do aparelho de eletroforese de Tiselius, doado pela Universidade de Chicago à Divisão de Patologia Experimental, por intermédio da Fundação Rockefeller.

VIAÇÃO E TRANSPORTE

ESTRADAS DE RODAGEM

Patrimônio: O patrimônio do Departamento de Estradas de Rodagem se eleva em 31-12-56, pelo valor da aquisição, a Cr\$ 178.901.213,88 sendo Cr\$ 24.269.954,29 em bens imóveis e Cr\$ 154.631.259,59 em material permanente. O material permanente avalia-se, em 1-1-56, em Cr\$.. 114.657.177,08 (cento e quatorze milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, cento e setenta e sete cruzeiros e oito centavos). Sofreu, pois, nesse primeiro ano de govêrno, um acréscimo de Cr \$39.974.082,50

Fato que merece destaque é que 79% do valor do material permanente é representado por equipamento de operação rodoviária de alto custo.

Deve-se salientar o nosso empenho no sentido de reequipar a frota e o parque mecanizado do D.E.R. mediante a execução do «Plano de Reequipamento», visando não só a substituição das máquinas e veículos que não apresentem mais rendimento econômico, como também a ampliação da frota de veículos e do parque mecanizado.

Movimento: O movimento do patrimônio, na parte de material permanente, revela, no exercício de 1956, uma eliminação na carga de Cr\$ 2.301.743,94 atingindo a inclusão em carga a cifra de Cr\$ 41.285.826,45.

No equipamento de operação rodoviária de alto custo, houve uma descarga dos materiais imprestáveis ao serviço público de Cr\$ 1.907.853,22 e uma entrada, com aquisição de máquinas e veículos, de Cr\$ 26.387.830,00.

Estrutura: Compõem a estrutura do D.E.R., atualmente, 7 divisões técnicas e 4 serviços. Dada a grande ampliação da rede de conservação, nasceu a necessidade de se criarem 4 novos Distritos Rodoviários, localizados em pontos do Estado que possibilitassem uma conservação econômica e eficiente, determinando-se que a rede de cada Distrito Rodoviário não tivesse extensão superior a 500 Km. de estrada, que a distância máxima da séde do distrito aos pontos extremos da rede fôsem iguais ou inferiores a 200 Km.

Já se encontra em estudos a instalação, em Londrina, do Distrito Ro-

doviário de pavimentação, visando a melhor e mais eficiente intensificação dos serviços de pavimentação da rodovia Melo Peixoto-Guaíra.

Mencionem-se, ainda, as medidas no sentido da instalação imediata de Laboratórios Distritais de Pesquisas Rodoviárias, assim como a organização de 6 turmas para feitura de pavimentos de baixo custo, serviços êsses a serem executados por administração direta.

PLANO DE OBRAS NOVAS

Planejamento: A direção do Departamento de Estradas de Rodagem elaborou o Plano de Obras Novas e o Plano de Conservação e Melhoria para o quinquênio 1.955-60, nos termos seguintes:

O Plano de Obras Novas compreende o Plano de Prioridade e o Plano Extraprioridade.

O Plano de Prioridade consiste na execução e conclusão, no atual govêrno, no corpo do Plano Rodoviário do Estado, aprovado pelo Decreto n.º 2.188 de 19/7/51, de oito novas rodovias, que receberam designação de acôrdo com a principal riqueza de circulação. Na ordem de importância, são as seguintes:

- Rodovia do café: Paranaguá-Pôrto São José.
- Rodovia dos Cereais: Melo Peixoto-Guaíra.
- Rodovia da madeira: Ponta Grossa-Itararé.
- Rodovia do mate: São Luiz do Porunã-Campo Mourão.
- Rodovia do trigo: Curitiba-Pato Branco.
- Rodovia dos Minérios: Antonina-Jaguariáiva.
- Rodovia da Banana: Cacatú-Ararapira.
- Anel rodoviário de Curitiba.

O vulto das obras rodoviárias acima acentua-se quando lembramos que a sua execução e conclusão representa uma extensão total de 2.500 km, dos quais 1.500 km receberão pavimentação asfáltica e os restantes 1.000 km revestimento primário. As obras de arte a serem construídas atingirão uma extensão de aproximadamente 7.930 metros; a estimativa do volume de terraplanagem atinge a ordem dos 70 milhões de metros cúbicos.

A realização do Plano de Prioridade, no quinquênio 1956/60, implica em investimentos da ordem de 9,5 bilhões de cruzeiros assim distribuídos por partes construtivas:

Infraestrutura	3,0
Obras de artes Especiais	0,7
Superestrutura	
Pavimentação asfáltica	5,5
Revestimento primário	0,3
Total	9,5

Além das rodovias do Plano de Prioridade, foi prevista a conclusão

dos trechos das rodovias já atacadas do Plano Rodoviário e que não fazem parte das rodovias do Plano de Prioridade. Designaram-se as mesmas por rodovias do Plano de Extra-Prioridade.

O Plano de Extra-Prioridade tem por fim atingir os seguintes objetivos:

- a) — evitar o abandono de trechos já atacados;
- b) — aproveitar sub-trechos de trechos já concluídos, incorporando-os à rede trafegável, mediante construção de pequenas variantes;
- c) — concluir sub-trechos praticamente prontos, mediante pequenos investimentos, entregando-os ao tráfego;
- d) — atender às obrigações e compromissos contratuais assumidos por administrações anteriores do D.E.R..

PLANO DE CONSERVAÇÃO E MELHORIAS

O Plano de Conservação e Melhorias cobre a rede de conservação do D.E.R. que, atingindo atualmente a extensão de 7.070,66 km, inclusive os 2.000 km incorporados no exercício de 1956, é uma das mais extensas dos Estados brasileiro. Visando a suprir, nos próximos 5 anos, as necessidades de uma conservação eficiente de tão vasta rede de estradas, procedeu-se ao estudo do reequipamento do parque de máquinas e veículos. Como decorrência dos estudos levados a efeito, concluiu-se ainda da necessidade imperiosa da execução de um programa de melhoramentos com revestimento primário de trechos críticos, implantação de obras de drenagem e restauração de obras de artes especiais.

ESTUDO DE ESTRADAS

No setor de estudos de estradas, com o objetivo de alcançar a maior eficiência dos traçados, foi implantada nova orientação quanto ao sistema adotado.

Assim, introduziu-se a norma de que tôdas as diretrizes das estradas a serem construídas só fôssem fixadas pelo método aerofotogramétrico, com apóio terrestre baseado em tomadas de cotas barométricas.

A direção dos traçados, dispondo-se de plantas com curvas de níveis espaçadas em linhas deci-métricas, oferece segurança para se ante-projetar uma linha que satisfaça as exigências de tráfego mais econômico.

Entre os serviços assim executados, destacam-se:

- a) — o da conclusão das locações nas duas diretrizes do trecho da Serra do Mar, na auto-estrada de Curitiba a Paranaguá; êste traçado constitui-se em verdadeiro orgulho da Engenharia, obedecendo à técnica mais moderna;
- b) — o serviço de reexame dos estudos de São Luiz do Porunã a Ponta Grossa, concluindo-se a locação do traçado direto, via Vila Velha;
- c) — os serviços de Levantamentos Complementares e de Locação nos trechos que faltavam da rodovia de Melo Peixoto a Jandaia do Sul;

d) — a fixação da diretriz e o serviço de exploração do trecho de Joaquim Murtinho a Piraf do Sul.

Serviços Aerofotogramétricos:

a) — projeto da diretriz de Jandaia a Campo Mourão e Guaira, Pôrto Mendes Gonçalves;

b) — delineamento da diretriz de Pitanga-Manoel Ribas e Relógio-Rio Bonito;

c) — restituição das faixas de Pitanga a Campo Mourão pelo espigão até Roncador e até o Rio Muquelão pela vertente;

d) — restituição para o D.N.E.R. das faixas de diretrizes da nova rodovia de Curitiba a São Paulo, no trecho de Serra do Capivarí a Curitiba;

e) — restituição de faixa de diretrizes de Cacatú-Guaraqueçaba e Ararapira; do trecho de ligação da auto-estrada de Curitiba a Paranaguá a R-21 (Rodovia de Divisa-Guaratuba), no trecho da T-1 até o Rio Cubatãozinho;

f) — estudo aerofotográfico de Irati-Fernandes Pinheiro — Teixeira Soares — Guaraúna — Guaragi — Ponte sôbre o rio Tibagi (em Ponta Grossa).

Situação Geral dos Estudos de Estradas

Até 31-12-56 foram procedidos estudos em 4.530 kms.

Todavia, para a execução do programa atual, há necessidade de serem executados, no exercício de 1957, os serviços seguintes:

Em andamento:

Reconhecimento	140 kms
Exploração	67 kms
Locação	19 kms

A iniciar:

Reconhecimento	2.175 kms
Exploração	1.030 kms
Locação	1.030 kms

Inversões nos serviços executados no exercício de 1956:

Foram dispendidas em estudos de estradas as quantias seguintes:

Por Administração direta:

Estudos terrestres	Cr.\$ 1.802.419,80
Estudos Aerofotogramétricos	Cr.\$ 734.350,00

Por Empreitada:

Estudos terrestres	Cr.\$ 577.209,80
Estudos Aerofotogramétricos	Cr.\$ 32.400,00

É mister observar-se que nas quantias aplicadas em serviços por empreitada não figuram todos os trabalhos procedidos, porquanto alguns não chegaram a ser faturados no exercício de 1956, devendo sê-lo em 57.

Projetos de Obras de Arte Especiais: De um modo geral, podemos separar as tarefas e encargos atinentes à Secção de Obras de Arte Especiais do D.E.R., em três grupos:

- a) — Setor técnico.
- b) — Setor técnico-administrativo.
- c) — Setor administrativo.

No primeiro grupo ficam compreendidos os trabalhos de Elaboração de Projetos de Obras de Arte Especiais por Administração e verificação de Projéto elaborados por Empreitadas.

No segundo grupo enquadrámos as Análises e Julgamentos de Propostas para construção de obras de Arte Especiais, a elaboração de estudos, pareceres e informações de carácter técnico e a participação de elementos da Secção em Comissão de carácter técnico-administrativo.

Os serviços compreendidos nestes dois primeiros grupos constituem a finalidade primordial da Secção e exigem, para a sua execução, conhecimentos técnicos de gráu superior, além de experiência por parte do profissional habilitado.

No Setor Administrativo fica compreendida a parte administrativa e burocrática da Secção, a saber: correspondência, protocolo, arquivo, controle do material permanente e de consumo, assentamentos referentes ao pessoal e assuntos diversos, organização dos registos e mapas de controle dos serviços técnicos executados e em andamento, estudo e organização de impressos padronizados.

A elaboração de Projetos de Obras de Arte por Administração tem constituído a parcela principal das actividades da Secção nos últimos anos, e para ela tem-se procurado canalizar o melhor dos esforços dentro das possibilidades relativas ao pessoal e material disponível.

Tais serviços, de suma importância, compreendem duas fases distintas: os estudos de campo e a elaboração dos projetos pròpriamente dita.

Constituem os primeiros um serviço técnico essencial, indispensável, que se destina a fornecer ao projetista todos os elementos de que necessita para obter um projeto de Obra de Arte não só tècnicamente perfeito, mas estético, económico, paisagístico e de fácil construção.

A elaboração dos projetos pròpriamente dita compreende os estudos iniciais, a partir dos dados de campo colhidos, para a determinação da Secção de vazão necessária, a escolha do tipo de Obra e do sistema estrutural sob o ponto de vista técnico, estético e económico, e a seguir o desenvolvimento do cálculo estático e o desenho completo do projéto com todos os detalhes construtivos, e tódas as especificações necessárias.

No decorrer do exercício de 1956, a produção geral da Secção foi satisfatória, tendo-se mantido no mesmo nível dos exercícios anteriores.

Todavia, temos a observar que a elaboração de projéto de Obras de Arte para as rodovias inclusas no Plano Rodoviário deixou de atingir um gráu mais elevado, por dois motivos primordiais:

- a) — o estudo e projéto de obras para rodovias municipais, fóra do plano, dentro de nossa orientação municipalista;

b) — o grande número de processos de adjudicação a serem regularizados, que forçaram a trabalhosos estudos de composição de grupos de preçõs unitários e elaboração de orçamentos atualizados para cada caso.

De um modo sucinto, as extensões das Obras de Artes Especiais projetadas no exercício de 1956, podem ser resumidas como segue:

Administração

Pontes e Viadutos em concreto armado

Concluídas 283,77 m.l.

Em andamento 10,00 m.l.

Pontes e Viadutos em madeira

Concluídas 345,27 m.l.

Em andamento 104,28 m.l.

Boeiros

Concluídos 217,90 m.l.

Muros de Arrimo

Concluídos 171,50 m.l.

Andamento 30,30 m.l.

Obras Diversas

Concluídas 9 projéto

Empreitada

Pontes e Viadutos em concreto armado

Concluídas 148,00 m.l.

Andamento 100,00 m.l.

Pontes e Viadutos em madeira

Concluídas 1 (obra de caráter especial)

Construção de estradas: Como no ano anterior, a produção no setor da construção de estradas em 1956 esteve aquém dos índices desejáveis e necessários, como decorrência da difícil situação financeira que nos foi legada na administração geral do Estado e, aqui particularmente, no Departamento de Estradas de Rodagem.

Foi verificada a excavação de quasi dois milhões e setecentos mil metros cúbicos, mas êsses números não nos satisfazem.

Atingiram os diversos serviços executados o valor de Cr\$ 143.893.547,99, dentro dos títulos seguintes:

Excavação	109.491.998,12
Transporte do material excavado	2.737.050,35
Obras de Arte Corrente	17.548.599,13
Trabalhos preparatórios	11.095.431,36
Serviços diversos	3.020.469,03

Estava contratada, em 31-12-56 a extensão de 1.414.480 km. dos quais 173,410 km achavam-se concluídos 668,418 em andamento, tendo-se para iniciar 572,712.

Durante o exercício de 1956 foram concluídas 54,167 km de estradas.

O quadro abaixo dá noticia discriminada dêsse rendimento:

Paranaguá-Fóz do Iguacú

Trecho Paranaguá-Curitiba: 90 km; em andamento: executados 67 km; a executar: 23 km; vol. excavado: 1.207.141,632.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 1.500-1.600; Extensão 2 km; concluidos: 2 km; vol. excavado: 4.816,189.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 1.600-1650; Extensão :1 km; concluido: 1km; vol. excavado: 6.401.051.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 1.650-1.800; Extensão: 3 km.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 1.800-1950; Extensão: 3 km; concluido: 3 km; vol. excavado: 29.514,111.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 1.950-2.000; extensão: 1 km.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 2.000-2.120; extensão: 2,400 km; concluido: 2,400 km; volume escavado: 11.703,081.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 2.120-2.240; extensão 2,400 km; concluidos: 2,400 km; volume escavado: 13.398,417.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 2.240-2.340; extensão: 2 km; executados: 2 km; volume escavado: 6.859,859.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 2.340-2.410; extensão: 1,400 km; executados :1,400; volume escavado; 6.245,160.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 2.410-2.510; extensão: 2 km; executado: 2 km; volume escavado: 12.257,288.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 2.510-2.800; extensão: 5,800 km; concluido: 5,800; volume escavado: 57.874,218.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 2.800-2.875; extensão: 1,500 km.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 2.875-2.960; extensão: 1,700 km; volume escavado: 11.236,231.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 2.960-3.140; extensão: 3.600; executados: 3,600 km; volume escavado: 5.572,935.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 3.140-3.200; extensão: 1,200 km; a executar: 1,200 km.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 3.200-3.350; extensão: 3 km.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 3.350-3.650; extensão: 6 km; executados: 6 km; volume escavado: 110.395,106.

Sub-Trecho Campo Largo-Palmeira: 3.650-3.817; extensão: 3,340 km; executados: 3,340; volume escavado: 55.544,248.

Antonina-Pôrto Bráulio

Trecho Antonina-Cacatú:0.743-12,00; extensão: 14,872.

Trecho Cêrro Azul-Jaguariaíva: 0-1.116; extensão: 26,600.

Sub-Trecêho Wenceslau Braz-Siqueira Campos: 300-550; extensão: 5 km.

Sub-Trecho Wenceslau Braz-Siqueira Campos: 550-1.550; extensão: 20 km; executados: 20 km; volume escavado: 144.234,337.

Sub-Trecho Siqueira Campos-Quatiguá: 1.550-1.830; executados: 5,600 km.

Sub-Trecho Siqueira Campos-Quatiguá: 1.830-2.280; executados: 9 km.

Sub-Trecho Siqueira Campos-Quatiguá: 2.280-2.450; extensão: 3,400; executados: 3,400 km.

Sub-Trecho Joaquim Távora-Sto. Antonio da Platina: 0-200; extensão: 4 km; executados: 4 km; volume escavado: 5.676,177.

Sub-Trecho Joaquim Távora-Santo Antonio da Platina: 200-400; extensão: 4 km; volume escavado: 23.277.763.

Sub-Trecho Joaquim Távora-Santo Antonio da Platina: 400-650; extensão: 5 km; executados: 5 km; volume escavado: 16.636.234.

Sub-Trecho Joaquim Távora-Santo Antonio da Platina: 650-900; extensão: 5 km; executados: 5 km; volume escavado: 2.302.448.

Sub-Trecho Joaquim Távora-Santo Antonio da Platina: 900-1.150; extensão: 5km; concluídos: 5 km; volume escavado: 81.396.312.

Sub-Trecho Joaquim Távora-Santo Antonio da Platina: 900-1.151; extensão: 5 km; executados: 5 km.

Curitiba-Alvorada do Sul

Trecho Assaí-Jataizinho: 0-800; extensão: 16.000 km; executados: 16 km; volume escavado: 14.532.811.

Curitiba-Barra do Pirapó

Sub-Trecho S. L. do Purunã-Ponta Grossa: 0-205; extensão: 4.100 km.

Sub-Trecho S. L. do Purunã-Ponta Grossa: 205-295; extensão: 1.800 km; executados: 1.800 km; volume escavado: 16.000,100.

Sub-Trecho S. L. do Purunã-Ponta Grossa: 295-413; extensão: 2,360 km; executados: 2,360; volume escavado: 17.878,134.

Sub-Trecho S. L. do Purunã-Ponta Grossa: 413-530; extensão: 2,340 km; executados: 2,340 km; volume escavado: 21.640,954.

Sub-Trecho S. L. do Purunã-Ponta Grossa: 530-877; extensão: 5.220 km; executados: 5.220, volume escavado: 108.386,400.

Trecho Ponta Grossa-Ortigueira: 0-2.500; extensão: 129 km.

Sub-Trecho Araruva-Apucarana: 280-553; extensão: 5.460 km; executados 5,460, volume escavado: 20.602,944.

Sub-Trecho Araruva-Apucarana: 553-639; extensão: 1.720 km; executados: 1,720 km.

Uvaia-Pôrto São José

Trecho Jandaia do Sul-Mandaguari: 960-1.385+15,0; extensão: 8,515; executados: 8,515.

Trecho Mandaguari-Maringá: 0-1.440; extensão: 28,800 km; executados: 28,800 km.

Sub-Trecho Maringá-Paranavaí: 1.440-2.930; extensão: 29,800 km; executados: 29,800 km; volume escavado: 13.799,748.

Sub-Trecho Maringá-Paranavaí: 2.930-4.760+9,50; extensão: 36,610; a executar: 26,610.

Trecho Paranavaí-Pôrto São José: 6.587+11,50-9.132; extensão: 50,580; a executar: 50,580.

Relógio-Pôrto Camargo

Trecho Campo Mourão-Pitanga: 0-1.261; extensão: 130 km; executados: 23,560 km; volume escavado: 33.809,827.

Trecho Cruzeiro do Oeste-Pôrto Camargo: 7.950-8.147; extensão: 3,940 km; executados: 3,940; volume escavado: 2.728,870.

Melo Peixoto-Foz do Iguaçu

Trecho Cambará-Melo Peixoto: 980 (alargamento); extensão: 19,600 km; concluído: 19,600 km; volume escavado: 60.481,524.

Trecho Andirá-Bandeirantes: 980-1.340; extensão: 12,020; concluído: 12,020; volume escavado: 111.495,664.

Trecho Cornélio Procópio-Jataizinho: 1.010-1.226 (alarg vr.); extensão: 4,320; executado: 4,320; volume escavado: 48.536,019.

Sub-Trecho Jataizinho-Ibiporã: 899+17,65=0-112 (variante); extensão: 2240; executado 2.240; volume escavado: 12.648,044.

Sub-Trecho Jataizinho-Ibiporã: 112+15,75+1.062; extensão: 2.543; executado: 2.543; volume escavado: 27.362,120.

Rio Itararé-Araruva

Trecho Ribeirão Claro-Jacarèzinho: 0-367; extensão: 7.240; executado: 7.240; volume escavado: 7.066,122.

Rio Itararé-Campo Mourão

Sub-Trecho Siqueira Campos-Tomazina: 0-325; extensão: 6,500 km; executados: 6,500 km.

Sub-Trecho Siqueira Campos-Tomazina: 325-525; extensão: 4,000 km.

Sub-Trecho Siqueira Campos-Tomazina: 525-700; extensão: 3,500 km; executado: 3,500 km.

Sub-Trecho Siqueira Campos-Tomazina: 700 - 875; extensão: 3,500; a executar: 3,500.

Trecho Tomazina-Ibaití: 735-814+1.044-1.301; extensão: 21,700; executado: 13,200.

Trecho Ibaití-Cambuí: 0-2,000; extensão: 40 km; executados: 40 km.

Itararé-Pôrto Mendes

Sub-Trecho Itararé-Sengés: 1.650-1.980; extensão: 6,600.

Sub-Trecho Itararé-Sengés: 1.980-2.120; extensão: 2.800; executados: 2,800 km.

Sub-Trecho Itararé-Sengés: 1.120.+10,00; extensão: 3.130.

Sub-Trecho Itararé-Sengés: 2.276+10,00-2.397; extensão: 2.410; executados: 2,410.

Sub-Trecho Itararé-Sengés: 2.397-2.715; extensão: 6,360; executados: 6,360.

Pôrto Emigdão-3 Barras

Trecho Sengés-Jaguariaíva: 0-1.650; extensão: 33 km; executados: 33 km.

Melo Peixoto-União da Vitória

Trecho Jacarèzinho-Santo Antonio da Platina: 0-820 e 0-77.820-1.070; extensão: 22.940; executados: 2 km; volume escavado: 7.462,440.

T6-Ponte Serrada

Trecho Guarapuava-Pinhão: 0-1,300; extensão: 26 km; executados: 26 km.

Alvorada do Sul-Rincão

Trecho Maringá-Campo Mourão: 0-2,624; extensão: 52,480; executados: 47,460; volume escavado: 129.205,120.

Joaquim Távora-Itararé

Trecho Joaquim Távora-Carlópolis: 0-1.238; extensão: 24,760; executados: 21,320 km; volume escavado: 128.053,309.

Rolândia-Pirapòzinho

Trecho Rolândia-Porecatu: todo o trecho; extensão: 68,400; executados: 28,568; a executar: 39,832; volume escavado: 4,600 km.

Antonina-Auto Estrada

Trecho Antonina-Morretes: todo o trecho; extensão: 30 km; a executar: 30 km.

Cacatu-Ararapira

Sub-Trecho Cacatu-Tagassaba: extensão 90 km; a executar: 90 km.

Alexandra-Pôrto de Passagem

Sub-Trecho Alexandra-Caiobá: 0-542; extensão: 10,840 km; executados: 10,840 km.

Curitiba-Garuva

Sub-Trecho São José dos Pinhais-Rincão: 0-668; extensão: 13,360; executados: 8,360.

Sub-Trecho Rincão Garuva: 39-63; extensão: 0,480, executados: 0,480; volume escavado: 17,819,600.

Curitiba-Piraquara

Trecho Curitiba-Piraquara: 91-840 e 765-860; extensão: +6,880; executados: 16,880 km.

Campa de Aviação

Pirai do Sul.

Total geral: concluídos em 1956: 58,800; Andamento em 31/12/56: Executado: 529,476; a executar: 294,522; volumes escavados: 2.685.261,470.

O quadro abaixo dá notícia da situação geral dos serviços de construção de estradas do Plano Rodoviário:

T1-Paranaguá-Fóz do Iguaçu

Trecho Paranaguá-Curitiba: extensão: 90 km; executados: 67 kb.

Trecho Curitiba-Campo Largo: extensão: 23 km; concluídos: 23 km.

Trecho Campo Largo-Palmeira: extensão: 48,340; concluídos: 15,300 km.
Trecho Palmeira-Iratí: extensão: 75,400 km; concluídos: 75,400 km.
Trecho Iratí-Relógio: extensão 59,436 km; concluídos: 59,436 km.
Trecho Relógio-Guarapuava: extensão 59 km; concluídos: 59 km, Fed.
Trecho Guarapuava-Laranjeiras do Sul: extensão: 126 km; concluídos: 126 km.
Trecho Laranjeiras do Sul-Cascavél: extensão 181 km; concluídos: 181 km.
Trecho Cascavél-Fóz do Iguaçu: extensão: 164 km; concluídos. 164 km.

T2-Antonina-Pôrto Bráulio

Trecho Antonina-Cacatú: extensão: 19 km., a iniciar.
Trecho Cacatú-Tunas: extensão: 76 km., a iniciar.
Tunas-Cêrro Azul: extensão: 30 km., a iniciar.
Cêrro Azul-Jaguariáiva: extensão: 105 km., a iniciar.
Trecho Jaguariáiva-Arapotí: extensão: 17 km., a iniciar.
Trecho Arapotí-Wenceslau Braz: extensão: 31 km., a iniciar.
Trecho Wenceslau Braz-Siqueira Campos: extensão: 29 km., em andamento: 20 km.
Trecho Siqueira Campos-Quatiguá: extensão: 18 km.; concluídos: 5,600 em andamento: 12,400 km.
Trecho Quatiguá-Joaquim Távora: extensão: 10 km.; concluídos: 10 km.
Trecho Joaquim Távora-Santo Antônio da Platina: extensão: 23 km.; concluídos: 5 km.; em andamento: 18 km.
Trecho Santo Antônio da Platina-Andirá: extensão: 40 km., a iniciar.
Trecho Andirá-Pôrto Bráulio: extensão: 13 km., a iniciar.

T3-Curitiba-Alvorada do Sul

Trecho Curitiba-Abapã: extensão: 111,700 km.; concluídos: 111,700 km.
Trecho Abapã-Pirai do Sul: extensão: 34,350 km; concluídos: 34,350 km.
Trecho Pirai do Sul-Ventania: extensão: 53,450; concluídos: 53,450 km.
Trecho Ventania-Curiúva: extensão: 42 km; concluídos: 42 km.
Trecho Curiúva-São Jerônimo: extensão: 58,850 km; concluídos: 58,850 km.
Trecho São Jerônimo-Jataizinho: extensão: 67,800 km; concluídos: 51,800 km; em andamento: 16 km.
Trecho Jataizinho-Sertanópolis: extensão: 26 km., a iniciar.
Trecho Sertanópolis-Alvorada do Sul: extensão: 54 km., a iniciar.

T4-Curitiba-Barra do Pirapó

Trecho São Luiz do Purunã-Ponta Grossa: extensão: 89 km; concluídos: 4,100; em andamento: 11,720 km.
Trecho Ponta Grossa-Ortigueira: extensão: 129 km., a iniciar.
Trecho Ortigueira-Araruva: extensão: 86,100; concluídos: 86,100 km.
Trecho Araruva-Apucarana: extensão: 32,700 km; concluídos: 20,100 km; em andamento: 12,600 km.

Trecho Apucarana-Arapongas: extensão: 17 km; concluídos: 17 km.
Trecho Arapongas-Rolândia: extensão: 15,600; concluídos: 15,600 km.
Trecho Rolândia-Jaguapitã: extensão: 35,800 km., a iniciar.
Trecho Jaguapitã-Barra do Pirapó: extensão: 96 km., a iniciar.

T5-Uvaia.Pôrto São José

Trecho Uvaia-Ipiranga: extensão: 27 km., a iniciar.
Trecho Ipiranga-Teresa Cristina: extensão: 89 km., a iniciar.
Trecho Teresa Cristina-Três Bicos: extensão: 25 km., a iniciar.
Trecho Três Bicos-Cândido de Abreu: extensão: 28 km., a iniciar.
Trecho Cândido de Abreu-Jandaia do Sul: extensão: 140 km., a iniciar.
Trecho Jandaia do Sul-Mandaguari: extensão: 12 km; executados:
12 km.
Trecho Mandaguari-Marialva: extensão: 45 km; executados: 45 km.
Trecho Marialva-Maringá: extensão: 30 km; executados: 30 km.
Trecho Maringá-Paranavaí: extensão: 102 km; executados: 56,410 km.
Trecho Paranavaí-Pôrto São José: extensão: 100 km; a executar: 50,580.

T6-Relógio.Pôrto Camargo

Trecho Relógio-Pitanga: extensão: 110 km., a iniciar.
Trecho Pitanga-Campo Mourão: extensão: 130 km; executados:
23,560 km.
Trecho Campo Mourão-Pôrto Camargo: extensão: 215 km., a iniciar.

T7-Curitiba.Barracão

Trecho Curitiba-Araucária: extensão: 17 km; concluídos: 17 km.
Trecho Araucária-Lapa: extensão: 40,600 km; concluídos: 40,600 km.
Trecho Lapa-São Mateus do Sul: extensão: 78,600 km; concluídos:
78,600 km.
Trecho São Mateus-União da Vitória: extensão: 67,100 km; concluídos:
67,100 km.
Trecho União da Vitória-Gal. Carneiro: extensão: 63 km., a iniciar.
Trecho Gal. Carneiro-Palmas: extensão: 87 km., a iniciar.
Trecho Palmas-Clevelândia: extensão: 47 km., a iniciar.
Trecho Clevelândia-Pato Branco: extensão: 49 km., a iniciar.
Trecho Pato Branco-Barracão: extensão: 169 km., a iniciar.

P1-Melo Peixoto.Fóz do Iguaçu

Trecho Melo Peixoto-Cambará: extensão: 18,550 km; concluídos:
18,550 km.
Trecho Cambará-Andirá: extensão: 18,450 km; concluídos: 18,450 km.
Trecho Andirá-Bandeirantes: extensão: 19 km; concluídos: 19 km.
Trecho Bandeirantes-Santa Mariana: extensão: 17,400 km; concluídos:
17,400 km.
Trecho Santa Mariana-Cornélio Procópio: extensão: 16 km; concluídos:
16 km.

Trecho Cornélio Procópio-Jataizinho: extensão: 44,300 km; concluídos: 36,800; em andamento: 4,320 km; a executar: 3,180 km.

Trecho Jataizinho-Ibiporã: extensão: 8,600 km; concluídos: 7.217 km; em andamento: 1,383 km.

Trecho Ibiporã-Londrina: extensão: 14 km; concluídos: 14 km.

Trecho Londrina-Cambé: extensão: 14,400 km; concluídos: 14,400 km.

Trecho Cambé-Rolândia: extensão: 10,800 km; concluídos: 10,800 km.

Trecho Rolândia-Arapongas: Extensão: 15,600 km; concluídos: 15,600 km.

Trecho Arapongas-Apucarana: extensão: 17 km; concluído: 17 km.

Trecho Apucarana-Jandaia do Sul: extensão: 21,500 km; concluídos: 21,500 km.

Trecho Jandaia do Sul-Campo Mourão: extensão: 93 km., a iniciar.

Trecho Campo Mourão-Guaíra: extensão: 192 km., a iniciar.

Trecho Guaíra-Pôrto Mendes: extensão: 52 km., a iniciar.

Trecho Pôrto Mendes-Foz do Iguaçu: extensão: 120 km., a iniciar.

P2.-Rio Itararé-Araruva

Trecho Rio Itararé-Ribeirão Claro: extensão: 12 km., a iniciar.

Trecho Ribeirão Claro-Jacarèzinho: extensão: 28 km; em andamento: 7,240 km.

Trecho Jacarèzinho-Santo Antonio da Platina: extensão: 20 km; concluídos: 18 km; em andamento: 2 km.

Trecho Santo Antônio da Platina-Conginhas: extensão: 35 km., a iniciar.

Trecho Congoinhas-Araiporanga: extensão: 30 km., a iniciar.

Trecho Araiporanga-Araruva: extensão: 71 km., a iniciar.

P3.-Itararé-Campo Mourão

Trecho Itararé-Siqueira Campos: extensão: 35 km., a iniciar.

Trecho Siqueira Campos-Tomazina: extensão: 17,500 km; concluídos: 12,500; em andamento: 5,000 km.

Trecho Tomazina-Ibaití: extensão: 21,700 km; concluídos: 8,500 km; em andamento: 13,280 km.

Trecho Ibaití-Curitiba: extensão: 40 km; executados: 40 km.

Trecho Curiúva-Natingui: extensão: 40 km., a iniciar.

Trecho Natingui-Faxinal: extensão: 65 km., a iniciar.

Trecho Faxinal-Campo Mourão: extensão: 122 km., a iniciar.

P4.-Itararé-Pôrto Mendes

Trecho Itararé-Sengés: extensão: 21,300 km; concluídos: 9,730 km; em andamento: 11,570 km.

Trecho Sengés-Arapotí: extensão: 42 km., a iniciar.

Trecho Arapotí-Ventania: extensão: 45 km., a iniciar.

Trecho Ventania-Tibagí: extensão: 38 km., a iniciar.

Trecho Tibagí-Reserva: extensão: 55 km., a iniciar.

Trecho Reserva-3 Bicos: extensão: 35 km., a iniciar.

Trecho 3 Bicos-Pitanga: extensão: 65 km., a iniciar.
Trecho Pitanga-Cancã: extensão: 78 km., a iniciar.
Trecho Cancã-Cascavél: 138 km., a iniciar.
Trecho Cascavél-Pôrto Mendes: extensão: 120 km., a iniciar.

P5-Ponta Grossa-Relógio

Trecho Ponta Grossa-Uvaia: extensão: 22 km., concluídos: 22 km., Fed.
Trecho Uvaia-Imbituva: extensão: 34 km., concluídos: 34 km.
Trecho Imbituva-Prudentópolis: extensão: 66 km., concluídos: 66 km.
Trecho Prudentópolis-Relógio: extensão: 20 km., concluídos: 20 km.

P6-Rincão-Pinhal Preto

Trecho Rincão-Aruatã: extensão: 30 km., a iniciar.
Trecho Aruatã-Agudos do Sul: extensão: 15 km., a iniciar.
Trecho Agudos do Sul-Piên: extensão: 22 km., a iniciar.
Trecho Piên-Rio Negro: extensão: 45 km., a iniciar.
Trecho Rio Negro-Antônio Olinto: extensão: 50 km., a iniciar.
Trecho Antônio Olinto-São Mateus do Sul: extensão: 25 km., a iniciar.
Trecho São Mateus do Sul-Mallet: extensão: 55 km., a iniciar.
Trecho Mallet-Pinhão: extensão: 90 km., a iniciar.
Trecho Pinhão-Condoi: extensão: 70 km., a iniciar.
Trecho Condoi-Pinhal Preto: extensão: 32 km., a iniciar.

P7-União da Vitória-Santo Antônio

Trecho União da Vitória-Bituruma: extensão: 68 km., a iniciar.
Trecho Bituruna-Mangueirinha: extensão: 84 km., a iniciar.
Trecho Mangueirinha-Chopin: extensão: 40 km., a iniciar.
Trecho Chopin-Santo Antônio: extensão: 150 km., a iniciar.

L1-Paraná-Rio Negro

Trecho Paraná-Tunas extensão: 55 km.; concluídos: 55 km. Fed.
Trecho Tunas-Bocaúva do Sul: extensão: 39 km.; concluídos: 39 km.
Trecho Bocaúva do Sul-Curitiba: extensão: 39 km., concluídos: 39 km.
Trecho Curitiba-Mandirituba: extensão: 34 km.; concluídos: 34 km.
Trecho Mandirituba-Rio Negro: extensão: 71 km.; concluídos: 71 km.

L2-Pôrto Emigdão-Três Barras

Trecho Pôrto Emigdão-Ribeirão Claro: extensão: 14 km., a iniciar.
Trecho Ribeirão Claro-Carlópolis: extensão: 28 km., a iniciar.
Trecho Carlópolis-S. J. da Vista: extensão: 57 km., a iniciar.
Trecho S. J. da Boa Vista-Sengés: extensão: 31 km., a iniciar.
Trecho Sengés-Jaguariaíva: extensão: 33 km.; executados: 33 km.
Trecho Jaguariaíva-J. Murtinho: extensão: 23,750 km., a iniciar.
Trecho J. Murtinho-Piraí do Sul: extensão: 20,950 km., a iniciar.
Trecho Piraí do Sul-Castro: extensão: 24,300 km.; concluídos: 20,700;
em andamento: 3,600 km.

Trecho Castro-Ponta Grossa: extensão: 42,300 km.; concluídos:
42,300 km.

Trecho Ponta Grossa-Palmeira: extensão: 44 km., a iniciar.

Trecho Palmeira-São João do Triunfo: extensão: 46,800 km., a iniciar.

Trecho São João do Triunfo-São Mateus do Sul: extensão: 27,300 km.,
a iniciar.

Trecho São Mateus do Sul-Três Barras: extensão: 30,300 km., a iniciar.

L3-Melo Peixoto-União da Vitória

Trecho Melo Peixoto-Jacarèzinho-Santo Antônio da Platina: extensão:
20 km., concluídos: 18,000, em andamento: 2 km.

Trecho Santo Antônio da Platina-Ibaití: extensão: 66 km., a iniciar.

Trecho Ibaití-Ventania: extensão: 49 km., a iniciar.

Trecho Ventania-Tibagi: extensão: 35 km., a iniciar.

Trecho Tibagi-Ipiranga: extensão: 63 km., a iniciar.

Trecho Ipiranga-Imbituva: extensão: 49 km., a iniciar.

Trecho Imbituva-Iratí: extensão: 27 km., a iniciar.

Trecho Iratí-Rebouças: extensão: 18,200 km., a iniciar.

Trecho Rebouças-Rio Azul: extensão: 15,500 km., a iniciar.

Trecho Rio Azul-Mallet: extensão: 19,900 km., a iniciar.

Trecho Mallet-Paulo Frontin: extensão: 23,800 km., a iniciar.

Trecho Paulo Frontin-União da Vitória: extensão: 39,400 km., a iniciar.

L4-T6-Ponte Serrada

Trecho T6-Rio Bonito: extensão: 22 km., a iniciar.

Trecho Rio Bonito-Guarapuava: extensão: 41 km., a iniciar.

Trecho Guarapuava-Pinhão: extensão: 41 km., em andamento: 26 km.

Trecho Pinhão-Palmas: extensão: 100 km., a iniciar.

Trecho Palmas-Ponte Serrada: extensão: 8 km., a iniciar.

L5-Alvorada do Sul-Rincão

Trecho Alvorada do Sul-Porecatú: extensão: 20 km., a iniciar.

Trecho Porecatú-Centenário: extensão: 24 km., a iniciar.

Trecho Centenário-Maringá: extensão: 82 km., a iniciar.

Trecho Maringá-Campo Mourão: extensão: 88 km.; concluídos:
5,020 km.; em andamento: 47,460 km.

Trecho Campo Mourão-Cancã: extensão: 72 km., a iniciar.

Trecho Cancã-Laranjeiras do Sul: extensão: 90 km., a iniciar.

Trecho Laranjeiras do Sul-Chopim: extensão: 55 km., a iniciar.

Trecho Chopim-Pato Branco: extensão: 47 km., a iniciar.

Trecho Pato Branco-Rincão: extensão: 20 km., a iniciar.

R1-Tomazina-Rio Itararé

Trecho Tomazina-Wenceslau Braz: extensão: 20 km., a iniciar.

Trecho Wenceslau Braz-S. J. da Boa Vista: extensão: 17 km., a iniciar.

Trecho S. J. da Boa Vista-Rio Itararé: extensão: 24,760 km.; concluídos:
14,140, km.; em andamento: 10,620 km.

R3-Joaquim Távora-Salto Grande

Trecho Joaquim Távora-Jacarèzinho: extensão: 44 km., a iniciar.

Trecho Jacarèzinho-Cambará: extensão: 18 km., a iniciar.

Trecho Cambará-Salto Grande: extensão: 20 km., a iniciar.

R4-L3-Pôrto Almeida

Trecho L3-Ribeirão Pinhal: extensão: 31 km., a iniciar.

Trecho Ribeirão do Pinhal-Bandeirantes: extensão: 38 km., a iniciar.

Trecho Bandeirantes-Pôrto Almeida: extensão: 25 km., a iniciar.

R5-Curiúva-Paranagi

Trecho Curiúva-Cambuú: extensão: 24 km.; concluidos: 24 km.

Trecho Congoinhas-Cornélio Procópio: 50 km.; executados: 40 km.

Trecho Cornélio Procópio-Paranagi: extensão: 56 km., a iniciar.

R6-T4-Alvora do Sul

Trecho T4: extensão: 96 km., a iniciar.

Trecho Londrina.Bela Vista do Paraíso: extensão: 42 km., a iniciar.

Trecho Bela Vista do Paraíso-Alvorada do Sul: 40 km., a iniciar.

R7-Rolândia-Pirapòzinho

Trecho Rolândia-Porecatú: extensão: 68,400 km.; executados: 68,400 km.

Trecho Porecatú-Pirapòzinho: extensão: 77 km., a iniciar.

R8-Arapongas-Barra Caíva

Trecho Arapongas-Sabaudia: extensão: 19 km., a iniciar.

Trecho Sabaudia-Astorga: extensão: 22 km., a iniciar.

Trecho Astorga-Barra Caíva: extensão: 130 km., a iniciar.

R9-Rolândia-Capelinha

Trecho Rolândia-Astorga: extensão: 37 km., a iniciar.

Trecho Astorga-Capelinha: extensão: 57 km., a iniciar.

R10-Ortigueira-Maracanã

Trecho Ortigueira-Tibagí: extensão: 95 km., a iniciar.

Trecho Tibagí-Castro: extensão: 60 km., a iniciar.

Trecho Castro-Maracanã: extensão: 21 km., a iniciar.

R11-Iratí-L2

Trecho Iratí-Fernandes Pinheiro: extensão: 12 km., a iniciar.

Trecho Fernandes Pinheiro-Teixeira Soares: extensão: 11 km., a iniciar.

Trecho Teixeira Soares-Guaraúna: extensão: 14 km., a iniciar.

Trecho Guaraúna-Guaragí: extensão: 16 km., a iniciar.

Trecho Guaragí-L2: extensão: 8 km., a iniciar.

R12-Curitiba-Açunguí

Trecho Curitiba-Rio Branco do Sul: extensão: 23 km.; concluidos:
23 km.

Trecho Rio Branco do Sul-Açunguí: extensão: 33 km., a iniciar.

R13. Palmeira-Rio Negro

Trecho Palmeira-Pôrto Amazonas: extensão: 21 km., a iniciar.

Trecho Pôrto Amazonas-Lapa: extensão: 36 km., a iniciar.

Trecho Lapa-Rio Negro: extensão: 45 km., a iniciar.

R14. Bocaiúva-Juquiá

Trecho Bocaiúva-Juquiá: extensão: 57 km., a iniciar.

R15. Curitiba-Antonina

Trecho Curitiba-Antonina: extensão: 81 km., a iniciar.

R16. Tl. Morretes

Trecho Tl. Morretes: extensão: 14 km., a iniciar.

R17. Cacatú-Ararapira

Trecho Cacatú-Serra Negra: extensão: 45 km., a iniciar.

Trecho Serra Negra-Ararapira: extensão: 46 km., a iniciar.

R18. R17. Cananéa

Trecho R17-Cananéa: extensão: 60 km., a iniciar.

R19. Alexandra-Pôrto de Passagem

Trecho Alexandra-Caiobá: extensão: 32 km.; concluídos: 5 km.; em andamento: 10,840 km.

Trecho Caiobá-Pôrto de Passagem: extensão: 4 km.; concluídos: 4 km.

R20. Curitiba-Garuva

Trecho Curitiba-São José dos Pinhais: extensão: 13 km.; concluídos: 13 km. Fed.

Trecho São José dos Pinhais-Rincão: extensão: 38 km.; concluídos: .. 38 km.

Trecho Rincão-Garuva: extensão: 49 km.; concluídos: 49 km.

R21. R20. Guaratuba

Trecho R20-Guaratuba: extensão: 46 km., a iniciar.

R22. Passo da Gal. Matos Costa

Trecho Passo da Galinha-Matos Costa: extensão: 28 km., a iniciar.

R23. Gal. Carneiro-Chapada:

Trecho Gal. Carneiro-Chapada: extensão: 28 km., a iniciar.

R24. T7-Campo Erê

Trecho T7-Campo Erê: extensão: 20 km., a iniciar.

R25. T1-Barracão

Trecho T1-Santo Antônio: extensão: 101 km., a iniciar.

Trecho Santo Antônio-Barracão: extensão: 48 km., a iniciar.

R26. Mandirituba-Fragoso

Trecho Mandirituba--Agudos do Sul: extensão: 33 km., a iniciar.

Trecho Agudos do Sul-Fragoso: extensão: 24 km., a iniciar.

R27. Joaquim Murtinho-Arapotí

Trecho Joaquim Murtinho-Arapotí: extensão: 35 km., a iniciar.

R28. Jataizinho-Pôrto Geovani

Trecho Jataizinho-Sertaneja: extensão: 35 km., a iniciar.

Trecho Sertaneja-Pôrto Geovani: extensão: 26 km., a iniciar.

R29. Paravanavaí-Pôrto Ceará**R30. Curitiba-Piraquara**

Trecho Curitiba-Piraquara: extensão: 6,880 km.; executados: 6,880 km.

Total geral: Extensão: 10.707,466; Concluídos: 2.352,693; Em andamento: 749,878 km.

Construção de Obras de arte especiais: A situação de construção de obras de arte especiais resume-se assim:

Por administração direta:

Em andamento 142,40 m.

Por empreitada:

Concluídas 209,80 m.

Em andamento 505,45 m.

Neste exercício iniciamos a construção, por administração, de uma obra de vulto, — a ponte sôbre o rio Potinga.

Conservação: Grandes esforços dispendeu o Departamento no sentido da manutenção da sua rede rodoviária, a qual aumentou, no exercício de 1956, em 2.147,010 km., o que representa 43,4 % em relação à extensão da rede de conserva do exercício anterior.

O progresso do Paraná exige que se trate com o maior zêlo as rodovias existentes, com melhoramento constante e ininterrupto tanto das condições técnicas como das chapas de rodagem, o que, pensamos, se conseguiu realizar de forma satisfatória.

A rede conservada pelo Departamento tem a extensão total de 7.084,660 km., dos quais 103,650 km., em asfalto, 24,550 km. em paralelepípedo, 663,500 km., em macadame, 1.240,550 km. em saibro e finalmente 5.052,320 em leito natural.

Tomando-se em consideração o vultoso crescimento da rede rodoviária durante o exercício, e tendo-se em vista as condições quasi que obsoletas do equipamento em serviço, temos de considerar satisfatório o rendimento obtido, apesar de ter estado aquém do que desejávamos.

Todavia, com a renovação do equipamento que ora se processa e com a ampliação dos quadros funcionais, temos a certeza que, no decorrer do exercício de 57, aumentaremos consideravelmente a pavimentação ou o revestimento da atual rede rodoviária.

A ampliação da rede rodoviária durante 6 anos consecutivos, desde o início de 1950 até o término do exercício de 1955 foi de 1.084,144 km., ao passo que somente durante o período compreendido entre janeiro a dezembro de 56 tivemos uma ampliação de 2.147,010 km., portanto, quasi o dobro da ampliação dos 6 anos anteriores.

O quadro abaixo indica êsse fato, de importância, de modo analítico:

Ano	Extensões da rede conservada (Km.)	Número relativo
1950	3.215,351	100
1951	3.592,000	112
1952	3.008,210	124
1953	4.229,965	131
1954	4.520,365	140
1955	4.937,650	155
1956	7.084,600	220

Melhorias:

As atividades neste setôr, compreendendo refôrço, restauração e reconstrução de obras de arte especiais, alargamentos, execução de pequenas variantes, melhoramentos em drenagem, etc., se desenvolveram no sentido de atender as necessidades mais prementes, tendo em vista a exiguidade dos recursos disponíveis.

As melhorias executadas durante o exercício de 1956, tendo-se em conta as condições precárias em que se achava não somente grande parte das obras de arte especiais, como também os leitos estradais e seu revestimento, especificam-se no quadro seguinte:

— Refôrço da ponte c/colocação de quatro vigas na estrada de S. João da Graciosa-Paranaguá, no trecho S. João da Graciosa-Alexandra, no local Canal Passa Sete Km. 81+080;

— Reconstrução de atêrro na estrada S. João da Graciosa-Paranaguá, no trecho Morretes-Paranaguá, no local Km. 87+800 ao 88;

— Refôrço da ponte na estrada Curitiba-Alvorada do Sul; no trecho Curitiba-Abapã, no local Km. 9 Rio Passaúna;

— Restauração e refôrço do revestimento, extensão de 3+690, da estrada Curitiba-Antonina no trecho Quatro Barras-S. João da Graciosa no local Km. 45;

— Restauração e refôrço do revestimento, extensão de 0+200, na estrada S. João da Graciosa-Paranaguá no trecho Morretes-Alexandra, no local Km. 86;

— Reconstrução geral do trecho na estrada Antonina-Pt^o Bráulio, no trecho Antonina-Cacatu, no local Antonina-Cacatu;

— Reconstrução do revestimento das pontes de concreto na estrada Curitiba-Alvorada do Sul, no trecho Capitão Alto-Piraí do Sul, no local Kms. 138+900 e 139+100;

- Refôrço do revestimento c/xisto na estrada Curitiba-Barracão, no trecho S. M. do Sul-União da Vitória, no local — em todo o trecho —;
- Refôrço do revestimento c/brita na estrada Curitiba-Barracão, no trecho União da Vitória-Palmas, no local — em todo o trecho;
- Reconstrução de ponte na estrada Curitiba-Barracão, no trecho
- Reconstrução de ponte na estrada Curitiba-Barracão, no trecho União da Vitória-Pato Branco no local Rios: Cotia e D'Areia;
- União da Vitória-Gal. Carneiro, no local Rio Espingarda;
- Reconstrução de ponte na estrada União da Vitória-Santo Antonio, no trecho União da Vitória-Bituruna, no local Rio Iratizinho;
- Alargamentos na estrada União da Vitória-Santo Antonio, no trecho União da Vitória-Bituruna, no local União da Vitória-Bituruna;
- Construção de variante na estrada T-6 Ponte Serrada, no trecho Guarapuava-Rio Bonito, no local Kms. 326 ao 327;
- Construção de acessos de ponte na estrada T-6 — Ponte Serrada, no trecho Guarapuava-Pinhalão, no local Rio Jordão;
- Construção de variante na estrada Relógio-Ptº Camargo, no trecho L-4 — Pitanga, no local Km. 393+800 ao 394+400;
- Execução dos acostamentos nas pistas asfaltadas na estrada Melo Peixoto-Foz do Iguaçu, no trecho Ibioporã-Londrina-Cambé, no local Ibioporã-Londrina-Cambé;
- Reconstrução geral do trecho da estrada Melo Peixoto-Foz do Iguaçu, no trecho Ptº Mendes-Foz do Iguaçu, no local Ptº Mendes-Fóz do Iguaçu;
- 3 km. de aplicação de Road-Ooil na estrada Curitiba-Garuva, no trecho Curitiba-S. José dos Pinhais, no local Curitiba-S. José (Via Boqueirão);
- Execução de drenagem na estrada Curitiba-Garuva, no trecho S. José dos Pinhais-Garuva, no local S. José-Garuva (todo o trecho);
- Construção de variante extensão na estrada S. João-Guaratuba, no trecho S. João - Divisa, no local Rio Saí;
- 500m. e construção de 2 boeiros da T. C. de 1,50m. de D. por 11,00m. de C.;
- Construção de ponte de madeira com 12,00m. de vão na estrada S. João-Guaratuba, no trecho S. João — Divisa, no local Rio Saí;
- Execução de drenagem e reconstrução de três pontilhões, na estrada S. João-Guaratuba, no trecho Divisa-Guaratuba — em todo o trecho;
- Estabilização de areiões c/terreno natural na estrada Uvaia-Ptº S. José, no trecho Maringá-Alto Paraná, no local Maringá-Alto Paraná;
- Aumento da ponte (empreitada na estrada Curitiba-Barracão no trecho Palmeira-S. Mateus do Sul, no local Rio da Vargem;
- Alargamentos na estrada Rincão-Álvorada do Sul no trecho Chopim-Laranjeiras do Sul no local Chopim-Laranjeiras do Sul;
- Construção de boeiro de manilha e atêrro na estrada Góio-Erê-Campo do Mourão no trecho Góio-Erê-Campo do Mourão, no local Fazenda Bandeirantes, a 2,5km. de Góio-Erê;

— Construção de boeiro de manilha e atêrro na estrada Góio-Erê-Campo Mourão no trecho Góio-Erê-Campo do Mourão, no local Inferni-
nho, a 23 km. de Góio-Erê;

— Construção de boeiro de manilha e atêrro na estrada Góio-Erê-Campo do Mourão no trecho Góio-Erê-Campo do Mourão, on local Va-
riante do Portela a 42 km. de Góio-Erê;

— Construção de boeiro de manilha e atêrro na estrada Góio-Erê-Campo do Mourão no trecho Góio-Erê-Campo do Mourão, no local Bai-
xadinha — a 44 km. de Góio-Erê;

— Construção de boeiro de manilha e atêrro na estrada Góio-Erê-Campo do Mourão no trecho Góio-Erê-Campo do Mourão, no local Dona
Alice — a 60 km. de Góio-Erê;

— Reforma da ponte de madeira na estrada Góio-Erê-Campo do Mou-
rão no trecho Góio-Erê-Campo do Mourão, no local Rio Stº Antonio — a
28,5 km. de Góio-Erê;

— Construção de ponte de madeira na estrada Góio-Erê-Campo do
Mourão, no local Cabeceira do Rio S. Antonio — a 32,5 km. de Góio-Erê;

— Construção da ponte de madeira (prov.) na estrada Góio-Erê-
Campo do Mourão, no local Rio Farol — a 55 km. de Góio-Erê;

— Construção de valetas na estrada Góio-Erê-Campo do Mourão no
trecho Góio-Erê-Campo do Mourão, no local Rio Jordoã — a 69 km. de
Góio-Erê;

— Construção de boeiro de manilha e valetas na estrada Góio-Erê-
Cascavél no trecho Góio-Erê-Rio Piquirí, no local Barro Branco — a 15
km. de Góio-Erê;

— Construção de um boeiro de manilha de 0,60m. de diâmetro na
estrada Uvaia-Pôrto S. José no trecho Maringá-Paranavaí, no local —
atêrro em Sumaré;

— **Reconstrução** da ponte de madeira na estrada Uvaia-Pôrto S. José
no trecho Paranavaí-Pôrto S. José, no local Ribeirão no Km. 64.

Os serviços foram iniciados e concluídos, em geral, por adminis-
tração direta; apenas alguns foram realizados por empreitada.

Pesquisas rodoviárias: A Divisão de Pesquisas Rodoviárias tem como
atribuições definidas:

- a) — executar os ensaios e pesquisas sôbre sólos e materiais para
as obras a cargo dos Distritos Rodoviários sediados na Capital
do Estado;
- b) — orientar, uniformizar e fiscalizar os ensaios e pesquisas sôbre
sólos e materiais a cargo dos demais Distritos Rodoviários.

No cumprimento dessas atribuições, a Divisão desenvolveu suas ativi-
dades de maneira satisfatória, não obstante ressentir-se ainda da falta de
certos materiais e aparelhagem para a execução de vários ensaios, estudos
e trabalhos que requerem equipamento especializado, de difícil aquisição,
em virtude de se tratar de materiais de importação.

Os serviços executados no período compreendido entre 1.º de dezembro de 55 e 30 de novembro de 56 podem ser assim resumidos:

a) — trabalhos realizados	89
b) — relatórios apresentados	90
c) — amostras de solos e materiais analisados	356
d) — ensaios executados	1.747
e) — sondagens executadas	954,4 metros
f) — especificações elaboradas	11
g) — estudos elaborados relativos à pavimentação	9
h) — informações técnicas emitidas	14
i) — pareceres técnicos emitidos	21
j) — trabalhos técnicos divulgados	2
k) — especificações divulgadas	16
l) — tabelas técnicas elaboradas	2

Entre os estudos, destacam-se:

- a) — Estudos relativos à pavimentação da rodovia Paranaguá-Fóz do Iguaçu, trecho Curitiba-Paranaguá (Planalto e Baixada).
- b) — Idem, idem, trecho Curitiba-Campo Largo.
- c) — Idem, idem, rodovia Melo Peixoto-Foz do Iguaçu, trecho Melo Peixoto-Cambará.
- d) — Idem, idem, trecho Cambará-Andirá.
- e) — Idem, idem, trecho Andirá-Bandeirantes.
- f) — Idem, idem, trecho Bandeirantes-Santa Mariana.
- g) — Idem, idem, trecho Ibiporã-Jataizinho-Uraí.
- h) — Idem, idem, trecho Apucarana-Jandaia do Sul.
- i) — Revisão da tabela de preços para serviços de terraplenagem e obras d'arte correntes.

Não desconhecendo o real valor do importante setôr da pesquisa rodoviária, imprescindível à técnica moderna, não temos poupado esforços no sentido de aparelhá-lo de acôrdo com o gráu de desenvolvimento já atingido pelo Departamento em geral.

Assim é que, no exercício de 56, adquiriram-se diversos materiais necessários aos laboratórios sediados na Capital, tendo-se organizado especificações do instrumental e material necessário aos laboratórios Distritais, Central e de Campo, sendo que os primeiros serão instalados nas sedes de Distritos Rodoviários que ainda não possuem e os de campo em trechos de estradas cuja pavimentação está prevista ou será futuramente realizada, com o objetivo de melhor atender a parte de estudos e projetos dos pavimentos, bem como o contrôle eficiente de sua execução.

O setôr de solos e fundações da D. E. R. ressen-te-se ainda da falta de aparelhamento de laboratório indispensável ao desenvolvimento de tôdas as suas atividades. Tratando-se de material de importação, estamos, na medida do possível, providenciando a aquisição dos considerados de maior urgência.

No exercício de 56, foram adquiridos diversos materiais de fabricação

nacional, de pequeno valor, e receberam-se duas sondas rotativas a diamante, que haviam sido adquiridas no ano anterior, importadas dos Estados Unidos da América do Norte.

O aparelhamento dêste setôr já foi previsto, pretendendo-se em breve adquirir os materiais e instrumental necessário ao laboratório central e aos distritais e de campo que serão instalados a fim de atender aos serviços de projeto e contrôle de pavimentação a ser realizada, quer por empreitada quer por administração.

Com o equipamento e pessoal disponível, êsse setôr vem normalmente desenvolvendo suas atividades, executando seus trabalhos de rotina, merecendo especial atenção os que dizem respeito à auto-estrada Curitiba-Paranaguá, na qual já se executaram sondagens para fins de terraplenagem, drenagem, sub-drenagem, etc., nos trechos da Baixada e Planalto, ao par de outros trabalhos, tais como: contrôle da compactação de atêrros, sondagens para fins de fundação de obras d'arte especiais, levantamento dos sólos do sub-leito para fins de dimensionamento de pavimento flexível, estudo de misturas estabilizadas para a sub-base, etc..

As Oficinas dêsse Serviço já confeccionaram um aparelho para realização de provas de carga em sólos, para fins de projetos de pavimentos rígidos.

No período compreendido entre 1º/12/55 e 30/11/56, êsse setôr realizou um total de 30 (trinta) trabalhos dos quais, para se ter uma idéia geral, apresentamos a seguir um resumo destacando-se as partes referentes aos serviços de campo, de laboratório e de escritório:

Serviços executados por administração:

Serviços de Campo	
Sondagens de reconhecimento do sub-sólo	954,40 m
Amostras coletadas por meio de sondas	149
Amostras coletadas superficialmente	85
Serviço de Laboratório	
Amostras analisadas	234
Ensaaios realizados	784
Serviços de Escritório	
Relatórios apresentados	30
Informações técnicas	12
Pareces técnicos	5
Especificações elaboradas	3

As atividades dêsse setôr, conforme se evidenciou acima, compreendem os serviços de campo, laboratório e escritório, que têm por finalidade e objetivo:

a) — Serviço de Campo:

Execução de sondagens de reconhecimento do sub-sólo para o estudo de terraplenagem, drenagem, sub-drenagem, pavimentação e fundações de obras de arte especiais;

— coleta de amostras, por meio de sondas ou superficialmente,

para estudo da utilização dos solos para os diversos fins rodoviários;

- proceder ao contróle de compactação dos atêrros e da execução de pistas em sólo-agregado, sólo-cal e sólo-cimento;
- executar provas de carga sôbre solos e estacas, a fim de verificar a capacidade de suporte;
- proceder a estudos sôbre recalques de obras d'arte e atêrros.

b) — Serviços de Laboratório:

- Execução de ensaios físicos e mecânicos sôbre solos, visando a concluir de sua aplicabilidade.

Os serviços de laboratório são feitos dentro de um caráter rigorosamente técnico, obedecendo sempre às normas vigentes no país.

c) — Serviços de Escritório:

- Elaboração de relatórios sôbre os trabalhos realizados, compreendendo os serviços de campo e de laboratório, organização de perfís de solos, estudos de misturas estabilizadas, elaboração de especificações, etc., além da prestação de informações e pareceres técnicos bem como organização de normas e instruções para os serviços de solos e fundações dos Distritos Rodoviários. Nêste particular, é oportuno esclarecer que êste setôr, nêsse exercício, enfaixou em um volume todos os métodos e especificações destinadas a reger as atividades dos laboratórios do D. E. R., na parte relativa à especialidade de solos.

O setôr de materiais betuminosos e correlatos, como os demais, não possui ainda o aparelhamento indispensável ao desenvolvimento de todas as suas atividades, pelas razões já expostas anteriormente.

A produção dêstes setôr, no exercício de 56, foi aparentemente pequena, pois que o mesmo atendeu quase que exclusivamente ao setôr de agregados e concretos, que não conta ainda com o pessoal necessário e cujas atividades foram bastante intensas, tendo mesmo alcançado um nível superior a qualquer outro anterior.

Não obstante, os serviços de rotina e alguns de pesquisa vêm sendo executados normalmente.

Serviços principais executados em 1956:

Por administração:

Serviço de campo:

Coleta de amostras: Tem como objetivo a obtenção de um extrato representativo do material que se pretende utilizar, a fim de verificar suas características. Êsse setôr coletou apreciável número de amostras de diferentes materiais tais como agregados, areias, filler, cimento asfáltico, etc., com aquela finalidade.

Contróle e orientação de execução de pistas experimentais: o setôr orientou a execução de uma pista experimental na estrada Curitiba-Garuva, trecho Curitiba-São José dos Pinhais (via Boqueirão), na qual foi empregado o Road-Oil, que é um produto asfáltico de redissolução (out-back)

e de fabricação local. A execução dessa pista teve como objetivo a realização de estudos visando às pavimentações de baixo custo.

Atualmente encontram-se em execução dois trabalhos de grande envergadura, quais sejam: a) — estudo geral e classificação das rochas segundo sua adesividade, em grupos atendendo à natureza química, cristalina, tamanho de cristais, estado de alteração, etc.. Incluída nêsse estudo, está a obtenção de melhoradores de adesividade em teôres e natureza ideal para cada agregado, atendendo-se sempre ao fator econômico. O estudo cobre as jazidas de todo o Estado; b) — estudo de misturas padrões, de todos os tipos, com emprêgo de todos os agregados e areias disponíveis em Curitiba.

Serviços de Escritório:

Afora os trabalhos rotineiros da elaboração de relatórios sôbre ensaios e demais trabalhos, o setôr ainda apresentou informações e pareceres técnicos sôbre os seguintes assuntos:

- Lubrificantes e causas de acidentes de fusão de máquinas automotoras.
- Emprêgo do Road-Oil como paliativo contra o pó.
- Levantamento da quantidade de asfalto extravasado dos tambores armazenados no Cais do Pôrto de Paranaguá e cálculo do custo atual.
- Análise e método para recuperação do asfalto vasado; sua aplicabilidade.
- Tratamento de madeira para pontes com o uso do preservativo Wood-Oil Carbolineum.

Êste setôr elaborou ainda um projeto e especificação para revestimento asfáltico do tipo «Road-Mix» modificado (mistura prévia em betoneira) e tabelas para os cálculos de gastos de material por metro quadrado de revestimento. Pretende-se construir uma pista experimental com tal revestimento a fim de se obterem dados conclusivos visando a possibilidade de se executar um pavimento de baixo custo, ideal para grande parte de nossas estradas.

Estão sendo feitas traduções, compilação e organização de especificações, normas e métodos que, enfeixados, virão a se constituir nas normas que nortearão os trabalhos de laboratório e de construção, dentro da especialidade do setôr.

Assistência rodoviária aos municípios: Os serviços de assistência rodoviária aos municípios, realizados pelo D. E. R., podem ser assim resumidos, à parte os serviços puramente administrativos:

Organização de planos rodoviários para 27 municípios.

Elaboração de quadros, instruções e respectiva distribuição às diferentes municipalidades visando o levantamento cadastral da rede rodoviária municipal.

Elaboração do mapa «Zoneamento do Estado» para efeito de criação

de Distritos de Assistência Rodoviária Municipal, visando a um melhor amparo às diferentes edilidades.

Situação econômica e financeira: As consignações da dotação orçamentária do exercício de 1956 totalizaram a quantia de Cr\$ 304.000.000,00 (trezentos e quatro milhões de cruzeiros). Dêsse valor o D. E. R. recebeu:

a) — Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), relativos à contribuição do Estado;

b) — Parte de Cr\$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil cruzeiros) da consignação de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), destinada à construção da auto-estrada Paranaguá-Ponta Grossa;

c) — Cr\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de cruzeiros) proveniente da contribuição do Estado, para amortização do empréstimo contratado com o Banco do Brasil S. A.;

d) — Cr\$ 7.632.403,00 (sete milhões, seiscentos e trinta e dois mil, quatrocentos e três cruzeiros) como parte da dotação de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) destinada ao pagamento dos juros decorrentes daquele empréstimo;

e) — Cr\$ 59.276.804,10 (cincoenta e nove milhões, duzentos e setenta e seis mil oitocentos e quatro cruzeiros e dez centavos), nesta quantia compreendidos:

I — C.F.R.N. Cr\$ 51.677.960,40 — verba 50 consig. 8-82-4, recebido do D.N.E.R., pela integralização das Cotas do Fundo Rodoviário Nacional que ao D.E.R. coube no exercício;

II — Produto de arrecadação própria, e resultante do recebimento de multas, juros de depósitos, transportes, fornecimentos e serviços a terceiros, venda de materiais inservíveis, Notas Promissórias, Rendas de Exercícios anteriores e Eventuais: Cr\$ 7.598.844,70 (sete milhões, quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro cruzeiros e setenta centavos), que, com a letra «a», perfazem o primeiro total de Cr\$ 59.276.804,10.

f) — Por conseguinte, da dotação fixada para o orçamento do D.E.R. no exercício de 1956, no valor total de Cr\$ 304.000.000,00 foi recebida a importância de Cr\$ 248.609.207,10 (duzentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e nove mil, duzentos e sete cruzeiros e dez centavos), equivalente a 81,45% da dotação prevista e não realizada.

g) — Ainda, no exercício, couberam ao D. E. R., recebimentos de saldos de dotações orçamentárias, relativas a exercícios anteriores e do valor de Cr\$ 13.598.513,00.

2) — **Do Déficit Orçamentário:** Este, ao assumirmos o governo, montava em Cr\$ 110.999.327,80 (cento e dez milhões, novecentos e noventa e nove mil, trezentos e vinte e sete cruzeiros e oitenta centavos). Apreciando o déficit em cada um dos seus títulos e confrontando-o com a execução Orçamentária feita no sentido de restringir os gastos e com o aproveitamento do Crédito Especial aberto pela Lei 2.450 de 19-9-55, apresenta-se êle, no fim do ano, da forma seguinte:

a) — **Déficit de Cauções:** No início da nossa gestão apresentava-se

com o valor de Cr\$ 6.073.263,70 (seis milhões setenta e três mil duzentos e sessenta e três cruzeiros e setenta centavos); elevou-se para Cr\$ 6.111.495,90 (seis milhões cento e onze mil quatrocentos e noventa e cinco cruzeiros e noventa centavos).

O não desaparecimento deste déficit deu-se pela falta de recursos normais necessários, uma vez que não foram objeto do orçamento ou crédito especial.

Decorrem os encargos do mesmo de gestões anteriores.

b) — **Prefeituras:** Neste título encontramos um déficit de Cr\$ 17.999.798,40 que, no decorrer deste exercício, apresentou movimentação bruta de Cr\$ 20.228.094,90, e líquido de Cr\$ 11.105.371,30 (onze milhões cento e cinco mil trezentos e setenta e um cruzeiros e trinta centavos). Este último valor obtem-se pela dedução da quantia de Cr\$ 9.122.723,60 e que corresponde a:

— Antecipação da Receita	Cr\$ 5.483.604,30
— Depósito em C/C Bancária	Cr\$ 267.489,30
— Crédito do D.E.R. por fornecimento de materiais e prestação de serviços a Prefeituras	Cr\$ 3.371.630,00
S O M A	Cr\$ 9.122.723,60
Déficit líquido	Cr\$ 11.105.371,30
T o t a l	Cr\$ 20.228.094,90

e) — **Consignações:** Desapareceram, com o recolhimento às Instituições Previdenciais, das importâncias respectivas. Foram da ordem de Cr\$ 613.819,70.

d) — **Créditos de Empréstimos:** Encontramos encargos relativos a exercícios anteriores que atingiram a elevada importância de Cr\$ 45.144.446,00 (quarenta e cinco milhões, cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis cruzeiros), relativos a contas de Empreiteiros por obras e serviços.

Além da liquidação total desse déficit, pagaram-se, ainda, contas de 1956 que atingiram a Cr\$ 74.757.402,00 (setenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e dois cruzeiros).

Todavia, não se conseguiu efetuar o pagamento de faturas que totalizaram Cr\$ 45.563.497,80 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e sete cruzeiros e oitenta centavos), pelos motivos abaixo indicados:

a) — Cr\$ 30.180.692,90 (trinta milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e noventa e dois cruzeiros e noventa centavos), contas correspondentes a serviços realizados na auto-estrada Curitiba-Paranaguá, dotada com verba própria;

b) — Cr\$ 4.899.946,60 (quatro milhões, oitocentos e noventa e no-

ve mil, novecentos e quarenta e seis cruzeiros e sessenta centavos), importância relativa a serviços de terraplenagem e revestimentos primários na rodovia Curitiba-Campo Largo-Palmeira, que, pela lei de meios de 1956, deverão ser pagos com o produto resultante da operação em bolsa de apólices por intermédio do Tesouro do Estado, venda essa que não se efetuou no exercício.

c) — Deixamos de atender a pagamentos no valor de Cr\$ 10.482.878,30 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, oitocentos e setenta e oito cruzeiros e trinta centavos) que não se encontravam, como não se encontram, com suas contas em condições legais, dependentes que são de regularização de contrato, recolhimento do imposto de Vendas e Consignações, etc.

Déficit com o pessoal: O déficit encontrado nêsse título, ao iniciar-se nossa gestão, importava em Cr\$ 22.940.000,00 (vinte e dois milhões, novecentos e quarenta mil cruzeiros).

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PARANÁ

Reconhecimento, exploração e locação: Já definido o traçado e a posição definitiva da linha desde 1955, durante o ano de 1956 os esforços foram dirigidos para o estudo de variantes, que melhoraram o coeficiente virtual da estrada e para reconstrução da linha locada.

No ano de 1956, foi iniciada a locação do trecho da Serra de Apucarana, compreendida entre Ortigueira e Campina dos Gomes. É um trecho de trabalho difícil e por isso mesmo de andamento lento, não tendo ainda sido concluído. Entretanto, esperamos poder terminá-lo durante o exercício de 1957.

No ano de 1956 foi também feito o reconhecimento da saída de Reserva para Campo do Mourão, linha esta que passa pelo Roncador e Mamburé. Este estudo, em dezembro de 1956, atingiu a Mamburé, com um total de 202.600 m. (Reserva-Mamburé) de linha, com excelentes condições técnicas:

Volume médio	50 m ³ /m
Ráio mínimo	350 m.
Rampa máxima	1%
Tangente mínima	100 m.

A importância dispendida em estudos, durante o ano de 1956, foi de Cr\$ 190.000,00.

Desapropriações e indenizações: Durante o ano de 1956, as diversas Residências de construção estiveram ocupadas, neste setor, em fazer o levantamento das áreas das propriedades atingidas pela faixa de domínio da Central do Paraná. Foram feitas, ao par dos levantamentos topográficos, avaliações do custo unitário e global destas áreas, para que, no momento em que houver verba disponível para este fim, os processos de desapropriação já estejam prontos. Durante este ano, só foram processadas as desapropriações julgadas imprescindíveis e as que a verba própria permitiu.

Assim é que o total de desapropriações feitas, durante o ano, foi de

Cr\$ 922.886,00, e somente na 1.ª Secção de Construção, em Ponta Grossa. Na 2.ª Secção de Construção, em Apucarana, não foi processada qualquer desapropriação.

O valor total de desapropriações atingiu, portanto, em 31/12/1956, a importância de Cr\$ 4.104.702,20.

Movimento de Terra: Em 1956, os volumes escavados e transportados foram os seguintes:

1.ª Residência da 1.ª Secção —	136.703.773 m3	4.749.747,60
2.ª Residência da 1.ª Secção —	213.025.238 m3	6.773.330,10
1.ª Residência da 2.ª Secção —	307.570.518 m3	6.875.039,10
2.ª Residência da 2.ª Secção —	não houve produção	
Produção Geral: —	675.299.529 m3	18.298.126,80

A produção da firma empreiteira, nos anos anteriores, foi de:

Anos	Volumes	Custo total	Média por m3
1949 —	130.791,815 m3	Cr\$ 1.996.767,40	Cr\$ 15,26
1950 —	1.022.913,161 m3	Cr\$ 16.432.679,00	Cr\$ 16,06
1951 —	2.649.260,887 m3	Cr\$ 47.016.901,10	Cr\$ 17,74
1952 —	2.304.932,091 m3	Cr\$ 53.062.721,30	Cr\$ 23,02
1953 —	1.716.533,007 m3	Cr\$ 36.508.017,30	Cr\$ 21,27
1954 —	746.473,225 m3	Cr\$ 18.696.662,50	Cr\$ 25,04
1955 —	630.876,071 m3	Cr\$ 40.239.164,20	Cr\$ 63,78
Total: —	9.202.380,257 m3	Cr\$ 213.952.912,80	Cr\$ 23,24
1956 —	657.299,529 m3	Cr\$ 18.398.126,80	Cr\$ 28,00

Total até

31/12/56 — 9.859.679,786 m3 — Cr\$ 232.351.039,60 — Cr\$ 23,56

O acréscimo de preço que se nota nos anos de 1952 e 1955, é devido ao reajustamento de preços das tabelas de excavação em cortes e empréstimos.

Até 1954, foram atacados todos os cortes, desde Ponta Grossa até o Km. 110, além de Ipiranga, e desde Apucarana até o Km. 70, (Campina dos Gomes) no alto da Serra dos Mulatos, ficando a terraplenagem interrompida pelos cortes de material mais duro, uma vez que o equipamento do empreiteiro, para extração de rocha branda e rocha dura, era pequeno e incompleto.

Em 1952, estando pronto o leito de Apucarana a Califórnia, aproveitamos o auxílio federal de vinte milhões de cruzeiros e mais dez milhões do Plano Salto, para adquirir trilhos de Volta Redonda e equipamento da Via Permanente para iniciar o assentamento da linha.

No 2.º semestre de 1955, foi concentrado o maquinário entre Ponta Grossa e Rio Tibagi, afim de preparar o leito para iniciar o assentamen-

to de trilhos dêste lado. Houve, também, concentração do maquinário entre Califórnia e o Km. 50.

O maquinário destinado à extração do material duro, foi concentrado entre o Rio Tibagi e o Km. 110 e o Km. 50 e o Km. 70 (Alto da Serra dos Mulatos).

Durante o ano de 1956, na 1.ª Secção de Construção, (Ponta Grossa-Reserva), o maquinário esteve concentrado entre Ponta Grossa e Rio Tibagi (1.ª Residência), fazendo o acabamento dos cortes e aterros, para o assentamento da linha e entre o Rio Tibagi e o Km. 130, atacando trechos novos além de Ipiranga (Km. 82) e terminando cortes já atacados no trecho situado aquém de Ipiranga (Km. 52 ao Km. 82). Na 2.ª Secção de Construção (Apucarana), o maquinário esteve concentrado entre Araruva (Km. 34) e o Km. 50. Até o Km. 34 a terraplenagem já está pronta e com trilhos assentados. A firma empreiteira colocou também máquinas excavando os emboques do tunel do Km. 50. Além do Km. 50, não houve excavação em 1956.

Com o volume até agora excavado, são previstos mais oito milhões e quinhentos mil metros cúbicos.

Para que a terraplenagem da estrada possa ser concluída até 1960 é necessário que a firma empreiteira renove o seu equipamento e que haja sempre recursos na conta conjunta para pagamento imediato dos serviços realizados.

Se o empreiteiro continuar com a produção atual, seiscentos e sessenta mil metros cúbicos por ano, a parte de terraplenagem não poderá ficar pronta antes de 1970.

Obras de Arte correntes: Até 31/12/1955, foram concluídas as obras entre Apucarana-Araruva e entre Ponta Grossa-Rio Tibagi. Também foram atacadas as obras entre Araruva-Km. 70 e Rio Tibagi-Km. 110.

Em 1956, foram construídas somente 17 obras de arte correntes (boeiros de tubos de concreto armado), sendo estas localizadas no trecho Rio Tibagi-Km. 130. Em 1956 foi feito reajustamento dos preços de tubos para as obras assentadas desde 1952. A importância paga em 1956, foi portanto:

Resumindo, desde 1950

Anos	N. de obras	Custo
1950	18	Cr\$ 450.433,50
1951	17	Cr\$ 898.384,60
1952	89	Cr\$ 3.029.008,70
1953	28	Cr\$ 1.094.122,50
1954	30	Cr\$ 1.285.718,40
1955	3	Cr\$ 187.950,00
1956	17	Cr\$ 3.356.950,60
Total	202	Cr\$ 10.302.567,30

O custo médio, por obra, é portanto, de Cr\$ 51.002,80.

Obras de Arte Especiais: Com exceção de alguns boeiros de tipo especial, construídos nos Kms. 2, 4 e 7 e de muros de arrimo no Km. 50, nenhuma obra de arte especial foi concluída até esta data.

Tomadas já as primeiras medidas em 1955 (2.º semestre) para a construção das pontes do Rio Tibagi, Bitumirim e Ipiranga, entre Ponta Grossa e Ipiranga (Km. 82) e dos viadutos da Vila Palmeirinha e do Miró, entre os Kms. 0 e 12, e iniciados os trabalhos preliminares de excavação de fundações nas pontes do Rio Tibagi e Viaduto Palmeirinha, não puderam ser estas obras tocadas em ritmo satisfatório por falta de verba destinada a este fim.

Esperamos, em 1957, conseguir a conclusão das obras entre Ponta Grossa e Ipiranga, para que o tráfego entre estas duas cidades não fique interrompido. Até a presente data não foi iniciada a perfuração de nenhum dos tuneis já definidos no traçado geral, sendo que a falta do principal deles, com 1.100 metros de comprimento, no Km. 50, entre Apucarana e o Alto da Serra dos Mulatos, muita falta faz à possibilidade de tráfego provisório entre Apucarana e Lagôa Bonita (Km. 60), porque se a ponta de trilhos pudesse atingir a esse ponto, os resultados financeiros da exploração do tráfego provisório, de Apucarana a Lagôa Bonita, seriam altamente animadores.

No 2.º semestre de 1955 foi fixado definitivamente o projeto da linha no trecho Reserva-Ortigueira-Alto da Serra (Campina dos Gomes), caracterizando a necessidade de 11 tuneis, com os seguintes comprimentos: (quilometragem a partir de Ponta Grossa).

Tunel	Km.	Comprimento
1	184	640 m.
2	185	460 m.
3	200	560 m.
4	235	400 m.
5	236	340 m.
6	249	140 m.
7	248	180 m.
8	253	320 m.
9	259	400 m.
10	261	400 m.
11	280	1.100 m.

Via Permanente: Com o auxílio do Governo Federal de 20 milhões de cruzeiros, concedido em 1951, a partir de 1952 pudemos adquirir, de Volta Redonda, os trilhos, talas e placas, para uma extensão total de 40 km. de linha, a fim de iniciar o assentamento por Apucarana, onde já havia leito quase preparado até Califórnia, e adquirir, também, de fabricantes nacionais, parafusos para telas, «tirefonds» e aparelhos de mudança de via. Adquirir, também, na própria região, dormentes comuns e especiais para chaves e providenciar a instalação de britagem para começar o lastramento da linha.

De 1952 a 1954, recebeu a Central do Paraná, os auxílios do Plano Salte, no total de Cr\$ 24.950.000,00 e pôde adquirir a primeira socadora de lastro «Matisa» e o maquinário de linha para furar dormentes, apertar «tirefonds», serrar trilhos e ferramentas necessárias, como também adquirir 10 vagões plataforma novos, para os serviços da linha. Em dezembro de 1954, a ponta de trilhos, partindo do entroncamento com a R.V.P.S.C., atingiu ao Km. 19.

Em 1955, sancionada a lei que autorizou a abertura de crédito especial de 25 milhões de cruzeiros, destinados à Via Permanente, foram comprados talas, placas e trilhos de Volta Redonda, para um total de 23 km. de linha, num total de Cr\$ 12.500.000,00.

Em 1956, foram adquiridos de Volta Redonda mais Cr\$ 22.477.522,00 em trilhos, talas e placas. Em «tirefonds» mais Cr\$ 1.140.458,30 e em aparelhos de mudança de via Cr\$ 2.750.010,00.

A produção obtida durante o ano de 1956, foi:

Linha	— Tronco	Linhas secundárias de Pátios de estações	Total
Ponta Grossa	11.800 m. 1.412 m.	13.212 m.
Apucarana ..	300 m. 1.000 m.	1.300 m.
T o t a l ..	12.100 m. 2.412 m.	14.512 m.

Em Ponta Grossa, a linha foi assentada da esplanada do Km. 0 até a esplanada do Km. 12. Não foi conseguida melhor produção neste trecho, por ter o assentamento ficado prêso por 3 meses aproximadamente, no corte do Km. 10, corte êste de grande volume de terra e que a firma empreiteira não pôde excavar até o «grade» no tempo devido. No setôr de Apucarana, a linha foi assentada sômente 300 metros além da estação de Ararua. Além disso, foram assentadas linhas secundárias nas esplanadas do Km. 34 e Km. 0.

O assentamento da linha em Apucarana, no ano de 1956, custou Cr\$ 3.415.453,00.

Em Ponta Grossa, o custo do assentamento foi de Cr\$ 12.305.000,00.

A inversão total no exercício foi de Cr\$ 15.720.453,00 que, somados aos gastos efetuados até 31/12/1955 (Cr\$ 6.809.389,40) dão um total geral de Cr\$ 22.529.842,40.

Edifícios e Dependências: Em 1956, foram construídas dependências provisórias num total de Cr\$ 812.548,00 e definitivas, num total de Cr\$ 2.625.033,70.

Até dezembro de 1955, as inversões em edifícios e dependências definitivas e provisórias haviam atingido a importância de Cr\$ 3.867.190,00 que, somada à despesa de 1956, perfaz um total de Cr\$ 7.304.771,70.

Na 2ª Secção de Construção, em Apucarana, em 1956, foram concluídas as seguintes construções definitivas:

- 4 casas de alvenaria para pessoal da Via Permanente;

- 1 casa para Engenheiro Chefe da Secção, de alvenaria;
- Foram construídos, ainda, parcialmente:
- Armazem e estação provisória da estação de Araruva;
- Armazem e estação provisória da estação do Km. 19.

Comunicações: Em Ponta Grossa, foi estendida linha telefônica com 1 fio de postes de imbuia, da esplanada do Km. 0 à esplanada do Km. 12, sendo colocado um telefone em cada uma dessas esplanadas.

Em Apucarana, a linha está sendo instalada em postes de concreto armado, construídos na Fábrica de Concreto Armado daquela Secção, e por enquanto com um só fio. Foram feitas ligações telefônicas entre as esplanadas do Km. 0 e do Km.34 e com as pedreiras dos Km. 19 e 31.

O custo dessas instalações atingiu a Cr\$ 868.800,00.

Abastecimento de água: Prevista a tração Diesel, para todos os trens da Central do Paraná, fica, de início, simplificado o problema de abastecimento de água em toda a linha.

Há, contudo, a previsão para atender a possíveis entradas de locomotivas a vapor de outras estradas, principalmente da R.V.P.S.C..

Assim, até 1955, foram perfurados poços semi-artezianos em Apucarana, Califórnia e Araruva, e em Ponta Grossa na esplanada do Km. 0.

Em 1956 foi iniciada a perfuração do poço semi-arteziano da esplanada do Km. 12 de Ponta Grossa, não tendo ainda sido concluído.

Foi construída na esplanada do Km. 0, em Ponta Grossa, uma caixa d'água elevada, de 20 mil litros, pelo preço de Cr\$ 86.900,00 e também a rede de água para abastecimento de construções provisórias e instalações para a solda de trilhos.

As inversões neste setor, durante o ano de 1956, foram de Cr\$ 220.000,00. Até 31/12/1955, em abastecimento de água, tinha sido gasta a importância de Cr\$ 461.825,20. O total, até 31/12/1956, é portanto, de Cr\$ 681.825,20.

Material rodante e de tração: Com os recursos do auxílio federal e do Plano Salte, a Central do Paraná adquiriu até 31/12/1954, 10 vagões plataforma, destinados aos serviços da Via Permanente.

Em 1955 foram adquiridos 2 vagões metálicos para transporte de pedra britada para o lastro e 6 vagonetes de linha, para o serviço de turmas.

Até 31/12/1955, foi investida em material rodante a importância de Cr\$ 1.853.940,30.

Em 1956, foram adquiridos da «Cobrasma» mais 2 vagões metálicos, para transporte de lastro, no valor de Cr\$ 475.000,00 cada um, no total de Cr\$ 950.000,00.

Foram adquiridos, também, 5 vagões plataforma da «Cobrasma», ao preço unitário de Cr\$ 230.000,00. Também, em 1956, foram encomendados 10 vagões plataforma para 30 toneladas de lotação, à Usina Metalúrgica de Joinville.

Para os trabalhos da Via Permanente e para o transporte de trilhos soldados, foi conseguida com a Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, a entrega de 31 vagões de 16 a 24 toneladas de lotação, vagões êsses já fora de uso naquela estrada. Dêstes vagões, 27 foram reparados pela Usina Metalúrgica de Joinville em 1956, ao preço total de Cr\$ 1.536.772,40.

A importância total gasta em 1956, em material rodante, foi de Cr\$ 3.886.772,40. Até 31/12/1955 haviam sido invertidos Cr\$ 1.853.940,30. Assim, o total geral, até 31/12/1956, é de Cr\$ 5.740.712,70.

Quanto a material de tração, aquela estrada não possui nenhum.

O serviço de assentamento da linha em Apucarana e Ponta Grossa está sendo feito com 2 locomotivas a vapor cedidas, uma pela Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina e outra pela Administração do Pôrto de Paranaguá, a título de empréstimo.

O problema de locomotivas foi abordado em 1952 e foram encomendadas 2 locomotivas GM, diesel elétricas, que não puderam ser adquiridas por falta de recursos, no momento em que o Banco do Brasil concedeu câmbio e licença de importação.

Em janeiro de 1956, recebemos ofertas para a aquisição de locomotivas diesel elétricas, em resposta à carta-consulta remetida a diversas fábricas de locomotivas européias e norte-americanas. Em dezembro de 1956, a Central do Paraná, depois de exaustivos estudos de comparação dos detalhes técnicos e de financiamento das diversas fábricas, optou pela locomotiva GM.

Faz-se necessária a aquisição, até junho de 1957, de pelo menos 2 locomotivas de mais ou menos 1.000 HP, visto o trecho entre Araruva e Apucarana já estar concluído (40 km.), permitindo um tráfego provisório. Quando a linha tiver atingido Ipiranga, partindo de Ponta Grossa (Km. 82), deverão ser adquiridas mais 3 locomotivas de mais ou menos 1.000 HP.

Equipamentos para serviços diversos: Até 31/12/1955, foram invertidos em equipamentos diversos Cr\$ 10.827.155,60, assim distribuídos: a) — conjunto para soldagem de trilhos: Cr\$ 3.512.735,10; b) — conjunto para oficina mecânica: Cr\$ 157.035,00; c) — conjunto para carpintaria: Cr\$ 456.810,00; d) — conjunto para sondagens: Cr\$ 189.803,00; e) — conjunto para poços artesianos: Cr\$ 546.600,00; f) — conjuntos para britagem: Cr\$ 2.433.333,40; g) — conjunto para fábrica de concreto: Cr\$ 1.532.799,40; h) — conjunto para iluminação e fôrça em acampamentos: Cr\$ 300.500,00; i) — máquina socadora de lastro: Cr\$ 1.697.539,70.

Em 1956, foi adquirido mais o seguinte equipamento: a) — máquina socadora de lastro, completa; b) — 2.143 peças sobressalentes; c) — 4 máquinas portáteis para apertar e desapertar tirefonds; d) — 2 máquinas portáteis de furar trilhos; e) — 2 máquinas portáteis de serrar trilhos; f) — 209 peças para as máquinas acima; g) — 2 máquinas portáteis de furar dormentes; h) — 107 peças para a máquina acima; i) — 4 jogos

de macacos, cada jogo com 6 macacos, todo esse material pelo preço de Cr\$ 5.659.519,50.

Assim, as inversões totais em equipamentos diversos, até 31/12/1956, montam a Cr\$ 16.486.675,10.

Instalações auxiliares: Iniciado em fevereiro de 1956, foi concluído em agosto o edifício para a instalação da máquina de solda de trilhos, no pátio do Km. 0, de Ponta Grossa.

Foi instalado, também, ao lado do edifício da máquina de solda, um tanque metálico com a capacidade de 42.000 litros para óleo diesel, que irá alimentar o grupo gerador de 700 HP que fará funcionar a máquina de solda. Este tanque foi montado sobre bêrço de concreto armado.

No 1º semestre de 1956, foi concluída a instalação do conjunto de britagem, situado no Km. 31, do trecho Apucarana-Araruva. Consta esse conjunto de 1 silo para armazenamento de 80m³ de pedra, construído em madeira; casa para cobertura do conjunto motor-britador; plano inclinado para transporte de pedra da pedreira para o britador, por meio de vagonetes; esteira para o transporte da pedra do britador para a peneira colocado sobre o silo.

As despesas feitas em instalações auxiliares durante o ano de 1956, atingiram a importância de Cr\$ 3.260.000,00 que, com Cr\$ 2.875.949,90 gastos até 31/12/1955, perfaz um total geral de Cr\$ 6.135.949,90.

Cercas e muros de vedação: No trecho de Ponta Grossa-Ipiranga (Km. 85) toda a faixa da linha se encontra praticamente cercada, com raras exceções, por tratar-se de zona de campo, em sua maior extensão, e de criação de gado em sua totalidade. Esses serviços foram realizados desde o início da construção e continuam em andamento.

No trecho Apucarana-Araruva, zona de lavoura, somente os pátios de estações estão sendo cercados e toda a linha, dentro da cidade de Apucarana, desde o entroncamento com a R.V.P.S.C. até o campo de aviação.

Foram gastos, até 31/12/1955, Cr\$ 962.722,30 nesses serviços, e Cr\$ 130.000,00 até 31/12/1956, perfazendo um total de Cr\$ 1.092.722,30.

Almoxarifado: Preparando-se para maior movimento de materiais, maiores aquisições, movimento e aplicação mais rápida dos materiais adquiridos para toda a construção e estabelecimento do tráfego provisório, o Almoxarifado, com sede de compras em Curitiba, também compra em seu Depósito 1, de Ponta Grossa e Depósito 2, de Apucarana, os materiais de produção local (dormentes, areia, etc.) e outros que sejam necessários, quando mais baratos no local, ou por dispensarem fretes ou transportes onerosos.

Em novembro e dezembro de 1954, foi realizado o levantamento integral dos materiais nos depósitos, com o regime de requisições para cada natureza de serviço, controlado pelo Almoxarifado Central.

A partir de 1º de janeiro de 1956, a compra, a entrada no Almoxa-

rifado Central, a carga para o depósito respectivo e a baixa do depósito após a aplicação na obra, para a contabilidade da despesa apropriada, já constituem rotina a ser apurada em balancetes mensais.

Condições da linha: A Via Permanente, com trilhos de 37,2 Kgs., por metro, fabricação de Volta Redonda, com talas de 4 furos, 1.800 dormentes por Km., chaves de 1 : 10 na linha tronco e 1 : 8 nos desvios e linhas secundárias, placas de apoio com 3 furos para «tirefonds», passará a receber os trilhos soldados, no comprimento inicial de 60 metros enquanto fôr empregada a fixação rígida, passando a 120 metros logo que se obtenham os meios para passar à fixação elástica. Para êsse fim está sendo iniciada, como dissemos, em Ponta Grossa, a instalação da máquina de solda. Desde o início será a linha lastrada com pedra britada, primeiro nivelamento entre 20 e 30 cms., e nivelamento definitivo com 40 cms., de lastro sob dormentes. Concordância parabólica entre alinhamentos retos e curvos. Marcos de referência, de concreto, para assegurar o eixo da linha, em planta e perfil. Deverá a linha permitir, no tráfego inicial, entre Apucarana e Ponta Grossa, trens médios de mercadoria de 700 toneladas ou 1.200 toneladas com tração dupla, com velocidade comercial de 28 Km/hora e pêso por eixo, para a locomotiva de até 18 toneladas por eixo. Os trens rápidos e leves, deverão fazer o percurso com a velocidade comercial de 48 Km/hora, inicialmente.

Em 1956 foram estudados os possíveis horários, número de trens diários, lotações, tarifas prováveis, previsão de receita anual e método de administração técnica e comercial. Êstes estudos serão concluídos no decorrer de 1957, à vista dos tráfegos provisórios previstos, nos dois extremos da linha, e determinarão as condições a serem impostas à Via Permanente, como foi descrito acima.

Traçado: Numa descrição sumária, o traçado, a partir de Ponta Grossa, entronca na linha Itararé-Uruguaí, entre a estação de Ponta Grossa (RVPSC) e Rio Verde, a 1,5 Km. de Rio Verde e, contornando a cidade, por Vila Palmeirinha e Bonsucesso, alcança em seu Km. 12 a estrada de rodagem que de Ponta Grossa vai a Guarapuava, acompanhando-a até os Piriquitos (Km. 21) de onde começa a descer, desenvolvendo para atravessar o Rio Tibagi, no norte da barra do Rio Bitumirim.

Acompanha o Rio Bitumirim até passar, tangenciando, a cidade de Ipiranga e, rumo médio NO, ganha o divisor de Campinas Belas, passando a oeste de Reserva, deixando ponto de entroncamento futuro, conforme fixado em 1955, para a ramal de Cândido de Abreu, Pitanga e Mamburé, afim de servir Goio-Eré e Campo Mourão.

O tronco segue de Reserva para o norte, passando a oeste de José Lacerda, em Monjolinho, um pouco a oeste de Ortigueira, em Barreiro e sobe a Serra dos Mulatos até o ponto mais elevado, na Campina dos Gomes, de onde desce para Araruva e atinge Apucarana. O traçado da subida da Serra até Campina dos Gomes, atingindo Araruva, tem o mesmo comprimento que a atual estrada de rodagem. Em Apucarana, entronca com a

R.V.P.S.C.. Entre Apucarana — Rêde e Apucarana-Central, existe uma rampa de 1,5% em 1.458 metros de linha. Em Ponta Grossa existe uma rampa de 1,2% em 2.540 metros de linha, para permitir o contôrno da cidade e entroncar com a Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina.

Em todo o traçado, com 330 Kms., entre Apucarana-Central (Km. 2) e Ponta Grossa-Central (Km. 12), a rampa máxima é de 1%, em poucos trechos nos dois sentidos, e o raio mínimo é de 505 m. mesmo nas pontas para entroncamento. São previstos os prolongamentos de Apucarana para Pôrto São José, permitindo ligar com a Sorocabana, já com reconhecimento feito, e se prevê o reconhecimento do prolongamento do tronco para o Norte, desde Apucarana até o rio Paranapanema, para servir as zonas de Astorga, Jaguapitã, Guaraci, Florestópolis, Centenário, Porecatú, Lupionópolis e Santo Inácio.

Medidas diversas: Em 1955, ficou completamente levantada tôda a escrita da Central do Paraná, desde o início da construção, conhecendo-se os valores globais a serem acertados nas discriminações por serviços, logo que esteja concluído o balanço do Almoarifado, dentro do plano de contas agora implantado para manter em dia a apropriação.

A partir do 2.º semestre de 1955, tôdas as despesas feitas foram apropriadas nas Residências de construção e de Via Permanente, com o contrôle das Secções, e a Contabilidade faz os lançamentos já debitando os vários serviços devidamente classificados, dentro da discriminação do plano de contas.

No fim do ano de 1955, foi distribuído a todos os setores o plano de contas pelo qual são tôdas as despesas classificadas, afim de permitir o contrôle da escrita industrial, apropriada, com a escrita contábil e legal.

A partir de janeiro de 1956 a escrita é fechada mensalmente, com a confecção do balancete no fim de cada mês.

Relações: Com as repartições públicas estaduais, especialmente Secretarias de Viação e Obras Públicas e Fazenda, Tribunal de Contas, os entendimentos e as medidas a favor da E.F. Central do Paraná resultaram, sempre, eficientes e exatas, com a pontualidade necessária.

Com as repartições públicas federais, ligadas aos interesses da Central do Paraná, no Departamento Federal de Estradas de Ferro, Ministério da Viação, Ministério da Fazenda, Banco do Brasil, por suas Carteiras de Câmbio e de Exportação, e na Siderúrgica Nacional, no Banco de Desenvolvimento Econômico, como no contacto com os representantes do Estado no Congresso Nacional, encontrou a Central do Paraná, em 1956, compreensão do problema e estímulo de modo que permitiu o encaminhamento de soluções de vários assuntos do futuro, ligados à conclusão da Ferrovia, como licença de importação para maquinário indispensável à linha e ao tráfego, câmbio, crédito junto ao Banco Comercial S.A., sob intervenção do Banco do Brasil, estudos para futuras operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, auxílio do Governo Federal em Orçamento da União, lei federal que possa autorizar operações de crédito

para acelerar a construção e o equipamento, com participação do mesmo Governo.

Com a firma empreiteira dentro das possibilidades dos recursos para a construção e dos meios de execução existentes, em programa de recuperação, combinando métodos de trabalho com os interesses da administração e fiscalização, esperamos obter produção satisfatória ao aproveitamento de trechos prontos para assentamento de linha e tráfego provisório dentro do programa que já fixamos.

PORTOS, RIOS E CANAIS

Administração do Porto de Paranaguá: São dignos de nota os resultados alcançados em 1956, neste sector da Administração, uma vez que os trabalhos foram realizados em ritmo sem precedentes na vida daquele Porto.

Com os melhoramentos levados a efeito no exercício e de outros já em estudos e que serão empreendidos, principalmente no que se refere à ampliação da faixa do cais acostável, bem como à dragagem da barra e de outros pontos onde tal se fizer necessário, ficará o porto capacitado a receber e abrigar quaisquer embarcações, mesmo as de grande calado, ficando em igualdade de condições com os maiores portos exportadores • importadores do País.

Receita e Despesa: A Receita arrecadada, em função da tonelage movimentada no Porto, alcançou o total de Cr\$ 41.636.245,00, verificando-se um excesso de Cr\$ 14.374.245,00 sobre a Receita arrecada em 1955, fato decorrente de um melhor e mais eficiente aproveitamento das instalações portuárias e também de maior produção do pessoal em todos os setores de trabalho.

São as seguintes as rubricas em que se desdobrou a Receita:

Rendas Ordinária	30.579.060,80	
Renda Extraordinária	5.773.849,00	
Renda Eventual	1.166.299,20	
Renda Adicional de 10%		
S/Direit. de Import.	882.956,70	
Taxa de Emergência	3.234.079,30	41.636.275,00

A despesa de custeio e conservação do Porto e suas instalações correu por conta das próprias rendas decorrentes da arrecadação portuária, por ser a Administração do Porto de Paranaguá uma repartição autônoma, com a seguinte distribuição:

Pessoal Fixo	884.511,90
---------------------------	------------

Pessoal Variável	12.756.427,00	
Conservação	7.834.306,70	41.636.275,00
	<hr/>	
Material Permanente	24.101,30	
Material de Consumo	2.613.688,20	
Despesas Diversas	797.038,20	
Conservação	924.046,00	4.359.833,70
	<hr/>	<hr/>
		45.835.079,30

Para ocorrer às despesas de obras novas e aquisição de material contratado, teve o Pôrto de Paranaguá consignada no orçamento geral do Estado a dotação de Cr\$ 31.000.000,00, distribuída da forma abaixo, e cuja liquidação é feita diretamente pelo Tesouro do Estado:

Lei n. 105, de 30 de setembro de 1948		Verba 508
Dotação orçamentária Cr\$		30.000.000,00
Dotação não aplicada . . . Cr\$	30.000.000,00	
	<hr/>	<hr/>
	30.000.000,00	30.000.000,00

Lei n. 44, de 23 de janeiro de 1948		Verba 508
Dotação orçamentária Cr\$		1.000.000,00
Importância requisitada . . Cr\$	472.239,10	
Importância empenhada e transferida para restos a pagar de 1956 Cr\$	527.707,00	
Saldo não aplicado Cr\$	53,00	
	<hr/>	<hr/>
	1.000.000,00	1.000.000,00

Com o aproveitamento da importância de Cr\$ 999.946,10, por conta na verba 508 — Lei n. 44, passou a despesa do Pôrto de Paranaguá a ser de Cr\$ 45.835.025,40, sendo causa determinante do excesso de despesa sobre a receita, o aumento dos níveis salariais de todos os servidores e operários que trabalham nos serviços de carga e descarga, o elevado preço de custo dos materiais indispensáveis aos serviços portuários e também a liquidação de restos a pagar vindos de administrações passadas, cujo montante, em 31 de dezembro de 1955, atingia a Cr\$ 5.192.872,40, devendo-se acrescentar ainda o alto preço da mão de obra relativa à conservação das instalações, despesa que se justifica pela necessidade cada vez maior de se manter o equipamento portuário em condições de produzir o maior rendimento possível.

Movimento de embarcações: Aportaram em Paranaguá, em 1956, as seguintes embarcações:

Entradas	876
--------------------	-----

Saídas	871
Sendo:	
Estrangeiras	450
Nacionais	426

Tonelagem movimentada: A tonelagem de mercadorias de longo curso e cabotagem, carregadas e descarregadas nas instalações protuárias, foi de 397.730.890 quilos de carga importada e de 272.653.297 quilos de carga exportada, perfazendo um total de 670.398.187 quilos movimentados, havendo sôbre o ano de 1955 um excedente de 93.434.688 quilos.

Das importações do estrangeiro continuam em primeiro plano a gasolina, o óleo diesel, os lubrificantes e o trigo, sendo que na exportação predomina o café, seguindo-se-lhe a madeira e erva-mate.

Obras realizadas: No exercício de 1956 foi concluída a construção de dois modernos armazens com dimensões de 100 x 20 mts., ou sejam 2.000 m/2, com estrutura, ripas, caibros, sapatas e marquises de concreto armado.

Ampliação da área de inflamáveis: Para ampliação da área destinada a depósito de inflamáveis iniciou-se no exercício a recuperação ao mar de 120.000 m2. de terreno, mediante atêrro hidráulico, tendo sido concluídos os serviços de enrocamento e alvenaria de pedra e aterrados 233,300 m/3, representando 78,35%, do volume total contratado.

Ponte de atracação de Guaraqueçaba: Pela Divisão de Conservação e Obras do Pôrto de Paranaguá, foi feita a reforma e ampliação da ponte de atracação de Guaraqueçaba, que estava em péssimas condições, oferecendo perigo aos que dela se utilizavam.

Equipamento adquirido: Para os serviços de manobras na faixa do cais, foram adquiridos e entraram imediatamente em serviço cinco tratores marca «Muir-Hill», de 4 cilindros e 42 H.P..

Foi, também, adquirido um compressor de ar marca «Demag», com capacidade de 105 pés cúbicos por minuto e motor de 32,5 H.p..

NAVEGAÇÃO FLUVIAL: Nêsse importante capítulo das responsabilidades governamentais, no que se refere ao aperfeiçoamento das nossas vias de comunicações, registramos as seguintes providências, tomadas no decorrer do exercício passado:

— Coordenação de esforço para efetivo aproveitamento do nosso litoral do oeste — um ponto de importância fundamental de nosa política econômica, — coordenação de que fazem parte o pedido de concessão dos portos fluviais no rio Paraná: Pôrto São José, Pôrto Camargo, Pôrto Guaiçra, Pôrto Mendes, Pôrto Santa Helena, Pôrto de Fóz do Iguaçú e no rio Iguaçú, Pôrto Meira; e o convênio recentemente assinado com o Serviço Nacional da Bacia do Prata para a passagem para o contrôle do Estado da ferrovia Guaiçra-Pôrto Mendes.

— Entendimentos com a Comissão Inter-estadual da Bacia Paraná-Uruguai, para que esta realize os estudos, sôbre os rios Ivaí, Piquiri e Iguacú, visando a saber das possibilidades de aproveitamento dêsses rios como vias navegáveis. Pertence esta providência à justa esperança de obter um sistema fluvial de transportes coordenado e amplo, face aos resultados dos estudos já feitos pela CIEPU, relativos ao rio Paranapanema, segundo os quais êste rio poderia apresentar condições excelentes de navegabilidade, permitindo a navegação de embarcações com dois metros e 50 de calado.

Departamento de Portos, Rios e Canais: Em função dêsse conjunto de fatos e de perspectivas para o desenvolvimento de tão importante setor dos serviços públicos, enviamos mensagem, a esta nobre Casa, solicitando a criação do Departamento de Portos, Rios e Canais.

VIAÇÃO AÉREA

Para completar o sistema de comunicação do Estado, foi designada uma Comissão, para estudo dos problemas da viação aérea, visando, em particular, à ampliação e ao aperfeiçoamento dos nossos campos de pouso. Essa Comissão sugeriu a criação do Departamento Aeroviário, o que se concretizou, através de mensagem governamental, aprovada por esta nobre Casa.

O Departamento, criado e em fase de organização, desenvolverá intensa atividade, no sentido de oferecer condições sempre melhores ao transporte aéreo no Paraná, onde essa forma de comunicação já se afirmou tão expressivamente.

ENERGIA ELÉTRICA

ENERGIA ELÉTRICA

No setôr da energia elétrica, estamos articulando providências no sentido de produzir, nos próximos cinco anos, 400.000 kw de potência, segundo o esquema seguinte:

- a) — usina da diversão dos rios Capivarí-Cachoeira: 150 kw mínimos;
- b) — conjunto do Itararé, que será construído através de convênio com o Governo paulista: 160.000 kw, mínimos;
- c) — termo-elétrica de Figueira 20.000 kw na 1ª etapa e numa 2ª etapa, 50.000 kw;
- d) — usina de Campo Mourão interligada com as termo-elétricas de Maringá e Apucarana e outras de pequeno porte: 25.000 kw;
- e) — usina do Marambí: 15.000kw.

As demais usinas pioneiras completarão a estimativa dos 400.000 kw programados.

Para o aproveitamento Capivarí-Cachoeira tínhamos um primeiro projeto, organizado pelo D.A.E.E., em 1948; realizando o estudo de outras soluções possíveis, no interêsse de acertar com a melhor, viemos a ter em mãos mais três outros ante-projetos: primeiro, o da importante firma de engenharia norte-americana, Burns and Roe; segundo, o da Internacional Engeneering Co., de São Francisco da Califórnia, que se serviu de um levantamento aero-fotogramétrico de tãda a região interessada, que a COPEL contratou com a «Cruzeiro do Sul», levantamento com curvas de nível de 10 em 10 metros e numa escala de 1/10.000; e, terceiro, o da Edison de Milão, um escritório afamado. Do confronto das quatro soluções, possuindo, assim, elementos bastante concretos para uma decisão, a opção recaiu no ante-projeto da Edison de Milão. E, já agora, estamos na fase de elaboração do projeto definitivo, na base daquele ante-projeto escolhido.

O conjunto do Itararé será construído através do convênio firmado, em 20 de abril do corrente ano, com o Estado de São Paulo, e aprovado pela Assembléia Legislativa, — para a realização conjunta de aproveitamentos hidro-elétricos na bacia do rio Paranapanema, com os planos em

andamentos por aquêlê Estado através das Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. (USELPA), tendo ficado assentada uma gestão conjunta de todos os serviços, o Paraná representado pela Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL). O ponto de partida é o aproveitamento já deliberado, como se disse, do salto de Itararé, e as quotas de energia que devem caber ao Paraná serão rigorosamente calculadas na base de sua participação financeira, de 40% do capital da USELPA e mais igual percentagem de debêntures que não foram subscritas pelo público ou por empresa mista federal. Com mais detalhes: o mínimo que nos fica assegurado, nos termos do convênio, é uma quota da energia gerada em Itararé, correspondente àquela percentagem de 40%; uma quota de energia em Salto Grande correspondente à contribuição do aproveitamento onde temos uma reserva medida de 30 milhões de toneladas de carvão do Itararé no rendimento daquela usina; novas quotas correspondentes à participação financeira do Governo do Paraná, na realização de futuros aproveitamentos no vale.

Quanto à Usina Termo-Elétrica de Figueira, permitirá o aproveitamento racional do carvão existente na região da bacia do rio do Peixe, com um poder calorífico dos mais altos encontrados no Brasil, na ordem, depois de beneficiamento, das 7.000 calorias. A usina termo-elétrica refida utilizará a moinha de carvão, subproduto da lavagem e seleção racional. Até fins de 1959 estará pronta a 1ª etapa dessa realização, com uma potência de 20.000 kw. E já estamos com os estudos em andamento para a 2ª etapa, que nos dará uma potência na ordem dos 30.000 kw totalizando 50.000 kw. Em entendimentos com a Comissão Executiva Nacional do Plano do Carvão conseguiu o Paraná, para esta obra, cem milhões de cruzeiros.

Na Usina de Campo Mourão, esperamos que até julho próximo esteja em funcionamento o 1º conjunto, fornecendo-nos 2.500 kw e, dentro de 2 (dois) anos, possamos contar, aí, com 25.000 kw. Neste momento, a COPEL, por convênio provisório com o Departamento de Água e Energia Elétrica, já tem sob seu controle as usinas termo-elétricas de Apucarana e Maringá e está dando às populações destas cidades um serviço regular de suprimento de energia, graças a u'a maior racionalização dos serviços. Em Maringá instalaremos mais uma unidade de 1.000 kw, para atender à demanda que, nessa cidade, cresce espetacularmente.

A Usina de Marumbí é empreendimento iniciado pela Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, com objetivo de abastecer-se da energia necessária para a eletrificação de suas linhas férreas. A Usina, no Véu da Noiva, poderá produzir de 50 a 80 milhões de Kwh por ano, enquanto a Rêde utilizará dessa soma apenas 12 milhões. Esse fato levaria, naturalmente, aos entendimentos para a transferência das concessões para a COPEL, que assumirá a incumbência da conclusão das obras.

Ao presente esquema, deve ser acrescentado o aproveitamento do Salto Grande do Iguaçu, inicialmente a cargo do D.A.E.E., que as providências de nosso Governo estão forçando ou pela COPEL diretamente, ou

por um convênio entre esta e as Empresas Elétricas Brasileiras, concessionárias do serviço de força e luz de Curitiba, que também estão interessadas no empreendimento.

Ao lado da atividade da COPEL, que tem a seu cargo as usinas de grande porte já referidas, o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado ficou com a responsabilidade da administração e construção de usinas de pequeno porte, em numerosas localidades, a construção de usinas termo-elétricas em zonas pioneiras, diretamente ou por intermédio de companhias mistas, atualmente em número de trinta; estudos de projetos de usinas e pequenos sistemas em áreas nas quais o suprimento de energia só é possível por meio de sistemas isolados e serviços locais; auxílio às Prefeituras, e aos particulares que o solicitarem.

Das atividades do Departamento de Águas e Energia Elétrica dão idéia os fatos seguintes:

No decorrer do ano de 1956, através do representante do Governo, foram organizadas, com a participação do Estado, as seguintes companhias de economia mista de energia elétrica:

1º — Companhia Mista de Energia Elétrica «São Pedro», beneficiando os municípios de Faxinal e Borrazópolis, com aproveitamento hidro-elétrico progressivo do Rio São Pedro, com a potência inicial de 500 C.V.;

2º — São Jorge, Município do mesmo nome, aproveitamento hidro-elétrico do Rio Andirá;

3º — Guaíra, com aproveitamento hidro-elétrico do Rio Taturí, com a potência de 900 C.V.;

4º — São Mateus, com aproveitamento do xisto betuminoso para alimentação da usina térmica com a potência inicial de 500 C.V.;

5º — Guarací, inicialmente, com usina térmica de 120 C.V. e posteriormente, ligada á usina Santa Fé, no Rio Bandeirantes do Norte com a potência de 4.500 C.V.;

6º — Paranavaí, com usina termo-elétrica de 1.500 C.V.;

7º — Toledo, com aproveitamento hidro-elétrico do Rio São Francisco;

8º — Jaguapitã, com usina termo-elétrica, atualmente com 200 C.V.; e num futuro próximo ligado à usina Santa Fé, de 4.500 C.V.;

9º — Guarapuava, baseada no aproveitamento do Salto Curacaca no Rio Jordão, com a potência de 5.000kw.

Estamos providenciando a organização de entidades semelhantes em outros municípios do Estado.

Paralelamente a essas Sociedades, o Governo do Estado está construindo pelo D.A.E.E., as usinas hidro-elétricas de:

Cotia — Município de Antonina, com a potência inicial de 7.500 C.V. e final 30.000 C.V.;

Morato — Município de Guaraqueçaba, com 1.000 C.V.; Rio das Cinzas — Município de Arapoti, com 1.000 C.V.; Usina das Corredeiras, no rio Laranjinha, com 1.000 C.V.; Usina de Cavernoso — com a potência inicial de 500 C.V.; Usina do 1.º Salto dos Vieiras — Mallet, com 200 C.V.; Usina Sant'Ana — em Francisco Beltrão, com 600 C.V.; Usina de Içara — Município de Astorga, com 100 C.V.; Mangueirinha — no Rio Vila Nova, com 80 C.V.; e ainda as seguintes usinas termo-elétricas:

Matinhos — com 1.200 C.V.; São Mateus — com 500 C.V.; Guaira — com 250 C.V.; Ipiranga — com 200 C.V.; Cascavél — com 300 C.V.; e as menores com a potência até 100 C.V. cada, de:

Areia Branca; Peabirú; Engenheiro Beltrão; Sabáudia; Munhoz de Melo; Nova Esperança; Guamirim; Riosinho e Alexandre Gutierrez; Terra Rica; Borrazópolis; Faxinal; Guarací; São Jorge; Ortigueira; Cândido de Abreu.

Estão em execução os projetos de:

Santa Fé — No Rio Bandeirantes do Norte, com 4.500 C.V.; Goioerê — no Rio Goioerê, com 4.500 C.V.; Ocoí — no Rio Ocoí, Município de Fóz do Iguaçu, com 3.000 C.V.; Mallet — 2º Salto dos Vieiras, com 1.000 C.V.; São Luiz — Rio Laranjinha, com 10.000 C.V.; e outros menores até 200 C.V., como: Bituruna — no rio Jararaca; Chopinzinho no rio Chopinzinho; São Jorge — no Rio Andirá; Cândido de Abreu — no Rio Ubazinho; Mangueirinha — no Rio Vila Nova; Manoel Ribas — no Rio Barra Preta; Ortigueira — no Rio Barra Grande, Quebra Perna, Vila Velha (Ponta Grossa).

Finalmente, no plano industrial, o D.A.E.R. administra e opera 40 serviços de luz e força com a potência total instalada de 11.406 Kw, sendo 1.503 de origem hidráulica e 9.903 de origem térmica.

No exercício de 1956 foram produzidos 29.797.716 Kwh e fornecidas 27.463.938, tendo encontrado na zona servida o consumo per cápita de 113,1 Kwh, ainda extremamente baixo.

A receita arrecadada no exercício de 1956 foi de Cr\$
22.000.000,00.

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

A orientação do Govêrno, neste aspecto de suas atividades, foi sempre a de propiciar o crescente aproveitamento de nossas riquezas naturais, pela dinamização de elementos que, constituindo imenso potencial de prosperidade, ainda não se integraram entre os que determinam, impulsionam e garantem o progresso do Estado.

Atrair imigrantes, localizá-los de acôrdo com suas melhores possibilidades de adaptação, dar-lhes a oportunidade de trabalhar terras férteis e promissoras — êsse é, certamente, um programa de trabalho que consulta e respeita os mais altos interêsses públicos. E foi o que se fez, no exercício passado, através de uma ação administrativa crescente e cuidadosa.

Respondem por essa política no Estado o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e a Divisão de Imigração da Secretaria de Agricultura.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO

O objetivo do Departamento consiste em enraizar o homem ao sólo, estimulando-o e proporcionando-lhe meios para cultivá-lo e estudando também outras fórmulas para assegurar essa mesma fixação.

A forma mais adequada, para alcançar essa finalidade, é a distribuição do sólo agricultável aos que têm o firme e sincero propósito de explorá-lo, trabalhando para produzir e promovendo o engrandecimento do Estado.

É o que o Departamento vem fazendo.

De par com o plano de colonização, aprovado em 4 de outubro de 1956, tem sido a preocupação principal, proporcionar ao agricultor a aquisição da pequena propriedade, facilitando-lhe todos os meios, e assegurando-lhe, outrossim, vida melhor, de maneira que lhe advenham compensações do próprio labor agrícola, lavrando terras próprias, colonizando-as para si e sua família.

Dentro dessa orientação, tem sido dada preferência à expedição de títulos que recaem sôbre pequenas áreas.

De fevereiro de 1956 até abril de 1957, foram expedidos 634 títulos dos quais 367 dizem respeito a lotes coloniais, e 14 a lotes dentro das condições acima especificadas.

No intuito de facilitar ainda mais a aquisição e a entrega de pequenas áreas o Departamento baixou as portarias nrs. 55 e 56, que vão a seguir transcritas:

«Portaria n. 55-57 — O Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, no uso de suas atribuições, no interêsse do serviço e tendo em vista o plano racional de colonização, aprovado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, e que oficializa a pequena propriedade agrícola; e,

Tendo em vista, ainda, que efetivamente essa é a forma mais célere e prática capaz de fixar o homem ao sólo e, evitar, assim, o êxodo de populações; e mais

Tendo em vista o firme empenho dêste Departamento no sentido de distribuir o sólo paranaense agricultável para aqueles que têm o verdadeiro

e patriótico propósito de cultivá-lo e produzir em prol do engrandecimento do Estado; e, finalmente,

Tendo em vista a necessidade de estimular o enraizamento do elemento humano ao sólo, proporcionando-lhe os meios para cultivá-lo e, principalmente apressar essa mesma fixação,

RESOLVE

Recomendar a todos os chefes de Divisões, Secções e Serviços, dêste órgão, e aos demais funcionários, que atendam com a máxima atenção, urgência e preferência, indistintamente, todos os pedidos e requerimentos de compras relativos a lotes coloniais, isto é, com áreas inferiores a 50 hectares».

«Portaria n. 56-57 — O Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, no uso de suas atribuições, no interesse do serviço, resolve:

DETERMINAR

ao Assistente Técnico Dr. Ulisses Medeiros, ao Chefe da Divisão de Serviços Técnicos Dr. Ney Pompeo Machado, aos Chefes de Secções dêste órgão, aos demais funcionários, inclusive aos Inspectores de Terras sediados no interior do Estado, para que prestem tóda colaboração à Divisão de Terras e Colonização, oferecendo sugestões por escrito e dando urgência e preferência aos assuntos que digam respeito ao Plano de Colonização, dêste Departamento, que tem por fim fixar o homem ao sólo, evitar o êxodo de populações e a distribuição de terras devolutas agricultáveis, em lotes coloniais, para aqueles que tem o verdadeiro e patriótico propósito de cultivá-lo e produzir em prol do engrandecimento do Estado».

FUNDAÇÃO PARANAENSE DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Suas finalidades de colonização e fomento à produção agrícola, pastoril e atividades econômicas a ela relacionadas, têm se desenvolvido dentro dos recursos financeiros disponíveis e previsíveis, através das seguintes realizações e serviços fundamentais:

- a) — Venda de terras;
- b) — Serviços de Engenharia;
- c) — Fomento agrícola; e
- d) — Serviço Jurídico.

Vendas: O meio principal empregado na colonização das terras do patrimônio é o de venda direta de áreas com o limite máximo de cem alqueires a cada pessoa, que deseje cultivá-las, por preços previamente estabelecidos e aprovados pelo Conselho Fiscal.

Foram assinados, em 1956, 484 compromissos particulares de compra e venda, relativos a 56.442,14 alqueires de terras cujo valor total é de Cr\$ 41.096.275,10.

Igualmente, foram firmadas em cartório 61 escrituras de compromisso de compra e venda, correspondentes à área de 39.590,50 alqueires, somando Cr\$ 41.488.095,50, assim como 122 escrituras definitivas referentes a 6.058,87 alqueires de terras, importando em Cr\$ 9.538.681,20.

Todavia, a Fundação recebeu no transcurso do ano 1956 somente Cr\$ 29.137.295,40, desdobrados nas seguintes parcelas, de moeda corrente:

entradas contratuais	Cr\$	10.412.270,50
prestações contratuais	Cr\$	17.617.262,40
depósitos sem contrato	Cr\$	667.262,50
depósitos de sinal de negócio	Cr\$	440.500,00

Vale dizer que o produto da venda de suas terras constitui a única fonte de receita.

Serviços de Engenharia: Os serviços de engenharia compreendem medições, projetos de loteamentos, demarcações, estradas, estudos de estradas, obras de arte, etc..

Confiando tais trabalhos a organizações técnicas particulares, por não possuir maquinária e aparelhamento técnico suficiente, a Fundação vem levando avante um programa de assistência às colônias que formou em suas terras. Assim, na Colônia «A», em Cascavel e Guaraniaçú, na Colônia «C» na Serra de Maracaju, na Colônia «G», de Apucarantina e Colônia «M», de São João e Esperança, foram intensas as atividades, na construção e locação de estradas e na demarcação de lotes.

Fomento Agrícola: A atividade desse Serviço está voltada para as regiões de maior importância colonizadora: — Apucarantina e Cascavel, particularmente para a primeira.

As demais colônias, devido ao seu baixo nível demográfico, ainda não têm elementos capazes de compensar a inversão de grandes somas em instalações, material, pessoal, etc., indispensáveis à simples organização de assistência.

No Pôsto agro-pecuário de Apucarantina foram realizadas serviços assistenciais, especialmente os de empréstimo de máquinas aos colonos, medicações e tratos veterinários.

Proseguiram as atividades normais da Estação Meteorológica, com o fornecimento de boletins mensais a entidades oficiais (Secretaria e Ministério da Agricultura).

Além do término das principais obras do Pôsto, foram efetuados trabalhos nos campos de produção, multiplicação de sementes, competição de variedades, produção de culturas básicas para silagem e outros serviços.

Devido ao interesse demonstrado na Colônia pela fruticultura, foram plantados quinhentos enxertos de videiras.

Com relação à Colônia de Cascavel, foi ratificado, pela Secretaria de Agricultura, um convênio relativo à compra, por aquela pasta, de uma estação meteorológica, a ser oportunamente ali localizada.

Lançaram-se as bases para a criação do Pôsto de Assistência ao Colono de Cascavel (PACC).

Foi feito o fornecimento de sementes de trigo aos agricultores daquela Colônia, com modalidades cômodas de pagamento.

Devem ainda ser registrados os estudos sobre o estímulo ao cooperativismo, criação de reservas florestais, loteamentos em área situada em Guatupê para granjas leiteiras e colônias de imigrantes na periferia das Capitais.

Serviço Jurídico: Nêsse setor, a Fundação prosseguiu na defesa das causas em que é interessada.

DIVISÃO DE IMIGRAÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

Completando o quadro de providências ligadas ao problema da imigração e colonização, a Divisão de Imigração da Secretaria de Agricultura, recebeu, orientou, encaminhou e colocou, de acôrdo com as melhores indicações, aqueles que, durante o ano passado, procuraram o Paraná, oriundos de outras terras, na esperança de aqui trabalhar e integrar-se numa nova sociedade.

Foi de 1.701 o número de imigrantes, mas mais diversas nacionalidades, anotado pelo contrôle da Divisão, em seu trabalho de oferecer assistência e orientação inicial a êsses novos e futuros brasileiros.

b) — POLÍTICA SOCIAL

I — EDUCAÇÃO E CULTURA

- a) — Secretaria de Educação e Cultura
- b) — Biblioteca Pública do Paraná
- c) — Teatro Guaíra

II — SAÚDE PÚBLICA

- a) — Secretaria de Saúde
- b) — Departamento Estadual da Criança
- c) — Departamento de Água e Esgotos

III — SEGURANÇA PÚBLICA

- a) — Polícia Civil
- b) — Polícia Militar
- c) — Corpo de Bombeiros

IV — TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) — Secretaria do Trabalho e Assistência Social
- b) — Assistência ao Servidor Público
- c) — Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural
- d) — Caixa de Habitação Popular

EDUCAÇÃO E CULTURA

EDUCAÇÃO E CULTURA

O primeiro fato que desejamos referir, no setôr da Secretaria de Educação e Cultura, foi o esforço para superar o déficit de vagas em nossos grupos escolares, logo no início do ano letivo de 1956. Conseguimos, com isso, dar escolas a um muito ponderável número de crianças ameaçadas de não obterem matrícula nas classes públicas do Estado.

Depois disso, queremos salientar a intensiva criação de unidades de ensino de gráu médio, isto é, ginásios, colégios, escolas normais e cursos normais regionais.

Será interessante fazer, aqui, uma estatística que mostre a evolução do nosso ensino de gráu médio.

Começemos com os estabelecimentos de ensino normal, um problema cuja gravidade fica evidente quando se sabe que mais de metade do nosso magistério primário não tem formação secundária nem formação profissional especializada, e que as nossas exigências, neste campo, crescem dia a dia, em grandes proporções. Pois bem, até 1946, ao início do nosso primeiro govêrno, havia no Estado, 5 estabelecimentos oficiais de ensino normal. De 1947 a janeiro de 51, criamos 30 unidades para a formação do magistério. E, no ano de 1956, criamos mais 48 unidades além de termos instalado 2, criadas em 55. Enquanto isso, de 31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1956, foram criadas 7 unidades dessa natureza. Dos cursos normais criados em 1956 já estão em funcionamento 17 secundários e 15 regionais.

Depois que assumimos o govêrno em janeiro de 56, criamos 36 ginásios disseminados por todo o Estado, além de estadualizarmos 9 ginásios municipais, enquanto, no período de janeiro de 51 a janeiro de 56, haviam sido criadas 12 unidades dessa natureza e estadualizados 4 ginásios municipais. Naquêlê mesmo período, criamos 8 cursos de 2º ciclo, enquanto apenas 1 fôra criado de 1951 a janeiro de 1956.

Afora isso, estadualizamos as Escolas Técnicas de Comércio de Cornélio Procópio e de Bandeirantes e a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, tendo criado 6 Escolas Técnicas de Comércio.

O quadro abaixo, das unidades de ensino médio do Estado, faz, um pouco, o histórico desses fatos:

Escolas Normais Secundárias:

- De Andirá — decreto 1.001, de 15/3/56;
- De Carlópolis — decreto 187, de 9/2/56;
- De Campo Largo — decreto 543, de 23/2/56;
- De Siqueira Campos — decreto 647, de 23/2/56;
- De Morretes — decreto 849, de /3/56;
- De Tomazina — decreto 1.000, de 15/3/56;
- De Joaquim Távora — decreto 1.454, de 28/3/56;
- De Marialva — decreto 1.249, de 22/3/56;
- De Jandaia do Sul — decreto 1.796, de 17/4/56;
- De Cornélio Procópio — decreto 16.824, de 22/4/56;
- De São Mateus do Sul — lei 1.938, de 11/6/54;
- De Guarapuava — lei 177, de 16/12/48;
- De Rio Negro — decreto 6.165, de 12/3/49;
- De União da Vitória — decreto 6.165, de 12/3/49;
- De Cambará — decreto 10.863, de 13/5/50;
- De Antonina — decreto 13.041, de 16/12/50;
- De Apucarana — lei 1.066, de 27/11/52;
- De Bandeirantes — lei 1.188, de 6/8/53;
- De Rolândia — lei 1.472, de 28/11/53;
- De Ribeirão Claro — lei 1.696, de 7/1/54;
- De Maringá — lei 2.532, de 13/12/55;
- De Prudentópolis — decreto 16.974, de 28/4/55;
- De Londrina — decreto 10.959, de 23/10/53;
- De Castro — lei 1.750, de 2/2/54;
- De Piraí do Sul — decreto 1.569, de 4/4/56;
- De Mandaguari — decreto 2.123, de 27/4/56;
- De Paranavaí — decreto 2.136, de 27/4/56;
- De Palmeira — decreto 2.286, de 4/5/56;
- De Rolândia — decreto 2.463, de 29/5/56;
- De Porecatu — decreto 4.465, de 22/8/56;
- De Sertãoópolis — decreto 4.983, de 13/9/56;
- De Assaí — decreto 7.695, de 11/1/57; e
- De Uraí — decreto 7.696, de 11/1/57.

Cursos Normais Regionais:

- De Alto Paraná — decreto 999, de 15/3/56;
- De Santa Cruz do Monte Castelo — decreto 1.158, de 16/3/56;
- De Peabiru — lei 2.654, de 27/3/56;
- De Mandaguacu — decreto 1.248, de 22/3/56;
- De Guaratuba — decreto 1.197, de 19/3/56;
- De Mallet — decreto 1.210, de 20/3/56;
- De Rio Cinzas — decreto 8.667, de 21/2/53;
- De Assaí — decreto 9.142, de 3/12/49;

De Andirá — decreto 9.143, de 3/12/49;
De Apucarana — decreto 6.165, de 12/2/49;
De Foz do Iguaçu — decreto 9.144, de 3/12/49;
De Jaguariáiva — decreto 9.145, de 3/12/49;
De Londrina — decreto 7.931, de 1/9/49;
De Mandaguari — decreto 6.243, de 13/9/49;
De Palmas — decreto 6.165, de 12/2/49;
De Pirai do Sul — decreto 9.146, de 3/12/49;
De Rebouças — decreto 9.147, de 3/12/49;
De Rio Negro — decreto 6.165, de 12/2/49;
De Ribeirão Claro — decreto 9.148, de 3/12/49;
De Rolândia — decreto 6.313, de 24/3/49;
De Sertanópolis — decreto 9.149, de 3/12/49;
De Siqueira Campos — decreto 9.150, de 3/12/49;
De Tibagi — decreto 9.151, de 3/12/49;
De Pitanga — decreto 9.152, de 3/12/49;
De Cêro Azul — decreto 9.154, de 3/12/49;
De Bandeirantes — decreto 9.153, de 3/12/49;
De Prudentópolis — decreto 11.283, de 5/7/50;
De Cornélio Procópio — decreto 11.199, de 22/6/50;
De Wenceslau Braz —
De Laranjeiras do Sul —
De Campo Mourão — decreto 11.972, de 12/9/50;
De Antonina — decreto 21.081, de 29/9/50;
De Tomazina — decreto 12073, de 27/9/50;
De Quatiguá — decreto 12.072, de 26/9/50;
De Arapongas — decreto 12.330, de 15/9/50;
De Jandaia do Sul — decreto 1.568, de 4/4/56;
De Santa Izabel do Ivaí — decreto 1.531, de 2/4/56;
De Paraizo do Norte — decreto 1.530, de 2/4/56
De Agudos do Sul — decreto 2.002, de 24/4/56;
De Cascavél — lei 2.708, de 3/5/56
De Santa Mariana — decreto 2.326, de 8/5/56;
De Ribeirão do Pinhal — decreto 2.945, de 7/6/56;
De Rio Branco do Sul — decreto 4.631, de 17/7/56;
De Tabatiá — decreto 3.701, de 19-7-56;
De Castro — decreto 4.434, de 21/8/56;
De Mandirituba — decreto 4.693, de 28/8/56;
De General Rondon — decreto 5.207, de 20/9/56;
De Abaití — decreto 5.221, de 20/9/56;
De Imbituva — decreto 5.187, de 20/9/56;
De l.o de Maio — decreto 3.365, de 29/10/56;
De Alvorada do Sul — decreto 6.366, de 29/10/56;
De Santo Inácio — decreto 6.367, de 29/10/56;
De Cruzeiro do Sul — decreto 6.372, de 29/10/56;
De Iguarassú — decreto 6.371, de 29/10/56;

De São João do Caiuá — decreto 6.430, de 30/10/56;
De Paranavaí — decreto 6.465, de 31/10/56;
De Rio Branco do Sul — decreto 6.466, de 31/10/56;
De Terra Bôa — decreto 7.038, de 13/12/56;
De São Jorge — decreto 7.289, de 22/12/56;
De Colorado — decreto 7.589, de 10/1/57; e
De Paranaity — decreto 7.822, de 22/1/57.

Ginásios Estaduais:

Boqueirão — decreto 267, de 10/2/56;
Bacacherí — decreto 266, de 10/2/56;
Santa Felicidade — decreto 265, de 10/2/56;
Portão — decreto 264, de 10/2/56;
Clevelândia — decreto 262, de 10/2/56;
Astorga — decreto 248, de 10/2/56;
Ibiporã — decreto 426, de 21/2/56;
Castro — decreto 427, de 21/2/56;
Mandaguaçu — decreto 537, de 23/2/56;
Peabirú — decreto 538, de 23/2/56;
Santa Amélia — decreto 539, de 23/2/56;
Ipiranga — decreto 540, de 23/2/56;
Ibaití — lei 2.585, de 30/1/56;
Nova Fátima — decreto 682, de 28/2/56;
São Pedro do Ivaí — lei 2.625, de 15/3/56;
Prudentópolis — lei 2.378, de 28/4/55;
Palmas — decreto 9.135, de 3/12/49;
Rio Negro — decreto 9.136, de 3/12/49;
Mandaguari — decreto 9.137, de 3/12/49;
Tibagi — decreto 9.138, de 3/12/49;
Sertanópolis — decreto 9.139, de 3/12/49;
Tomazina — decreto 9.140, de 3/12/49;
Joaquim Távora — decreto 9.140, de 3/12/49;
Jaguariaíva — decreto 6.165, de 11/3/49;
Mallet — decreto 10.803, de 10/5/50;
Fóz do Iguaçu — decreto 11.202, de 5/7/50;
Cornélio Procópio — decreto 11.198, de 22/6/50;
Ipiranga — decreto 11.937, de 12/9/50;
Laranjeiras do Sul — decreto 12.003, de 13/9/50;
Siqueira Campos — decreto 12092, de 2/10/50;
Cambé — decreto 12.044, de 23/9/50;
Sengés — decreto 12.073, de 27/9/50;
Maringá — decreto 12.304, de 12/10/50;
Santa Mariana — decreto 12.305, de 12/10/50;
Assaí — decreto
Castro — decreto 12.589, de 8/11/50;
Iratí — decreto 12.587, de 8/11/50;

Rebouças — decreto 13.858, de 25/1/51;
Cornélio Procópio — decreto 3.535, de 26/11/51;
Pitanga — lei 1.097, de 14/1/53;
Castro — lei 1.096, de 14/1/53;
Clevelândia — lei 1.511, de 1/12/53;
Uraí — lei 1.693, de 7/1/54;
Peabirú — lei 1.925, de 4/6/54;
Curitiba — Santa Quitéria — lei 2.363, de 10/2/55;
São José dos Pinhais — lei 1.697, de 7/1/54;
Venceslau Braz — lei 1.841, de 13/4/54;
Pato Branco — lei 1.842, de 13/4/54;
Araruva — decreto 1.904, de 18/4/56;
Santa Mariana — lei 1.562, de 14/12/53;
Bela Vista do Paraíso — lei 2.698, de 25/4/56;
Cruzeiro do Oeste — decreto 2.134, de 27/4/56;
Paranavaí — decreto 2.135, de 27/4/56;
Teixeira Soares — decreto 2.916, de 6/6/56;
Loanda — decreto 2.933, de 7/6/56;
Quatiguá — decret 3.461, de 6/7/56;
Sabaudia — decreto 3.463, de 6/7/56;
Sengés — decreto 3.477, de 7/7/56;
Guaratuba — decreto 5.375, de 4/10/56;
Nova Esperança — decreto 6.369, de 29/10/56;
Iguaraçu — decreto 6.370, de 29/10/56;
Primeiro de Maio — decreto 6.368, de 29/10/56;
Pôrto Amazonas — decreto 6.761, de 23/11/56;
Judiaí do Sul — decreto 6.813, de 26/11/56;
São Pedro do Ivai — decreto 6.836, de 26/11/56;
Pitanga — decreto 7.271, de 21/12/56;
Maringá — decreto 7.370, de 29/12/56; e
Tibagi — Cidade Nova — decreto 7.470, de 4/1/57.

Ginásios Municipais Estadualizados:

Antonina — decreto 8.252, de 17/12/49;
Assaí — decreto 12.407, de 19/10/50;
Andirá — decreto 9.698, de 24/1/50;
Apucarana — lei 2.822, de 21/8/56;
Arapongas — decreto 10.478, de 25/4/50;
Bandeirantes — decreto 9.246, de 19/12/49;
Carlópolis — decreto 12.408, de 16/10/50;
Palmeira — decreto 9.247, de 19/1/249;
Imbituva — decreto 16.658, de 13/11/50;
Piraí do Sul — decreto 9.248, de 19/12/49;
Ribeirão Claro — decreto 9.248, de 19/12/49;
Rolândia — decreto 9.699, de 24/1/50;
Prudentópolis — decreto 11.722, de 18/8/50;

Morretes — decreto 10.433, de 25/4/50;
 São Mateus do Sul — decreto 11.945, de 9/9/50;
 Castro — decreto 84333, de 15/1/53;
 Iratí — decreto 8.334, de 15/1/53;
 Lapa — decreto 11.087, de 9/6/50;
 São José dos Pinhais — decreto 20.868, de 26/1/56;
 Ponta Grossa — lei 2.620, de 15/3/56;
 Piraquara — lei 2.627, de 15/3/56;
 Marialva — decreto 1.157, de 16/3/56;
Jandaia do Sul — decreto 1.387, de 24/3/56;
 Maringá — lei 2.168, de 4/8/54;
 Santa Mariana — lei 2.809, de 16/8/56;
 Marialva — lei 2.215, de 21/8/54;
 Paranavaí — decreto 6.373, de 29/10/56; e
 Peabirú — decreto 7.326, de 26/12/56.

Colégios Estaduais:

Rolândia — decreto 263, de 10/2/56;
 Cornélio Procópio (Cursos Científico e Clássico) — lei 2.594, de 10/2/56;
 Londrina — decreto 9.821, de 6/2/50;
 União da Vitória — decreto 5.112, de 12/12/49;
 Paranavaí — lei 1.804, de 8/4/54;
 Apucarana — lei 2.822, de 21/8/56;
 Rio Negro — decreto 7.849, de 22/1/57;
Jacarézinho
Ponta Grossa — decreto-lei 282, de 21/12/44;
 Estadual do Paraná — Curitiba — decreto-lei 282, de 21/12/44; e
 Paranaguá — decreto-lei 282, de 21/12/44.

Escolas Estadualizadas:

Técnica de Comércio — Cornélio Procópio — lei 2.808, de 16/8/56;
 De Comércio — Bandeirantes — decreto 4.798, de 31/8/56; e
 De Educação Física e Desportos do Paraná — Curitiba — lei 2.911, de 29/10/56.
 Santo Antonio da Platina — decreto 12.332, de 16/9/50;
 Guarapuava — decreto 12.494, de 31/10/50;
 Iratí — decreto 12.588, de 8/11/50;
 Sertãoópolis — decreto 4.982, de 13/9/56;
 Ginásio Estadual de Piraí do Sul — decreto 1.570, de 4/4/56;
 Ginásio Estadual Nilo Cairo — Apucarana — decreto 5.628, de 17/7/56;
 De Iratí — decreto 6.763, de 23/11/56;
 De Araçongas — decreto 6.763, de 23-11-56.

Escolas Técnicas de Comércio:

De Cornélio Procópio — lei 2.812, de 16/8/56;

De Prudentópolis — decreto 5.190, de 20/9/56;
De Siqueira Campos — decreto 7.219, de 14/12/56;
De Joaquim Távora — decreto 7.272, de 21/12/56;
De Paranavaí — decreto 7.270, de 21/12/56;
De Carlópolis — decreto 7.448, de 3/1/57; e
De União da Vitória — decreto 9.363, de 5/10/49.

Sei bem que há quem critique, fazendo-o muitos com a maior honestidade de propósitos, esta nossa orientação. Respondo às suas preocupações, dizendo que o fenômeno da expansão da rede de ensino médio não é um fenômeno paranaense, nem mesmo brasileiro nem é um fruto de minha fantasia ou sequer da minha vontade. É uma grande tendência mundial, tendência avassaladora. Já se disse, com a maior razão, que si o século XIX foi o século de expansão do ensino primário, o século XX é fora de dúvida o da expansão do ensino médio. Naturalmente, não cabe determinar e estudar aqui todos os fatores que condicionam e, por assim dizer, tornam essa tendência, ao mesmo tempo, um fato inevitável e um dever. Falamos em expansão. Na verdade deveríamos dizer: expansão e transformação. Infelizmente, não nos cabe operar neste setor transformações nem mesmo de experiência uma vez que o fundamental da matéria ainda está erradamente sujeito à legislação federal. Mesmo, porém, que fôsse, tal expansão, matéria que dependesse de minha vontade, mesmo que a pressão justa das populações do interior não fôsse um reclamo imperativo, não seria eu quem iria barrar ou sequer dificultar essa face do processo de democratização da cultura. Dizem e objetam que não podemos abrir bons ginásios em toda a parte. É certo que temos dificuldades a vencer, mas isso não é um argumento para nos opormos ao que é a própria tendência mundial de nosso tempo no campo do ensino. É apenas uma razão para nos levar a enfrentar essas dificuldades, no sentido de vencê-las.

Precisamos referir, ainda, neste setor da educação, e com o mesmo espírito, a criação das Faculdades de Filosofia de Londrina, Paranaguá e União da Vitória e das Faculdades de Direito de Londrina e de Ponta Grossa e da Escola de Agronomia e Veterinária de União da Vitória, em fase de estudo; do mesmo modo, podemos mencionar o apoio que demos à obra da Universidade Católica do Paraná, criando facilidades para o funcionamento de sua Faculdade de Medicina (decreto n. 2.465, de 29/5/56).

Mencionem-se, ainda, os esforços para atrair para Curitiba um Colégio Militar.

Deve-se mencionar, também, no setor da Secretaria de Educação e Cultura:

— O Centro de Estudos e Pesquisas Pedagógicas, o órgão técnico por excelência da Secretaria de Educação e Cultura, realizou vários trabalhos de investigação pedagógica, mórmente na Capital, onde, por meio de seus diversos serviços, procura estabelecer o nível justo e exe-

quível do ensino primário, estabelecendo provas objetivas, aferição contínua da execução dos programas de português e matemática, e outros. Realizou alguns cursos de aperfeiçoamento do pessoal de magistério primário, estabeleceu várias bolsistas no Rio e em Porto Alegre, e manteve regular colaboração com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

— A Divisão de Assistência às Instituições Escolares apresentou significativa parcela de assistência, tendo sob sua orientação e controle 63 associações beneficentes, 45 caixas escolares, 91 bibliotecas, 32 cantinas escolares, 18 centros de professores, 6 associações de pais e mestres, 4 ligas de bondade e boa vontade, 17 grêmios literários, 30 correios escolares, 4 imprensas escolares, 22 jornais, 19 clubes agrícolas, 6 grêmios e associações infantis, 1 discoteca, 6 museus, 6 orfeões, 1 clube panamericano, 1 associação de amigos da escola, 1 centro de mães, 1 grêmio feminino, 1 lojinha escolar, 2 associações de ex-alunos, 1 clube de trabalhos manuais, 1 centro de cultura, 2 associações de orientação escolar, 10 grêmios de civismo e centros de cultura cívica, 6 grêmios, ligas e clubes desportivos, 9 farmácias escolares e cruz vermelha, 23 clubes, centros e pelotões de saúde. Participou a Divisão da campanha para o desenvolvimento do escotismo e bandeirantismo, estabeleceu intercâmbio escolar com entidades de outras unidades da Federação, da campanha da Solidariedade, para manutenção dos filhos sadios de hansenianos, da campanha Escolar do Reflorestamento, da campanha da Merenda Escolar, campanhas estas que lograram razoáveis rendimentos e que prosseguirão em ritmo acentuado em 1957.

— O Serviço de Educação de Adultos, que se faz com base na assistência do serviço correspondente do Ministério de Educação e Cultura, manteve 379 cursos de alfabetização e 4 centros de iniciação profissional, aos quais distribuiu 4.875 livros **Ler**, 3.985 **Saber**, 3.975 **Aritmética**, 3.775 **Guia de Alimentação**, 1.200 **Cadernos Murais de Linguagem** e 9.790 exemplares do **Jornal para Todos**. As entidades receberam também cerca de 10 mil unidades de material escolar para os diversos fins (cadernos de linguagem, xadrez, de caligrafia, giz, lápis e demais utensílios). A matrícula geral nos cursos de alfabetização atingiu a 10.017 alunos; nos centros de inscrição, 529.

— O Serviço de Acordos estabeleceu acôrdo com 106 municípios, permitindo o funcionamento de 1.018 escolas, cujas despesas para o Estado montaram a Cr\$ 5.194.420,00. 14.055 discentes freqüentaram essas escolas.

Ainda no setôr da educação, desejamos salientar a atividade do Departamento de Cultura, em processo evidente de recuperação e retomada de ritmos satisfatórios de produção.

— O Departamento de Cultura revigorou-se no ano de 1956, recebendo instalações de escritório adequadas às exigências mínimas de trabalho, instituiu um bom serviço de relações públicas e contou com pequena, mas eficiente equipe. A Divisão de Educação Popular e Planejamentos Culturais realizou vários cursos de aperfeiçoamento, o

festival de Música da Orquestra Estudantil de Concêrtos (duração de três meses), prestigiou com o seu patrocínio várias medidas de reconhecimento público e de auxílio financeiro, deu excelente projeção ao Salão Paranaense de Belas Artes; auxiliou a realização de conferências, levou amparo às artes líricas, iniciou o cinema educativo e deu ampla assistência cultural a várias entidades. A Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural também apresentou atividade compensadora, no sentido da preservação das jazidas arqueológicas, com levantamento técnico das áreas; participou, pelo respectivo Chefe, das pesquisas de Lagôa Santa, Minas Gerais, sob a direção do cientista norte-americano Whesley Hurt, reconstituiu o Conselho Consultivo do Patrimônio, e iniciou a publicação de um informativo denominado **Divulgações**, cujo primeiro número teve excelente aceitação.

— O Departamento de Educação Física e Desportos tem atuado como órgão colaborador das atividades da Diretoria da Educação Física do Ministério de Educação, procurando prover de instalações adequadas os estabelecimentos de ensino secundário, fornecendo-lhes os materiais auxiliares, procurando aperfeiçoar o pessoal de magistério e concorrendo para melhoria das técnicas da educação física. A parte desportiva também vem sendo estimulada pelo Departamento, mórmente através das anuais olimpíadas colegiais, quando congrega em Curitiba as representações de todos os estabelecimentos de ensino, secundário e normal, oficiais e particulares, para a realização dos jogos. Jogos regionais igualmente têm sido levados a efeito, reunindo em algumas sedes municipais as representações das casas de ensino da região considerada. Planeja o Departamento de Educação Física e Desportos a construção de uma Colônia de Férias Marítima e a instituição de vários parques infantís.

BIBLIOTECA PÚBLICA

Incentivando a cultura e o aperfeiçoamento educacional, em todos os setores da população, quer pelo empréstimo de livros, quer pela difusão de assuntos de interesse cultural ou ainda pela promoção de conferências, exposições, debates e reuniões científicas, cumpriu a Biblioteca Pública do Paraná, no ano que passou, suas importantes finalidades.

As atividades daquele órgão, durante o exercício passado, podem ser assim resumidas:

Divisão de Preparação: Foram particularmente intensos os trabalhos dessa divisão, encarregada de classificar, catalogar, preparar, conservar, encadernar e restaurar os livros que compõem o acervo da Biblioteca. 3.571 obras foram classificadas e 3.178 catalogadas. No que se refere ao acréscimo do acervo, controlado por essa divisão, devem ser registradas valiosas doações, feitas pelos Consulados da Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, bem como por entidades públicas estaduais. Sob a orientação desse setor, foi ainda organizada a seção de periódicos, que põe à disposição do público leitor mais de duzentas revistas.

Divisão de Extensão: As atividades desse setor foram iniciadas no ano passado. Foram incorporados, ao seu acervo, 4.114 volumes, dos quais 3.681 foram preparados para uso das populações dos bairros da Capital. Em outubro, foi adquirida uma caminhonete a qual, readaptada com o equipamento de uma estante interna, com capacidade para 300 volumes, mesa, fichários, rádio, toca-discos e alto-falante, deu início ao trabalho da Biblioteca Ambulante.

Divisão Infanto-Juvenil: O interesse despertado pelas iniciativas dessa divisão pode ser aquilatado pela frequência de leitores: 28.260 meninos e meninas, que fizeram um movimento de empréstimo de 16.985 volumes. A divisão, além disso, promoveu concursos, realizou exposições, manteve colaboração com o Centro de Artes Plásticas, que funciona na Biblioteca e prosseguiu com o Teatro Infantil, realizando 42 espetáculos em seu auditório, com uma frequência de 5.460 crianças. O acervo da Divisão Infanto-Juvenil sobe a 2.500 volumes, com 794 leitores inscritos.

Divisão de Bibliotecas e Empréstimos: Dentro dêsse setôr, foi organizada e instalada, em março do ano passado, a Secção de Documentação Paranãense, destinada a reünir o acêrvo de livros, jornais, revistas e outros documentos da vida cultural do Estado. O sistema de empréstimos foi modificado, com adoção de providências em defesa do acêrvo da Biblioteca, sem que diminuisse a afluência de leitores. Até 30 de novembro passado, foram emprestados 28.918 livros e consultados 36.518, nas diversas secções daquela Casa.

Divisão de Informações e Intercâmbio: Nêsse setôr, foi instalada e inaugurada, em março de 1956, a Secção de Referência, destinada a auxiliar o leitor no uso perfeito de todos os recursos que lhe oferece a Biblioteca. Até 30 de novembro, o movimento nessa secção, foi de 8.225 consultas. Ainda por essa divisão, foi mantido constante contacto com tôdas as entidades culturais do Estado, no sentido de possibilitar um trabalho de cooperação. De fevereiro a dezembro de 1956, foram realizadas 31 conferências, sôbre os mais variados temas de interêsse cultural e científico, no auditório da Biblioteca. As projeções cinematográficas foram em número de 89, com a frequência de cêrca de 6.000 pessoas. Realizaram-se, também, 23 exposições de pintura e objetos de arte. No setôr do intercâmbio cultural, merece especial destaque a homenagem que a Câmara de Comércio de Carrara prestou ao Govêrno do Estado, oferecendo, à Biblioteca Pública, um busto de Dante Alighieri, cuja solene inauguração se verificou a 4 de novembro passado.

TEATRO GUAIRA

Apesar de que se encontra ainda em fase de organização, com os diversos órgãos que o compõem dependendo de vários fatores, para que possam funcionar em conjunto, o Teatro Oficial do Estado, no decorrer do ano passado, desenvolveu intensa atividade.

É o seguinte o esquema segundo o qual está sendo organizado o Teatro Guaira:

1. — Setor Administrativo:

- a) — Tesouraria;
- b) — Expediente, Arquivo e Protocolo;
- c) — Administração do Prédio; e
- d) — Núcleo do Pessoal.

2. — Setor de Escolas:

- a) — Escola de Ballet;
- b) — Escola de Música Orquestral;
- c) — Escola de Canto Lírico;
- d) — Escola de Arte-dramática; e
- e) — Escola de Cenografia.

3. — Setor de Corpos Estáveis:

- a) — Orquestra Sinfônica;
- b) — Coral Lírico;
- c) — Teatro Experimental; e
- d) — Corpo de Baile.

4. — Setor Técnico:

- a) — Cenografia;
- b) — Maquinística;
- c) — Publicidade; e
- d) — Eletricidade.

5. — Setor de Difusão Artística e Cultural:

- a) — Museu de Teatro;
- b) — Arquivo Musical;
- c) — Biblioteca Especializada;
- d) — Gravações Sonoras; e
- e) — Recitais e Concertos.

Nos setores que já se acham em ação, devem ser destacadas as seguintes providências:

Setor Administrativo: Durante o exercício passado, foi transferida a Superintendência para as dependências do Teatro, de vez que funcionava anteriormente em uma das salas da Secretaria do Governo.

Foi organizada a Tesouraria, bem como a secção do Expediente, Arquivo e Protocolo.

Foi posto em funcionamento o núcleo do pessoal, que vem controlando, de maneira eficiente, o trabalho dos funcionários do Teatro.

Setor Escolar: Nêsse setor podemos assinalar a criação da Escola de Ballet do Teatro Guaíra, que conta com 150 alunos matriculados. Inteiramente gratuita, a Escola de Ballet constitui iniciativa inédita no Estado.

No decorrer dêste ano, pretendemos pôr em funcionamento as Escolas de Música Orquestral e de Canto Lírico.

Setor dos Corpos Estáveis: Nêsse setor residiu o ponto alto das atividades do Teatro, no exercício passado.

Foi creado o Teatro Experimental do Guaíra, que, desde sua fundação, no mês de março, já realizou 5 temporadas, tôdas com grande sucesso de público e crítica.

Possuindo o Guaíra o seu próprio conjunto de Teatro, pudemos realizar a «Campanha de Difusão Artística», oferecendo ao público paranaense espetáculos ao preço de Cr\$ 10,00. O T.E.G. firmou-se definitivamente no conceito do povo e de tal forma que em suas apresentações acorrem mais espectadores do que nas de companhias profissionais.

Realizou o conjunto apresentações em 18 cidades do interior paranaense, num trabalho de divulgação cultural através do Teatro. A convite do Governador Jorge Lacerda, realizou temporada em Florianópolis, servindo desta maneira de eficiente veículo de publicidade de nossa terra.

As demais atividades dêsse setor foram a regulamentação da Orquestra Sinfônica do Teatro Guaíra e do Coral Lírico, iniciativas que se devem concretizar no corrente ano.

Setor Técnico: Nêsse setor foram creados os Departamentos de Cenografia e de Publicidade. O primeiro confeccionou todos os cenários do T.E.G. e o segundo vem divulgando com eficiência as atividades do Guaíra.

Setor de Difusão Artística e Cultural: Esse setor, também criado em 1956, vem trabalhando normalmente.

Uma das suas iniciativas foi a realização, todos os domingos, às 10 horas da manhã, de recitais de canto, piano, violino, etc., inteiramente gratuitos, servindo assim como eficiente incentivo aos valores locais.

Foi promovida, no decorrer de 1956, a realização de inúmeras temporadas de companhias e artistas do Rio e São Paulo. Dentre as principais, salientamos: Tatiana Leskowa, Carmen Cavallaro, Quarteto Sodca (argentino), Companhia Folclórica Brasileira, Companhia André Villon-Mario Brasini, Cia. Dercy Gonçalves, Antonio de Cordoba, Ballet do IV Centenário de S. Paulo e outros de menor repercussão.

SAÚDE PÚBLICA

SAÚDE PÚBLICA

O ano de 1956 apresentou, no campo da saúde pública, um quadro de normalidade, não se registrando nenhuma ocorrência excepcional e grave a lamentar.

No setor da Secretaria respectiva, os fatos que devem ser particularmente mencionados são os seguintes:

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

1 — **Reestruturação da Secretaria** — Providência que esperamos virá trazer benefícios no sentido do melhor funcionamento dos Postos de Higiêne, foi a consubstanciada no Decreto n.º 2.359 de 11-5-56, que ampliou e deu nova distribuição aos Distritos Sanitários do Estado, que de sete passaram a quatorze. Foram classificadas as Unidades Sanitárias, tendo-se sempre em vista a importância da localidade sede e sua densidade demográfica, com fixação da lotação numérica do pessoal, através do Decreto n.º 3.171, de 16-7-56. Com relação à legislação sanitária, outra medida adotada foi a da revisão e atualização do Regulamento Sanitário em vigor. Comissão designada para êsse trabalho já alcançou a fase de revisão e redação final.

2 — **Abastecimento de leite pasteurizado** — É êste um dos problemas de maior relevância e de maior urgência para Curitiba. Obtidos com a Cacex os ágios mínimos para a importação do material necessário à instalação de nova usina de pasteurização do leite em Curitiba, com capacidade para 50.000 litros diários, já providenciamos as medidas de execução dêste importante propósito.

3 — **Convênios.** Além dos numerosos convênios que o Governo do Estado mantém com o Ministério de Saúde, foram assinados, no ano de 1956, mais os seguintes:

a) Para combate à Doença de Chagas, entidade morbida que, pela sua gravidade e facilidade de expansão, vem se constituindo em sério

problema sanitário, mórmente na região norte do Estado. Ésse convênio, que terá a duração de três anos, prevê a dedetização de 200.000 casas, com uma despesa de Cr\$ 9.000.000,00;

b) Para prosseguimento das obras do Sanatório para Tuberculosos de Londrina, possibilitando assim até o fim do presente ano, pelo menos, mais cem leitos para tuberculosos, com a construção do primeiro pavilhão e parte administrativa, com uma despesa de Cr\$ 9.000.000,00;

c) Convênio para desenvolvimento dos serviços de praxiterapia no Estado 150.000,00

d) Convênio para manutenção dos serviços psiquiátricos no Estado 450.000,00

e) Convênio para intensificar a Fiscalização da Medicina 300.000,00

f) Convênio (Renovação) para cooperação na construção de estabelecimentos psiquiátricos no Estado ... 2.400.000,00

4 — **Endemias Rurais.** Afora os serviços realizados por fôrça dos convênios com o Ministério da Saúde, para a realização de Campanhas de combate às endemias rurais, foi realizado no ano de 1956, pela Secretaria de Saúde, o expurgo de 7.081 casas no Município de Londrina, com um total de 38.747 dependências. Essa Campanha, que foi realizada em 80 dias, com o gasto de 5.500 quilos de BHC, visou à extinção do triatomídeos (Barbeiro), vector da Doença de Chagas.

Com relação ao tracoma, também vêm funcionando regularmente e em regime de cooperação com o Govêrno Federal, os Postos de Jacaré-zinho, Cambará, Cornélio Procópio, Londrina, Maringá e Paranaíba.

A esquistosomose é endemia que está a exigir providências enérgicas, para que não se transforme em grave problema. No orçamento de 1957, reservamos uma verba para o atendimento dêsse problema.

A malária está praticamente erradicada.

O bócio endêmico e a brucelose também constituem problemas na ordem do dia.

5 — **Serviços Hospitalares.** Um ponto que merece destaque é o do estabelecimento, no ano passado, de dietas-padrão para os Hospitais do Estado, permitindo não sômente uma racionalização da alimentação fornecida aos doentes, como maior facilidade e previsão nas aquisições de gêneros requisitados do Departamento Estadual de Compras.

As rendas dos Hospitais, provenientes de serviços prestados a particulares, não vinham sendo recolhidas ao Tesouro do Estado, conforme estabelece a Lei. Essas rendas eventuais eram aplicadas no próprio Hospital, por determinação do Diretor, independente de qualquer formalidade, mesmo de prestação de contas. Era uma praxe que vinha sendo adotada, mas que feria disposições legais. Foi então determinado que se passasse a

recolher ao Tesouro essa renda e hoje se pode registrar o resultado dessa providência com os dados seguintes:

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA PARA 1956, E ARRECADADA DURANTE O PERÍODO DE JANEIRO A NOVEMBRO

Serviço de Fiscalização do Leite:		
Receita Ordinária	Orçada	Arrecadada
Taxa sobre a Fiscalização do Leite da Capital em 1954	250.000,00	222.130,10
Idem, idem em 1955	250.000,00	160.502,10
Idem, idem em 1956	250.000,00	306.327,40

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA PARA 1956 E ARRECADADA DURANTE O PERÍODO DE JANEIRO A NOVEMBRO

Receita Ordinária	Orçada	Arrecadada
Renda Industrial		
Órgãos da Secretaria de Saúde e Re partições subordinadas, em 1954	100.000,00	45.400,00
Idem, idem em 1955	100.000,00	30.460,00
Idem, idem em 1956	100.000,00	900.931,60

Na planificação da Secretaria figuram Hospitais Regionais em Campo do Mourão, Guarapuava, Paranavaí, Araçongas, Prudentópolis e Clevelândia.

6 — Bio-estatística e Epidemiologia

No profilaxia das doenças transmissíveis merece destaque a campanha de imunização que vem sendo realizada.

No ano de 1956 foram feitas 148.214 vacinações contra a varíola, 166.515 contra febre tifóide, 109.150 contra difteria, 83.762 contra coqueluche e 108.994 contra tuberculose, números maiores em comparação com os dos anos anteriores. Bem maior foi o número de casos de doenças transmissíveis que o serviço conseguiu registrar no referido ano, o que evidencia a grande atividade desenvolvida e o trabalho realizado junto aos clínicos, insistindo na necessidade da notificação.

Entidades mórbidas pouco frequentes no nosso quadro nosológico foram registradas, tais como: 3 casos de varíola, 2 de escarlatina, 363 de alastrim, 44 de meningite e 37 de poliomielite, que felizmente, não apresentaram maior incidência, em função das medidas profiláticas tomadas em tempo.

Por ocasião do surto de poliomielite ocorrido na República Argentina, várias medidas foram tomadas, visando a impedir que êsse mal atingisse o Estado. Adquiriu-se também um pulmão de aço.

7 — **Fiscalização do Exercício Profissional.** Os serviços respectivos estão sendo reorganizados. Nêste sector, o fato a merecer menção especial é o do aparecimento e apreensão de inúmeros diplomas falsos de médicos, dentistas e farmaceuticos, evidenciando a existência de uma quadrilha bem organizada, com séde na Capital da República e ramificação no Estado. Tal ocorrência foi levada ao conhecimento da policia que abriu o necessário inquérito, ao mesmo tempo que se instalaram dois inquéritos administrativos, um visando descobrir o responsável pelo registro de documentos de tal ordem no Serviço competente e outro para verificar a legitimidade de todos os registros de diplomas efetuados na respectiva Divisão, a partir de 1951, época em que se presume tenham começado a aparecer no Paraná êsses diplomas falsos.

8 — **Lepra** — Neste sector, merece destaque a ampliação da rêde de dispensários (Ponta Grossa, Jacarèzinho e Wenceslau Braz). Do mesmo modo, citem-se as novas obras, inauguradas em 56, no Sanatório Colônia São Roque, assim enumeradas: casa das Irmãs, Pavilhão Carville, casa para o médico residente, um grande pavilhão para refeitório e cozinha. Foi instalado aparelho de Raio X. Prosseguem as obras da Igreja, da casa do capelão, da estação de tratamento do esgôto e refôrma dos antigos pavilhões. Durante o ano foram concedidas 3 altas definitivas, 24 altas provisórias e 141 transferências para Dispensários, fato bastante auspicioso, que bem evidência a eficácia das atuais medidas terapêuticas.

Doentes novos fichados: 188; doentes falecidos, 36, no Sanatório São Roque.

Estão programados para imediata realização: instalação de novos dispensários; instalação de uma lavanderia mecânica no Sanatório São Roque; pavilhão para isolamento; pavilhão para doentes mentais; pavilhão para recepção; pavilhão para menores.

9 — **Tuberculose** — É a tuberculose um dos mais graves problemas de saúde pública no Estado, conforme se verifica pelo relatório da Divisão de Profilaxia da Tuberculose.

Apesar de dificuldades, como aparelhos desgastados, o serviço de abreugrafia funcionou com os resultados seguintes: abreugrafias realizadas nos dispensários do interior: 78.844. Idem da Capital: 63.963, o que vale dizer que em Curitiba 29% da população urbana foi passada pelo raio X.

Casos positivados em todo o Estado: 1.176, dos quais 562 foram diagnosticados em Curitiba.

O movimento de vacinação pelo B. C. G. foi grande, com a distribuição de 337.751 vacinas. Doentes internados, indigentes: Sanatório Médico Cirúrgico do Portão: 279; Sanatório São Sebastião: 348; Hospital Oswaldo Cruz: 58; Pavilhão de Antonina: 62; Sanatório São Carlos: 20; Sanatório São José: 20. Doentes comuns: 390 foram internados no curso do ano, sendo 64 da Capital e 326 do interior do Estado. Êstes internamentos não correspondem a 50% das necessidades.

Há, portanto, imperiosa urgência na ampliação do número de leitos para tuberculosos, estando previsto para o corrente ano o seguinte: aumento de 120 leitos no Sanatório Médico-Cirúrgico do Portão; prosseguimento da construção do Sanatório de Londrina, que possibilita o aproveitamento dos primeiros 100 leitos, devendo a instalação dos 300 leitos restantes ter o seu andamento apressado; ampliação do Hospital de Antonina, para mais 100 leitos; construção de um Sanatório em Paranaguá para 100 leitos; construção de uma colônia de reabilitação e laborterapia nas proximidades desta Capital, para o que já foi destinada a área de terra; melhoria dos atuais dispensários e instalações de novos em Guarapuava, Foz do Iguaçu, Campo do Mourão, Maringá e Paranaíba. Consta ainda do planejamento a construção de sanatório em Ponta Grossa para 250 leitos e outro de igual capacidade em Maringá.

10 — **Educação Sanitária.** A educação sanitária é um fator primordial para o bom resultado do trabalho de saúde pública. Tem a Divisão competente, dentro dos meios de que dispõe, levado às populações os conhecimentos indispensáveis à preservação das doenças transmissíveis, à nutrição, enfermagem doméstica, higiene geral, etc.

Além disso, tem-se cuidado do aprimoramento técnico do pessoal. Foram concedidas 15 bolsas de estudos para formação de enfermeiros, 3 para formação de sanitaristas, 1 para formação de tisiologista, 3 para aperfeiçoamento em lepra, 3 para aperfeiçoamento em poliomielite, 3 para o curso de Organização Hospitalar. Ainda em 1956 foram realizados o 9.º curso de Atendente e o curso de Auxiliar de Alimentação. Foi ainda criada uma Escola de Auxiliares de Enfermagem em Londrina, estando em andamento as providências para a instalação, já figurando no Orçamento de 1957 as necessárias dotações.

11 — **Serviço de Inspeção de Saúde.** Funcionou regularmente esse serviço, realizando durante o ano 11.965 exames.

12 — **Laboratório — Profilaxia da Raiva.** O Laboratório Geral durante o ano teve sua produção normal. Realizou 55.856 exames, fabricou 71.950 ampolas de vacina anti-rábica e 307 litros de vacina anti-tífica oral, além de ter aplicado 565 tratamentos anti-rábicos humanos.

Na secção de Bromatologia, foram realizados 140 análises prévias, 121 análises fiscais, 56 análises condenatórias e 13 exames bacteriológicos.

Merece ainda destaque especial a Campanha de vacinação anti-rábica de cães, levada a efeito com grande êxito não só em Curitiba, como em vários outros Municípios do Estado. Em Curitiba foram vacinados 10.200 cães; no norte do Estado foram feitas 7.600 vacinações, além de terem sido fornecidas 66 doses para Foz do Iguaçu, 400 para Campo Mourão e 600 para Cascavel.

A Campanha teve lugar, ainda, nos Municípios de Morretes, Paranaguá, Guaratuba, Ponta Grossa, Palmeira, Campo Largo e São José dos Pinhais.

O Laboratório Químico Farmacêutico teve a sua produção, de um modo geral, grandemente aumentada, produzindo, no ano passado, 280.981 comprimidos, 117.874 ampolas e aviado 37.002 receitas.

Dentre os objetivos do Laboratório Geral para o ano de 1957 é de se esperar: produção de vacina anti-rábica Stek, afim de poder fornecê-la aos Postos de Higiêne do interior; intensificação da produção da vacina anti-tífica disenterica; construção de um pavilhão para fabricação da vacina anti-variólica.

13 — **Serviços Distritais.** Cabendo a esse Serviço, através de suas Unidades Sanitárias, a parte executiva da maioria das atividades própria-mente de saúde pública, e, necessitando ainda as populações de tal assistência, foi dado prosseguimento, não só aos trabalhos de rotina, como também realizada a sua ampliação, quer pela extensão de seus benefícios a zonas antes desprovidas de assistência sanitária, quer pelo melhoramento, ampliação ou reorganização de serviços já existentes. Destacam-se aqui: nova divisão distrital, elevando de 7 para 14 os distritos sanitários; classificação das Unidades Sanitárias em Postos de Higiêne tipos A. B. C., em consonância com a densidade demográfica, lotação numérica do pessoal; criação de 33 Postos de Higiêne, em Municípios novos; início das construções das Unidades Sanitárias de Maringá, Paranavaí, Nova Esperança, Apucarana, Paranaguá, Ponta Grossa, além do reinício das de Santo Antonio e Rolândia e reparos em muitas outras.

Neste setor está programado: melhor equipamento das Unidades Sanitárias, com instalações convenientes de novos Centros de Saúde e Postos de Higiêne recém-criados; criação de mais 22 Postos de Higiêne; construção de prédios para Postos de Higiêne, obedecendo à maior ou menor urgência da obra, instalação de pequenos almoxarifados nas sédes distritais, para um atendimento pronto da falta de material nas Unidades Sanitárias; instalação de laboratórios nos Centros de Saúde e Postos de Higiêne, tipo B e C.; instalação de serviço dentário nos Centros de Saúde e Postos B e C.; transporte para as sédes distritais, através de um jeep, para melhor e mais rápido atendimento da área distrital.

14 — **Centro de Saúde de Curitiba.** Um Centro de Saúde técnica-mente deve atender no máximo a uma população de 30.000 habitantes; entretanto a nossa Capital, que tem uma população estimada em 250.000 dispõe de apenas 1 (um). Urge, portanto, a construção de pelo menos mais 6 Centros de Saúde em Curitiba, situados nos diversos bairros, conforme plano que já fizemos elaborar.

O atual Centro de Saúde, que conta com mais de 400 funcionários e atende a uma população 10 vezes maior do que a sua capacidade, apresenta inúmeras deficiências, funcionando todos os seus serviços em dependências acanhadas, com sérios prejuizos para o rendimento dos mesmos, com transporte precário, etc., motivando tais fatos um atendimento do público aquém do que era de se desejar.

Apesar de tudo isso, as suas atividades, no corrente ano, foram bas-

tante vultosas, verificando-se que a produção do Centro de Saúde de Curitiba aumentou consideravelmente, em todos os serviços que lhe estão afetos.

15 — **Hospital Oswaldo Cruz. (Isolamento).** O movimento de doentes foi apreciável e superior ao do ano anterior. Foi bem maior o número de internamentos verificados, elevando-se a 533 o número de casos atendidos. O internamento de doentes portadores de doenças infecto-contagiosas agudas vem sendo feito com diagnósticos nas respectivas guias de internamento, de modo a evitar que doentes sem diagnósticos esclarecidos sejam recolhidos ao Hospital. No ano de 56 foi instalado no Hospital um gabinete dentário para o atendimento dos doentes de tuberculose pulmonar e recuperado o custoso aparelho de hemoirradiação que constitui importante recurso no tratamento das doenças infecto-contagiosas e que, desde há muito, estava sem funcionar por falta da importação de lâmpadas que se haviam inutilizado.

16 — **Assistência dentária.** Este serviço também foi grandemente ampliado em 56, com a instalação de novos gabinetes dentários em numerosos Grupos Escolares desta Capital, em entidades assistenciais e em diversas Unidades Sanitárias do interior. Passaram a funcionar, sob a direção da Secretaria de Saúde, mais de 20 serviços dentários, distribuídos nas entidades acima citadas.

17 — **Engenharia Sanitária.** Este serviço está em fase de reorganização, sendo de notar as múltiplas e benéficas atividades que vem desenvolvendo a partir do mês de setembro último.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DA CRIANÇA

Quando deixamos o govêrno em janeiro de 1951, estavam em funcionamento:

101 Postos de Puericultura

84 Associações de Proteção à Maternidade e à Infância

10 Maternidades

1 Banco de Leite Humano

2 Agências de Colocação Familiar, além dos órgãos que compõem êsse Departamento:

Hospital de Crianças «Cezar Pernetta» — Curitiba

Hospital Infantil Getúlio Vargas — Ponta Grossa

Hospital Infantil de Paranaguá

Centro de Puericultura da Capital

3 Creches — Curitiba

Tão logo assumimos o govêrno em 56, fizemos, neste como em outros setores, realizar uma inspeção no interior do Estado, para obter um quadro real do funcionamento e das necessidades de cada unidade assistencial.

Devemos, incialmente, declarar que em sua grande maioria os Postos de Puericultura se encontravam quase paralizados; dois motivos principais explicam a diminuição de sua capacidade assistencial:

1.º — A falta de pagamento das quotas devidas pelo Departamento Estadual da Criança (Cr\$ 5.000,00 mensais) criou problemas de difícil solução aos responsáveis pela administração dos Postos que viam as dívidas se acumulando mês após mês.

2.º — O desinteresse por parte dos frequentadores dos Postos de Puericultura, que não recebiam nem leite nem medicamentos, o que os fazia descrentes das finalidades do Pôsto.

Esta situação agravou-se, pois os médicos, diante da falta de recursos dietéticos e medicamentos, não mais compareciam ao Pôsto e, na maior parte dos casos, atendiam em seus consultórios particulares, hospitais, quartéis, etc.

Tal estado de coisas estava afetando à própria conservação do imóvel, descuidada como consequência.

De um modo geral, os serviços de proteção à maternidade e à infância no Interior do Estado e mesmo nesta Capital estavam sob regime deficitário e com seu funcionamento irregular.

A dívida do Estado em relação às A. P. M. I. em 1955 se elevava a Cr\$ 2.700.000,00 (Dois milhões e setecentos mil cruzeiros).

Centro de Puericultura da Capital. Não se pode esperar um funcionamento normal de unidade materno-infantil no interior sem pessoal especializado.

O Centro de Puericultura da Capital foi construído com a finalidade de Centro-Escola; aí os responsáveis pelo funcionamento dos Postos de Puericultura e Maternidades do Interior deverão vir renovar e aperfeiçoar seus conhecimentos.

Com a colaboração do Departamento de Saúde, os médicos dos Postos de Higiene pertencentes ao quadro do pessoal daquele Departamento, geralmente os escolhidos para direção do Posto de Puericultura do interior, seriam convidados e matriculados nos Cursos promovidos pelo Departamento Estadual da Criança, em Curitiba.

Os alunos dos cursos, além dos vencimentos, deveriam receber bolsas de estudo, para as quais estavam previstas verbas no orçamento.

As enfermeiras, via de regra as parteiras das localidades, viriam atualizar seus conhecimentos na Capital, fazendo estágio em Maternidades que trabalham em colaboração com o Departamento da Criança.

Dentre as professoras do Grupo Escolar local, uma seria escolhida e convidada para frequentar o curso intensivo para auxiliares de assistentes sociais; para tanto o Departamento da Criança coordenaria seus esforços com o Departamento de Assistência Social e com a Secretaria de Educação e Cultura.

Postos de Puericultura do interior. Estudando suas necessidades, chegou-se à conclusão de que necessário se faz, preliminarmente, um aumento do auxílio mensal dado pelo Departamento Estadual da Criança de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) para 10, 12 ou Cr\$ 15.000 (quinze mil cruzeiros) de acordo com os reclamos de cada Município.

No intuito de proporcionar regularidade e uma quantidade maior de medicamentos e leite em pó aos Postos de Puericultura, sugeriu-se às Diretorias das A. P. M. I. o envio de leite e medicamentos, por intermédio do Departamento da Criança; tal medida, já posta em prática, vem merecendo das mencionadas Diretorias todo o aplauso.

Para que desde logo houvesse, como houve, um aumento de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) mensais para cada Posto, procuramos uma colaboração do Departamento da Criança com a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural.

Em função disso, foi que procuramos uma ampliação dos recursos disponíveis para atender aos convênios com as Associações de Proteção à Maternidade e à Infância, — ampliação aprovada no orçamento de 1957.

É preciso mencionar o esforço para regularização dos atrasados às Associações de Proteção à Maternidade e Infância do interior, sem o que seria baldado tudo o mais que se fizesse para restituir a normalidade aos Postos de Puericultura.

Maternidades. Existem no Estado, auxiliadas pelo Departamento Estadual da Criança, 9 maternidades.

De acôrdo com o programa do Govêrno, deve o Estado aumentar o número de leitos para Maternidades.

Com o aproveitamento e instalação dos atuais Postos de Higiêne Mistos em pequenas Maternidades para 9 leitos pôde o Departamento Estadual da Criança equipar 10 Maternidades Municipais, contando para tanto com um auxílio do Departamento Nacional da Criança de Cr\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros) e com a colaboração financeira da F. A. T. R. de aproximadamente Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros).

Sendo mais 20 Maternidades Municipais instaladas nos aludidos Postos de Higiêne Mixtos em 1957-1958, construídas as 10 Maternidades Regionais, previstas para o quinquênio do Govêrno, perfeitamente aparelhadas e com pessoal altamente especializado e, contando o Estado com a colaboração dos Hospitais particulares que já possuem pavilhão de maternidade, o problema de assistência hospitalar às gestantes se resolverá satisfatoriamente.

Os serviços funcionarão da seguinte maneira:

Nos Postos de Puericultura do Interior e nas futuras Maternidades existirá 1 consultório de Higiêne Pré-Natal.

As gestantes frequentarão êsse consultório e o obstetra que seguiu a evolução da gestante poderá prever, na maioria dos casos, o tipo do parto que se irá processar. Nos casos previstos de partos normais, a gestante será atendida na própria residência, por intermédio do Serviço Obstétrico Domiciliar; naqueles casos que o obstetra — pelos exames feitos — preveja um parto distocico, a gestante será atendida na Maternidade Municipal.

Nos casos mais graves, o reponsável pelos serviços da Maternidade Municipal pedirá auxílio ao obstetra da Maternidade Regional, que resolverá o caso na séde Municipal ou levará a doente para a Regional melhor aparelhada.

Hospital de Criança «Cezar Pernetta». Reunidos os médicos, chefes dos serviços e Diretoria do Hospital de Crianças, ficou resolvido:

- 1 — Modificação do tipo de ficha clínica para ambulatório;
- 2 — Criação do Serviço de Toxicose;
- 3 — Funcionamento do Laboratório de Análises Clínicas;
- 4 — Criação do Serviço de Anatomia Patológica;
- 5 — Melhoria da Instalação dos serviços de poliomielite (pulmão de aço);
- 6 — Modificação do formulário do Hospital de Crianças
- 7 — Intensificação do funcionamento do Banco de Sangue;

- 8 — Instalação de um Berçário para prematuros (incubadoras)
- 9 — Criação do Departamento de Endoscopia «Per oral»
- 10 — Criação do Serviço de Cirurgia Plástica;
- 11 — Fabricação, pela farmácia do Hospital, de sôro glicosado fisiológico;
- 12 — Maior entrosamento com o Centro de Puericultura da Capital;
- 13 — Plantão durante 24 horas sob a responsabilidade de 1 médico e 2 doutorandos;
- 14 — Regularização dos serviços de Raio X;
- 15 — Início da construção de novo Pavilhão para ambulatório e sala de aula no Hospital de Crianças;
- 16 — Ampliação do pavilhão de Cirurgia.

Curso de Pediatria. No período de 15 de outubro a 15 de novembro foi realizado um curso de Pediatria e Higiêne Infantil para médicos e doutorandos.

Inscreveram-se 45 alunos.

As aulas foram dadas por médicos do Departamento; Professores da Faculdade de Medicina do Paraná; Prof. Silvio Lago da Faculdade Fluminense de Medicina; e pelos Drs. Gomes de Mattos e Dácio Pinheiro da Faculdade de São Paulo.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS

Os encargos do Departamento de Água e Esgotos foram substancialmente acrescidos em 1956, em consequência do reinício das obras de saneamento e da ampliação da assistência técnica a vários municípios, — atividades essas que se somaram aos seus serviços anteriores da Capital e de 10 cidades do interior.

Em face disso, dos grandes encargos assumidos determinamos que, na elaboração do Orçamento para 1957, fôsse distribuídas ao Departamento de Água e Esgotos, verbas em condições de possibilitar o desenvolvimento dos seus serviços, de modo a que possam os mesmos obedecer a um plano racional de execução, proporcionando o desejado conforto às populações, ao par do progresso das cidades, em que se desenvolvem os serviços de abastecimento de água e coleta dos esgotos.

A dotação orçamentária de 1956, que era de Cr\$ 55.319.250,00, foi aumentada em 1957, para Cr\$ 132.438.826,00.

Ainda no exercício de 1956, contou o Departamento de Água e Esgotos, com a abertura de um crédito extraordinário, de Cr\$ 400.000.000,00 através do decreto n. 533, de 23 de fevereiro de 1956, e visando a possibilitar a solução imediata do problema da reforma e ampliação dos serviços de esgotos da Capital.

Resumindo, foram as seguintes as atividades do Departamento de Água e Esgotos, no ano de 56:

Na Capital. No setor de ampliação das rédes públicas, o Departamento de Água e Esgotos, executou na Capital 16.587 metros de rédes de água e 5.533 metros de rédes de esgotos.

Este setor de atividades só não apresentou um maior desenvolvimento, porquanto, procurando cooperar com os órgãos da Municipalidade e com a Cia. Telefônica Nacional, no sentido de melhor atender ao bem comum, tivemos o deslocamento das turmas de trabalho, afim de proceder às reformas das rédes existentes, nas vias em que aquêles órgãos executavam os seus serviços.

Em 8 de outubro de 1956, foi celebrado contrato com a firma Civilsan, Engenharia Civil e Sanitária Ltda., para execução dos serviços de am-

pliação e reforma das rêdes de esgotos, contrato que já teve sua aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado. Supérfluo será dizer dos benefícios que advirão, com a execução dessa obra, que irá não só solucionar o serviço de esgotos da parte já existente, como também beneficiar vários bairros da Capital, ainda não servidos dêste tão necessário serviço público.

As obras projetadas estão orçadas em Cr\$ 120.000.000,00 e exigirão um programa mínimo de 4 anos de trabalhos intensos.

Para a primeira etapa, a da construção dos emissários e coletores principais, o valor orçado é de Cr \$80.000.000,00 para execução no prazo de 2 anos.

No sentido de melhor atender às necessidades da população na parte que diz respeito ao serviço de abastecimento dagua, está o Departamento de Água e Esgotos concluindo os estudos para construção de uma barragem de acumulação, nos terrenos dos Mananciais da Serra e que se destinará a regularizar o atual rio que abastece a cidade. Essa barragem, que irá armazenar cerca de 6.000.000 de metros cúbicos, está prevista para ser iniciada no corrente exercício. Tratando-se, porém, de obra de demorada construção e no sentido de evitar que se agrave o abastecimento da Capital, o Departamento de Água e Esgotos está cogitando do aproveitamento do rio Pequeno, contando-se com a breve conclusão de uma adutora, que procederá ao refôrço do abastecimento, até que se processem em definitivo os estudos para aquela outra solução que garantirá um fornecimento normal do precioso líquido, para um período compreendido entre 20 e 30 anos. Nêste particular, devemos salientar que, pelo decreto n. 6.171, de 18 de outubro de 1.956, designou-se uma comissão composta de técnicos do Departamento de Água e Esgotos e de Professores da Escola de Engenharia. Os trabalhos desta Comissão já foram iniciados.

Ainda na Capital, temos a salientar a conclusão da construção do Laboratório de Bacteriologia, em prédio com cerca de 200m², construído sob o regime de administração direta.

Iniciou-se, na Estação de Tratamento, a construção de 2 residências, para o pessoal especializado naquele serviço e concluiu-se o ajardinamento dos terrenos da referida estação, com cêrca de 30.000 metros quadrados.

No Interior. Nas 10 cidades já servidas pelos serviços de abastecimento de água e rêde de esgostos, temos a destacar os seguintes serviços: Conclusão de uma adutora de 300 m/m, na cidade de Paranaguá, ficando solucionado o problema da falta de água, que se verificara naquela cidade.

Iniciou-se, em Cornélio Procópio, encontrando-se em fase de conclusão, a construção de uma nova adutora de 200 m/m, cujo objetivo é o de normalizar o abastecimento, já bastante deficiente.

Foi também adquirido o equipamento de recalque, inclusive um gerador de 360 KVA, afim de produzir energia para os motores e bombas do serviço de abastecimento.

Em Jacarèzinho procedeu-se à reforma geral no sistema de captação, a fim de possibilitar melhor aproveitamento dos mananciais, tendo sido melhorado consideravelmente o abastecimento de água que de há muito se mostrava ineficiente.

Plano de Saneamento. As obras do Plano de Saneamento, paralizadas por longo período, foram reiniciadas a partir do mês de abril do ano passado, encontrando-se atualmente em fase de franca execução nas cidades de Apucarana, Araçongas, Rolândia, Bandeirantes, Andirá, Uraí, Ribeirão Claro, Piraí do Sul e Fóz do Iguaçu. Estão sendo ultimados os projetos e especificações para a aquisição de materiais para o mais breve início de execução das obras nas cidades de Palmeira, União da Vitória, Rio Negro e Cambé.

Dentro do programa estabelecido pelo Departamento de Água e Esgotos e contando com a mobilização dos recursos financeiros do Estado, e os da União, com aplicação mediante convênios, pretende o Governo, até fins de 1960, promover a execução de obras de saneamento completo, compreendendo os serviços de abastecimento de água potável e rede de esgotos em todas as cidades com população urbana superior a 5.000 habitantes, e serviços de abastecimento de água nas cidades menores.

No ano de 1956, a partir do mês de março, quando foram reiniciadas as obras do Plano de Saneamento, foram executados os vultosos serviços que abaixo se discriminam:

Na cidade de Apucarana, cujas obras foram reiniciadas em março, foram construídos 3.500m de rede de água e 6.100m de rede de esgoto. Esses valores, acrescidos às redes construídas no período 1949-1950, perfazem 50% da extensão total da rede de água e 30% da rede total de esgoto necessárias.

Essas obras custaram, em números redondos, Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros). Sua execução está inteiramente a cargo do Departamento de Água e Esgotos.

Em Araçongas, cujas obras foram iniciadas em agosto, foram construídos 10.300 m. de rede de água e 4.500 m. de redes de esgotos, com uma despesa de Cr\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil cruzeiros).

Está assim equiparada a cidade de Araçongas à de Apucarana no que se refere a extensão das redes já executadas. Essas obras estão a cargo da Empresa de Saneamento Ltda., estando os projetos e a fiscalização dos serviços, bem como a sua padronização, a cargo do Departamento de Água e Esgotos.

O grande impulso verificado nessas obras deve-se, em boa parte, à cooperação econômica prestada ao Estado pelo Município de Araçongas, que pôs à disposição do Departamento de Água e Esgotos os fundos do seu crédito com o Estado, relativos ao art. 20 da Constituição Federal e montantes em Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros).

A cidade de Piraí do Sul, cujas obras foram também reiniciadas em agosto, foi dotada de mais 3.700 m. de rede de água e 700 m. de rede de esgoto, com uma despesa total de Cr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oito-

centos mil cruzeiros). Com essa realização aproximam-se do seu termo as obras de rede de água de Pirai do Sul.

Em Ribeirão Claro, cujas obras foram iniciadas em setembro, foram executados 2.800 m. de rede de esgoto, com uma despesa de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros). Para essa cidade já foram adquiridos cerca de Cr\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil cruzeiros) de materiais para a rede de água.

Foram iniciadas as obras de rede de água em Andirá, Bandeirantes, Uraí e Fóz do Iguaçu, cujos trabalhos seguem com ritmo acelerado. Para essas quatro cidades, já foram adquiridos materiais num total de Cr\$.. 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil cruzeiros).

O dispêndio total assim verificado no setor de saneamento atinge a Cr\$ 22.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), não incluídas as despesas do pessoal técnico e administrativo do Departamento de Água e Esgotos.

Na medida em que se aproximam de seu término as obras de rede de água, dedicam-se os técnicos do Departamento de Água e Esgotos aos estudos dos mananciais de água e do tratamento respectivo, de modo a iniciarem-se, sem demora, as obras de captação, tratamento e adução.

Nesse sentido, destacam-se os estudos geológicos já realizados em nove cidades do Estado, para aproveitamento das águas dos lençóis subterrâneos profundos. As cidades focalizadas nesses estudos, a saber, Apucarana, Araçongas, Rolândia, Jataizinho, Uraí, Andirá, Bandeirantes, Ribeirão Claro e Conselheiro Zacarias, oferecem, via de regra, condições satisfatórias para esse tipo de captação. Perfurações de poços tubulares serão autorizadas em caráter experimental e dos resultados colhidos, dependerão as ordens ulteriores, para novas perfurações, as quais deverão alcançar a vazão total necessária para cada cidade.

Já se acham perfurados poços tubulares em Andirá e Fóz do Iguaçu, cujo comportamento hidráulico está sob observação.

Tais preliminares tornam bastante otimista a perspectiva de que, no decorrer do ano de 1957, várias comunidades do Estado terão inauguradas suas obras de abastecimento de água e coleta, transporte e despêjo do esgoto.

Além da execução propriamente dita das obras do plano de Saneamento, em caráter de emergência, tem o Departamento de Água e Esgotos cooperado com os municípios na solução imediata dos problemas relacionados com a deficiência de alguns dos serviços existentes ou no prosseguimento de serviços já em execução por iniciativa dos próprios municípios.

Foram fornecidos materiais e equipamentos no valor de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) à Prefeitura de Carlópolis para conclusão de suas obras.

Nova Fátima recebeu do Estado todo o equipamento necessário para o serviço de recalque de água, no valor aproximado de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

Para Guarapuava, foram fornecidos materiais e mão de obra para

reforma de sua primitiva rede de distribuição de água, com a despesa de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) aproximadamente.

Para Terra Rica, foi promovida a aquisição de um compressor de ar indispensável para o funcionamento do poço semi-artesiano, existente naquela localidade, com uma despesa de Cr\$ 250.000,00.

O Estado, por intermédio do Departamento de Água e Esgotos, tem cooperado na solução dos problemas de saneamento de Ponta Grossa e Londrina, cujos serviços estão a cargo das respectivas prefeituras.

Pela Lei n. 2.965, ficou o Governo do Estado autorizado a abrir um crédito de Cr\$ 45.000.000,00 a ser aplicado, mediante convênio, na execução das novas obras de abastecimento de água da cidade de Ponta Grossa.

No caso de Londrina, cujas obras de saneamento, contratadas pelo próprio Município, estão em fase adiantada, o Estado, pela Lei n. 2.946 de 19-11-56 ficou autorizado a adquirir Cr\$ 10.000.000,00 de apólices daquela Prefeitura, visando, com êsses recursos, a ultimar o processo de importação dos equipamentos indispensáveis ao mais breve funcionamento dos serviços.

SEGURANÇA PÚBLICA

POLICIA CIVIL

Do ponto de vista da segurança pública, podemos asseverar que o Paraná está usufruindo uma fase de ampla tranquilidade. A segurança pública tem subsistido incólume, em todos os quadrantes do território estadual, a despeito das táticas e soléncias com que os conturbadores sociais, nestes dias tão férteis em ânimo subversivo, procuram realizar designios contrários à democracia e ao cristianismo. Ocorreram, no ano passado, intranquilidades e se esboçaram agitações, entre os lavradores da zona cafeeira. O Governo do Estado no entanto, através de recomendações expressas, evitou que as autoridades policiais se deixassem colher pelas ciladas que se lhes preparavam, pois sempre é necessário para as eclosões o mau emprêgo da fôrça. Foi reduzido o problema às suas justas proporções e colocado no âmbito daqueles que ao Governo Federal compete dar solução em profundidade, cumprindo o seu dever de realizar a justiça social. Quanto às particularidades cabíveis à Policia, esta as resolveu com serenidade e energia.

Deu esplêndido resultados em todos os setores, por sôbre tôdas as lindes do Estado, tal preocupação com que se procedeu, de enfrentar, sem transigências mas sem impropriedade, todos os problemas e casos que se foi deparando. Ação continuada e atenção bem desperta foram anulando, evitando, diminuindo as ocorrências, podendo-se sublinhar que se transformou hoje por completo um estado de coisas tendente a cercar de empecilhos a vida do Estado.

Deve-se ainda colocar em praneminência o clima de absoluta ordem, o mais translúcido ambiente de garantias, com que puderam ser realizadas as eleições municipais de 18 de novembro e as campanhas que as precederam. Serviu aquela situação especial vivida pela mais diversas zonas do Estado, como teste magnífico, de ordem e de compreensão cívica, por parte do govêrno e das populações, sendo de lembrar que estas foram exatamente as do interior, muitas delas situadas em plenos confins da selva, aonde só chegam com dificuldade os efeitos das providências que advertem e reprimem.

Como era natural, o governo do Estado se impôs não descurar de nenhum ponto do Paraná ao traçar o plano de dinamização dos serviços policiais. A Capital ou o mais distante núcleo do interior estão frequentes nas nossas cogitações. Baseiam-se estas em dois princípios essenciais:

I — Valorização constante do seu elemento humano, submetendo-o a observações rígidas e justas, afim de que o poder da polícia se efetive dentro de preceitos de moralidade e eficácia, e as engrenagens burocráticas não entrem a ação policial.

II — Recondicionamento e ampliação dos meios de transportes, comunicações e trabalho, para que a Polícia corresponda, de maneira expedita e profícua, às crescentes solicitações de um Estado como o nosso, tangido por desmedido ritmo de evolução.

Vejam, num relance, o que foi realizado na Capital, no campo dos serviços de segurança pública:

Instalações

- a) — Mudança e completa reforma da séde da Chefatura de Polícia;
- b) — Melhor adaptação da Delegacia Auxiliar, bem como da Delegacia de Plantão e seus anexos;
- c) — Mudança e ampliação das dependências do Instituto de Identificação do Paraná;
- d) — Idem da Delegacia de Ordem Política e Social, que passou a ocupar prédio próprio, onde funcionou o Tribunal Regional Eleitoral;
- e) — Melhor adaptação dos serviços do Departamento Médico Legal e do Laboratório de Polícia Técnica;
- f) — Mudança e ampliação das instalações do Departamento do Serviço de Trânsito;
- g) — Instalação e funcionamento dos serviços industriais da Penitenciária Agrícola de Piraquara, compreendendo: sapataria, alfaiataria, tipografia e carpintaria;
- h) — Idem de serviços assistenciais, no mesmo presídio, enfermarias, gabinetes médico e dentário, e farmácia;
- i) — Funcionamento, na Granja do Canguirí, da Escola de Recuperação de Menores.

Policimento:

- a) — Reorganização do Serviço de Rádio Patrulha, tendo sido recuperadas as suas viaturas, as quais se achavam em péssimas condições de funcionamento. Foram estabelecidos postos fixos nos arrabaldes do Cajuru, Alto do Cabral, Mercês, Água Verde, Asilo Nossa Senhora da Luz e Seminário. Estabelecida como está, vem a Rádio Patrulha apresentando ótimos resultados, não só quanto a atender ocorrências policiais, como também no que se refere à parte econômica, de vez que há muito menos desgaste de material. Em cada posto fixo da R. P. existe um telefone a magneto, com ligação direta à Central, junto à Delegacia de Plantão, e desta para a torre de operações. As viaturas da R. P. somente podem se des-

locar dentro do setor predeterminado, quando chamadas para atender a qualquer caso que envolva a ação da Polícia, ocasião em que entram em contacto com a torre, para informarem sobre os seus percursos e os resultados obtidos. Assim, vem sendo auxiliado o serviço noturno de policiamento da Capital, desincumbido por elementos da Polícia Militar e da Guarda Civil, nos seus diferentes âmbitos, num período compreendido entre as 18 e 6 horas da manhã.

b) — Considerado, desde o início, como quase nulo e precaríssimo o serviço de policiamento da Capital, notadamente à noite, — daí a situação de insegurança em que vivia a população, e o grande número de roubos e furtos que se registravam, instituiu-se uma ampla rede de policiais em constante ronda, dois a dois, tipo «Cosme e Damião», conforme designação consagrada pelo público em outros centros do país. Essa persistente vigilância é feita por milicianos da Polícia Militar do Estado, apesar de subsistir o policiamento comum da Guarda Civil. Auxiliam-na, em zonas afastadas das ruas centrais, elementos a cavalo, daquela mesma corporação militar.

Serviço semelhante organizou-se em outras cidades, já de vida noturna mais intensa, como Londrina, Ponta Grossa e Paranaguá, sempre com o magnífico proveito que é fácil compreender.

c) — Desdobramento e criação de Delegacias Especializadas, transformando-se a Delegacia de Vigilância e Investigações em duas outras, a de Investigações e Capturas (Decr. 4.555, de 24.8.56) e a de Furtos e Roubos (Decr. 4.556, da mesma data), criando-se uma Delegacia de Estrangeiros (Decr. 7249), como resultante do excessivo desenvolvimento e da necessidade de instalar em todo o Estado o Serviço de Registro de Estrangeiros, até aqui afeto à Delegacia de Ordem Política e Social; criando-se em dezembro, uma Delegacia de Menores e outra para repressão aos jogos proibidos (Decr. 7.250), afim de desafogar e melhor suprir encargos que não passam, desde há anos, de meras secções, desatualizadas e embotadas, da Delegacia de Segurança Pessoal, quando na cidade se clama, com insistência, por atenções especiais para os assuntos de que tratarão esses dois novos órgãos da Chefatura de Polícia.

A respeito dos benefícios já produzidos pela Delegacia de Furtos e Roubos e a de Investigação e Capturas, com a sua organização atual, devem ser traçados aqui alguns informes. É que a investigação, prevenção, repressão e processamento dos crimes de furto, roubo e outros de autoria desconhecida, não estavam sendo executados, na forma precisa, porque constituíam encargos da Delegacia de Vigilância e Investigações, a qual, diante do acúmulo de atribuições, se via em sérias dificuldades para cumprir a sua finalidade, bastando dizer que se encontrava com quatrocentos inquéritos em atraso. Em consequência, foram criadas em seu lugar as outras duas já citadas. A Delegacia de Investigações e Capturas, com jurisdição em todo o território do Estado e diretamente subordinada à Delegacia Auxiliar, ficou, além de outros, com o principal dever de investigações e processamento dos crimes de autoria desconhecida, referentes a homicídio

simples ou qualificado; homicídio culposo; induzimento, instigação ou auxílio a suicídio; lesão corporal de natureza leve, grave ou seguida de morte, lesão corporal culposa e captura e recolhimento ao estabelecimento penal competente dos criminosos com ordem legal de prisão. Quanto à Delegacia de Furtos e Roubos, igualmente com sede na Capital, jurisdição em todo o território do Estado e subordinada à Delegacia Auxiliar compete: a investigação, prevenção, repressão e processamento, no município da Capital, dos crimes contra o patrimônio, tais como furto e roubo, e receptação de produto desses crimes; a investigação, prevenção, repressão e processamento, no município da Capital, das contravenções referentes ao patrimônio, a saber: posse não justificada de instrumento de emprêgo usual na prática de furto e violação de lugar e objeto; providências para investigação, sindicância, prevenção e repressão, em todo o Estado, relativamente a crimes e contravenções de sua atribuição.

Assim que houve o desdobramento acima e foram nomeados os titulares, a Chefia de Polícia deu instalação, transporte e aparelhagem para que as duas Delegacias pudessem, de imediato, atender, com a necessária intensidade, aos seus misteres. E subiu, em alguns meses, a produtividade de ambos os novos setores. Um Fichário Geral de Mandados de Captura está sendo organizado, para a constatação dos não cumpridos até aqui, os quais se avaliam em mais de dois mil, segundo relatório do titular da D. I. C.. Ao mesmo tempo, está sendo, ali, abolido gradativamente o sistema antiquado de papeletas, pelo qual era conferido a um Agente um caso, quer de homicídio, quer de captura. Esse Agente, anexava essa papeleta às inúmeras que já lhe haviam sido distribuídas, e, muitas vezes, isso resultava em mais um papel esquecido e um caso não solucionado. Estão, agora, sendo adotadas pastas para cada fato, e aí deve figurar, no mínimo uma vez por semana, relatório circunstanciado das investigações promovidas, pistas seguidas e a seguir, relatório esse elaborado por toda a equipe designada para esse caso (mínimo de três agentes para cada caso de homicídio). Desta forma pode o Delegado, bem como o Chefe de Seção, verificar cotidianamente o andamento dos casos, assistir tecnicamente à equipe, dar-lhe recursos materiais e amparo moral, No que concerne à D. F. R., é de evidenciar o decréscimo promissor, verificado no gráfico de latrocínio. Representava a deficiência policial nêsse âmbito, um problema a causar sérias investivas e reclamações de associações das classes conservadoras, secundadas pela imprensa e pela opinião geral. Felizmente, já se pode, a esta altura, considerar, êsse, um dos pontos em que conseguimos reduzir bastante a precariedade dos nossos meios de ação.

Dentre as providências da Chefia de Polícia, que visam à melhoria dos fatores de que se serve para o cumprimento de sua tarefa, e que caberiam ficar incluídas nessa especificação referente à Capital, salientamos mais quatro:

1 — Criação e instalação do Serviço de Relações Públicas, sob a subordinação imediata do Gabinete da Chefia de Polícia (Portaria nr. 1.280, de 22-10-56). Uma das necessidades de que se ressentia a Polícia Civil do

Paraná, era de um serviço por intermédio do qual estivesse em contacto com o público, sentindo-o, auscultando-o, vivendo os seus problemas. Não podemos deixar de acompanhar a evolução que se processa em todos os ramos da actividade humana, principalmente nos intimamente ligados ao complexo problema policial, como o técnico e o sociológico. As atribuições do S. R. P. incluem o preparo e divulgação o de textos, documentários e informações úteis ou relativas às actividades da Polícia Civil; a orientação do público, o recebimento e o encaminhamento de queixas e reclamações, até coligir críticas, sugestões, solicitações ou quaisquer notas que digam respeito à Polícia, aos seus departamentos, órgãos e serviços, encaminhando-as às autoridades que, após a apreciação do Chefe de Polícia, passam dar, a respeito, solução, respostas ou atendimento adequado. É também de sua competência a promoção, em íntima colaboração com associações de classe, instituições culturais, departamentos, serviços e órgãos da Chefatura de Polícia, de estudos, debates, conferências e entrevistas que se relacionem com assuntos de polícia, seus métodos, organizações, seu pessoal, seus técnicos, coligindo material doutrinário e informativo a respeito;

2) — A elaboração do plano técnico, para a unificação, na Chefatura de Polícia, dos serviços de rádio e telecomunicações, existentes nas várias repartições públicas, e pertencentes ao Estado;

3) — Criação das carreiras de Detetive e Comissário de Polícia, num total de vinte cargos cada uma. Constatou-se que no organismo policial, afim de atender aos interesses da própria administração, seria indispensável a existência de melhor escalonagem na nomenclatura dos funcionários. Entre o Agente de Polícia e o Delegado se deparava, cada vez mais, a necessidade de uma ascensão através de cargos preenchidos, por meio de rigoroso concurso, por elementos que, de acôrdo com o preparo intelectual e a eficiência no serviço, possam ir se fazendo auxiliares mais imediatos das autoridades policiais, exercendo até as funções destas, com exceção, naturalmente, quando se tratar de Delegacias especializadas.

A Lei n. 3.014 tornou realidade as duas novas carreiras, na Parte Permanente do Quadro Geral do Funcionalismo Público Civil do Estado.

4) — A necessidade da construção de um presídio destinado a mulheres, utilizando, para isso, a área de 24.200 metros quadrados, já reservada na Colônia Penal Agrícola «Manoel Ribas», em Piraquara. Tal construção se constituiu em necessidade premente. É que, até Julho passado, não arrostávamos a questão de onde localizar mulheres delinquentes. As sentenciadas eram em número de doze. Fácilmente resolvíamos o assunto, mantendo-as, sob vigilância também de carcereiras, numa das dependências da Divisão Médica do Departamento dos Estabelecimentos Penais do Estado, na Penitenciária Central.

De Julho a esta parte, porém, o número de mulheres encarceradas passou a ser de trinta e duas. Assim, começou a existir o problema. E éste exige das autoridades públicas o devido cuidado, para que o afastamento de mulheres, do convívio social, não se transforme numa despersonalização

das egressas bem formadas moralmente, dada a promiscuidade, a que as obriga uma instalação acanhada e inadequada à atividade normal feminina. Acresce a isso, o fato de que o local onde se acham, presentemente, as detentas, está sendo requisitado pelo funcionamento do Serviço Médico, já pela circunstância de ser uma enfermaria apropriada aos reclusos masculinos tuberculosos, já pela razão de que perto de vinte sentenciados estão, em consequência, sendo assistidos de modo inadequado, nas suas enfermidades daquela natureza.

Passando a focalizar algumas das preocupações que têm animado o Governo do Estado, no que se refere à segurança pública no interior do Estado, apontaremos:

a) Constante esforço afim de obter melhorias nas dependências das Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, e, em determinadas localidades, a construção de edifícios apropriados para aquelas repartições, para postos policiais e destinados, também, aos serviços de fiscalização do Departamento de Trânsito;

b) Criação e instalação de:

— Mais uma Delegacia Distrital, na cidade de Ponta Grossa (Decr. 5.222, de 20-9-56);

— Duas Delegacias Distritais, na cidade de Londrina (Decr. 1.297, de 23-3-56), e

— Mais doze Delegacias Regionais de Polícia (Decr. 6.714, de 20-11-56), a saber;

24.ª — Delegacia Regional de Polícia, com séde na cidade de Bandeirantes, compreendendo o respectivo município e os de Andirá, Itambaracá, Santa Mariana, Santa Amélia, Abatiá e Ribeirão do Pinhal;

25.ª — Delegacia Regional de Polícia, com séde na cidade de São Jerônimo da Serra, compreendendo o respectivo município, Congoinhas e Curiuva;

26.ª — Delegacia Regional de Polícia, com séde na cidade de Porecatú, compreendendo o respectivo município e os de Centenário do Sul, Florestópolis, Alvorada do Sul e Primeiro de Maio;

27.ª — Delegacia Regional de Polícia, com séde na cidade de Jaguapitã, compreendendo o respectivo município e os de Guarací, Cafeára, Lupionópolis, Santo Inácio, Itaguajé e Colorado;

28.ª — Delegacia Regional de Polícia, com séde na cidade de Cruzeiro do Oeste, compreendendo o respectivo município e os de Cianorte e Rondon;

29.ª — Delegacia Regional de Polícia, com séde na cidade de Toledo, compreendendo o respectivo município e o de Guaíra;

30.ª — Delegacia Regional de Polícia, com séde na cidade de Palmas, compreendendo o respectivo município e os de Mangueirinha, Coronel Vivida e Chopinzinho;

31.ª — Delegacia Regional de Polícia, com séde na cidade de Santo Antônio, compreendendo o respectivo município e os de Barracão e Campanema;

32.α — Delegacia Regional de Polícia, com séde na cidade de Palmeiras, compreendendo o respectivo município e o de Pôrto Amazonas e São João do Triunfo;

33.α — Delegacia Regional de Polícia, com séde na cidade de Reserva, compreendendo o respectivo município e os de Cândido de Abreu e Manoel Ribas;

34.α — Delegacia Regional de Polícia, com séde na cidade de São José dos Pinhais, compreendendo o respectivo município e os de Tijucas do Sul e Guaratuba; e

35.α — Delegacia Regional de Polícia, com séde na cidade de Bocaíuva do Sul, compreendendo o respectivo município e o de Cêrro Azul.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

Cuidou o governo, no decorrer do ano de 1956, de oferecer, à Polícia Militar do Estado, todos os elementos de que necessita, para corresponder às suas importantes finalidades e para se manter à altura das exigências do progresso que caracteriza a atualidade paranaense.

Dois fatos, desde logo, merecem destaque, no conjunto de providências que efetivamos naquele setor da administração pública estadual: a criação da Ajudância Geral e a criação e organização do Batalhão de Sinaleiros do Trânsito.

Pela primeira dessas medidas, dotou-se a Polícia Militar do Estado de um órgão que, funcionando como auxiliar do Estado Maior e dentro dos moldes das mais modernas organizações militares, supervisiona a Secretaria, o arquivo, o protocolo geral e a correspondência, além da ajudância de ordem junto à Chefatura de Polícia. O funcionamento da Ajudância Geral proporcionou à Chefia do Estado Maior melhor distribuição e fiscalização dos serviços.

O Batalhão de Sinaleiros do Trânsito, no qual ficou incorporada a antiga Companhia de Sinaleiros do Trânsito, vem prestando relevantes serviços à coletividade, através de sua atuação, na regularização do tráfego, propiciando, dessa forma, sensível diminuição do número de acidentes. A maior segurança oferecida, para automobilistas e pedestres, pelos serviços desse novo Batalhão, fez repercutir, da melhor maneira, sua criação, junto à opinião popular. Em face de nova organização, o Centro de Preparação Profissional passou a denominar-se Centro de Formação e Aperfeiçoamento.

Merece referência o maior interesse verificado, de parte de candidatos à incorporação na Polícia Militar do Estado, depois do aumento de vencimentos concedido, no ano passado, ao funcionalismo público civil e militar. Dêsse modo, será mais fácil conseguir-se a necessária ampliação do efetivo daquela corporação, medida sempre mais exigida pelas solicitações do bem estar coletivo, cuja garantia cabe, em boa parte, aos milicianos.

Foi prestada efetiva assistência médico-social aos membros da corpo-

ração, através dos serviços assim distribuídos: Gabinete de Ginecologia; Gabinete de Obstetrícia; Gabinete de Puericultura; Gabinete de Otorino-Laringologia; Gabinete de Odontologia; Gabinete de Oftalmologia; Gabinete de Prótese; Gabinete de Raios X; Gabinete de Fisioterapia; Sala de Cirurgia; Sala de Partos; Sala de Curativos; Enfermaria masculina; Enfermaria feminina; Laboratório de análise; e Serviço de Ambulatório.

O ano passado assinalou, ainda, a criação da Assistência Militar da Secretaria do Interior e Justiça.

CORPO DE BOMBEIROS

As novas conquistas da moderna técnica de defesa contra os acidentes de fogo e a rapidez com que evoluem os métodos por ela empregados fazem dêsse setor um exemplo das dificuldades que encontra a administração pública, em seus esforços de acompanhar e satisfazer as exigências do bem estar social.

Ligados como estão, porém, os serviços do Corpo de Bombeiros, diretamente, às condições de segurança e tranquilidade da população, recebem êles todos os recursos de que se pôde servir o Govêrno, no sentido de atender a êsse aspecto das necessidades coletivas. O funcionamento daquele ramo da Polícia Militar do Estado, durante o ano que passou, reflete e atesta êsses cuidados, pela maneira pronta e eficiente por que sempre puderam ser cumpridas as suas finalidades primordiais.

No decorrer do exercício, o Corpo de Bombeiros atendeu a mais de 160 chamados de incêndios, levando, no momento oportuno e necessário, a mais completa assistência técnica aos que dela se socorriam. O material empregado no desempenho dessas missões, não sendo inteiramente satisfatório, por aquela razão, indicada acima, de sua rápida superação pelo aperfeiçoamento técnico, foi usado, pelo Corpo de Bombeiros, com a eficiência maior que se poderia desejar.

Além dessa atividade rotineira da corporação, devem ser destacadas certas providências, efetivadas em 1956 e destinadas a melhorar as condições da assistência por ela prestada à população: foi criado e organizado um Serviço de Salvamento e Proteção, adaptando-se, para isso, provisòriamente, um auto-bomba em «carro de salvamento»; foi confeccionado um «colete salva-vidas», para salvamentos em profundidade; diversos reparos e melhorias foram realizados, nas instalações para o pessoal e material permanente e de consumo; intensificou-se a instrução moral, física e geral aos componentes da corporação; equipou-se o Destacamento de Bombeiros de Iratí, com um auto-bomba «Jeep»; finalmente, foi adquirido grande número de material indispensável à manutenção e melhoria dos serviços daquele órgão.

TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

As atividades da S.T.A.S., em 1956, nos diversos setores que a compõem, podem ser resumidos da seguinte forma:

Departamento de Serviço Social:

1. — A instalação do Jardim da Infância e o curso de economia doméstica, no «Lar Escola Hermínia Lupion», em fase experimental, tem apresentado resultados positivos, facilitando a elaboração de um programa de trabalho que muito virá beneficiar a infância desvalida de nosso Estado. Prevê-se, ainda, para o ano de 1957, a criação de cursos de costura, bordados, artes culinárias, tecelagens, e trabalhos em couro.

Abrigando o «Lar Escola» 377 menores, é de se esperar que em breve o mesmo se torne auto-suficiente, em vista do produto decorrente das atividades mencionadas.

2. — A direção do «Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido», tem orientado seu trabalho no sentido de dar um pouco mais de conforto aos menores ali internados. Foram construídas novas instalações sanitárias, em alvenaria, sanando uma das mais urgentes necessidades da Escola. Foi, ainda, perfurado um novo poço artesiano, instalados novos aviários e pocilgas, e iniciada a construção das novas instalações para o refeitório, cozinha e almoxarifado.

O aproveitamento dos alunos foi apreciável, pois alguns concluíram o curso primário com notas distintas, havendo muitos prestado exame de admissão ao ciclo secundário. Outros foram matriculados em diversos cursos do SENAI, para aprendizado de diferentes ofícios.

3. — A «Escola para Menores de Pirai do Sul», instalada em edifício próprio e adequado às suas finalidades, tem apresentado resultados positivos, estando muitos dos menores de lá provindos já colocados no comércio e indústria local, trabalhando e aprendendo ofícios.

Esse estabelecimento terá, no exercício corrente, instalada uma secção de aprendizagem de sapataria para os menores internos; já foi requisitado todo o material necessário.

4. — O «Educandário Santa Felicidade», situado na Colônia Santa

Felicidade, é uma escola tóda em alvenaria, com boas instalações, estando no momento com 99 menores internados, na idade de 1 a 8 anos.

No corrente ano deverá ser instalado o Jardim da Infância, tendo sido adquirido para êsse fim o jôgo completo de material Montessori.

O mobiliário para essa instalação já se encontra estudado, dentro dos planos aprovados pela Secretaria de Educação e Cultura.

5. — O Educandário «Dr. Caetano Munhoz da Rocha» está situado no populoso bairro do Portão, na antiga Escola para meninas.

Até o fim do exercício passado, contava com 132 menores de 8 a 13 anos. É administrado pela Congregação São Vicente de Paula.

Temos obtido ótimos resultados na educação dos menores. Observou-se isso nos exames finais, onde o coeficiente de aprovação chegou a 90%.

No exercício de 1957, o mobiliário dos alojamentos será todo substituído, em vista do existente ser antiquado.

Deverá, ainda, ser instalado um curso completo de tecelagem, trabalho adaptado à idade dos menores assistidos.

6. — O Asilo São Vicente de Paula, obra destinada à velhice desamparada de ambos os sexos, conta, atualmente com 221 asilados.

Está instalado em edifício de alvenaria.

No exercício de 56 sofreu grande modificação, tendo sido instalada nova cosinha e feita uma reforma geral no restante das instalações, bem como em muitos dos alojamentos.

Junto a êsse asilo funciona, em prédio próprio, o Educandário «Nossa Senhora das Dores», destinado à recuperação de meninas desviadas.

Esse Educandário conta atualmente com 80 moças, internadas por intermédio do Juizado de Menores.

7. — O Departamento de assistência aos casos individuais, ainda que em muito desviado da melhor orientação que cabe a êsse sector da caridade cientificamente organizada, continua contudo a prestar serviços crescentemente mais numerosos no seu humaníssimo labor.

Departamento do Trabalho:

8. — O Departamento do Trabalho faz a política de harmonização entre empregados e empregadores. Para isso, oferece ao trabalhador ampla Assistência Jurídica através de sua Divisão Jurídica.

A esta, além da Secção de Assistência Jurídica pròpriamente dita, estão subordinadas mais três secções de importância vital, no conjunto administrativo do D.T., e que são as seguintes:

- Secção de Colocação e Encaminhamento de Trabalhadores;
- Secção de Cooperaçào e Assistência Sindical; e
- Secção de Documentação e Arquivo.

Promovendo, em seu âmbito de ação, uma política de reajustamento dos elementos marginaes, a Secção de Colocação e Encaminhamento de Trabalhadores, da Divisão Jurídica do D.T., vem realizando tarefa de profunda significação social, interessando-se pela sorte dos desemprega-

dos, encaminhando-os, de acôrdo com suas aptidões, para o preenchimento de vagas na indústria, no comércio ou em casas de família.

Outro setor importante de atuação do Departamento do Trabalho, no seio das classes obreiras, é o que se compreende em sua Secção de Cooperação e Assistência Sindical.

O Departamento do Trabalho, mantendo secção especializada em assuntos sindicais, encontra-se perfeitamente integrado nas modernas diretrizes de amparo social à classe operária.

Departamento de Indústria e Comércio:

9. — Esse Departamento tem planejada para o corrente exercício a organização do Cadastro Geral das firmas industriais, com a finalidade de incentivar o desenvolvimento industrial e comercial do Estado.

Durante êste exercício pouco pode realizar, em vista da precariedade de pessoal e verbas.

Departamento Estadual de Estatística:

10. — Esse órgão técnico vem desenvolvendo proveitosa atividade, tendo por finalidade a crítica, apuração e divulgação de dados estatísticos sôbre os vários setores em que se desdobra a vida paranaense. Vem fornecendo dados não só à administração, como também aos particulares.

O funcionamento desse unidade administrativa, cujo âmbito de ação é amplo, apresentou um movimento de expansão objetiva, devida à especialização de seu pessoal.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR PÚBLICO

O ano de 1956, no S.A.S.P., foi iniciado por uma série de providências, destinadas a regularizar a situação de verdadeiro descalabro, em que se encontrava aquele órgão, não só quanto ao cumprimento de suas reais finalidades, como quanto ao aspecto funcional, disciplinar e financeiro.

No que se refere aos serviços de assistência ao funcionalismo estadual, diversas medidas foram concretizadas, objetivando dotar aquele setor dos elementos necessários ao desenvolvimento de suas atividades. Assim, há que consignar a unificação do Serviço Médico-Odontológico, que passou a ter estrutura compatível com os modernos métodos assistenciais.

Foi estabelecido um horário único no período da manhã. Criaram-se clínicas e foi designado um médico para atender o Serviço de Emergência, no período da tarde.

As clínicas criadas foram: Clínica Geral — Clínica Obstétrica — Clínica Ginecológica — Clínica Cirúrgica — Clínica Psiquiátrica — Clínica Pediátrica, incorporadas em um Ambulatório.

Para o preenchimento dessas Clínicas, foram admitidos e selecionados os que apresentavam as credenciais exigidas (Docência, Cursos de Especialização, Serviço em Clínica Especializada, etc).

O setor Odontológico foi também reestruturado, mantendo um horário ininterrupto das 8 às 18 horas e compreendendo Clínica Geral — Odonto-Pediátrica — Serviço Radiológico e Cirúrgico. Pôs-se em funcionamento o Raio X Odontológico o que vem proporcionando grande economia ao nosso Serviço.

Afim de atender melhor ao funcionalismo inscrito neste S.A.S.P., foi criada uma farmácia, que fornece medicamentos com um acréscimo de 10 a 20% sobre o custo do mesmo. Quando houver lucro compensador as importâncias serão recolhidas ao Tesouro do Estado.

O seguinte quadro resume o movimento assistencial realizado pelo S.A.S.P., em 1956:

Serviço Administrativo:	
Inscrições	1.762

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL

Pelas equipes rurais da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, nos municípios de: Apucarana, Antonina, Morretes, Curitiba, Cornélio Procópio, Iratí, Jacarèzinho, Londrina, Lapa, Mallet, Palmeira, São José dos Pinhais, Siqueira Campos, Santo Antonio da Platina, União da Vitória, Peabiru e Maringá, foram realizados os seguintes trabalhos:

Horticultura: 912 reuniões, com 17.852 participantes, num total de 3.130 horas de trabalho.

Corte e Costura: 3.142 reuniões, com 66.227 participantes, num total de 5.678 horas de trabalho.

Habilidades Domésticas: 2.182 reuniões, com 46.524 participantes que compareceram, num total de 2.530 horas de trabalho.

Trabalhos Manuais: 2.908 reuniões, com 61.078 participantes que compareceram, num total de 4.500 horas de trabalho.

Ensino Religioso, Moral e Cívico: 1.047 reuniões, com 43.263 participantes que compareceram, num total de 1.706 horas de trabalho.

Alfabetização: 716 reuniões, com 16.035 participantes que compareceram, num total de 491 horas de trabalhos.

Higiene: 1.761 reuniões, com 48.003 participantes que compareceram, num total de 835 horas de trabalho.

Recreação: 428 reuniões, com 10.259 participantes que compareceram, num total de 210 horas de trabalho.

Reuniões Gerais: 349 reuniões, com 8.688 participantes que compareceram, num total de 494 horas de trabalho.

Assistência Técnica: A Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural prestou assistência técnica a famílias rurais, efetuando entregas, sob crédito supervisionado, aos agricultores, de sementes de batatas, de trigo, de feijão, soja, etc., particularmente nos municípios de Araruna, São José

dos Pinhais, Jacarèzinho, Siqueira Campos, Santo Antonio da Platina, Cascavél, Campo Largo e Almirante Tamandaré, além de assistir tôdas as famílias mutuárias que obtiveram crédito para aquisição de pequenas máquinas, adubos, inseticidas, fungicidas e meios de transporte.

Crédito Supervisionado: O Serviço de Crédito Supervisionado, que é o sistema de financiamento aos pequenos produtores, funcionou, no decorrer do ano de 1956, da seguinte maneira:

a) — financiamentos concedidos, com recursos da própria Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, a 375 mutuários, num total de Cr\$ 794.774,00;

b) — financiamentos concedidos de acôrdo com o convênio firmado entre a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e o Banco do Brasil S.A., a 91 mutuários, num total de Cr\$ 1.516.360,00.

Assistência Veterinária: No setôr de assistência veterinária, foram vacinadas 21.099 cabeças contra a peste suína; 415 contra a peste bate-deira, nos seguintes municípios: São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Timbu, Bocaiúva do Sul, Lapa, Campo Largo, Curitiba, Sertanópolis, Apucarana, São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Mandaguari, Cascavél, Marialva, Jaguariaíva e Guarapuava. As vacinas foram adquiridas pela Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, pela importância de Cr\$ 190.855,50.

Foi ainda, instituído um curso de enfermeiros veterinários vacinadores.

Assistência Jurídica: No decorrer do ano de 1956, foram recebidas 103 reclamações, oriundas, em sua maioria, do norte do Estado. 44 das referidas reclamações foram devidamente solucionadas. As restantes são de casos ainda pendentes nas respectivas comarcas e vêm sendo assistidas pelo serviço jurídico, com viagens de advogados do quadro. Foram ainda atendidas, aqui, em Curitiba, 56 consultas.

Assistência Médica: O serviço médico atendeu, em 1956, a 2.956 lavradores e suas famílias, efetuando o internamento de 36 pessoas, que foram medicadas e operadas.

Foram feitas doações, a entidades hospitalares, na importância de Cr\$ 2.040.000,00 com a finalidade de atender as populações do campo, em cooperação com as auxiliares rurais e autoridades locais.

Clubes Agrícolas: A Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural firmou em dezembro de 1956, um convênio, pelo prazo de dois anos, com o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, para organizar e dirigir os Clubes Agrícolas em todo o território paranaense.

Atualmente, o Paraná já conta com 69 Clubes Agrícolas, quase todos organizados pela Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e que agora, com o convênio firmado, estão sendo registrados no Ministério da Agricultura a fim de receberem os benefícios a que têm direito.

Serviço Social: Pelo Serviço Social foram atendidos 119 trabalhadores rurais, sendo fornecidos aos mesmos passes gratuitos de retorno aos seus lares e mais 741 casos foram encaminhados a diversos órgãos federais, estaduais e municipais.

Semanas Ruralistas: Durante o decorrer do ano de 1956, foram realizadas duas semanas ruralistas, uma no município de União da Vitória e outra no município de Jacarèzinho, abrangendo ainda os municípios de Santo Antonio da Platina e Siqueira Campos, ambas em colaboração com o clero e sob os auspícios do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Os resultados dessas semanas ruralistas logo se fizeram sentir, pois os agricultores constantemente procuram os nossos técnicos pedindo orientações e auxílios.

CAIXA DE HABITAÇÃO POPULAR

No exercício passado, a CHP desenvolveu intenso programa de atividades, orientado no sentido de contribuir, decisivamente, como é sua finalidade, para solução do problema habitacional no Estado.

Com os dois planos, «A» e «B», de financiamentos isolados e de construção de núcleos residenciais, foi aplicada a disponibilidade de Caixa, dentro de um critério severo de prioridade para os casos de real urgência e de necessidade social evidente.

A receita geral da CHP, em 1956, atingiu o total de Cr\$ 16.999.753,40, enquanto que as despesas administrativas somaram Cr\$ 2.087.673,80, em uma percentagem, portanto, de 12,3% sobre a receita.

Foram aplicados em obras:

Financiamentos no plano «B»: 50 financiamentos, em um total de Cr\$ 7.753.844,60.

Aplicados em obras do plano «A»: (conjuntos residenciais) — Cr\$ 3.132.810,00. Essa aplicação foi para a conclusão do conjunto residencial n. 6-A, no Jardim das Américas, com 28 casas; bem como para a conclusão do conjunto residencial n. 4, em Paranaguá, com 92 casas.

No mesmo ano ainda, a Caixa adquiriu por compra 429 lotes nesta Capital, pelo preço de Cr\$ 10.174.314,00.

Conseguimos encerrar o exercício com um saldo em dinheiro no Banco do Estado do Paraná de Cr\$ 10.831.308,50 e em caixa de Cr\$ 15.868,80. A êsse saldo em dinheiro, devemos acrescentar Cr\$ 7.536.425,80 em poder do Tesouro do Estado. Assim, pudemos abrir o presente exercício com uma disponibilidade total de Cr\$ 18.383.603,10.

No decorrer do exercício de 1956, a Caixa terminou seu primeiro ciclo de existência, desde que a 1º de agosto seu Conselho Administrativo teve completado o primeiro período de seis anos do mandato de seus membros.

É oportuno, pois, demonstrar, em linhas gerais, o que a Caixa fez nêsse espaço de seis anos de atividades.

Desde sua fundação, até o encerramento do exercício de 1956, a

Caixa teve uma receita global de cêrca de Cr\$ 92.000.000,00, em números redondos.

Primeiramente, é de se esclarecer que a Caixa ainda tem, dessa quantia, cêrca de Cr\$ 18.500.000,00, representados pelos Cr\$ 18.383.603,10, já citados, mais cêrca de Cr\$ 138.500,00, ainda por receber da Legião Brasileira de Assistência, por saldo da construção da Creche Da. Darcy Vargas.

Assim, em verdade, a Caixa gastou dos noventa e dois milhões, unicamente Cr\$ 73.500.000,00.

E como os empregou?

Na construção de 6 conjuntos residenciais (em Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá e União da Vitória), em um total de 404 casas populares: Cr\$ 36.500.000,00.

No financiamento de 98 casas, pelo plano «B»: 13.100.000,00.

Na construção do Grupo Escolar «Paula Gomes» (para o Governo do Estado): Cr\$ 4.000.000,00.

Na aquisição de 429 lotes de terrenos, nesta Capital: Cr\$
10.100.000,00.

Assim, foram gastos cêrca de Cr\$ 63.760.000,00 sômente em obras e aquisição de terrenos, restando ainda Cr\$ 9.800.000,00 para serem justificados.

Dêsses Cr\$ 9.800.000,00, foram gastos:

Cr\$ 7.700.000,00 em despesas administrativas, o que representa como média geral sôbre o montante da receita total, uma percentagem de menos de 8,4%.

Restam, portanto, de tôda a receita Cr\$ 2.100.000,00, representados pelas despesas que a Caixa teve com o conjunto do Centro Cívico (Cr\$ 360.000,00); material em estoque no almoxarifado (Cr\$ 225.000,00); móveis, utensílios, maquinárias, veículos (Cr\$ 785.000,00). No balanço, essa parte consta com o valor de Cr\$ 485.000,00, mas, a ela se deve acrescentar a «depreciação», constante do balanço de 1956, como anteriores, no valor de Cr\$ 300.000,00; empréstimos simples (Cr\$ 250.000,00); apólices (Cr\$ 134.000,00); mais eventuais, material avariado, etc. (cêrca de Cr\$ 240.000,00).

Interessante é notar que dos Cr\$ 73.500.000,00, que a Caixa gastou, cêrca de Cr\$ 63.800.000,00 foram em obras e terrenos, objetivo para o qual a Caixa foi criada. E para permitir a aplicação de tão vultosa importância, a Caixa só gastou em despesas administrativas, Cr\$ 7.700.000,00.

Vemos, ainda, que, tendo consumido Cr\$ 36.500.000,00 na construção de 404 casas populares, em conjuntos residenciais, e estando incluído nesse total quase Cr\$ 1.000.000,00 da compra dos terrenos do conjunto n. 6-A, no Jardim das Américas, mais cêrca de Cr\$ 3.100.000,00 de trabalhos de terraplenagem, urbanização, saneamento da área do conjunto de Paranaguá, prejuízos sofridos com as enchentes do ano de 1954, na área do conjunto de União da Vitória, além de outras perdas normais

em obras de tamanho vulto, — esse total de Cr\$ 36.500.000,00 fica reduzido a Cr\$ 32.400.000,00 aplicados sòmente na parte pròpriamente dita de construção. Daí, resulta o cálculo de que o preço médio de cada casa construída pela Caixa, tôdas de alvenaria de tijolos, quer por dentro, quer por fora, incluindo as 192 casas construídas no interior do Estado, onde a construção é mais onerada, — é de cêrca de Cr\$ 80.000,00.

c) — ADMINISTRAÇÃO GERAL

- I — FAZENDA PÚBLICA
- II — EDIFICAÇÕES PÚBLICAS
- III — DEPARTAMENTO DE COMPRAS
- IV — ARQUIVO PÚBLICO
- V — IMPRENSA OFICIAL
- VI — PROCURADORIA GERAL
- VII — CONSULTORIA GERAL
- VIII — DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS
- IX — DEPARTAMENTO DE FRONTEIRAS
- X — PLADEP

FAZENDA PÚBLICA

As contas do exercício financeiro e econômico de 1956, apuradas através do balanço geral, pela Contadoria Central do Estado, apresentam os resultados adiante demonstrados:

Receita:

Ordinária:

Rendas tributárias

a) — Impostos ..	2.181.909.057,20	
b) — Taxas	248.803.093,50	2.430.712.150,70

Rendas patrimoniais		9.737.109,10
---------------------------	--	--------------

Rendas industriais	69.907.623,70	2.510.356.833,50
--------------------------	---------------	------------------

Diversos

Fundo Rodoviário Nacional		49.767.030,30
---------------------------------	--	---------------

Extraordinária

Rendas diversas	129.649.483,10	
-----------------------	----------------	--

Operações de Crédito	39.000,00	
----------------------------	-----------	--

Saldo do exercício de 1955 (superativ)	230.029.396,10	359.717.879,20
--	----------------	----------------

Receitas dos Serviços Autônomos

Administração do Pôrto de Paranaguá		38.402.165,70
-------------------------------------	--	---------------

TOTAL		2.958.243.958,70
-------------	--	------------------

Despesa:

Orçamentária — (inclusive créditos suplementares)

Por elemento

0 — Pessoal Fixo	1.054.185.623,00	
------------------------	------------------	--

1 — Pessoal Variável	418.611.409,50	
----------------------------	----------------	--

2 — Material Permanente	137.805.538,70	
3 — Material de Consumo	169.095.157,70	
4 — Despesas Diversas	841.244.553,40	2.620.942.282,30

Créditos especiais e extraordinários 208.320.691,50

Despesa de Serviços Autônomos

Administração do Pôrto de Paranaguá 45.835.079,30

S O M A 2.875.098.053,10

«Superavit» verificado 83.145.905,60

T O T A L 2.958.243.958,70

« Superavit »

Verifica-se, pelo confronto entre receita e despesa, um «superavit» de Cr\$ 83.145.905,60 (oitenta e três milhões, cento e quarenta e cinco mil, novecentos e cinco cruzeiros e sessenta centavos).

Receita por Incidência:

A Receita, por incidência, na forma do balanço orçamentário, e face à nomenclatura padronizada, assim se expressa:

Sem classificação 527.531.808,00

Propriedade 271.330.224,90

Circulação da riqueza 1.883.157.589,30

Resultante da atividade do Estado 248.803.093,50

Várias incidências 27.421.243,00

T O T A L 2.958.243.958,70

Despesa por Serviço:

Igualmente, a composição da Despesa, por Serviço, assim se apresenta:

Orçamentária:

Ordinária

Administração Geral 279.333.245,30

Exação e Fiscalização Financeira .. 149.473.899,30

Segurança Pública e Assistência

Social 343.128.400,50

Educação Pública 568.804.127,70

Saúde Pública 151.193.496,10

Fomento	100.373.373,20	
Serviços Industriais	324.143.334,10	
Dívida Pública	193.139.004,40	
Utilidade Pública	305.272.309,70	
Encargos Diversos	206.081.092,00	2.620.942.282,30

Créditos Especiais e Extraordinários

Segurança Pública e Assist. Social	7.728.082,40	
Educação Pública	8.711.714,00	
Saúde Pública	446.202,60	
Fomento	934.484,60	
Serviços Industriais	145.967.943,30	
Dívida Pública	7.862.696,60	
Utilidade Pública	10.946.496,60	
Encargos Diversos	25.723.069,60	208.320.691,50

Serviços Autônomos

Administração do Pôrto de Paranaguá		45.835.079,30
S O M A		2.875.098.053,10
«Superavit» verificado		83.145.905,60
T O T A L		2.958.243.958,70

Despesa por órgão da Administração:

A despesa realizada, por órgão da administração, no exercício de 1956, é espelhada na seguinte demonstração:

Orçamentária

Assembléia Legislativa do Estado ..	36.652.737,90
Palácio do Govêrno	5.013.828,90
Secretaria do Govêrno	8.223.462,20
Serviço de Imprensa do Paraná ..	3.468.142,70
Departamento Estadual de Compras	3.779.731,90
Departamento de Fronteiras	4.789.745,70
Departamento de Assistência Técnica aos Municípios	3.676.373,00
Consultoria Geral do Estado	4.037.723,00
Departamento de Geografia, Terras e Colonização	31.827.090,10

Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas	17.980.824,30	
Comissão Especial de Obras do Centenário	467.882,20	
Conselho Regional de Desportos	225.000,00	
Biblioteca Pública do Paraná	3.600.712,50	
Serviço de Assistência ao Servidor Público	3.967.938,70	
Tribunal de Contas do Estado	10.685.874,60	
Poder Judiciário	67.562.299,30	
Secretaria do Interior e Justiça	221.353.453,30	
Secretaria da Fazenda	516.356.062,40	
Secretaria de Viação e Obras Públicas	682.842.822,50	
Secretaria de Agricultura	90.106.468,40	
Secretaria de Educação e Cultura ..	533.263.586,40	
Secretaria de Saúde Pública	159.599.420,10	
Chefatura de Polícia	144.839.109,20	
Secretaria do Trabalho e Assistência Social	66.621.993,00	2.620.942.282,30

Créditos Especiais Revigorados de 1955 e Créditos Especiais e Extraordinários abertos em 1956:

Assembléia Legislativa do Estado ..	475.511,60	
Palácio do Governo	450.000,00	
Serviço de Imprensa do Paraná	29.180,00	
Departamento Estadual de Compras	1.238.147,80	
Departamento de Geografia, Terras e Colonização	405.624,20	
Departamento de Fronteiras	8.256,00	
Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas	2.892.427,10	
Biblioteca Pública do Paraná	773.314,00	
Serviço de Assistência ao Servidor Público	270.371,00	
Secretaria do Interior e Justiça	1.865.121,40	
Secretaria da Fazenda	22.317.490,00	
Secretaria de Viação e Obras Públicas	166.375.975,30	
Secretaria de Agricultura	934.484,60	
Secretaria de Educação e Cultura ..	7.303.810,80	
Secretaria de Saúde Pública	448.526,90	
Chefatura de Polícia	1.450.750,80	
Secretaria do Trabalho e Assistência Social	1.081.700,00	208.320.691,50

Serviços Autônomos:

Administração do Pôrto de Paranaguá	45.835.079,30
S O M A	2.875.098.053,10
«Superavit» verificado	83.145.905,60
T O T A L	2.958.243.958,70

Arrecadação e Previsão:

A arrecadação atingiu a importância de Cr\$ 2.958.243.958,70, contra uma previsão de Cr\$ 2.028.041.089,50, proporcionando um excesso de Cr\$ 930.202.869,20, igual a 45,86%, assim discriminada:

Impostos:

Arrecadado	2.181.909.057,20	
Orçado	1.362.100.000,00	
Excesso	819.809.057,20	= 60,18%

Taxas:

Arrecadado	248.803.093,50	
Orçado	188.201.000,00	
Excesso	60.602.093,50	= 32,20%

Patrimonial:

Arrecadado	9.737.109,10	
Orçado	23.251.000,00	
A menos	13.513.890,90	= 58,13%

Industrial:

Arrecadado	69.907.623,70	
Orçado	54.909.250,00	
Excesso	14.998.373,70	= 27,31%

Diversos:

Arrecadado	49.767.030,30	
Orçado	130.000.000,00	
A menos	80.232.969,70	= 61,78%

Extraordinária:

Arrecadado	359.717.879,20	
Orçado	239.579.839,50	
	<hr/>	
Excesso	120.138.039,70	= 50,14%

Serviços Autônomos:

Arrecadado	38.402.165,70	
Orçado	30.000.000,00	
	<hr/>	
Excesso	8.402.165,70	= 28,00%

Total Geral:

Arrecadado	2.958.243.958,70	
Orçado	2.028.041.089,50	
	<hr/>	
Excesso	930.202.869,20	= 45,86%

Entretanto, excluindo-se o «superavit» de 1955, incorporado à receita de 1956 na rubrica «Eventual», teremos um excesso de Cr\$ 700.173.473,10, assim demonstrado:

Arrecadação	2.958.243.958,70	
Menos «superavit» de 1955	230.029.396,10	
Arrecadação - 1956	2.728.214.562,60	
Previsão	2.028.041.089,50	
	<hr/>	
Excesso	700.173.473,10	= 34,52%

Despesa prevista e realizada:

A despesa realizada elevou-se à importância de Cr\$ 2.875.098.053,10, ultrapassando a despesa prevista em Cr\$ 494.079.758,60, como segue:

Despesa realizada	2.875.098.053,10	
Despesa prevista	2.381.018.294,50	
	<hr/>	
Excesso	494.079.758,60	= 20,75%

Crescimento da Receita do Estado:

A receita do Estado tem recebido um impulso evolutivo, que bem reflete a progressão econômica do Paraná.

O quadro abaixo espelha a ascensão dos recursos financeiros no último decênio:

Ano		Arrecadação		Índices
1947	—	301.622.647,90	—	100
1948	—	355.897.824,90	—	118
1949	—	459.926.849,40	—	152
1950	—	1.192.502.318,70	—	395
1951	—	1.494.905.853,10	—	496
1952	—	1.457.494.938,70	—	483
1953	—	1.910.318.207,00	—	633
1954	—	2.479.504.123,60	—	822
1955	—	2.863.188.913,40	—	949
1956	—	2.958.243.958,70	—	981

A renda tributária contribuiu com 82,16% do total da arrecadação, cabendo aos impostos 73,75% e às taxas 8,41%.

Os quadros seguintes demonstram o crescimento da arrecadação dos impostos e taxas nos últimos 10 anos.

I m p o s t o s

Ano		Arrecadação		Índices
1947	—	252.351.300,10	—	100
1948	—	300.210.733,40	—	119
1949	—	389.340.259,80	—	154
1950	—	654.408.389,50	—	259
1951	—	940.603.939,90	—	373
1952	—	1.095.610.855,20	—	434
1953	—	1.237.699.290,70	—	490
1954	—	1.259.821.372,90	—	499
1955	—	1.700.587.814,60	—	674
1956	—	2.181.909.057,20	—	865

T a x a s

Ano		Arrecadação		Índices
1947	—	16.168.958,50	—	100
1948	—	24.897.030,30	—	154
1949	—	31.541.946,50	—	195
1950	—	53.898.121,60	—	333
1951	—	58.922.783,40	—	364
1952	—	64.737.783,80	—	400
1953	—	96.632.458,70	—	598
1954	—	172.626.744,00	—	1.068
1955	—	233.039.390,50	—	1.441
1956	—	248.803.093,50	—	1.539

O imposto de Vendas e Consignações, com a arrecadação de Cr\$ 1.669.157.666,80, contribuiu com 56,42% da arrecadação total e com 76,49% da renda dos impostos, e apresenta o seguinte quadro no último decênio:

Vendas e Consignações

Ano	Arrecadação	Índices
1947	175.637.819,90	100
1948	200.493.427,90	114
1949	247.978.645,90	141
1950	460.984.882,40	262
1951	655.277.504,70	373
1952	803.333.164,60	457
1953	925.743.613,20	527
1954	982.551.089,20	599
1955	1.360.019.980,40	774
1956	1.669.157.666,80	950

Por sua importância no quadro das rendas do Estado, destacam-se os impostos Territorial, Transmissão de Propriedade Inter-Vivos e Causa-Mortis, Exportação do Café e Sêlo, e as taxas do Serviço de Trânsito, Assistência Social e sôbre o Café, cujos demonstrativos, anexos, dão uma clara idéia da evolução de suas rendas.

Territorial

Ano	Arrecadação	Índices
1947	1.451.916,20	100
1948	14.300.788,80	985
1949	16.239.434,50	1.118
1950	21.164.344,10	1.458
1951	30.842.805,00	2.124
1952	38.676.142,30	2.664
1953	51.907.570,20	3.575
1954	63.039.773,90	4.342
1955	73.509.769,00	5.063
1956	76.912.918,80	5.297

Causa-Mortis

Ano	Arrecadação	Índices
1947	6.544.836,50	100
1948	7.083.108,20	108
1949	5.666.198,00	87
1950	6.073.667,60	93
1951	8.591.070,80	131
1952	11.850.209,50	181

1953	—	15.835.805,70	—	242
1954	—	14.757.754,70	—	225
1955	—	17.506.020,90	—	267
1956	—	25.066.925,20	—	383

Inter-Vivos

Ano		Arrecadação		Índices
1947	—	24.107.238,80	—	100
1948	—	27.092.705,30	—	112
1949	—	37.514.770,20	—	156
1950	—	75.617.455,90	—	314
1951	—	129.337.034,90	—	536
1952	—	111.576.194,00	—	463
1953	—	99.300.100,50	—	412
1954	—	105.891.655,20	—	439
1955	—	128.853.408,80	—	534
1956	—	169.350.380,90	—	702

Exportação de Café

Ano		Arrecadação		Índices
1947	—	14.930.183,00	—	100
1948	—	29.422.887,00	—	197
1949	—	58.673.499,30	—	393
1950	—	61.759.705,80	—	414
1951	—	85.671.473,90	—	574
1952	—	96.657.988,10	—	647
1953	—	108.689.208,00	—	728
1954	—	50.750.402,40	—	340
1955	—	76.526.400,40	—	513
1956	—	189.066.831,50	—	1.266

Imposto do Selo

Ano		Arrecadação		Índices
1947	—	5.239.377,70	—	100
1948	—	8.588.834,20	—	164
1949	—	9.908.540,80	—	189
1950	—	15.426.190,50	—	294
1951	—	16.148.745,50	—	308
1952	—	19.433.013,40	—	371
1953	—	19.550.193,00	—	373
1954	—	22.943.272,30	—	438
1955	—	22.500.043,90	—	429
1956	—	27.421.243,00	—	523

Serviço de Trânsito

Ano		Arrecadação		Índices
1947	—	2.874.923,60	—	100

1948	---	7.922.627,50	---	276
1949	---	8.744.708,00	---	304
1950	---	10.376.014,20	---	361
1951	---	15.866.716,20	---	552
1952	---	19.531.326,80	---	679
1953	---	18.877.533,80	---	657
1954	---	18.151.704,50	---	631
1955	---	20.002.862,10	---	696
1956	---	19.342.376,30	---	673

Assistência Social				
Ano		Arrecadação		Índices
1947	---	---	---	---
1948	---	4.597.119,40	---	100
1949	---	5.097.931,20	---	111
1950	---	5.732.080,00	---	125
1951	---	7.475.414,10	---	163
1952	---	16.544.782,00	---	360
1953	---	17.323.430,90	---	377
1954	---	17.520.285,50	---	381
1955	---	19.966.548,30	---	434
1956	---	19.619.826,80	---	426

Sobre o Café				
Ano		Arrecadação		Índices
1947	---	9.812.037,00	---	100
1948	---	10.438.937,00	---	106
1949	---	13.671.256,20	---	139
1950	---	12.460.608,60	---	127
1951	---	17.565.293,30	---	179
1952	---	19.759.684,70	---	201
1953	---	22.059.017,40	---	225
1954	---	10.336.511,10	---	105
1955	---	15.423.435,20	---	157
1956	---	21.100.708,00	---	215

Crescimento da despesa do Estado

Para melhor acompanhar e atender à ascensão vertiginosa das necessidades públicas, o Estado, como se pode aquilatar do demonstrativo abaixo, tem visto crescer sua despesa em função da maior amplitude da sua conjuntura administrativa.

Despesa no último decênio				
Ano		Arrecadação		Índices
1947	---	302.568.139,50	---	100
1948	---	346.322.247,40	---	114

1949	—	612.995.237,80	—	202
1950	—	1.172.877.286,00	—	388
1951	—	1.506.971.445,90	—	498
1952	—	1.290.802.994,50	—	427
1953	—	1.597.251.382,00	—	528
1954	—	2.159.283.560,30	—	714
1955	—	2.633.159.517,30	—	870
1956	—	2.875.098.053,10	—	950

Dívida Pública:

De conformidade com levantamento procedido, a Dívida Pública do Estado, em 31 de dezembro de 1956, estava assim constituída:

Dívida Flutuante:

Restos a Pagar dos exercícios anteriores a 1956	599.130.760,50	
Restos a Pagar do exercício de 1956	1.108.185.305,30	
Depósitos de diversas origens ...	127.905.857,70	
Diversas contas	136.556.735,80	1.971.778.659,30

Dívida Consolidada:

Dívida Externa

Obrigações em Libras

Plano A — £ 111.900

Plano B — £ 103.950

£ 215.850

£ 215.850 α Cr\$ 52,696 11.374.431,60

Obrigações em Dólares

Plano A — \$ 648.000

Plano B — \$ 156.750

\$ 804.750

\$ 804.750 α Cr\$ 18,82 15.145.395,00

S O M A 26.519.826,60

Obrigações em Francos

Francos 12.246.105 α

Cr\$ 0,0535 655.166,80 27.174.993,40

Dívida Interna:

Portadores de apólices de consoli- dação	33.099.800,00	
Empréstimo Banco do Estado do Paraná	5.059.964,40	
Empréstimo Banco do Brasil - 1955 .	204.502.407,30	
Empréstimo Banco do Brasil de 1953 (DEER)	147.000.000,00	
Empréstimo Banco do Brasil - 1952 .	9.120.000,00	
Portadores de Apólices	632.359.800,00	
Diversas Contas	11.431.527,50	1.069.748.392,60
T O T A L		3.041.527.051,90

A Dívida Flutuante, em 31 de dezembro de 1956, como se vê, importa em Cr\$ 1.971.778.659,30.

A Dívida Consolidada perfaz o total de Cr\$ 1.069.748.392,60, incluídas nesta parcela as operações de crédito, a saldar, contratadas com o Banco do Brasil S/A., na quantia de Cr\$ 360.622.407,30.

Restituições nos Municípios:

De conformidade com o artigo 20, da Constituição Federal, o Estado processou contas relativas a restituições aos Municípios, no exercício de 1956, no total de Cr\$ 89.952.395,90 (oitenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco cruzeiros e noventa centavos), correspondentes ao excesso de arrecadação estadual de impostos nos respectivos municípios.

Municípios de Fronteira:

De acordo com as disposições legais em vigor, o Estado processou contas de auxílios aos municípios de fronteira, para o atendimento de suas necessidades próprias, num montante, no exercício financeiro de 1956, que atingiu a cifra de Cr\$ 9.949.289,80 (nove milhões, novecentos e quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e nove cruzeiros e oitenta centavos).

Política do Café:

O café, como elemento preponderante na balança financeira do Estado, não tem sido descurado no seu trato pelo Governo, pois é o produto que carrêa maior quantidade de numerário para os cofres públicos.

Entretanto, como medidas acauteladoras para um maior incremento das rendas públicas, mistér é que se adotem, na política cafeeira, algumas inovações de urgência, de ordem técnico-fiscal.

Assim, de caráter técnico, com referência à cultura cafeeira, necessária é a organização da Fazenda Experimental, em zona de produção da ru-

biácea, de modo a tornar-se um estabelecimento modelo em tudo que se refere ao café.

A organização dessa fazenda virá surtir a lacuna de um estabelecimento que tenha por base a cultura técnica do café, determinando a melhoria do produto, já que os mercados consumidores exigem atualmente cafés finos, servindo de demonstrativo de sala às pessoas interessadas no cultivo ou no comércio do café, auxiliando, ainda, na formação de técnicos no ramo.

Ainda como medida de ordem técnica a ser implantada, em razão da promissora safra cafeeira vindoura, torna-se de urgência a construção de armazéns reguladores — para a drenagem do café para o Pôrto de Paranaguá — em Curitiba e Apucarana; o primeiro, em terrenos de propriedade do Estado, situados no arrabalde do Cajuru, e o segundo no quadro da futura estação da Estrada de Ferro Central do Paraná. A não existência desses armazéns reguladores tem influído na afluência do café paranaense para outros portos, que estão devidamente aparelhados para o armazenamento do café, pois o que possuímos em Paranaguá, único, para perto de 500.000 sacas, é pouco indicado, devido à umidade resultante do clima litorâneo.

Como medida de ordem fiscal, é necessário coibir-se a saída para o consumo interno do Estado de São Paulo, do café tipo exportação, que, em 1956, somou o elevado índice de 80.000 sacas, com graves prejuízos para os cofres do Estado, que deixou de arrecadar o imposto de exportação, no valor de Cr\$ 50,00 por saca e a diferença do imposto de Vendas e Consignações, que incide sobre o produto — levando-se em consideração que o café para consumo interno está isento desse tributo — e o valor, que é inferior ao destinado à exportação. Nesse sentido, é nosso pensamento criar um posto em Londrina, que colaborará com o Departamento da Fiscalização de Rendas, e que terá elementos indispensáveis para a perfeita execução dos serviços que lhe estiverem afetos.

Foi o seguinte o destino da produção de café no período de janeiro a dezembro de 1956:

Para os portos de exportação (sacas de 60 quilos)		
Paranaguá	1.784.956	
Santos	697.144	
Rio de Janeiro	257.087	2.739.187
<hr/>		
Para o consumo interno		
São Paulo	113.302	
Rio Grande do Sul	57.981	
Santa Catarina	26.381	
Paraná	63.091	

Minas Gerais	2.307	
Mato Grosso	475	
Cabotagem	34.417	297.954
		<hr/>
T O T A L		3.037.141
		<hr/>

Foram exportadas pelo Pôrto de Paranaguá, durante o ano de 1956, 1.784.956 sacas de café, no valor comercial de Cr\$ 10.497.767.220,70, contra 1.817.907 sacas, no valor comercial de Cr\$ 4.012.106.756,20, no ano de 1955, com destino aos seguintes países:

Estados Unidos	2.513.066
Noruega	94.130
Suécia	43.894
França	49.326
Canadá	23.000
Holanda	119.676
Alemanha	76.657
Hungria	4.926
Itália	8.253
Espanha	5.450
Estado Livre de Israel	763
Argentina	9.752
Bélgica	28.502
Inglaterra	22.567
Japão	958
Dinamarca	49.103
Checoslováquia	10.874
Uruguai	14
Filipinas	740
Yugoslávia	950
	<hr/>
T O T A L	3.052.601
	<hr/>

EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

A atividade dos nossos serviços de construção e conservação de edificações públicas está definida nas relações seguintes:

Obras autorizadas, em construção e concluídas, durante o exercício de 1956:

Casa do Estudante: Em alvenaria de tijolos, com área de 5.000 m². No presente exercício, foi paga a importância de Cr\$ 2.714.537,50.

Concluído o prédio principal em 18-6-56. Em conclusão: lavanderia e garagem.

Fornecimento e colocação de persianas. Orçamento Cr\$ 384.480,00. Pago nesse exercício: Cr\$ 384.480,00. Serviço concluído.

Fornecimento e instalação de coifas na cozinha da casa do Estudante. Orçamento: Cr\$ 187.000,00. Processo autorizado.

Manicômio Judiciário em Piraquara: Em alvenaria de tijolos, com a área de 4.820 m². Pagos nesse exercício: Cr\$ 5.323.256,00. Obra em construção.

Escola Rural do Canguiri em Piraquara: Em alvenaria de tijolos, com a área de 1.657 m². Orçamento: Cr\$ 1.696.791,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 86.100,00. Obra em fase final.

Grupo Escolar de Florestópolis: Em alvenaria de tijolos com a área de 1.123 m². Orçamento: Cr\$ 3.128.911,50. Pagos nesse exercício: Cr\$.. 25.939,00. Obra recebida em 23-1-56.

Sanatório Colônia São Roque em Piraquara: Instalação de cozinha. Orçamento: Cr\$ 885.200,00. Pagos nesse exercício Cr\$ 379.700,00. Serviço concluído em 4-5-56.

Leprosário São Roque em Piraquara: Refeitório e cozinha em alvenaria de tijolos, com a área de 1.108,00 m². Orçamento: Cr\$ 2.183.688,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 55.140,00. Obra recebida em 4-5-56.

Cérebro da Capela e teto da sede paroquial da Colônia São Roque — Piraquara: Orçamento: Cr\$ 632.095,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 632.095,00. Obra concluída.

Construção do pavilhão carville para o Leprosário São Roque — Pi-

raquara: Em alvenaria de tijolos, com a área de 206,21 m². Orçamento: Cr\$ 990.985,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 600.000,00. Obra concluída em 4-5-56.

Construção do pavilhão social para Hospital Colônia São Roque — Piraquara: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 535.194,00. Pagos nesse exercício Cr\$ 353.194,00. Obra concluída.

Construção de Casas Geminadas para o Hospital Colônia São Roque — Piraquara: Em alvenaria de tijolos, com a área de 92,44 m². Orçamento: Cr\$ 477.149,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 297.149,00. Obra recebida em 4-5-56.

Construção do pavilhão de diversões para o Hospital Colônia São Roque — Piraquara: Em alvenaria de tijolos com a área de 494,00 m². Orçamento: Cr\$ 869.194,50. Pagos nesse exercício: Cr\$ 869.194,50. Obra recebida em 24-1-56.

Construção da Casa do Médico da Colônia São Roque — Piraquara: Em alvenaria de tijolos, com a área de 100,21 m². Orçamento: Cr\$ 252.341,50. Pagos nesse exercício: Cr\$ 252.341,50. Obra recebida em 4-5-56.

Fornecimento e instalação de uma câmara frigorífica no Hospital São Roque — Piraquara: Orçamento: Cr\$ 271.199,50, pagos nesse exercício: Cr\$ 271.199,50. Serviços concluídos.

Forum de Arapongas: Em alvenaria de tijolos, com a área de 750,80 m². Orçamento: Cr\$ 2.286.169,30, pagos nesse exercício: Cr\$ 193.426,30. Obra recebida em 23-1-56.

Delegacia de Polícia e Cadeia de Laranjeiras do Sul: Em alvenaria de tijolos, com a área de 360,00 m². Orçamento: Cr\$ 1.301.976,70. Pagos nesse exercício: Cr\$ 23.250,00. Obra em fase final.

Grupo Escolar de Centenário do Sul: Em alvenaria de tijolos, com a área de 1.295,41 m². Orçamento: Cr\$ 3.445.000,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 509.003,00. Obra em conclusão.

Casa da bomba e reservatório elevado, para colocação de linha de adução e para instalação de bomba-motor no Grupo Escolar de Centenário do Sul: Orçamento: Cr\$ 357.744,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 346.610,00. Serviços em fase final.

Colégio Estadual de Apucarana: Em alvenaria de tijolos, com a área de 2.128,40 m². Pagos nesse exercício: Cr\$ 404.114,70. Obra em conclusão.

Forum de Antonina: Em alvenaria de tijolos, com a área de 765,00 m². Orçamento: Cr\$ 1.438.519,70. Pagos nesse exercício: Cr\$ 58.070,00. Obra recebida em 1-6-56.

Grupo Escolar em Toledo: Com 6 salas de aula em alvenaria de tijolos, com a área de 668,45 m². Orçamento: Cr\$ 2.741.957,60. Pagos nesse exercício: Cr\$ 69.417,60. Contrato rescindido em 14-8-56.

III Grupo Escolar de Cornélio Procópio: Com 6 salas de aula, em alvenaria de tijolos, com a área de 605,58 m². Orçamento: Cr\$ 1.602.755,10. Pagos nesse exercício: Cr\$ 515.300,10. Obra concluída.

Exatoria e Distrito Fiscal de Apucarana: Em alvenaria de tijolos, com a área de 700,00 m². Orçamento: Cr\$ 2.756.027,40. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 1.409.007,30. Obra em conclusão.

II Grupo Escolar de Cornélio Procópio: Com 6 salas de aulas, em alvenaria de tijolos, com a área de 771,60 m². Orçamento: Cr\$ 3.665.123,90, pagos nêsse exercício: Cr\$ 1.871.818,10. Obra recebida em 30-7-56.

Grupo Escolar com 10 salas e residência para o Zelador em Sertãoópolis: Em alvenaria de tijolos, com a área de 1.940,00 m². Orçamento: Cr\$ 3.735.569,60. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 63.721,40. Obra recebida em 23-1-56.

Instituto Paranaense para cegos nesta Capital: Em alvenaria de tijolos, com a área de 1.412,16 m². Orçamento: Cr\$ 3.495.833,70. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 1.185.326,80. Obra em conclusão.

Colégio Estadual de Rio Negro: Com 4 salas de aulas, em alvenaria de tijolos, com a área de 3.366,60 m². Orçamento: Cr\$ 13.405.414,30. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 319.390,70. Obra em construção.

Pôsto de Puericultura tipo «C» de Laranjeiras do Sul: Em alvenaria, com a área de 64,70 m². Orçamento: Cr\$ 206.709,30, pagos nêsse exercício: Cr\$ 21.771,50. Obra em fase final.

Estância hidro climática de Santa Clara em Guarapuava: Em alvenaria de tijolos, com a área de 4.610,35 m². Orçamento: Cr\$ 13.598.357,90. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 3.950.105,00. Obra em construção.

Grupo Escolar em Timbú: Município do mesmo nome, em alvenaria de tijolos, com a área de 337,00 m². Orçamento: Cr\$ 767.702,00. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 182.305,00. Contrato rescindido em 8-8-56.

Delegacia de Polícia e Cadeia de Maringá Novo: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 1.839.966,20. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 369.177,20. Obra em construção.

Estação Experimental de frutas citricas em Morretes: Em alvenaria de tijolos, com a área de 677,75 m². Orçamento: Cr\$ 1.725.353,60. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 1.398.260,60. Obra em fase final.

Forum de Morretes: Em alvenaria de tijolos, com a área de 568,42 m². Orçamento: Cr\$ 1.675.139,40. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 1.350.131,20. Obra em fase final.

Ampliação do Ginásio de Morretes: Em alvenaria de tijolos, com a área de 1.047,30 m². Orçamento: Cr\$ 1.966.964,30. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 666.780,00. Obra em construção.

Grupo Escolar de Lupionópolis: Em alvenaria de tijolos, com a área de 558,90 m². Orçamento: Cr\$ 1.408.626,00. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 1.204.856,00. Obra em fase final.

Delegacia e Cadeia de Toledo: Em alvenaria de tijolos, com a área de 260,70 m². Orçamento: Cr\$ 2.285.277,40. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 585.277,40. Concluída alvenaria de pedras.

Grupo Escolar de Mangueirinha: Em alvenaria de tijolos, com a área de 953,84 m². Orçamento: Cr\$ 3.728.302,70. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 923.701,80. Obra em alvenaria de tijolos.

Grupo Escolar em Londrina: Com 20 salas de aulas, em alvenaria de tijolos, com a área de 3.532,64 m². Orçamento: Cr\$ 15.225.258,80. Pagos nesse exercício: Cr\$ 400.000,00. Situação da obra: serviços preliminares.

Hospital «Adaute Botelho» em Piraquara: Pintura e pequenos reparos. Orçamento: Cr\$ 1.582.823,10. Pagos nesses exercício: Cr\$ 1.582.823,10. Serviços concluídos.

Delegacia e Cadeia de Teixeira Soares: Em alvenaria de tijolos, com a área de 179,14 m². Orçamento: Cr\$ 882.398,40. Pagos nesse exercício: Cr\$ 482.738,30. Obra concluída em alvenaria de tijolos.

Grupo Escolar em São Cristóvão: Município de União da Vitória, em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 2.336.354,70. Processo em andamento.

Forum de Toledo: Em alvenaria de tijolos, com a área de 568,42 m². Orçamento: Cr\$ 2.544.213,60. Pagos nesse exercício: Cr\$ 433.933,90. Em execução a alvenaria de pedra.

Exateria e Distrito Fiscal de Maringá: Em alvenaria de tijolos, com a área de 568,42 m². Orçamento: Cr\$ 2.454.217,80. Pagos nesse exercício: Cr\$ 426.225,50. Concluídos os serviços preliminares.

Grupo Escolar de Nova Serrinha: Município de Campo Largo, em alvenaria de tijolos, com a área de 215,00 m². Orçamento: Cr\$ 697.921,20. Início dos serviços preliminares.

Grupo Escolar em Serra Morena: Município de Uraí, em alvenaria de tijolos, com a área de 953,84 m². Orçamento: Cr\$ 3.060.878,70. Pagos nesse exercício: Cr\$ 358.496,00. Em execução.

Grupo Escolar em Rancho Alegre: Município de Uraí, em alvenaria de tijolos, com a área de 953,84 m². Orçamento: Cr\$ 3.060.878,70. Pagos nesse exercício: Cr\$ 652.986,50. Obra em construção.

Pêsto de Higiene de Apucarana: Em alvenaria de tijolos, com a área de 330,50 m². Orçamento: Cr\$ 1.417.058,70. Processo em andamento.

Delegacia e Cadeia de Primeiro de Maio: No município do mesmo nome, em alvenaria de tijolos, com a área de 697,00 m². Orçamento: Cr\$ 1.985.208,00. Processo em andamento.

Grupo Escolar de Mariópolis, município de Clevelândia: Em alvenaria de tijolos, com a área de 461,80 m². Orçamento: Cr\$ 3.007.526,00. Processo em andamento.

Ampliação do Grupo Escolar Professor Colares: Município de Ponta Grossa, em alvenaria de tijolos, com a área de 692,00 m². Orçamento: Cr\$ 2.500.000,00. Processo em andamento.

Ginásium de Esporte do Tarumã em Curitiba: Em alvenaria de tijolos, com a área de 9.800,00 m². Orçamento: Cr\$ 6.000.000,00. Processo em andamento.

Residência do Departamento de Edificação em Ponta Grossa: Em alvenaria de tijolos, com a área de 552,00 m². Orçamento: Cr\$ 1.424.027,90. Processo autorizado.

Conclusão do Grupo Escolar de Cascavel: Em alvenaria de tijolos.

com a área de 734,40 m². Orçamento: Cr\$ 3.150.000,00. Processo em andamento.

Conclusão do Grupo Escolar de Toledo: Em alvenaria de tijolos, com área de 203,90 m². Orçamento: Cr\$ 3.400.000,00. Processo em andamento.

Casa Escolar com 1 sala de aula na Fazenda Catura, Seção Tamboára, município de Tamboára: De madeira. Orçamento: Cr\$ 72.064,00. Processo em andamento.

Casa Escolar com 1 sala de aula em Platina, Seção Anhumai: Município de Tamboára, de madeira. Orçamento: Cr\$ 72.064,00. Processo em andamento.

Casa Escolar com 1 sala de aula em Três Perobas, Seção Seára: Município de Tamboára, de madeira. Orçamento: Cr\$ 72.064,00. Processo em andamento.

Casa Escolar com 1 sala de aula em Maracajá, Seção Maracajá: Município de Maracajá, em madeira. Orçamento: Cr\$ 72.064,00. Processo em andamento.

Conclusão do Grupo Escolar de Tamboára: Município de Londrina, em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 693.419,70. Processo em andamento.

Grupo Escolar de Warta: Município de Londrina, em alvenaria de tijolos, com a área de 400,00 m². Orçamento: Cr\$ 1.059.963,40. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 22.100,00. Obra recebida em 25-1-56.

Grupo Escolar de Serva: Município de Londrina, em alvenaria de tijolos, com a área de 227,00 m². Orçamento: Cr\$ 854.318,40. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 28.388,20. Obra recebida em 25-1-56.

Forum de Clevelândia: Em alvenaria de tijolos, com a área de 525,00 m². Orçamento: Cr\$ 1.219.190,80. Pagou nêsse exercício: Cr\$ 35.762,70. Obra recebida em 10-8-56.

Escola Normal Rural de Maringá: Em alvenaria de tijolos, com a área de 2.930,00 m². Orçamento: Cr\$ 7.776.751,00. Processado no exercício: Cr\$ 2.489.926,00. Obra concluída.

Adaptação do Grupo Escolar Vila Rubin: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 445.233,50. Pagos nêsse exercício, o total orçado.

Pôsto Misto de S. Antonio: Em alvenaria de tijolos, com a área de 280,00 m². Orçamento: Cr\$ 921.020,20. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 23.336,20. Obra recebida em 10-8-56.

Delegacia de Santo Antonio do Barracão: Em alvenaria de tijolos, com a área de 370,00 m². Orçamento: Cr\$ 955.826,80. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 38.561,00. Obra recebida em 3-4-56.

Duas Casas Escolares em São Jerônimo da Serra: Em madeira. Orçamento: Cr\$ 376.000,00. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 194.707,50. Obra concluída.

Pôsto Misto de Puericultura tipo «B», em Clevelândia: Em alvenaria de tijolos, com a área de 126,75 m². Orçamento: Cr\$ 442.604,10. Pagos nêsse exercício: Cr\$ 86.062,00. Obra em fase de conclusão.

Forum de Pirai do Sul: Em alvenaria de tijolos, com a área de 381,15

m2. Orçamento: Cr\$ 1.312.713,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 643.972,30. Obra concluída.

Exateria e Distrito Fiscal de Cambará: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 1.777.970,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 41.189,80. Obra em início.

Grupo Escolar de Maringá: Em madeira. Orçamento: Cr\$ 439.945,30. Pago nesse exercício o total orçado. A obra em questão já foi concluída.

Delegacia e Cadeia de Paranavaí: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 2.372.634,00. O processo da obra está em andamento.

Grupo Escolar de Astorga: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 2.792.951,70. Pagos nesse exercício: Cr\$ 2.792.345,00. A obra já foi concluída.

Exateria e Distrito Fiscal de Arapongas: Em alvenaria de tijolos, com a área de 632,50. Orçamento: Cr\$ 2.229.063,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 1.015.199,00. Obra em construção.

Delegacia e Cadeia de Jaguariáiva: Em alvenaria de tijolos, com a área de 384,18 m2. Orçamento: Cr\$ 1.091.230,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 482.859,60. Obra em construção.

Forum de Jaguariáiva: Em alvenaria de tijolos, com a área de 966,84 m2. Orçamento: Cr\$ 1.511.820,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 510.820,00. Obra em construção.

Forum de Cambará: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 2.060.298,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 1.560.298,00. Obra em construção.

Grupo Escolar de Espírito Santo: Município de Apucarana. Em alvenaria de tijolos, com a área de 127,00 m2. Orçamento: Cr\$ 854.318,40. Pagos nesse exercício: Cr\$ 51.971,70. Obra recebida em 23-1-56.

Grupo Escolar de Tamarana: Município de Londrina, com 6 salas, com a área de 380,00 m2. Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 1.288.775,60. Pagos nesse exercício: Cr\$ 152.735,20. Contrato rescindido.

Ginásio Estadual de Maringá: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 2.009.417,00. Processo autorizado.

Casa Escolar com residência em Manoel Ribas: Em madeira, com área de 144,00 m2. Orçamento: Cr\$ 186.000,00. Pagos nesse exercício: Cr\$. . 98.332,00. Obra em fase de conclusão.

Casa Escolar com residência em Ribeirão Vermelho: Município de Rio Negro, com a área de 144,00 m2. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 146.400,00. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Casa Escolar com residência em Doce Fino: Município de Rio Negro, com a área de 144,00 m2. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 146.400,00. Pago nesse exercício o total orçado.

Túnel para o Clube Atlético Paranaense: Orçamento: Cr\$ 240.720,60. Pagos nesse exercício: Cr\$ 240.720,60. Obra concluída.

Túnel para o Coritiba Futebol Clube: Orçamento: Cr\$ 405.868,60. Pagos nesse exercício: Cr\$ 405.868,60. Obra concluída.

Casa Escolar com residência em Saguarema: Município de Morretes, com a área de 144,00 m². Em madeira. Orçamento: Cr\$ 156.400,00. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Casa Escolar com residência em Pental do Sul: Município de Parana-guá, — com área de 144,00 m². em madeira. Orçamento: Cr\$ 156.400,00. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Casa Escolar Rural tipo «A» em Condô: Município de Iratí, com a área de 144,00 m². Em madeira. Orçamento: Cr\$ 100.000,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 50.000,00. Em construção.

Casa Escolar com residência em Onças: Município de Araucária, com a área de 144,00 m². Em madeira. Orçamento: Cr\$ 146.400,00. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Conclusão da Coletoria de Marialva: Em alvenaria de tijolos, com a área de 207,80 m². Orçamento: Cr\$ 398.872,60. Pagos nesse exercício: Cr\$ 352.695,30. Obra em fase de conclusão.

Pôsto Fiscal em Passauna km. 13 Curitiba-Campo Largo: Em madeira. Orçamento: Cr\$ 79.524,00. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Posto Fiscal em Colônia D. Pedro — Rua 11 11 Curitiba — Campo Largo: Em madeira, Orçamento: Cr\$ 87.094,00. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Casa Escolar em Amorinha: Município de Ibatí. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 100.000,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 50.000,00. Obra em fase de conclusão.

Casa Escolar em Bairro Jardim: Município de Japira. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 80.000,00. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Conclusão do Grupo Escolar com 4 salas de aula em Ixerê: Município de Londrina, em alvenaria de tijolos, com a área de 215,00 m². Orçamento: Cr\$ 726.237,30. Processo autorizado.

Pôsto de Higiene de Nova Esperança: Município do mesmo nome, em alvenaria de tijolos, com a área de 302,00 m². Orçamento: Cr\$ 927.813,50. Processo aprovado.

Grupo Escolar de Nova Londrina: Município do mesmo nome, em alvenaria de tijolos, com a área de 882,30 m². Orçamento: Cr\$ 2.000.000,00. Processo autorizado.

Grupo Escolar de Querência do Norte: Município do mesmo nome, em alvenaria de tijolos, com a área de 882,30 m². Orçamento: Cr\$ 2.000.000,00. Processo autorizado.

Construtora e pátio coberto no Grupo Escolar de Guaratuba: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 325.442,90. Processo autorizado.

Grupo Escolar com salas de aula em Matinhos: Em alvenaria de tijolos, com a área de 461,80 m². Orçamento: Cr\$ 3.400.000,00. Processo autorizado.

Grupo Escolar do distrito de Bugre: Município de Campo Largo, em

alvenaria de tijolos, com a área de 192,00 m2. Orçamento: Cr\$
697.321,20. Pagos nesse exercício: Cr\$ 297.321,20. Obra em construção.

Ginásio de Siqueira Campos: Em madeira, com a área de 900,00 m2. Orçamento: Cr\$ 489.813,50. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Ginásio de Tomazina — com 8 salas de aula: Em alvenaria de tijolos, com a área de 780,00 m2.. Orçamento: Cr\$ 3.140,626,00. Processo em andamento.

Grupo Escolar em Carambeí: Castro — Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 945.625,00. Processo em andamento.

Posto de Saúde de Paranavaí: Em alvenaria de tijolos, com área de 137,31 m2. Orçamento: Cr\$ 986.218,70. Processo em andamento.

Delegacia e Cadeia de Astorga: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 2.236.000,00. Processo em andamento.

Centro de Saúde de Ponta Grossa: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: — Cr\$ 6.000.000,00. Processo em andamento.

Grupo de São Luiz do Purumã: Município de Campo Largo, em alvenaria de tijolos, com a área de 192,00 m2. Orçamento: Cr\$ 697.321,00. Pagos nesse exercício 547.321,20. Obra em construção.

Grupo Escolar de Barreirinha: Nesta Capital, em alvenaria de tijolos com a área de 215,00 m2. Orçamento: Cr\$ 852.376,30. Pagos nesse exercício: Cr\$ 70.502,00. Serviços preliminares.

Edifício das Secretarias — Centro Cívico: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 25.000.000,00. Processo em andamento.

Delegacia e Cadeia de Cascavel com 6 celas: Em alvenaria de tijolos, com a área de 425,50 m2. Orçamento: Cr\$ 2.860.922,90. Processo autorizado.

II Grupo Escolar de Uraí: Em alvenaria de tijolos, com a área de 461,00 m2.. Orçamento: Cr\$ 3.100.000,00. Processo autorizado.

Arquibancada do Esporte Clube Caramuru: — Em Castro. Orçamento: Cr\$ 851.370,30. Processo em andamento.

Faculdade de Filosofia e Farmácia de Ponta Grossa: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 9.500.000,00. Pagos nesse exercício: Cr\$.. 2.315.455,80. Obra na armação do 2.º pavimento.

Parque em Vila Velha: — Ponta Grossa. Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 8.084.032,90. Processo em andamento.

Centro de Saúde de Maringá: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 7.000.000,00. Processo em andamento.

Grupo Escolar com 4 salas: — Em Cafetal, município de Rolândia. Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 1.432.542,40. Processo em andamento.

Delegacia e Cadeia de Ribeirão Claro: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 915.743,40. Processo em andamento.

Ginásio Estadual de Marialva: Em alvenaria de tijolos. Processo em andamento.

Grupo Escolar de Vera Cruz: Município de Marialva. Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 1.720.703,00. Processo em andamento.

Escola de Trabalhadores em Tomazina: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 5.685.781,20. Processo em andamento.

Grupo Escolar em Ribeirão Claro: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 1.273.968,10, Processo em andamento.

Casa Escolar com uma sala de residência: Bairro Keller, município de Bom Sucesso. Orçamento: Cr\$ 110.000,00. Processo em andamento.

Casa Escolar em Bairro Simierê: Município de Bom Sucesso. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 60.000,00. Processo em andamento.

Casa Escolar em Bairro Pombal: Município de Bom Sucesso. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 60.000,00. Processo em andamento.

Casa Escolar com uma sala e residência: Em Alto Mineiro, município de Paraíso do Norte. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 110.000,00. Processo em andamento.

Casa Escolar em Alto Paraíso: Município de Paraíso do Norte. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 110.000,00. Processo em andamento.

Casa Escolar com 1 sala em Gleba dos Satis — município de Cianorte: Em madeira. Orçamento: Cr\$ 52.056,30. Processo em andamento.

Casa Escolar com 1 sala: — Em Surucuá, município de Tamboára. Orçamento: Cr\$ 72.064,00. Em madeira. Processo em andamento.

Casa Escolar com 1 sala em Tingui: Município de Cianorte. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 52.056,30. Processo em andamento.

Casa Escolar com uma sala: — Em Esquilo, município de Cianorte. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 52.056,30. Processo em andamento.

Ampliação do Sanatório do Portão-Curitiba: Em alvenaria de tijolos. Processo em andamento.

Armazem de Trigo e Moinho de calcáreo: Em Ponta Grossa. Em alvenaria de tijolos. Processo em andamento.

Hospital de Arapongas: Em alvenaria de tijolos.

Casa Escolar em Ribeirão da Taquara: Município de Loanda. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 75.400,00. Processo em andamento.

Casa Escolar em estrada S. José: Município de Loanda. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 75.400,00. Processo em andamento.

Casa Escolar em Fazenda Belo Horizonte: Município de Loanda. Orçamento: Cr\$ 75.400,00. Em madeira.

Casa Escolar em Bairro Gleba 11: Município de Loanda. Em madeira. Orçamento: Cr\$ 75.400,00. Processo em andamento.

Rêde primária na Escola de Trabalhadores Rurais: De Santa Mariana. Orçamento: Cr\$ 67.800,00. Pago nêsse exercício o total orçado. Serviço concluído.

Casa Escolar na Barra do Capivarí: Município de Bocaiuva do Sul. Processo autorizado.

Casa Escolar em Barra Grande: Município de Bocaiúva do Sul. Em madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar em Corvei: Município de Contenda. Em madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar em Pérola do Oeste: Município de Capanema. Em madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar em Água Clara: Município de Engenheiro Beltrão. Em madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar em Estrada Sussuí: Município de Engenheiro Beltrão. Em madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar em Km. 5 da Estrada Figueira Terra Boa: Município de Engenheiro Beltrão. Em madeira. Processo em andamento.

Casa Escolar em Km. 5 da Estrada Figueira Terra Boa: Município de Engenheiro Beltrão. Em madeira. Processo autorizado.

Pêlo de Saúde em Glória-Nrê: Em alvenaria. Processo autorizado.

Conclusão do Posto Misto de Rolândia: Em alvenaria de tijolos, com a área de 310,00 m². Orçamento: Cr\$ 761.422,90. Obra registrada no T.C. em 10-9-56.

Conclusão do Grupo Escolar de Cambira município de Apucarana: Em alvenaria de tijolos, com a área de 227,00 m². Orçamento: Cr\$. . . 645.572,10. Obra registrada no T.C. em 16-7-56.

Conclusão do Grupo Escolar de Fozopé município de Apucarana: Em alvenaria de tijolos, com a área de 405,00 m². Orçamento: Cr\$ 664.285,20. Pagos nesse exercício: Cr\$ 199.443,10. Obra em construção.

Grupo com 5 salas em Assaí: Em madeira, com a área de 380,00 m². Orçamento: Cr\$ 455.776,80. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Casa Escolar com residência no Km. 44 da estrada do Cerne: Em madeira, com a área de 144 m². Orçamento: Cr\$ 169.892,70. Processo autorizado.

Grupo Escolar de Peabiru: Em alvenaria de tijolos, com a área de 780,00 m². Orçamento: Cr\$ 2.732.092,60. Processo em andamento.

Grupo Escolar de Marzagá Novo com 12 salas: Em alvenaria de tijolos, com a área de 1.286,20 m². Orçamento: Cr\$ 4.373.986,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 673.896,00. Iniciados os serviços preliminares.

Ampliação do Grupo Escolar Vila Hauer Curitiba: Em alvenaria de tijolos, com a área de 272,00 m². Orçamento: Cr\$ 399.460,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 200.000,00. Obra em fase de conclusão.

Delegacia e Cozinha de Ipirata: Em alvenaria de tijolos, com a área de 179,14 m². Orçamento: Cr\$ 799.850,00. Pagos nesse exercício: Cr\$ 399.850,00. Obra em construção.

Colêsterio com residência em Angai, município de Teixeira Soares: Em madeira. Orçamento: Cr\$ 158.650,00. Pagos nesse exercício: Cr\$. . 94.427,10. Obra em construção.

Casa Escolar com residência em Jacarézinho, município de Rebouças: Em madeira, com a área de 144,00 m². Orçamento: Cr\$ 177.839,10. Pagos nesse exercício: 152.269,10. Obra em fase de conclusão.

Casa Escolar com residência em Marimbondo município de Iapira: Em madeira, com a área de 144,00 m². Orçamento: Cr\$ 186.400,00. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Casa Escolar com residência em Riozinho dos Santos, município de Rebouças: Em madeira, com a área de 144,00 m². Orçamento: Cr\$ 177.839,10. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Colégio Estadual de Assaí e Casa do Zelador: Em alvenaria de tijolos, com a área de 1.828,00 m². Orçamento: Cr\$ 7.281.430,80. Pagos nesse exercício: Cr\$ 520.026,00. Executada a terraplanagem.

Delegacia e Cadeia em Peabirú: Com 10 celas, em alvenaria de tijolos, com a área de 546,00 m². Orçamento: Cr\$ 2.203.855,50. Pagos nesse exercício: Cr\$ 37.968,00. Serviços preliminares.

Grupo Escolar de Paranavaí: Em alvenaria de tijolos, com a área de 871,50 m². Orçamento: Cr\$ 2.092,60. Processo em andamento.

Delegacia e Cadeia em Peabirú: Com 10 celas, em alvenaria de tijolos, com a área de 546,00 m². Orçamento: Cr\$ 2.203.855,50. Pagos nesse exercício: Cr\$ 37.968,00. Serviços preliminares.

Grupo Escolar de Paranavaí: Em alvenaria de tijolos, com a área de 871,50 m². Orçamento: Cr\$ 2.782.092,60. Processo em andamento.

Casa Escolar com residência em Barro Seco município de Prudentópolis: Em madeira, com a área de 144,00 m². Orçamento: Cr\$ 171.699,10. Pagos nesse exercício: Cr\$ 145.481,00. Obra em fase de conclusão.

Casa Escolar com residência em Fazenda Rincão Grande município de Laranjeiras do Sul: Em madeira, com a área de 144,40 m². Orçamento: Cr\$ 167.625,40. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Casa do Zelador no Ginásio de Maringá: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 388.134,20. Pago nesse exercício o total orçado. Obra recebida em 13-8-56.

Casa Escolar com residência em gleba Bandeirante município de Rolândia: Em madeira, com a área de 144,00 m². Orçamento: Cr\$ 186.400,00. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Casa Escolar com residência em Faxinal dos Francos município de Rebouças: Em madeira, com a área de 144,00 m². Orçamento: Cr\$ 177.839,10. Pago nesse exercício o total orçado. Obra concluída.

Casa Escolar em Carijós município de Bocaiuva do Sul: Em madeira, Processo autorizado.

Casa Escolar no Bairro Vermelho município de Bocaiuva do Sul: Em madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar em Sitinho município de Bocaiuva do Sul: Em madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar no Bairro do Jacaré município de Primeiro de Maio: Em madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar no Bairro das Garças — município de Primeiro de Maio: Em madeira. Processo autorizado.

Refeitório e anexos da Escola de Trabalhadores Rurais de Campo Comprido município de Curitiba: Em alvenaria de tijolos, com a área de

521,78 m2. Orçamento: 1.373.535,00. Pagos nêsse exercício: Cr\$
373.535,00. Obra em construção.

Grupo Escolar para Capão Razo em Curitiba: Em alvenaria de tijolos, com a área de 697,00 m2. Orçamento: Cr\$ 1.979.766,00. Processo em andamento.

Ginásio de Esporte de Ponta Grossa: Em alvenaria de tijolos, com a área de 1.680,00 m2. Orçamento: Cr\$ 8.000.000,00. Processo autorizado.

Grupo Escolar com 1 sala de aula e residência na Praia de Leste município de Paranaguá: Em alvenaria de tijolos, com a área de 215,00 m2. Orçamento: Cr\$ 1.113.986,50. Contrato registrado no T.C. em 12-12-56.

Grupo Escolar de Faxinal com 6 salas no município do mesmo nome: Em alvenaria de tijolos, com a área de 670,00 m2. Orçamento: Cr\$
3.311.640,00. Processo autorizado.

Adaptação do Grupo Escolar Rocha Pombo de Antonina em Hospital: Em alvenaria de tijolos. Orçamento: Cr\$ 1.770.782,60. Processo em andamento.

Grupo Escolar Santa Cruz do Monte Castelo: Em alvenaria de tijolos, com a área de 697,90 m2. Orçamento: Cr\$ 3.000.000,00. Processo em andamento.

Grupo Escolar de Colorado com 6 salas no município do mesmo nome: Em alvenaria de tijolos, com a área de 793,80 m2. Orçamento: Cr\$
3.700.000,00. Processo autorizado.

Casa Escolar com uma sala de aula na encruzilhada de São José e Rodeio em Cianorte: Em madeira. Orçamento: Cr\$ 52.056,30. Processo em andamento.

.... **Casa Escolar em Monte Alegre, município de Palmeira:** De madeira. Em construção.

.....
Casa Escolar em Avencal, município de Ipiranga: De madeira. Em construção.

Casa Escolar em Lustosa, município de Ipiranga: De madeira, Em construção.

Casa Escolar em Descalvado, município de Ipiranga: De madeira. Em construção.

Casas Escolares em Bairro Olaria, município de Sertanópolis: De madeira. Em construção.

Casas Escolares em Couro do Boi — município de Sertanópolis: De madeira, em construção.

Casas Escolares em Água do Tigrinho, município de Sertanópolis: De madeira. Processo autorizado.

Casa Escolares em Água do Cagado, município de Sertanópolis: De madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar em Bairro Água da Prata, município de S. Cruz do Monte Castelo: De madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar em Fazenda São José, município de S. Cruz do Monte Castelo: De madeira. Em construção.

Casa Escolar em Fazenda Santa Cruz, município de S. Cruz do Monte Castelo: De madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar em Bairro São Luiz, município de Sengés: De madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar no Bairro São Domingos, município de Sengés: De madeira. Processo autorizado.

Grupo Escolar em Santa Izabel do Ivaí: Em alvenaria. Processo autorizado.

Grupo Escolar em Bela Aurora, município de Ribeirão Claro: Em alvenaria. Processo autorizado.

Casa Escolar em Papanduva, município de Tijucas do Sul: De madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar em Bairro Guairacá, município de Terra Rica: De madeira. Processo autorizado.

Casa Escolar em Porto Euclides da Cunha, município de Terra Rica: De madeira. Em construção.

Casa Escolar em Bairro Água da Milagrosa, município de Terra Rica: Em madeira. Em construção.

Casa Escolar em Bairro Adhemar de Barros, município de Terra Rica: Em madeira. Em construção.

Casa Escolar em Bairro do Trajano, município de Terra Rica: De madeira. Em construção.

Conservação de prédios públicos no exercício de 1956: Incumbida de manter os prédios públicos em condições de prestar os serviços a que se destinam, a Divisão de Conservação da S.V.O.P. desenvolveu, no exercício de 1956, intensa atividade, conforme se verifica da relação seguinte:

1. — PALÁCIO IGUAÇU

Palácio Iguaçu:

a) — reparos	Cr\$	212.544,80	
b) — melhoramentos e ampliação ..	Cr\$	1.433.935,40	1.647.480,20

2. — SECRETARIA DA AGRICULTURA

Departamento de Produção Animal:

a) — reparos e pintura	Cr\$	320.550,00	
b) — melhorias	Cr\$	129.612,00	450.162,00

Escola de Trabalhadores Rurais «Augusto Ribas»:

a) — reparos e pintura	Cr\$	178.509,80	
b) — melhorias	Cr\$	19.250,00	197.759,80

Escola de Trabalhadores Rurais de Campo Comprido

a) — reparos	Cr\$	42.771,00	
b) — melhorias	Cr\$	654.601,90	697.372,90

Escola de Trabalhadores Rurais de Faxinal de Catanduvas:		
a) — melhorias	Cr\$ 390.000,00	390.000,00
Escola de Trabalhadores Rurais de Guapituba:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 48.142,00	48.142,00
Escola de Trabalhadores Rurais de Ivaité:		
a) — reparos	Cr\$ 1.800,00	1.800,00
Escola de Trabalhadores Rurais «Lisimaco da Costa»:		
a) — melhorias	Cr\$ 54.224,90	54.224,90
Escola de Trabalhadores Rurais de Palmeira:		
a) — melhorias	Cr\$ 46.830,00	46.830,00
Fazenda de Canguiri:		
a) — reparos	Cr\$ 275.998,20	
b) — melhorias	Cr\$ 533.779,00	809.777,20
Fazenda Modelo:		
a) — reparos	Cr\$ 12.854,00	12.854,00
Posto Zootécnico:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 13.085,40	13.085,40
Prédio do Gabinete do Secretário:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 4.055,00	4.055,00
Próprios atendidos	11	
Total em reparos e pintura	Cr\$ 897.765,40	
Total em melhorias	Cr\$ 1.828.297,80	
Total Geral	Cr\$ 2.726.063,30	

3. — SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Associação dos Professores do Paraná		
a) — melhorias	Cr\$ 600.000,00	600.000,00
Casa Escolar de Araçatuba:		
a) — reparos	Cr\$ 36.400,00	36.400,00
Casa Escolar de Atuba:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 17.218,80	17.218,80

Casa Escolar de Bateias:		
a) — melhorias	Cr\$ 101.330,00	101.330,00
Casa Escolar de Cândido de Abreu:		
a) — reparos	Cr\$ 5.620,00	
b) — melhorias	Cr\$ 10.600,00	16.220,00
Casa Escolar de Chapada:		
a) — pintura	Cr\$ 42.562,50	
Casa Escolar de Campo Novo:		
a) — pintura	Cr\$ 22.765,00	
b) — melhorias	Cr\$ 36.566,00	59.331,20
Casa Escolar de Cerradinho:		
a) — pintura	Cr\$ 19.170,00	19.170,00
Casa Escolar de Carlópolis:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 38.400,00	38.400,00
Casa Escolar de Cruz Grande:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 45.359,00	45.359,00
Casa Escolar de Curitiba:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 24.000,00	24.000,00
Casa Escolar de Guarapuava:		
a) — melhorias	Cr\$ 14.400,00	14.400,00
Casa Escolar de Herval de São Silvestre:		
a) — melhorias	Cr\$ 62.870,00	62.870,00
Casa Escolar de Iporá:		
a) — reparos	Cr\$ 233.815,00	233.815,00
Casa Escolar de Imbuia:		
a) — reparos	Cr\$ 14.360,00	
b) — melhorias	Cr\$ 12.845,00	27.205,00
Casa Escolar de Iuaçu:		
a) — pintura	Cr\$ 32.904,30	32.904,30
Casa Escolar da rua 234 de Arapoti:		
a) — reparos	Cr\$ 1.563,20	
b) — melhorias	Cr\$ 10.240,00	11.803,20

Casa Escolar de Laranjeiras do Sul:		
a) — melhorias	Cr\$ 58.400,00	58.400,00
Casa Escolar de Matinhos:		
a) — melhorias	Cr\$ 4.685,00	4.685,00
Casa Escolar de Mangueirinha:		
b) — melhorias	Cr\$ 20.000,00	20.000,00
Casa Escolar de Ouro Fino:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 8.060,00	
b) — melhorias	Cr\$ 10.276,00	18.336,00
Casa Escolar do Palmital de São Silvestre:		
a) — reparos	Cr\$ 25.834,80	
b) — melhorias	Cr\$ 15.690,00	41.524,80
Casa Escolar de Paranaguacú:		
a) — reparos	Cr\$ 6.670,00	
b) — melhorias	Cr\$ 13.200,00	19.870,00
Casas Escolares de Pirai do Sul:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 109.611,00	
b) — melhorias	Cr\$ 48.925,00	158.536,00
Casa Escolar de Rio dos Indios:		
a) — melhorias	Cr\$ 45.205,00	45.205,00
Casa Escolar de Santo Amaro:		
a) — melhorias	Cr\$ 12.000,00	12.000,00
Casa Escolar de Santa Barbara:		
a) — melhorias	Cr\$ 15.000,00	15.000,00
Casa Escolar Sebastião Paraná:		
a) — melhorias	Cr\$ 42.644,00	42.644,00
Casa Escolar de São Bras:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 17.882,00	17.882,00
Casa Escolar de Três Córregos:		
a) — reparos	Cr\$ 1.605,00	1.605,00
Centro Educacional de Vila Guaira:		
a) — reparos	Cr\$ 54.922,00	54.922,00

Centro Feminino de Cultura:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 68.121,00	68.121,00
Colégio Estadual do Paraná:		
a) — pintura	Cr\$ 235.037,60	
b) — melhorias	Cr\$ 334.154,00	569.231,70
Colégio Estadual Regente Feijó:		
a) — reparos	Cr\$ 15.682,70	
b) — melhorias	Cr\$ 5.105,60	20.788,30
Colégio Estadual Rui Barbosa:		
a) — reparos	Cr\$ 31.596,10	31.596,10
Educandário N. S. do Rosário:		
a) — reparos	Cr\$ 19.555,80	19.555,80
Escola de Belas Artes:		
a) — reparos	Cr\$ 23.236,50	
b) — melhorias	Cr\$ 130.170,00	153.406,50
Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa:		
a) — reparos	Cr\$ 5.164,00	
b) — melhorias	Cr\$ 10.089,20	15.253,20
Escola do Joquei Clube de Guabirutuba:		
a) — melhorias	Cr\$ 61.339,50	61.339,50
Escola de Pescadores de Guaratuba:		
a) — melhorias	Cr\$ 140.873,50	140.873,50
Escola Normal de Palmas:		
a) — reparos	Cr\$ 3.200,00	
b) — melhorias	Cr\$ 192.681,00	195.881,00
Escola Normal de Ponta Grossa:		
a) — reparos	Cr\$ 40.984,40	40.984,40
Ginásio de Bandeirantes:		
a) — melhorias	Cr\$ 142.575,00	142.575,00
Ginásio e Escola Normal de Londrina:		
a) — reparos	Cr\$ 11.007,50	11.007,50
Ginásio de Guarapuava:		
a) — melhorias	Cr\$ 36.040,00	36.040,00

Ginásio de Jaguariáiva:		
a) — reparos	Cr\$ 37.180,40	37.180,40
Ginásio de Mallet:		
a) — melhorias	Cr\$ 12.600,00	12.600,00
Ginásio de Pirai do Sul:		
a) — melhorias	Cr\$ 422.721,00	422.721,00
Ginásio de Prudentópolis:		
a) — melhorias	Cr\$ 14.857,00	14.857,00
Ginásio de Santo Antonio da Platina:		
a) — reparos	Cr\$ 257.824,00	257.824,00
Grupo Escolar de Afonso Pena:		
a) — reparos	Cr\$ 38.402,00	38.402,00
Grupo Escolar de Agudos do Sul:		
a) — reparos	Cr\$ 2.000,00	
b) — melhorias	Cr\$ 6.509,00	8.509,00
Grupo Escolar de Angai:		
a) — reparos	Cr\$ 39.420,00	
b) — melhorias	Cr\$ 19.450,00	58.870,00
Grupo Escolar de Arapongas:		
a) — melhorias	Cr\$ 89.180,00	89.180,00
Grupo Escolar de Areia Branca dos Eleutérios:		
a) — melhorias	Cr\$ 7.500,00	7.500,00
Grupo Escolar de Apucarana:		
a) — melhorias	Cr\$ 24.788,20	24.788,20
Grupo Escolar de Atuba:		
a) — melhorias	Cr\$ 5.400,00	5.400,00
Grupo Escolar de Abatiá:		
a) — melhorias	Cr\$ 219.800,00	219.800,00
Grupo Escolar Barão de Antonina:		
a) — reparos	Cr\$ 11.952,00	11.952,00
Grupo Escolar Barão do Rio Branco:		
a) — melhorias	Cr\$ 19.272,50	19.272,50

Grupo Escolar de Bandeirantes:			
a) — reparos	Cr\$	27.240,60	
b) — melhorias	Cr\$	407.609,00	434.849,60
Grupo Escolar de Bitumirim:			
a) — reparos	Cr\$	68.905,00	68.905,00
Grupo Escolar de Bouqueirão:			
a) — reparos	Cr\$	53.146,20	53.146,20
Grupo Escolar de Caibá:			
a) — reparos e pinturas	Cr\$	77.755,00	
b) — melhorias	Cr\$	9.000,00	86.755,00
Grupo Escolar de Cambé:			
a) — melhorias	Cr\$	450.555,00	450.555,00
Grupo Escolar de Campo Largo:			
a) — reparos e pintura	Cr\$	103.045,80	103.045,80
Grupo Escolar do Capanema:			
a) — melhorias	Cr\$	49.000,00	49.000,00
Grupo Escolar Carmela Dutra:			
a) — reparos	Cr\$	6.582,00	6.582,00
Grupo Escolar de Colombo:			
a) — reparos	Cr\$	5.297,00	5.297,00
Grupo Escolar do Cristo Rei:			
a) — reparos	Cr\$	1.900,00	
b) — melhorias	Cr\$	97.088,00	98.988,00
Grupo Escolar de Curitiba:			
a) — reparos	Cr\$	3.930,00	
b) — melhorias	Cr\$	31.278,00	35.208,00
Grupo Escolar D. Pedro II:			
a) — reparos	Cr\$	11.563,00	
b) — melhorias	Cr\$	10.320,00	21.883,00
Grupo Escolar 19 de Dezembro:			
a) — reparos	Cr\$	17.951,30	
b) — melhorias	Cr\$	19.869,10	37.820,40

Grupo Escolar Faria Sobrinho:		
a) — reparos	Cr\$	2.965,00
b) — melhorias	Cr\$	7.000,00
		9.965,00
Grupo Escolar de Foz do Iguaçu:		
a) — reparos	Cr\$	50.122,00
		50.122,00
Grupo Escolar de Guaragi:		
a) — reparos	Cr\$	6.392,00
b) — melhorias	Cr\$	12.630,80
		19.022,80
Grupo Escolar «Gal. Ozório»:		
a) — reparos	Cr\$	13.530,00
b) — melhorias	Cr\$	19.846,80
		33.376,80
Grupo Escolar de Guamirim:		
a) — reparos e pintura	Cr\$	60.325,00
b) — melhorias	Cr\$	10.950,00
		71.275,00
Grupo Escolar de Guarapuava:		
a) — melhorias	Cr\$	74.219,20
		74.219,20
Grupo Escolar Hugo Simas:		
a) — melhorias	Cr\$	275.360,00
		275.360,00
Grupo Escolar de Irati		
a) — melhorias	Cr\$	204.233,00
		204.233,00
Grupo Escolar Joaquim de Andrade:		
a) — reparos	Cr\$	21.245,00
b) — melhorias	Cr\$	4.500,00
		25.745,00
Grupo Escolar de Jaboti:		
a) — reparos e pintura	Cr\$	2.570,00
		2.570,00
Grupo Escolar Julia Wanderley:		
a) — reparos	Cr\$	6.893,00
		6.893,00
Grupo Escolar Julio Teodorico:		
a) — melhorias	Cr\$	500.000,00
		500.000,00
Grupo Escolar Lisimaco da Costa:		
a) — reparos	Cr\$	27.193,80
b) — melhoria	Cr\$	372.725,00
		399.918,00
Grupo Escolar da Lapa:		
a) — reparos	Cr\$	7.800,00
		7.800,00

Grupo Escolar de Lagoão:		
a) — reparos	Cr\$ 24.550,00	24.550,00
Grupo Escolar Luiz Deliberador:		
a) — melhorias	Cr\$ 160.000,00	160.000,00
Grupo Escolar de Marechal Mallet:		
a) — reparos	Cr\$ 20.869,00	
b) — melhorias	Cr\$ 12.350,00	33.219,00
Grupo Escolar Montessori:		
a) — reparos	Cr\$ 2.912,80	
b) — melhorias	Cr\$ 10.191,70	13.104,50
Grupo Escolar de Matinhos:		
a) — melhorias	Cr\$ 19.955,00	19.955,00
Grupo Escolar Maringá Novo:		
a) — melhorias	Cr\$ 19.875,00	19.875,00
Grupo Escolar Nova Esperança:		
a) — melhorias	Cr\$ 69.800,00	69.800,00
Grupo Escolar de Palmas:		
a) — reparos	Cr\$ 272.704,00	
b) — melhorias	Cr\$ 77.336,00	350.040,00
Grupo Escolar Paulo Fortes:		
a) — reparos	Cr\$ 23.700,00	23.700,00
Grupo Escolar de Piên:		
a) — reparos	Cr\$ 4.320,00	4.320,00
Grupo Escolar de Pirai do Sul:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 19.002,00	
b) — melhorias	Cr\$ 70.000,00	89.002,00
Grupo Escolar de Ponta Grossa:		
a) — melhorias	Cr\$ 35.000,00	35.000,00
Grupo Escolar de Porto Vitória:		
a) — melhorias	Cr\$ 197.140,00	197.140,00
Grupo Escolar Professor Brandão:		
a) — reparos	Cr\$ 7.150,00	
b) — melhorias	Cr\$ 85.890,00	93.040,00

Grupo Escolar Professor Cleto:		
a) — reparos Cr\$	18.654,00	18.654,00
Grupo Escolar Professor Zardo:		
a) — reparos Cr\$	18.298,00	18.298,00
Grupo Escolar de Quatiguá:		
a) — reparos Cr\$	18.500,00	18.500,00
Grupo Escolar República do Uruguai:		
a) — reparos Cr\$	26.372,00	26.372,00
Grupo Escolar de Rio Negro:		
a) — reparos Cr\$	9.283,70	9.283,70
Grupo Escolar de Santo Antonio da Platina:		
a) — melhorias Cr\$	47.000,00	47.000,00
Grupo Escolar Senador Correia:		
a) — reparos Cr\$	103.362,80	
b) — melhorias Cr\$	36.040,00	139.403,40
Grupo Escolar de Tamandaré:		
a) — reparos e pintura Cr\$	8.102,00	8.102,00
Grupo Escolar Tiradentes:		
a) — reparos Cr\$	118.304,30	
b) — melhorias Cr\$	29.397,20	147.701,50
Grupo Escolar de Tomazina:		
a) — reparos Cr\$	46.320,00	46.320,00
Grupo Escolar Ubaldino do Amaral:		
a) — melhorias Cr\$	376.788,00	376.788,00
Grupo Escolar Vila Gazoni:		
a) — melhorias Cr\$	518.430,00	518.430,00
Grupo Escolar Vila Tinguí		
a) — reparos Cr\$	10.837,90	10.837,90
Grupo Escolar de Wenceslau Braz:		
a) — reparos Cr\$	28.640,00	
b) — melhorias Cr\$	16.050,00	44.690,00
Grupo Escolar Xavier da Silva:		
a) — reparos Cr\$	4.215,00	4.215,00

Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas:

a) — reparos	Cr\$	101.936,00	101.936,00
------------------------	------	------------	------------

Instituto de Educação:

a) — reparos	Cr\$	55.694,00	55.694,00
------------------------	------	-----------	-----------

Jardim da Infância Emilia Ericson:

a) — melhorias	Cr\$	242.015,00	242.015,00
--------------------------	------	------------	------------

Museu de História Natural:

a) — melhorias	Cr\$	323.332,50	323.332,50
--------------------------	------	------------	------------

Museu Paranaense:

a) — melhorias	Cr\$	272.668,70	272.668,70
--------------------------	------	------------	------------

Teatro Guaíra:

a) — reparos	Cr\$	18.648,00	18.648,00
------------------------	------	-----------	-----------

Próprios atendidos	123		
------------------------------	-----	--	--

Total em reparos e pinturas ..	Cr\$	2.925.103,10	
--------------------------------	------	--------------	--

Total em melhorias	Cr\$	8.313.395,20	
------------------------------	------	--------------	--

Total geral	Cr\$	11.238.498,30	
-----------------------	------	---------------	--

4 — SECRETARIA DA FAZENDA**Coletoria Estadual de Angai:**

a) — reparos	Cr\$	10.840,00	
b) — melhorias	Cr\$	1.040,00	11.880,00

Coletoria Estadual de Iataizinho:

b) — melhorias	Cr\$	230.118,50	230.118,50
--------------------------	------	------------	------------

Coletoria Estadual de Teixeira Soares:

a) — melhorias	Cr\$	158.172,70	158.172,70
--------------------------	------	------------	------------

Departamento de Café de Paranaguá:

a) — reparos	Cr\$	13.112,60	
b) — melhorias	Cr\$	2.800,00	15.912,60

Departamento Estadual de Compras:

a) — melhorias	Cr\$	110.074,30	110.074,30
--------------------------	------	------------	------------

Departamento de Fiscalização de Rendas

a) — reparos e pintura	Cr\$	5.010,00	
b) — melhorias	Cr\$	14.960,00	19.970,00

Delegacia e Recebedoria Estadual:		
a) — reparos	Cr\$ 12.725,00	12.725,00
Posto Fiscal do Barigui:		
a) — reparos	Cr\$ 83.770,00	83.770,00
Posto Fiscal da Divisa do Itararé:		
a) — melhorias	Cr\$ 47.150,00	47.150,00
Posto Fiscal de Guaratuba:		
a) — reparos	Cr\$ 19.970,00	19.970,00
Posto Fiscal de Pirai do Sul:		
a) — reparos	Cr\$ 20.224,00	
b) — melhorias	Cr\$ 10.910,00	31.134,00
Posto Fiscal de São João da Graciosa:		
a) — reparos	Cr\$ 19.995,00	
b) — melhorias	Cr\$ 44.744,00	64.739,00
Recebedoria de Rendas de Santa Mariana:		
a) — reparos	Cr\$ 41.758,80	41.758,80
Próprios atendidos	13	
Total em reparos e pinturas . .	Cr\$ 86.746,00	
Total em melhorias	Cr\$ 619.969,00	
Total geral	Cr\$ 706.716,10	

5 — SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

Assembléa Legislativa:		
a) — reparos	Cr\$ 21.790,10	
b) — melhorias	Cr\$ 124.175,00	145.965,10
Casa de Detenção de Reserva:		
a) — reparos	Cr\$ 16.170,00	16.170,00
Casa do Juiz de Direito de Fóz do Iguaçu:		
a) — reparos	Cr\$ 23.492,20	23.392,20
Chefatura de Polícia:		
a) — reparos	Cr\$ 311.627,00	
b) — melhorias	Cr\$ 181.979,00	1.493.606,60
Corpo de Bombeiros:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 19.757,00	

Delegacia e Cadeia de Fóz do Iguaçu:		
a) — reparos	Cr\$ 19.985,80	
b) — melhorias	Cr\$ 152.506,00	172.487,80
Delegacia e Cadeia de Laranjeiras do Sul:		
a) — reparos	Cr\$ 15.350,00	
b) — melhorias	Cr\$ 4.600,00	19.950,00
Delegacia e Cadeia de Londrina:		
a) — melhorias	Cr\$ 98.117,50	98.117,50
Delegacia e Cadeia de Mallet:		
a) — reparos	Cr\$ 32.755,00	32.755,00
Delegacia e Cadeia de Palmas:		
a) — melhorias	Cr\$ 312.142,50	312.142,50
Delegacia e Cadeia de São Mateus do Sul:		
a) — reparos	Cr\$ 39.650,00	39.650,00
Delegacia e Cadeia de Sertanópolis:		
a) — melhorias	Cr\$ 15.395,00	15.395,00
Delegacia de Identificação de Ponta Grossa:		
a) — reparos	Cr\$ 11.614,70	11.614,70
Delegacia de Plantão:		
a) — reparos	Cr\$ 19.770,00	
b) — melhorias	Cr\$ 11.954,00	31.724,00
Delegacia de Polícia de Joaquim Tavora:		
a) — reparos	Cr\$ 24.585,00	24.585,00
Delegacia de Polícia da Lapa:		
a) — melhorias	Cr\$ 13.743,00	13.743,00
Delegacia de Polícia de Matinhos:		
a) — melhorias	Cr\$ 10.480,00	10.480,00
Delegacia de Polícia de Pirai do Sul:		
a) — reparos e pintura	Cr\$ 56.000,00	56.000,00
Delegacia de Polícia de Reserva:		
a) — reparos	Cr\$ 16.121,60	16.121,60
Delegacia de Polícia de Wenceslau Braz:		
a) — pintura	Cr\$ 21.776,00	
b) — melhorias	Cr\$ 19.980,00	31.756,00

Delegacia Regional de Ponta Grossa:		
a) — reparos	Cr\$ 19.831,80	
b) — melhorias	Cr\$ 73.966,40	93.798,20
Delegacia do Segundo Distrito do Batel:		
a) — reparos	Cr\$ 6.646,00	6.646,00
Delegacia de Vigilância e Investigações:		
a) — reparos	Cr\$ 1.040,00	1.040,00
Departamento da Imprensa Oficial:		
a) — reparos	113.742,00	
b) — melhorias	Cr\$ 26.986,00	140.728,00
Departamento Médico Legal:		
a) — melhorias	Cr\$ 577.189,00	577.189,00
Departamento de Serviço de Trânsito:		
a) — reparos	Cr\$ 38.405,00	
b) — melhorias	Cr\$ 195.327,00	233.732,00
Departamento de Serviço de Trânsito de Ponta Grossa:		
a) — reparos	Cr\$ 333.791,70	333.791,70
Forum de Curitiba:		
a) — reparos	Cr\$ 151.128,00	151.128,00
Forum de Campo Largo:		
a) — reparos	Cr\$ 44.764,00	
a) — melhorias	Cr\$ 4.800,00	48.964,00
Forum de Cêro Azul:		
a) — melhorias	Cr\$ 195.969,40	195.969,40
Forum de Guarapuava:		
a) — melhorias	Cr\$ 19.360,00	19.360,00
Forum de Laranjeiras do Sul:		
a) — reparos	Cr\$ 19.040,00	19.040,00
Forum de Palmeira:		
a) — melhorias	Cr\$ 20.000,00	20.000,00
Forum de Rebouças:		
a) — melhorias	Cr\$ 10.080,00	10.080,00

Instituto de Identificação:		
a) — melhorias	Cr\$ 486.418,50	486.418,50
Juízo de Direito da 4.ª Vara e 6.ª Vara:		
a) — reparos	Cr\$ 14.400,00	
b) — melhorias	Cr\$ 14.700,00	29.100,00
Laboratório da Polícia Técnica:		
a) — reparos	Cr\$ 4.086,00	
b) — melhorias	Cr\$ 53.145,00	57.233,30
Penitenciária do Ahú:		
a) — melhorias	Cr\$ 482.213,10	482.213,10
Penitenciária de Piraquara:		
a) — reparos	Cr\$ 61.517,40	
b) — melhorias	Cr\$ 89.811,00	151.328,40
Quartel da Polícia Civil:		
a) — reparos	Cr\$ 20.910,70	20.910,70
Quartel da Polícia Militar:		
a) — reparos	Cr\$ 2.500,00	
b) — melhorias	102.447,10	104.947,10
Secretaria do Interior e Justiça:		
a) — reparos	Cr\$ 10.133,00	10.133,00
Tribunal de Contas:		
a) — reparos	Cr\$ 24.571,00	24.571,00
Tribunal do Juri:		
a) — melhorias	Cr\$ 267.485,50	267.485,50
Tribunal de Justiça:		
a) — reparos	Cr\$ 431.085,30	431.085,30
Tribunal Regional Eleitoral:		
a) — reparos	Cr\$ 13.785,50	
b) — melhorias	Cr\$ 376.573,30	390.358,80
Próprios atendidos	46	
Total em reparos e pinturas	Cr\$ 1.861.224,20	
Total em melhorias	Cr\$ 4.941.539,60	
Total geral	Cr\$ 6.802.763,80	

6. — SECRETARIA DE SAÚDE

Biotério do Laboratório Geral do Estado:		
a) — melhorias	Cr\$ 27.972,60	27.972,60
Casa da Criança em Paranaguá:		
a) — reparos	Cr\$ 7.500,00	7.500,00
Centro de Saúde:		
a) — melhorias	Cr\$ 3.217,50	3.217,50
Departamento Estadual da Criança:		
a) — reparos	Cr\$ 1.564,00	
b) — melhorias	Cr\$ 376.072,00	377.636,00
Hospital das Crianças da Capital:		
a) — reparos	Cr\$ 223.391,00	
b) — melhorias	Cr\$ 327.929,50	551.320,50
Hospital das Crianças em Paranaguá:		
a) — reparos	Cr\$ 52.780,00	
b) — melhorias	Cr\$ 21.848,00	74.628,00
Hospital Oswaldo Cruz:		
a) — melhorias	Cr\$ 210.305,50	210.305,50
Hospital Sanatório da Lapa:		
a) — reparos	Cr\$ 250.428,00	
b) — melhorias	Cr\$ 395.620,00	646.048,00
Hotel das Aguas de Santa Clara:		
a) — reparos	Cr\$ 48.502,00	48.502,00
Leprosário São Roque:		
a) — reparos	Cr\$ 69.804,00	
b) — melhorias	Cr\$ 1.187.540,00	1.257.334,00
Maternidade de Rio Negro:		
a) — melhorias	Cr\$ 57.925,80	57.925,80
Posto de Higiene de Antonina:		
a) — reparos	Cr\$ 9.358,00	9.358,00
Posto de Higiene de Bandeirantes:		
a) — reparos	Cr\$ 7.948,30	7.948,30

Posto de Higiene de Fóz do Iguaçu:		
a) — reparos	Cr\$	32.603,60
Posto de Higiene de São Mateus do Sul:		
a) — reparos	Cr\$	3.189,00 3.189,00
Posto de Puericultura de Clevelândia:		
a) — reparos	Cr\$	19.900,00 19.900,00
Posto de Puericultura de Wenceslau Braz:		
a) — reparos	Cr\$	27.150,00 27.150,00
Posto de Saúde de Paranaguá:		
a) — reparos	Cr\$	15.556,60 15.556,00
Preventório Infantil de Castro:		
a) — reparos	Cr\$	8.723,50
b) — melhorias	Cr\$	119.387,00 128.110,50
Sanatório do Portão:		
a) — reparos	Cr\$	610.960,70
b) — melhorias	Cr\$	2.676.124,00 3.287.084,70
Secretaria de Saúde:		
a) — reparos e pintura	Cr\$	9.180,00 9.180,00
Próprios atendidos		21
Total em reparos e pinturas	Cr\$	1.398.528,70
Total em melhorias	Cr\$	5.403.941,90
Total geral	Cr\$	6.802.470,60

7. — SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL

Abrigo de Menores de Santa Felicidade:		
a) — reparos	Cr\$	44.283,00
b) — melhorias	Cr\$	13.915,00 58.198,00
Asilo «São Vicente de Paula»:		
a) — reparos	Cr\$	575.298,60
b) — melhorias	Cr\$	802.471,90 1.377.770,50
Educandário «Munhoz da Rocha»:		
a) — reparos	Cr\$	20.613,00
b) — melhorias	Cr\$	211.639,00 232.252,00
Lar Escola «Hermínia Lupion»:		
a) — melhorias	Cr\$	422.540,30 422.540,30

Próprios atendidos	4		
Total em reparos e pinturas	Cr\$	640.194,60	
Total em melhorias	Cr\$	1.450.566,20	
Total geral	Cr\$	2.090.760,80	

8. — SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Departamento de Edificações:

a) — reparos	Cr\$	62.956,50	
b) — melhorias	Cr\$	98.158,00	161.114,50

Departamento Jurídico:

a) — reparos	Cr\$	1.462,10	1.462,10
------------------------	------	----------	----------

Diversos próprios do Estado:

a) — pequenos reparos	Cr\$	473.639,50	
b) — pequenas melhorias	Cr\$	345.557,10	819.196,60

Inspetoria de Terras de Ponta Grossa:

a) — reparos	Cr\$	3.676,00	
b) — melhorias	Cr\$	13.415,00	17.091,50

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu:

a) — melhorias	Cr\$	70.371,00	70.371,00
--------------------------	------	-----------	-----------

Prefeitura Municipal de Palmeira:

a) — reparos e pintura	Cr\$	247.710,00	247.710,00
----------------------------------	------	------------	------------

Secretaria de Viação e Obras Públicas:

a) — reparos	Cr\$	6.330,00	
b) — melhorias	Cr\$	16.320,00	22.650,00

Próprios atendidos	7		
Total em reparos e pintura	Cr\$	754.312,00	
Total em melhorias	Cr\$	543.821,60	
Total geral	Cr\$	1.338.133,60	

RESUMO GERAL

Próprios atendidos	225		
Total em reparos e pinturas	Cr\$	8.816.418,80	
Total em melhorias	Cr\$	24.535.095,10	
TOTAL GERAL	Cr\$	33.351.513,90	

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE COMPRAS

Os serviços do D.E.C., em 1956, foram orientados no sentido de conseguir, através de algumas modificações em sua estrutura, maior entrosamento daquele órgão com os demais componentes da máquina administrativa do Estado. Foram os melhores os resultados obtidos, de forma a evidenciar o acerto das providências tomadas durante o exercício.

A recente implantação do Armazem de Triagem ordenou e disciplinou os fornecimentos públicos.

É inegável que a partir dessa inovação, em vista das medidas que vêm sendo tomadas pelo Departamento, os órgãos requisitantes recebem, de fato, as mercadorias desejadas, em quantidades exatas e de superior qualidade.

Os setores sediados no interior e que, anteriormente, sofriam as prejudiciais consequências da falta de material, estão sendo hoje, providos de tudo de que necessitam. Esse aspecto nos tem preocupado, porque é evidente que uma repartição pública sem o necessário material terá, forçosamente, que paralizar os seus serviços.

Relativamente ao sistema de pagamentos à vista, por intermédio da Tesouraria do D.E.C., em particular de compras de gêneros alimentícios, artigos de primeira necessidade e medicamentos de caráter urgente, temos a registrar que o mesmo está proporcionando reais vantagens aos cofres públicos, representadas por descontos em dinheiro que são recolhidos ao Tesouro.

Para que se possa ter ligeira idéia de como transcorreu o serviço de liquidação imediata, bastará frisar que até o início de janeiro último, foi recolhida, ao Tesouro do Estado, conforme as guias respectivas, a quantia de Cr\$ 1.167.431,30 (um milhão, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e trinta e um cruzeiros e trinta centavos), o que representa uma média mensal (fevereiro a dezembro de 1956) de mais de cem mil cruzeiros.

ARQUIVO PÚBLICO

Durante o exercício passado, o Departamento de Arquivo Público seguiu orientação destinada a reorganizar seus serviços, de modo a poder cumprir suas finalidades e responder às exigências da administração pública.

A revisão do fichário geral e da caixa n. 1, a reorganização, de forma racional, dos serviços de portaria, de expediente e protocolo, a revisão do arquivo do Tribunal Regional Eleitoral foram, entre outras, as iniciativas daquele órgão, no ano findo.

O seguinte quadro resume o movimento de papeis verificado no Departamento do Arquivo Público:

Papeis protocolados	2.894	
Ofícios expedidos	469	
Informações prestadas	1.485	
Certidões isentas de emolumentos	1.540	(assentamentos)
Total arrecadado em emolumentos	Cr\$ 12.158,00	

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

Um grande volume de matéria atrasada, à espera de publicação, exigia prontas providências, no início do exercício passado, afim de que se regularizassem os serviços da Imprensa do Estado. Graças à dedicação do funcionalismo daquele órgão e ao regime de eficiência ali estabelecido, foi atualizada a publicação de toda a matéria, que vinha desde 1951 até 1956.

O «Diário Oficial» que costumeiramente saía com oito páginas em 1955, durante o ano de 1956, saiu sempre com 16 páginas, sendo uma edição com 96, outras com 64, 58 e seis com 32 páginas.

Com a publicação de 266 edições do «Diário Oficial» e «Diário da Justiça», a média foi de 20 páginas e meia por edição.

Foram editados 183 números do «Diário da Assembléia», numa média de 6 páginas por número. Somando os 798.000 exemplares do «Diário Oficial», mais 483.000 do «Diário da Justiça» e 54.900 do «Diário da Assembléia», um total de 1.281.000 exemplares em 1956.

Divisão de Administração: Afim de melhor atender às partes interessadas nas publicações oficiais, foi organizado, na Secção de Protocolo, um serviço eficiente, por meio de fichário completo.

Esse serviço tem dado resultados satisfatórios, pois está hoje a Imprensa Oficial do Estado apta a dar as informações necessárias tão logo solicitadas pelos interessados.

Reforma nas instalações: As instalações da Imprensa Oficial do Estado se encontravam em estado precaríssimo. Pelo Departamento de Edificações da Secretaria de Viação e Obras Públicas, foi efetuada uma reforma completa naquelas dependências. Foram pintadas todas as paredes internas e externas, raspado e pintado o assoalho, pintados todos os móveis das oficinas, remodeladas as instalações sanitárias e colocados quatro exaustores para renovação de ar.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Defendendo os interesses do Estado, em tôdas as circunstâncias que envolvam suas responsabilidades específicas, a Procuradoria Geral do Estado realizou, em 1956, trabalho intenso e profícuo, acompanhando de perto as atividades ligadas à distribuição da Justiça no Paraná.

O seguinte quadro resume o que foi o ano passado, no que se refere aos trabalhos daquele órgão:

P a r e c e r e s

Em habeas-corporus	183
Em mandados de segurança	392
Em matéria cível	322
Em matéria criminal	583
Em conflito de jurisdição	15
Em matéria administrativa	77
Em inquéritos policiais	13
Total	1.525

O movimento da papeis recebidos e despachados, bem como das providências com que a Procuradoria Geral do Estado deu cumprimento às suas atribuições, se resume assim:

Denúncias oferecidas	9
Requerimentos	25
Ofícios expedidos	1.223
Telegramas e Rádios	171
Cartas	129
Circulares expedidas	15
Editais publicados	71
Portarias baixadas	413
Entrada de papeis, devidamente despachados	4.052

CONSULTORIA GERAL DO ESTADO

As atribuições fundamentais da Consultoria Geral do Estado foram fixadas na lei n. 2.429, de 6 de agosto de 1955. Compete-lhe o patrocínio, em qualquer instância, de tôdas as causas em que o Estado for interessado, como autor, réu, assistente ou oponente, bem assim emitir parecer em todos os processos administrativos ou expedientes encaminhados pelo Poder Executivo, Secretários de Estado e Chefes de repartições. Cabe-lhe, por igual, o pronunciamento em processos administrativos que possam ocasionar ações judiciais contra o Estado.

É, assim, a Consultoria Geral, órgão técnico indispensável ao entrosamento legal e jurídico das atividades administrativas do Estado.

Quando à estrutura legal, compõe-se aquele órgão de cinco divisões técnicas: a) judicial; b) consultiva; c) técnico-legislativa; d) recursos; e) administrativa, cujas atribuições, definidas em Regulamento, são inerentes aos Procuradores e auxiliares. Conta, ainda, com a Secretaria e o Serviço de Documentação e Biblioteca.

Através das atividades desenvolvidas por êsses diversos setores, a Consultoria Geral do Estado se afirmou, definitivamente, no decorrer do ano passado, como elemento de cooperação na órbita administrativa, assegurando o sentido jurídico dos atos governamentais.

Foi o seguinte o trabalho produzido em 1956:

— Pareceres Administrativos e Jurídicos	2.000
— Petições iniciais, contestações e recursos	200
— Audiências	80
— Mandados de Segurança (inuta de informações) ..	40
— Delegações de Poderes	106
— Ofícios recebidos	230
— Ofícios remetidos	333
— Portarias	28
— Certidões	105

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS

A preocupação municipalista já levava o nosso governo anterior à criação do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

No mesmo rumo e dentro da mesma determinação, tomamos como norma a consulta regular aos municípios como base de todo o nosso planejamento, — um cuidado de que resultou, naturalmente, um governo capaz de pôr em vibração os quatro cantos do Estado, em vez de se concentrar apenas nos grandes centros.

No sentido dessa consulta sistemática, colhemos, primeiro, durante a nossa campanha eleitoral, preciosíssimas informações, por assim dizer de distrito em distrito, — informações que, depois, procuramos coordenar segundo as linhas comuns das necessidades das regiões e de todo o Estado.

Depois, em segundo lugar, fizemos realizar uma Conferência dos Municípios, na qual procuramos reunir, acima de discriminações partidárias, os prefeitos municipais, os representantes das Câmaras e os técnicos do Estado, em um debate de assuntos municipais nos moldes do que fora feito já em nosso governo anterior.

Dessas duas ordens de providências, podemos afirmar que os resultados foram excelentes, no sentido, sobretudo, de dar orientação verdadeiramente realista às medidas de governo, de modo a que a ação administrativa se disseminasse por todo o Estado, num atendimento dos problemas mais vivamente sentidos pelas populações interessadas.

Enquanto isso, mesmo enfrentando as limitações financeiras profundas a que, neste documento, no lugar próprio, fazemos referências, os Prefeitos Municipais podem testemunhar que empenhamos toda a nossa boa vontade no atendimento às solicitações de suas comunas e à solução dos seus problemas.

De par com as múltiplas e diárias providências nêsse sentido, devemos nos deter na atividade que, na mesma direção, constituiu a ação sistemática do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Reorganização do Departamento: Procedeu-se à confecção de novo regulamento dêsse órgão, o qual prevê a ampliação da assistência que

até agora vinha sendo prestada às comunas paranaenses, inclusive com a instalação de Residências no interior do Estado, visando, com essa medida, a descentralização dos serviços afetos ao Departamento, principalmente os atinentes à Divisão de Engenharia.

Levantamentos Estatísticos:— Mencione-se o levantamento estatístico dos municípios paranaenses pelo Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, com dados sobre a área, população, poder executivo, poder legislativo, autoridades judiciárias, policiamento, produção agrícola, pecuária e industrial, vias de transporte, melhoramentos públicos, finanças, educação, saúde, cultura, diversões públicas, etc..

Até agora, foram procedidos os levantamentos dos seguintes municípios:— Ibiporã, Guaraqueçaba, Bituruna, Abatiá, Reserva, Lapa, Borrazópolis, Primeiro de Maio, São Mateus do Sul, Paulo Frontin, Faxinal, Amoreira, Ararua, Guaíra, Porecatu, Cambé, Cruzeiro do Oeste, Mandaguari, Fátima, Carlópolis, Califórnia, São Pedro do Ivaí, Rondon, Peabiru, Clevelândia, Jaguariaíva, Paranaaguá, Guaraci, Foz do Iguaçu, São Jerônimo, Curiuva, Pato Branco, Campo Mourão, Prudentópolis, Cêro Azul, Cornélio Procópio, Rebouças, Guarapuava, São João do Triunfo, Bela Vista do Paraíso, Ipiranga, Colorado, Pirai do Sul, Antonina, Arapongas, Araucária, Cambará, Cândido de Abreu, Congonhinhas, Ibatí, Pôrto Amazonas, Tamboára, Alvorada do Sul, Assaí, Barracão, Cascavel, Jaguapitã, Japira, Jussara, Londrina, Nova Esperança, Nova Londrina, Ponta Grossa, Santo Antonio da Platina, Teixeira Soares, Terra Boa, Toledo, União da Vitória, Bonsucesso, Campina do Sul, Chopinzinho, Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Pinhalão, Rolândia, Santa Isabel do Ivaí, São Jorge, Sertaneja, Campo Largo, Loanda, Paranacity, Palmas, Rio Negro, Santa Mariana, Cafeára, Sertanópolis, Cianorte, Coronel Vivida e Centenário do Sul, num total de 89 municípios.

Levantamento Financeiro: Por solicitação da Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, procede o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, ao levantamento da receita arrecadada e despesa realizada pelas Prefeituras paranaenses durante o exercício de 1954, estando já concluídos, os seguintes: Barracão, Cambé, Ibatí, Jandaia do Sul, Maringá, Primeiro de Maio, Quatiguá, Reserva, São Jerônimo da Serra, Castro, Nova Fátima, Guaratuba, Paranaaguá, Toledo, Antonina, Apucarana, Arapongas, Bandeirantes, Cambará, Cascavel, Clevelândia, Fóz do Iguaçu, Guaraqueçaba, Jacarezinho, Japira, Mallet, Mandaguari, Paulo Frontin, Pirai do Sul, Pôrto Amazonas, Rebouças, Santa Mariana, São Mateus do Sul, União da Vitória, Venceslau Braz, Araucária, Borrazópolis, Cornélio Procópio, Florestópolis, Jaguapitã, Jundiá do Sul, Londrina, Palmeira, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Santo Antonio da Platina, Campo Largo, Joaquim Távora, Guarapuava, Andirá, Campo Mourão, Congonhinhas, Cruz Machado, Faxinal, Guaraniaçu, Ibiporã, Laranjeiras do Sul, Nova Esperança, Rio Negro, Santo Inácio e Alvorada do Sul, num total de 67 municípios.

Assistência Contábil: Foi prestada assistência contábil, «in-loco», aos seguintes municípios:

- FOZ DO IGUAÇÚ — atualização da contabilidade;
- LARANJEIRA DO SUL — instruções ao contador e confecção do orçamento para 1957;
- CAFEÁRA — abertura e atualização da contabilidade e confecção do orçamento para o exercício de 1957;
- RIO BRANCO DO SUL — atualização da contabilidade e confecção dos balancetes;
- SÃO JOSÉ DOS PINHAIS — levantamento da contabilidade relativa ao exercício de 1955 e instruções ao contador;
- URAI — atualização da contabilidade e confecção dos balanços financeiros, patrimonial e demonstração da conta patrimonial e dos balancetes de julho a dezembro e encerramento da escrita. Instruções ao contador;
- GUAÍRA — confecção dos balancetes de julho a dezembro de 1955 e janeiro a junho de 1956, sendo ainda dadas instruções ao contador;
- ALMIRANTE TAMANDARÉ — confecção dos balancetes de 1952, .. 1953, 1954 e 1955;
- RIBEIRÃO CLARO — revisão da contabilidade do exercício de 1955;
- IPIRANGA — Atualização da contabilidade.
- COLOMBO — escrituração da contabilidade dos exercícios de .. 1954 e 1955, confecção dos balancetes do corrente exercício;
- TEIXEIRA SOARES — verificação do saldo de caixa e contabilização dos documentos existentes;
- CHOPINZINHO — abertura da escrita e confecção dos demonstrativos da receita e da despesa de janeiro a setembro de 1956;
- PALMAS — confecção dos demonstrativos da receita e da despesa de janeiro a outubro de 1956;
- PIRAÍ DO SUL — confecção do orçamento para o exercício de 1957;
- CAMBARÁ — verificação e correção do orçamento para 1957;
- TERRA BÓIA — verificação e correção do orçamento para 1957;
- ALMIRANTE TAMANDARÉ — confecção do orçamento para o exercício de 1957. Atualização da contabilidade;
- RIO AZUL — confecção do orçamento para o exercício de 1957;
- MALLET — verificação do orçamento para 1957 e respectiva correção;
- CENTENÁRIO DO SUL — revisão da contabilidade;
- SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO — confecção dos balancetes dos meses de julho, agosto, setembro e outubro e confecção do orçamento para 1957;
- GUARAQUEÇABA — Atualização da contabilidade;
- SANTA IZABEL DO IVAÍ — verificação do orçamento do exercício de 1956, e instruções para a confecção do orçamento para 1957;
- PARANAÍ — verificação na contabilidade mecanizada RUF e

estudos para a adoção de um plano de contas mais completo para o referido sistema contábil;

MANDAGUAÇÚ — confecção dos balancetes dos meses de julho a dezembro de 1955 e janeiro a novembro de 1956, bem como a contabilização dos livros diários e razão; e

SÃO JORGE — atualização da contabilidade de junho a novembro do exercício corrente.

Assistência Administrativa: Nêsse setor foi prestada assistência aos seguintes municípios:

RIO NEGRO: completa reorganização dos serviços de lançamento de impostos, inclusive com a elaboração do novo código tributário e confecção do cadastro técnico;

SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO — auxílio na organização do fichário e organização dos livros para registro de leis, decretos, portarias e protocolo; e

FÓZ DO IGUAÇÚ — elaboração de um código de posturas municipais.

Em face do elevado número de pedidos formulados pelas Prefeituras do Estado, principalmente por parte das recentemente instaladas, para que lhes sejam enviados modêlos dos instrumentos legais indispensáveis para uma bôa administração municipal, iniciou-se a confecção dos códigos de obras, posturas e tributário, adaptáveis às diversas regiões do Estado, estando os dois primeiros já concluídos, aguardando unicamente a impressão, para serem encaminhados às municipalidades solicitantes.

Considerando o elevado número de emendas votadas pelo Legislativo e sancionadas pelo Executivo, as quais deixaram obsoletos todos os exemplares, até agora editados, da Lei Orgânica dos Municípios, procedeu-se à coleção e impressão de todos os atos que deram nova redação à referida lei, bem como a distribuição às Prefeituras interessadas.

Procedeu-se, também, à coleção de tôdas as leis e decretos que dizem respeito aos municípios paranaenses, enviando-se cópia dos mesmos às Prefeituras interessadas.

Em colaboração com a Divisão de Metrologia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, entrou o DATM em contacto com tôdas as Prefeituras do Estado, concitando-as a integrarem a Rêde Brasileira de Metrologia, pois que o poder da aferição de pesos e medidas foi delegado pelo Governo Federal aos municípios, os quais encontrarão assim uma maneira de aumentar suas rendas sem recorrer a aumento de impostos.

Cursos de Treinamento: Tendo em vista que um dos mais sérios problemas com que lutavam as comunas paranaenses era a falta de pessoal habilitado para a operação de máquinas pesadas, tais como tratores, motoniveladores, escavadeiras, etc., vendo-se muitas vezes obrigados a entregarem êsse equipamento de elevado custo a simples motoristas sem

conhecimento do seu manêjo, patrocinou-se, durante o ano passado, um curso para operadores de máquinas pesadas no qual se inscreveram 38 funcionários municipais. Aos alunos do curso foram distribuídas publicações especializadas tais como manuais de serviço, tabelas de lubrificação, etc.. Foram, ainda, exibidos filmes técnicos sôbre a matéria.

Mapa da formação histórica dos Municípios: Durante o ano passado, continuaram as pesquisas e foi confeccionado um mapa da formação histórica dos municípios paranaenses, inclusive das comunas recentemente criadas pela Assembléia Legislativa.

Gráficos Demonstrativos: Em virtude de vir o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios sendo frequentemente alvo de consultas por parte de outras repartições públicas e mesmo de particulares, empenhou-se aquele órgão, no período compreendido no presente relatório, na confecção de diversos gráficos estatísticos, como sejam, confronto das receitas municipais orçadas com as efetivamente arrecadadas, gráfico demonstrativo do aumento do número de municípios no Estado ,etc.

Residência: É nos grato incluir nêste relatório os favoráveis processamentos de instalação de residências do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios em diferentes regiões do Estado. Contamos, para isso, com o apêio valioso dos Prefeitos dos Municípios indicados para a localização dessas residências, os quais se prontificaram a contribuir com o terreno e as respectivas instalações, que obedecem a um tipo padrão estudado e projetado pelo DATM.

São evidentes os proveitos que devemos tirar dessa descentralização, em favor das nossas comunas municipais.

Serviços aéroviários: — Executados diretamente pelo Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, com equipamento próprio e pessoal de seu quadro, estão em franco andamento os serviços de ampliação do aeroporto de Fóz do Iguazú e construção do campo de aterrissagem de Clevelândia.

Já estão concluídos os estudos e projetados outros serviços da mesma natureza em diferentes municípios paranaenses.

Obras em Fóz do Iguazú: No município de Fóz do Iguazú, onde se têm tornado mais intensas as atividades do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, temos em execução os seguintes trabalhos:

- a) — ampliação do campo de aviação;
- b) — construção da estrada de Pôrto Meira;
- c) — pavimentação da Avenida Schimmelpfeng; e
- d) — pavimentação da Avenida Brasil.

Êsses serviços têm-se desenvolvido bem, tendo o referido Departamento para alí deslocado grande número de unidades do seu equipamen-

to, bem como o pessoal necessário. Temos contado com a colaboração do Executivo Municipal que, dentro de suas possibilidades e recursos disponíveis, vem concorrendo para o êxito do empreendimento.

Obras de Clevelândia: — Vão também bastante adiantados os serviços do campo de aviação de Clevelândia, estando ali sediado equipamento e pessoal do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Problema da erosão: Preocupou, desde logo, ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, o angustiante problema da erosão, que aflige dezenas de comunas paranaenses. Para ali encaminhou os técnicos que, após minucioso estudo dos efeitos do calamitoso fenômeno, traçaram as diretrizes para o seu combate.

Temos em projeto, iniciando as medidas exigidas, a instalação de fábricas de tubos de concretos nos diversos pontos da região assolada.

1. Reunião Estadual de Municípios: Patrocinou o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, nos dias 17, 18 e 19 de dezembro, em Curitiba, a 1.ª Reunião Estadual de Municípios.

Mais de dois terços dos municípios do Paraná, pelos seus dois poderes, emprestaram o seu apóio ao conclave, participando ou emprestando a sua solidariedade por expressas manifestações.

Serviços de engenharia: — A relação abaixo resume atividades de assistência no sector de engenharia, prestados a Municípios que as solicitaram:

Antonina — Verificação do estado do prédio do Clube dos Apinagés.
Alinhamento e nivelamento da Av. Ermelino Matarazzo e da Av. Tiago Peixoto.

Bela Vista do Paraíso — Levantamento altimétrico da cidade.

Projéto, cálculo e desenho da rede de esgoto pluvial da cidade.

Bandeirantes — Projéto e desenho de uma praça pública para a cidade.

Morretes — Levantamento da ponte sôbre o rio do Pinto, afim de projetá-la em concreto armado.

Fóz do Iguaçu — Aéroperto (perfis).

Projéto da torre p/biruta e balisa do campo.

Cópia do masáico — aerofotográfico.

Cópia do projéto com detalhes de uma piscina.

Estudo do pavilhão de festas do Country Club.

Pôrto Amazonas — Projéto de retificação de ruas.

Itaguagé — Projéto de uma ponte de madeira sôbre o rio Pirapó.

Pará do Sul — Projéto da Estação Rodoviária.

Cambé — Projéto da Estação Rodoviária.

Bocaiuva do Sul — Projéto de pavimentação do passeio da praça.

Santa Izabel do Ivaí — Projéto do esgoto pluvial.

Porecatú — Projéto do esgoto pluvial.
 Apucarana — Projéto da fábrica de tubos de concreto armado.
 Ribeirão do Pinhal — Nivelamento da rua São Paulo. Cópia da planta cadastral. Localização de diversas ruas.
 Uraí — Projéto da Prefeitura Municipal.
 Campo Largo — Croquis da rua projetada n.º 1, entre as ruas Centenário e Generoso Marques.
 Contenda — Projéto da ampliação do cemitério.
 Colombo — Projéto de um trecho de estrada na Colônia de Faria.
 Rio Negro — Projéto de zoneamento da cidade.
 Guaratuba — Estudo da construção da estrada que parte do Rio da Praia até o lugar denominado Itinga.
 Pôrto Amazonas — Projéto para boeiro na cidade.
 Paranaíba — Estudos de combate à erosão.
 Nova Esperança — Estudos de combate à erosão.
 Bela Vista do Paraíso — Estudos de combate à erosão.
 Alto Paraná — Estudos de combate à erosão.
 Mandaguacú — Estudos de combate à erosão.
 Itaguagé — Estudos de combate à erosão.
 Centenário do Sul — Estudos de combate à erosão.
 Parancity — Estudos de combate à erosão.
 Santo Inácio — Estudos de combate à erosão.
 Colorado — Estudos de combate à erosão.
 Porecatú — Estudos de combate à erosão.
 São João do Caiuá — Estudos de combate à erosão.
 Santo Antônio da Platina — Estudo para localização da construção da residência do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios
 Uraí — Estudo para localização da construção da residência do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.
 Ibaí — Projéto da Prefeitura Municipal.
 Cafeára — Locação de meios fios.
 Laranjeiras do Sul — Levantamento cadastral dos imóveis da União.
 Levantamento topográfico do distrito de Pôrto Sant'Ana.

Assistência administrativa: — Damos a seguir a indicação de serviços de assistência administrativa prestados pelo Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, em atenção a solicitações municipais:

Guaira — Balancetes de janeiro de 1952 a 1955. Encerramento da contabilidade — Balanço Financeiro — Patrimonial e Demonstração da Conta Patrimonial.

Fóz do Iguaçú — Encerramento da contabilidade de 1955 e levantamento da conta RESTOS A PAGAR.

Laranjeiras do Sul — Instrução à Contadoria, referente a encerramento da escrita e balanços.

Cafeára — Abertura da escrita e balancetes até o mês de abril de 1956 e instruções ao Contador.

Mandaguacu — Balancetes de julho a dezembro de 1955. Encerramento de 1955 e balanços.

Uraí — Acertar a contabilidade e balancetes até outubro de 1955.

Rio Azul — Verificação da contabilidade do exercício de 1955.

Mallet — Instruções à contabilidade.

Guaratuba — Encerramento de 1955.

Guaraqueçaba — Verificação da contabilidade do exercício de 1955 e balancetes até junho de 1956.

Uraí — Encerramento do exercício de 1955 e instruções à contabilidade.

Guaíra — Balancetes de janeiro a junho de 1956. Encerramento de 1955. Instruções à contabilidade.

Almirante Tamandaré — Instruções ao Contador e balancetes até maio de 1956.

Ribeirão Claro — Levantamento da contabilidade dos exercícios de 1952 a 1954.

Engenheiro Beltrão — Instruções ao Contador. Balancetes de janeiro a março de 1956.

Rio Branco do Sul — Balancete da receita dos exercícios de 1951 a 1955.

Rio Azul — Orçamento para o exercício de 1957.

Araruna — Instruções ao Contador.

São José dos Pinhais — Verificação da escrita contábil.

Chopinzinho — Abertura da contabilidade.

Palmas — Atualização da contabilidade.

Teixeira Soares — Revisão da contabilidade.

Centenário do Sul — Revisão da contabilidade.

Laranjeiras do Sul — Confecção do orçamento de 1957.

Santa Cruz do Monte Castelo — Revisão da contabilidade.

Góio-Erê — Organização dos serviços da Prefeitura Municipal.

Ibaití — Plantas da Prefeitura Municipal da passagem de nível da Rua Professor Fleming.

Japira — Fornecimento de 2 pneus para a motoniveladora.

Pirai do Sul — Levantamento geral da escrita.

DEPARTAMENTO DE FRONTEIRAS

A região servida por esse Departamento acusa um dos mais impressionantes ritmos de progresso de todo o Estado, o que solicita da administração pública, constantes cuidados na assistência das populações ali sediadas, no sentido de orientar, disciplinar e incentivar esse surto de crescimento.

Através do Departamento de Fronteiras, procurou o Governo fazer-se presente em todos os vários setores de interesse coletivo, que reclamavam providências e trabalho.

Viação e Obras Públicas: Foram tomadas, durante o exercício recém-findo, tôdas as medidas necessárias para acelerar o término da construção da rodovia Francisco Beltrão-Capanema, via Ampere. Essa estrada se destina a facilitar o escoamento rápido e econômico da madeira que é a maior riqueza do momento na região. A ponte sobre o rio Capanema, nessa rodovia, já está providenciada.

Foram ainda construídas as balsas nos portos «Governador Moysés Lupion» e «Santa Maria», sobre o rio Iguçu, na estrada Capanema-Foz do Iguçu.

A abertura da estrada Santo Antonio-Capanema à Foz do Iguçu, que já permite o trânsito, é outra obra de grande alcance para o progresso do oeste e que já foi realizada.

Está sendo construído o campo de aviação da cidade de Clevelândia e o Departamento presta auxílio, com dois tratores, à Prefeitura Municipal de Pato Branco, para a conclusão do seu aeroporto.

Máquinas: Para auxiliar aos municípios que compõem a Região de Fronteira, adquirimos 5 (cinco) tratores novos e recuperamos três, além de uma motoniveladora.

Assistência Social: Neste setor, o Departamento de Fronteiras, em coordenação com a Secretaria de Saúde Pública, através do «Serviço Especial de Saúde Pública» (S.E.S.P.), vem prestando a assistência necessária à população do Oeste.

Ponto IV: O Departamento de Fronteiras, após a assinatura de um acôrdo entre o Estado do Paraná e a Missão Norte Americana de Coordenação Técnica no Brasil, deu início à construção de três casas para a residência e escritório dos elementos que vão tomar parte nêsse serviço, nas cidades de Foz do Iguagu, Barracão e Santo Antonio.

Projeto 15: Já está em pleno desenvolvimento, nos municípios fronteiriços do Estado, o Trabalho Técnico de Agricultura, assistido pelo Escritório Técnico de Agricultura (E.T.A.), órgão êste com o qual o Departamento de Fronteira e a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural firmaram um acôrdo.

Escola: Acha-se em construção, para atender à premente necessidade da localidade de Pérola do Oeste, no município de Capanema, uma casa escolar.

Turismo: O Departamento de Fronteiras não tem descuidado suas atividades, no setôr turístico. Assim é que já tomou providências para a reforma do Hotel Casino da cidade de Foz do Iguagu e do Hotel da cidade de Guaira.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO

Surgido da necessidade de diagnosticar, orientar e estudar em bases técnico-científicas as condições do desenvolvimento assinalado no Paraná — que é tão expressivo ao ponto de o colocar entre as três unidades da Federação que apresentam mais intenso ritmo de progresso — o Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado destina-se, como estabelece a Lei n. 2.431, de 3 de setembro de 1955, a: fixar tecnicamente quais os empreendimentos públicos de maior interesse para a economia regional, em futuro próximo, de forma a possibilitar a adoção de critérios de prioridade na sua execução, em face da disponibilidade de recursos financeiros aplicáveis; estabelecer as tendências de expansão da atividade de economia regional, em período mais dilatado, para orientação técnica da aplicação de recursos públicos e dos empreendimentos privados encorajados ou assistidos pelo Governo Estadual.

Organização e funcionamento: O Serviço de Planejamento Econômico do Estado consiste: num órgão colegiado de orientação e deliberação — o CONSELHO que se reúne periodicamente, sob a presidência do Governador, e em que têm assento os diretores dos departamentos oficiais maiormente interessados no Plano e as entidades de classe mais ligadas aos problemas da economia regional; e numa COMISSÃO permanente de COORDENAÇÃO e FISCALIZAÇÃO dos trabalhos, à qual estão vinculados os setores entre os quais os estudos devem ser naturalmente distribuídos.

A Comissão de Coordenação, presidida pelo Coordenador, se compõe de um gabinete e de dois setores de atividades:

- a) — Setor administrativo;
- b) — Setor de planejamento

O Setor planejamento está dividido em:

- 1) — Sub-Comissão de Planejamento Global;
- 2) — Sub-Comissões setoriais.

Atualmente estão em atividades as seguintes Sub-Comissões de âmbito setorial:

- a) — Sub-Comissão Agro-Pecuária
- b) — Administração e Finanças
- c) — Sub-Comissão de Transporte e Comunicações
- d) — Sub-Comissão de Saúde e Educação
- e) — Sub-Comissão de Energia e Indústria

Os membros das Sub-Comissões constituem a assessoria técnica da Coordenação cujo trabalho em «Staff» permite a planificação coordenada de todos os sectores em estudo.

Para maior simplicidade dos trabalhos da Coordenação o Conselho põe à sua disposição delegados credenciados, que ajudam na pesquisa de dados informativos no meio do órgão representado e traduzem o ponto de vista desse órgão no trato de problemas do seu interesse.

Além das Sub-Comissões e dos Delegados, conta ainda a Coordenação com uma Secretaria Geral para servir aos seus trabalhos e aos do Conselho, e Serviços especiais, para as tarefas de estatística, divulgação e pesquisas especiais.

Modalidade de trabalho da Coordenação: Por orientação do Conselho ou proposta da Comissão de Coordenação, tendo-se em vista as finalidades gerais do Serviço de Planejamento, fixadas na lei, são deliberados os objectos de trabalhos para cada Sub-Comissão, no âmbito de suas especialidades, constituindo tarefas de primeira urgência aqueles que exigem solução imediata, dadas as condições dinâmicas da economia paranaense, e tarefas de uma 2ª etapa, os que exigem pesquisas e levantamentos em profundidade e extensão, para a composição de projecções em períodos mais dilatados.

As Sub-Comissões, então, elaboram os seus planos de estudo, sob a orientação geral da Coordenação, apresentando, ao término de cada fase pré-estabelecida, um relatório do estudo realizado, contendo as informações indispensáveis, as análises e discussões procedidas, as conclusões alcançadas e os projetos ou sugestões necessárias.

De posse desse relatório, reúne-se a Comissão de Coordenação com todos os seus assessores técnicos para julgar o trabalho apresentado, tendo-se em mira o interesse da economia do Estado, visto, no seu conjunto, pelos técnicos especializados em cada setor de atividades.

Este trabalho, depois de julgado e ajustado, é submetido ao Conselho para apreciação final e deliberação consequente.